
Temporalidades [recurso eletrônico] | Departamento de História.

T288 Programação de Pós-Graduação em História –
Edição 46, v. 17, n. 3 – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH | UFMG, 2026.

Quadrimestral a partir de 2023 | Semestral a partir de 2023 | Fluxo contínuo a partir de 2025
Títulos e resumos em português e inglês.
ISSN: 1984-6150.

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

198. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)
Periódicos Capes (Brasil)
Latindex (México)
Diadorim (Brasil)
Open Aire (U. E.)
PKP Index (Estados Unidos)
Livre! (Brasil) Endereço:

Endereço

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil.

E-mail: temporalidades@gmail.com
Homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais | Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas | Departamento de História – junho/2026.

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretora: Prof. Dra. Thais Porlan de Oliveira

Departamento de História

Chefe: Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sa Motta

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2025/206

Gabriel Pereira Nascimento

Igor da Silva Nunes

José Arthur Pereira Landrim da Silva

Luís Carlos Albano Duarte Sousa

Mailson Moreira dos Santos Gama

Mariana Costa Borges

Wemerson F. Gomes

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Gabriel Pereira Nascimento

Igor da Silva Nunes

José Arthur Pereira Landrim da Silva

Luís Carlos Albano Duarte Sousa

Mailson Moreira dos Santos Gama

Mariana Costa Borges

Wemerson F. Gomes

Diagramação e montagem

Wemerson F. Gomes

Arte da Capa

Koshu Kunii | Trocadéro, Paris, France Publicada em
24 de novembro de 2020 (Licença da Unsplash)

Capa e Divulgação

José Arthur Pereira Landrim da Silva

Open Journal Systems/Banco de Dados

Wemerson F. Gomes

Agradecimento aos pareceristas

A *Revista Temporalidades* é uma publicação discente que almeja divulgar trabalhos científicos que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestigiosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas ad hoc, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, neste espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre à nossa disposição e, em especial, aos membros pareceristas do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP).

Alexandre Mesquita
Alice Regina Maciel de Moura
André Caviola
Carmem Rodrigues
Carolina Dellamore
Carolina Ruoso
Caroline Jaques Cubas
Cristiano Barros
Dhyene Vieira dos Santos
Diego Omar Silveira
Eduardo José de Santana Júnior
Fabricio Souza
Fernando Santana de Oliveira Santos
Gabriel Amato Bruno de Lima
Gabriel Antonio Butzen
Gabriela Fischer
Guilherme Susin Sirtoli
Hélia Moraes
Júlia Amaral
Leandro Rust
Makchwell Coimbra Narcizo
Márcio dos Santos Rodrigues
Marcos Oliveira de Queiroz
Miriam H S Motta
Nathalia Guimarães e Sousa
Paula Soares
Renata Garcia Campos Duarte
Vagner Silva Ramos Filho
Wellington Amarante Oliveira
William David Vieira

Sumário

Editorial

- 05 Gabriel Pereira Nascimento & Mariana Costa Borges & Wemerson F. Gomes | **Passado = Presente?**

Apresentação | Dossiê *Passado-presente: história, criação e disputa no agora*

- 08 Miriam Hermeto & Gabriel Amato | **A história do tempo presente e as buscas de “últimas catástrofes”**

Dossiê

- 22 Maria Eduarda de Sousa Lopes & João Paulo Charrone | **Os avanços da extrema direita, capitalismo de plataforma e o neofascismo no contexto brasileiro**
- 41 Sabrina Alves Ferreira | **História do tempo presente e o resgate da mitologia política: Reagan-Trump e os usos do passado**
- 67 George Daniel Rodrigues Fonseca | **Muros e checkpoints: territórios palestinos entre a ocupação e a violência**
- 91 Lucas Coelho Baccin | **Genealogia como metodologia para a História do Tempo Presente: diálogos com Foucault e Nietzsche**
- 109 Muriel Custodio dos Passos | **Os Artigos de opinião de Michel Zaidan Filho no blog do *Brasil 247*: entre o passado histórico e o passado prático**
- 129 Hikaro de Castro Dias Ferreira | **Usos do passado e usos da natureza: intelectuais brasileiros e a pandemia de covid-19**
- 159 Caio Santos Melo | **A a-ideologia enquanto ferramenta do Negacionismo histórico: princesa Isabel e a abolição na segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil***
- 188 Fernando Cardoso | **Fonte da Memória: arte, memória visual e política personalista**
- 216 Fabíola Lima Silva | **Estruturas do passado, violências no presente: uma análise do julgamento do personagem Theo na telenovela *Vai na Fé***

Passado = Presente?**Gabriel Pereira Nascimento**Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**Mariana Costa Borges**Mestra em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**Wemerson F. Gomes**Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Apresentada em outubro de 2020, a proposta de Lei nº 3452, voltada à segurança global na França, rapidamente se tornou alvo de debates e manifestações públicas. O principal foco das críticas, o artigo 24, previa pena de até um ano de prisão e multa para quem divulgasse imagens capazes de identificar policiais em serviço. Para os defensores, a medida protegia os agentes de segurança; para os críticos, a formulação vaga do dispositivo abria margem para restrições à liberdade de imprensa e ao controle social das ações policiais. Em um contexto marcado por denúncias de violência e abuso de autoridade, a proposta despertou o receio de que registros audiovisuais deixassem de cumprir seu papel fundamental na denúncia e na comprovação de excessos cometidos pelas forças de segurança.

Foi nesse cenário que, em 24 de outubro de 2020, o fotógrafo Kosshu Kunii registrou, na praça do Trocadéro, em Paris, uma das muitas manifestações contrárias ao projeto de lei. Na imagem, um homem cola um cartaz na parede. Nele, duas pessoas aparecem com os olhos encobertos por uma tarja cinza, recurso gráfico que evoca a questão da visibilidade e do ocultamento em disputa naquele momento. Ao lado, outro cartaz exibe uma fórmula simples, mas provocativa: “1984 = 2020”. A

referência ao romance homônimo de George Orwell é imediata. Publicado em 1949, *1984* tornou-se uma das mais influentes representações literárias da vigilância estatal, do controle da informação e da manipulação da verdade por um poder político onipresente, simbolizado pela figura do “Grande Irmão”. Ao aproximar passado e presente, os manifestantes expressavam o temor de que a nova legislação ampliasse mecanismos de vigilância e limitasse a capacidade de fiscalização da sociedade.

O símbolo “igual a” (=) é empregado na matemática e na lógica para indicar a equivalência entre duas expressões. À primeira vista, a inscrição “1984 = 2020” parece sugerir uma identificação direta entre um passado (o universo distópico imaginado por George Orwell) e a conjuntura política francesa de 2020. No entanto, uma leitura mais ampla sugere que seu significado não se reduz à afirmação de uma igualdade estrita entre passado e presente. Mais do que estabelecer uma correspondência histórica, a imagem mobiliza uma referência cultural amplamente compartilhada para conferir inteligibilidade ao presente, transformando o passado em uma linguagem capaz de nomear e, a um só tempo, tensionar medos, expectativas e conflitos contemporâneos. O cartaz não afirma que 2020 é literalmente 1984; ele evidencia, antes, como experiências e narrativas do passado são continuamente reativadas para interpretar, criticar e disputar os sentidos do tempo presente.

É precisamente nesse ponto que a História do Tempo Presente encontra um de seus desafios fundamentais. A História do Tempo Presente coloca para historiadores e historiadoras o desafio de pensar os tempos do agora – esse marcador temporal que, tópico contemporâneo, carrega em si vestígios de um passado que é experienciado ainda (e de alguma forma) como um modo de presença. A consolidação desse campo precisou, entretanto, lidar com um paradigma que reservava aos historiadores o estudo de temas, sujeitos e objetos marcados pela anterioridade, sob a justificativa de que apenas o distanciamento garantiria rigor analítico – a história, em Hegel, é como o Pássaro de Minerva: “abre suas asas somente com o início do crepúsculo”. Os séculos XX e XXI evidenciaram, porém, a necessidade de que também o/a historiador/a se posicionasse em relação à multiplicidade e à complexidade de questões implicadas no tempo presente à luz de abordagens propriamente historiográficas. O cartaz que associa 2020 a *1984* evidencia essa condição: um artefato cultural produzido no contexto da Guerra Fria é reativado para conferir inteligibilidade a um conflito político

contemporâneo. O passado, nesse caso, não aparece como algo encerrado, mas como presença ativa, como repertório simbólico mobilizado para interpretar experiências atuais e projetar futuros possíveis. De modo geral, essa foi a questão que orientou a proposta deste dossiê, que entregamos à apreciação.

Apresentação

A história do tempo presente e as buscas de “últimas catástrofes”

Miriam Hermeto

Professora do Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
miriamhermeto@gmail.com

Gabriel Amato

Professor do Núcleo de História do Centro Pedagógico
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
amatolgabriel@gmail.com

No segundo semestre de 2025, recebemos, como equipe de pesquisadores(as) do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), um convite da linha de História e Culturas Políticas da Comissão Editorial da revista *Temporalidades*: organizarmos juntos um dossiê do periódico, orientado pela e para a “história do tempo presente”. A interface entre a ideia do dossiê e o LHTP é evidente e se expressa no nome do Laboratório¹, que se organizou, em 2018, como resultado da aproximação entre dois núcleos de pesquisa com atuação consolidada no Departamento de História e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG: o Núcleo de História Oral (desde 1989) e o Grupo de Pesquisa História Política – Culturas Políticas na História (desde 2007).

Recebemos o convite com contentamento, pois o eixo norteador que o texto de definição da proposta continha vem ao encontro do que compreendemos no LHTP como um dos nossos principais

¹ Coordenado pelos professores Rodrigo Patto Sá Motta e Miriam Hermeto, desde 2018 o LHTP dedica-se a produzir e tratar acervos históricos com documentos de diferentes naturezas, desenvolver projetos de pesquisa e extensão, organizar eventos acadêmicos e promover debates sobre as temáticas em pauta na agenda de pesquisas do campo da história do tempo presente. Para maiores informações, consulte o site oficial disponível em: <<https://www.fafich.ufmg.br/lhtp>>. Acesso em 5 jun. 2026.

desafios: o de que nós, historiadores(as), lidemos com a História do Tempo Presente não apenas como um objeto de estudos que tem proximidade temporal com o hoje – examinando eventos ocorridos há pouco tempo, numa história contemporânea mais próxima –, mas, sobretudo, como uma construção do conhecimento que se faz em um “agora” imantado de vestígios do passado que compõem nossa experiência – um passado que tem um “modo de presença”, nos dizeres do texto original do convite.

“Passado-presente: história, criação e disputas no agora”, o dossiê que ora apresentamos, mantém o título que nos foi apresentado e é fruto deste esforço coletivo. Por tudo isto, começamos agradecendo à Comissão Editorial da *Temporalidades* pela confiança do convite, pelas possibilidades de reflexão que ele engendrou, pelo trabalho dedicado ao longo de toda a produção e pela paciência com os nossos tempos estendidos. Em especial, a Wemerson F. Gomes, portador do convite, interlocutor sempre gentil e consistente. Agradecemos, também, à equipe de pesquisadores e pesquisadoras do LHTP, que assumiu conosco a tarefa, fazendo leituras e pareceres dos artigos que recebemos na chamada.

Uma das preocupações centrais que tivemos ao fazer a análise dos textos enviados é oriunda do fenômeno contemporâneo que nos apresentou Hans Ulrich Gumbrecht (2015): o presente tem se convertido em um invasivo, imersivo e onipresente presente – e aqui as repetições são pleonasmos necessários à composição conceitual. Esta mudança de percepção do tempo de um presente alargado, tão fundamental no nosso cotidiano, tem sido adensada pela celeridade dos avanços tecnológicos e pelo papel que o digital vem assumindo em nosso cotidiano e produziu um efeito (por vezes perverso): o tempo presente ganhou tal protagonismo que chega a ser naturalizado. E, neste movimento, por vezes a História do Tempo Presente pode simplesmente se transformar em algo que está “na moda”, sofrendo um esvaziamento epistemológico. Porque quando tudo é “tempo presente”, nada o é.

Diante destas preocupações, nosso principal cuidado na seleção dos artigos para compor o dossiê vinha sobretudo do desejo de reunir um conjunto de pesquisas que pudesse contribuir para um debate sobre a natureza mesma do tempo presente e de suas abordagens na pesquisa histórica – este eixo de reflexões que nos é caro e apresenta-se como uma necessidade neste momento, para mais uma volta no processo de amadurecimento de uma “história do tempo presente” no Brasil. Vejamos, então, a trilha que seguimos como grupo de pesquisadores(as) numa história da historiografia, e que nos trouxe até aqui.

É fato que a “história do tempo presente” já não é mais uma novidade nos meios acadêmicos brasileiros. E está longe de ser uma mera moda. A publicação de livros sobre o tema em formato de coletâneas, como aqueles organizados por Marieta de Moraes Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (2014) e por Angélica Müller e Francine Iegelski (2022), demonstra as diversas possibilidades temáticas, metodológicas e teóricas desse campo de pesquisa historiográfica. Eventos acadêmicos como o Seminário Internacional do Tempo Presente, realizado a cada três anos pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e que chega a sua sexta edição neste ano de 2026, têm se constituído como fóruns de debate coletivo sobre os estudos históricos do tempo presente. Além de vários dossiês publicados em revistas acadêmicas, como este que ora apresentamos, a história do tempo presente tem também um periódico especialmente dedicado a ela: o *Boletim Tempo Presente*, lançado pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2012².

Diante de tantas iniciativas consolidadas, hoje os ataques ao empreendimento intelectual de tomar o presente como tema da escrita da história, mesmo quando persistem, parecem estar ficando no passado. Fiquemos apenas em dois exemplos. À noção de que a falta de distanciamento temporal significaria parcialidade, impossibilitando a objetividade requerida pela pesquisa histórica, pesquisadores responderam que todo(a) historiador(a) parte de um lugar social que é também um certo lugar no tempo, o que, necessariamente, impõe parcialidades. Além disso, a proximidade temporal foi transformada de limite em possibilidade, na medida em que permite, aos pesquisadores do tempo presente, o acesso às chamadas “testemunhas”, por meio da história oral, ou a debates ainda em curso. Diante da crítica de que muitos documentos governamentais, militares ou diplomáticos permanecem sigilosos durante décadas, o que obrigaria os historiadores do tempo presente a trabalhar com documentação incompleta ou não sistematizada por profissionais da arquivologia, os pesquisadores lembram que toda pesquisa histórica trabalha com documentação parcial. Mais uma vez esse suposto limite foi transformado em oportunidade, na medida em que os estudos históricos sobre o presente

² As edições regulares do *Boletim do Tempo Presente* podem ser consultadas no Portal de Periódicos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/tempopresente>>. Acesso em: 1 jun. 2026.

lançam mão de conjuntos documentais que não existiam para períodos mais antigos, como registros audiovisuais e arquivos digitais.

Poderíamos pensar que temos vivido o movimento contrário: certa banalização da noção de “história do tempo presente”, uma postura que implica tanto na desconsideração da epistemologia própria da História ao tratar historiograficamente do presente quanto em certo esquecimento deliberado da genealogia da própria noção de “história do tempo presente”.

Por um lado, quando deixamos de lado a particularidade epistemológica do olhar de historiadores para os fenômenos humanos – qual seja, a atenção às temporalidades – podemos tratar a história do tempo presente como sinônimo de estudos sobre as “atualidades” ou como comentários sobre a conjuntura. Esse entendimento superficial sobre os estudos históricos acerca do presente tende a reduzir esse campo de reflexões a um recorte cronológico (a “história imediata”). Contudo, como argumenta Henry Rousso, “o historiador do tempo presente não é um historiador do instante e não tem a vocação de correr atrás da atualidade” (2016, p. 246).

Por outro lado, se estamos interessados em reconhecer tanto os limites quanto as possibilidades de estudar o presente a partir do olhar historiográfico, é preciso analisar também a genealogia da própria noção de “história do tempo presente”. Mais do que simples exercício erudito, esse movimento intelectual é central porque, como argumenta Fernando Catroga (2010, p. 24), a história da historiografia tem um valor epistemológico. Pensar como o presente se tornou tema da História-disciplina, quando antes ele não era, é reconhecer o caráter contextual (ou “epocal”, como quer Catroga) da própria atividade historiográfica. Fazer isso é, também, compreender possibilidades, limites e problemáticas impostos por um horizonte historiográfico centrado em temas, fontes e perguntas do e sobre o tempo presente.

Esse raciocínio torna-se ainda mais relevante quando se pensa que, se foi preciso afirmar a validade de uma História-disciplina que se dedica ao presente, isso significa que, durante um tempo, essa possibilidade era interdita aos historiadores. Esse movimento se relaciona com o próprio processo de disciplinarização da História em países como a França (processo entendido por muito tempo como “modelo”) e o Brasil. No caso francês, os historiadores que se dedicaram a tornar a História uma disciplina com objeto e método próprios, em fins do século XIX, foram também responsáveis por diferenciá-la de outras ciências humanas, definindo o estudo do passado como uma das características originais da prática historiográfica. Vale lembrar que à famosa afirmação de que “a

história se faz com documentos”, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, em seu canônico manual *Introdução aos estudos históricos*, publicado originalmente em 1898, adicionam uma definição de documento como “traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do *passado*” (1946, p. 15, grifo nosso). A flexão de gênero (afinal, é exatamente aos *homens* que a história se dedicava nessa perspectiva) aqui nos parece tão importante quanto a localização temporal. Quando disciplinada, a História era a “ciência” do passado. A recusa ao presente, mesmo que paradoxal (Rousso, 2016, p. 80-98), foi acompanhada pela invenção da noção de que recuperar “o que realmente aconteceu” exigia um olhar distanciado das emoções políticas do presente. À História-disciplina caberia o estudo do passado (no caso da França e da Alemanha de fins do século XIX, especialmente o passado medieval). Os temas do presente seriam reservados à Sociologia, à Ciência Política e a outras ciências sociais que então se disciplinavam.

Também no contexto francês, os debates de um vetor de sociabilidades essencial para o campo da pesquisa histórica constituído em finais da década de 1920, a célebre revista *Annales. Histoire, Sciences sociales*, denunciavam a estreiteza desta definição, considerando que o conhecimento histórico se faz a partir das questões e das possibilidades de investigação que o presente apresenta. Uma síntese desta ideia foi apresentada em *Apologia da história ou o ofício do historiador*, o livro-testamento de um dos pioneiros dos *Annales*. Marc Bloch acusava o absurdo de que o passado, ele mesmo, pudesse ser objeto da ciência, redefinindo a História como “a ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2001, p. 55).

Mas a definição de um campo de pesquisa nomeado História do Tempo Presente seria posterior. Foi com um evento entendido, à época de seu acontecimento, como “catástrofe” – noção cunhada pelo historiador Henry Rousso (2016), como retomaremos à frente – que a urgência de uma história do tempo presente se impôs no contexto francês.

O campo da pesquisa histórica precisou se haver com as memórias – diversas, quase sempre marcadas por controvérsias e divergências – de testemunhas vivas da tragédia da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, ávidas tanto de protagonizar a reconstrução da Europa quanto de compreender e explicar a tragédia que haviam vivido. A que haviam sobrevivido. A necessidade de analisar a memória sem tomá-la como a própria história, combinada com seu uso como arma nas disputas políticas daquele presente, foi o mote para que um grupo de historiadores(as), norteados por François Bédarrida, construísse, em finais dos anos 1970, uma instituição que se tornou um dos nascedouros deste novo campo de pesquisa: o *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP). Ao longo das décadas seguintes, o IHTP

participou da renovação da história política enquanto construía as bases contemporâneas de uma história da memória, muito vinculada à história oral. Publica, há muitos anos, *Cahiers de l'IHTP* e *Bulletins de l'IHTP*, com vários números temáticos destinados a pesquisadores, estudantes e testemunhas³, além de ter sido pioneiro na produção e na preservação de acervos de fontes orais, que foram digitalizados em parceria com os *Archives nationales*.

Diante dessa genealogia do campo e do reconhecimento de que é preciso olhar para o tempo presente com as ferramentas próprias da historiografia, um questionamento se impõe: o que seria, afinal, o “tempo presente”? Se nos contentamos com uma definição que tem o apelo da suposta objetividade do tempo cronológico, aquele do calendário, retomaremos a noção tantas vezes repetida de que a história do tempo presente se dedica ao estudo dos últimos cinquenta anos. Na França dos anos 1970 e 80, essa compreensão levou historiadores(as) a se dedicarem ao estudo do período entreguerras, da ocupação nazista, da França de Vichy. Mais tarde, aos anos 1960 e a todas as mobilizações sociais e políticas que marcaram essa conjuntura. No Brasil da mesma época, essa compreensão, que então se instalava nos meios acadêmicos, levou ao estudo da chamada “Era Vargas”, das mobilizações sociais da chamada “experiência democrática” de 1946 a 1964. E, algum tempo depois, à pesquisa sobre a ditadura militar, movimento que levou à popularização de certa identificação imediata entre a história do tempo presente e esse período da história política brasileira.

A definição do tempo do calendário, contudo, traz à tona um problema central para o campo da “história do tempo presente”. Trata-se da constante mobilidade das fronteiras cronológicas, fenômeno que indica que, longe da objetividade, o tempo do calendário é, ele também, marcado pela construção cultural. Para Henry Rousso (2016), a história do tempo presente não pode ser definida apenas por uma cronologia fixa. Ao contrário, o autor propõe que seu recorte temporal está relacionado à existência de uma ruptura histórica de grandes proporções, de uma catástrofe que reorganiza as experiências coletivas e as memórias sociais. Um evento traumático no “espaço de experiência”, portanto responsável por balizar os “horizontes de expectativa” das sociedades, para usarmos as categorias cunhadas por Reinhart Koselleck (2015, p. 305-328) para analisar as percepções sobre o tempo histórico. Durante boa parte da segunda metade do século XX, esse marco de

³ As edições dos *Bulletins de l'Institut d'Histoire du Temps Présent* publicadas entre 1980 e 2007 podem ser consultadas no portal *Persée*, disponível em: <<https://www.persee.fr/collection/ihtp>>. Acesso em: 5 jun. 2026.

“catástrofe” foi representado pela Segunda Guerra Mundial. A guerra, o nazismo, o genocídio dos judeus europeus e a reorganização geopolítica do pós-guerra se apresentavam como a referência a partir da qual os indivíduos passaram a interpretar seu próprio tempo. Esses acontecimentos seriam fundadores de uma nova contemporaneidade, um novo presente.

Rousso (2016) argumenta ainda que os marcos definidores do que seria o “tempo presente” são móveis e dependem das transformações da própria experiência histórica – remetendo-nos a um elemento fundamental do ofício de historiador(a), a prática de construir periodizações. Nesse sentido, os acontecimentos entre 1989 e 1991, que incluem a queda dos regimes de socialismo de partido único no Leste Europeu, a dissolução da União Soviética, a onda de redemocratização na América Latina e o fim do regime de apartheid na África do Sul, adquiriram o estatuto de uma nova catástrofe histórica. Essas rupturas marcaram o desaparecimento de um mundo político consolidado após 1945, com a imposição da lógica política da Guerra Fria. Assim, se a Segunda Guerra Mundial havia definido por décadas o horizonte do tempo presente, a chamada “terceira onda de democratização” em fins do século XX passou a constituir um novo ponto de inflexão para a compreensão do tempo presente, sem que isso implicasse o abandono imediato dos recortes anteriores. Para Rousso (2016), portanto, a noção de “tempo presente” é delimitada pela última grande ruptura capaz de projetar seus efeitos sobre a experiência dos vivos e sobre a maneira como as sociedades pensam a si mesmas. O presente é delimitado, enfim, pela “última catástrofe”, como anuncia o título de seu livro.

Diante dessa argumentação do historiador francês, poderíamos, contudo, chamar a atenção para a necessidade de nos atentarmos para as particularidades escalares do que seriam esses eventos delimitadores do presente. Especificidades locais, regionais e nacionais, sem que se perca de vista possíveis dimensões globais que têm ganhado protagonismo em nosso presente caracterizado por intensos fluxos de pessoas e informações (vale ressaltar, Henry Rousso tem em mente, afinal, o contexto europeu, mais particularmente o francês). Esse exercício nos ajudaria a compreender, por exemplo, as razões pelas quais as últimas ditaduras militares vividas no cone sul da América tenham sido por muito tempo compreendidas por historiadores(as) como a delimitação por excelência do “tempo presente”. Perseguição política, desaparecimentos forçados, políticas de etnocídio indígena, exílio, tortura e tantas outras formas de violência praticadas pelos Estados e seus agentes têm sido compreendidos como a “nossa” última “catástrofe”, delimitando agendas de reflexão próprias para as historiografias brasileira, argentina, paraguai, chilena, uruguaia...

Mais recentemente, contudo, processos de proporção transnacional, com dimensões acentuadas pela hiperconectividade de um mundo globalizado, parecem ocupar esse lugar delimitador do presente em certas pesquisas históricas. Em alguns casos, esse evento é a pandemia da covid-19 entre 2020 e 2022. Em outros, a emergência da ultradireita a partir da década de 2010. Ao mesmo tempo, eventos locais também ganham centralidade em alguns empreendimentos de historiar o tempo presente, caso dos crimes ambientais envolvendo a mineradora Vale (os rompimentos das barragens do Fundão, na cidade de Mariana em 2015, e do Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho em 2019). A noção de “catástrofe” aparece, assim, como um marco temporal, que, simbolicamente, indica o início de uma nova contemporaneidade. E que faz a pesquisa histórica sobre o presente tomar a “última catástrofe” como um lugar privilegiado para pensar as tensões entre história e memória, conhecimento e experiência, objetividade e subjetividade, distância e proximidade, pesquisador(a) e testemunha.

A partir da delimitação de diferentes “tempos presentes” simbolicamente cindidos por “últimas catástrofes”, a história do tempo presente tem se mostrado, portanto, profícua em enfrentar temas urgentes com ferramentas historiográficas. Temáticas como a desinformação; os usos políticos do passado; as diferentes formas de negacionismo; o “distorcionismo” (Joffily e Ramalho, 2023); os processos de plataformização da política, da educação e do trabalho; as crises ambientais; ou a persistência de genocídios e outras formas de violência no século XXI, para citarmos apenas algumas. Os artigos publicados neste dossiê da revista *Temporalidades*, que passamos agora a apresentar sumariamente, indicam a diversidade dessas reflexões. A leitura conjunta desses trabalhos permite reconhecer caminhos já trilhados, ao mesmo tempo em que abre horizontes de reflexão e pode inspirar novas práticas que tenham o tempo presente como território e a historiografia como ferramenta.

No campo específico da história política, o tempo presente tem sido interrogado a partir do processo de aparecimento de grupos, lideranças, movimentos e sensibilidades de ultradireita no século XXI. O (re)ssurgimento de discursos e práticas excludentes se configura, assim, como a “última catástrofe” a ser compreendido pela historiografia.

Este é o caso de duas contribuições a este dossiê. Na primeira, o artigo “Os avanços da extrema direita, capitalismo de plataforma e o neofascismo no contexto brasileiro”, Maria Eduarda de Sousa Lopes e João Paulo Charrone analisam a extrema direita brasileira a partir do processo de plataformização do trabalho que tem reorganizado o debate político nacional. Os autores argumentam que esse processo fortaleceu discursos e práticas neofascistas, em especial no ambiente das redes sociais, na medida em que grupos reacionários se apropriam de lógicas próprias ao capitalismo na era digital. Transformações nos mundos do trabalho e na esfera política são, assim, analisadas em conjunto com o objetivo de entender o processo mais amplo de “plataformização da vida”.

A segunda contribuição nesse sentido é o artigo “História do tempo presente e o resgate da mitologia política: Reagan-Trump e os usos do passado”, em que Sabrina Alves Ferreira analisa a instrumentalização de mitologias políticas nacionais pelo trumpismo. A partir da análise comparada de declarações de Donald Trump durante seu primeiro mandato como presidente dos EUA, entre 2016 e 2021, e de Ronald Reagan nos anos 1980, a autora traça uma genealogia do *slogan* “*Make America Great Again*”. Além de ressaltar o caráter nostálgico e ressentido dessa retórica, a reflexão de Ferreira é interessante na medida em que localiza o trumpismo na história da direita estadunidense. A presidência de Trump aparece, assim, como uma adaptação dessas forças políticas ao cenário ultramidiático do século XXI, e não como uma completa novidade.

No âmbito da história política, também, antigos conflitos geopolíticos têm sido reexaminados, em busca de identificar permanências e transformações, especialmente a partir do exame das novas formas de ação no tempo presente – “últimas (velhas) catástrofes”, quiçá. É este o caso do artigo de George Daniel Rodrigues Fonseca, “Muros e *checkpoints*: territórios palestinos entre a ocupação e a violência”, que toma como objeto de estudos o sistema israelense de controle sobre o território palestino. Partindo de um debate teórico entre autores nacionais e internacionais sobre as relações entre identidade, território e nacionalidade, o autor analisa o uso de estratégias de controle físico de circulação pelo território e argumenta que, para além de sua função prática no conflito, elas são construções culturais e simbólicas capazes de manter um Estado de exceção permanente. Identifica em seus documentos – relatos de viagem de duas intelectuais brasileiras e o documentário *The Architecture of Violence* (2014) – indícios de que estas estratégias reatualizam o controle de Israel sobre a Palestina ao sustentar as noções de hierarquia e exclusão.

Os questionamentos teóricos e metodológicos sobre o campo da história do tempo presente são também uma abordagem frequente. E, nestes casos, talvez possamos pensar que o exame na construção das “últimas catástrofes” como processo epistemológico. Embora todos os artigos do dossiê proponham reflexões teóricas consistentes, como é desejável em produções de natureza acadêmica, dois transformam as relações entre tempo presente, teoria e metodologia em objeto de estudos.

Um deles propõe uma abordagem que gira em torno de uma das questões mais desafiadoras do campo: pode-se falar em métodos próprios da história do tempo presente? Lucas Coelho Baccin, a partir de sua pesquisa de doutorado em curso, propõe-se a discutir a “Genealogia como metodologia para a História do Tempo Presente: diálogos com Foucault e Nietzsche”. O historiador defende que, sim, há aplicações possíveis da genealogia como método – associadas a práticas de descontinuidades, acasos, mudanças e rupturas – que desafiam verdades e convicções sólidas do presente ao desmontar os processos pelos quais foram construídos.

Muriel Custodio dos Passos, por sua vez, trata de questões de teoria e metodologia por outro viés: “Os Artigos de opinião de Michel Zaidan Filho no blog do *Brasil 247*, entre o passado histórico e o passado prático”. Ao trabalhar com cinco artigos de opinião do historiador acadêmico, todos sobre o papel do acadêmico das ciências humanas e a questão da democracia brasileira, problematiza os modelos de produção textual prescritos pela historiografia. A reflexão sobre as categorias de Hayden White (2018), “passado histórico” e “passado prático”, é a base para que o autor do artigo compreenda esta forma de atuação de um historiador no espaço público. Passos considera que, ao articular as duas categorias (com alguma predominância do “passado prático”), procurando responder “às preocupações ético-políticas que se colocam diante das incertezas e ameaças vividas pela democracia brasileira nos últimos anos”, Zaidan Filho realiza uma forma de produção específica de história do tempo presente.

Uma outra abordagem que tem sido comum no campo em questão é a análise dos usos do passado, buscando identificar as diferentes formas de narrativas sobre eventos, personagens e períodos históricos no presente. A partir do reconhecimento de que não se recorre ao passado de forma neutra, não se pode reconstruí-lo apenas objetivamente, historiadores(as) vêm tentando compreender como as diferentes formas de engajamento de autores(as) com o passado têm relação com valores e princípios específicos. E, mais, como estes engajamentos relacionam-se com a construção de identidades e

projetos políticos e sociais no tempo do agora. Neste dossiê, três são os artigos que têm este alvo prioritário – dois deles articulando os usos do passado à ideia de negacionismo, uma outra abordagem que tem sido recorrente na história do tempo presente nos últimos anos.

“Usos do passado e usos da natureza: intelectuais brasileiros e a pandemia de covid-19”, de Híkaro de Castro Dias Ferreira, realiza uma análise de ensaios (de Ciências Humanas e Sociais e Filosofia) escritos com o intento de construir sentidos para a pandemia de covid-19. A partir da nossa abordagem neste texto de apresentação do dossiê, podemos pensar que o autor constrói uma periodização da história recente, considerando a pandemia como a “última catástrofe”, este evento que reposiciona nossa visão das temporalidades e experiências humanas. E ele o faz, de fato, ao concluir as narrativas de intelectuais brasileiros convergem no sentido da pandemia como crise aguda, a partir de um imbricamento temporal: concepções específicas de natureza no passado, um presente que se opõe ao negacionismo hegemônico na sociedade em que vivem e uma projeção pessimista de futuro.

Em “A a-ideologia enquanto ferramenta do Negacionismo histórico: princesa Isabel e a abolição na segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*”, Caio Santos Melo examina uma forma de representação da relação entre (Princesa) Isabel e um episódio muito controverso na história do Brasil, a abolição da escravidão, tomando como fonte o segundo episódio da série de documentários para a TV, Canal History Brasil, baseada no *best-seller* homônimo de Leandro Narloch. Com um arcabouço teórico consistente, o autor do artigo contesta a auto-apresentação do documentário como a-ideológico e despolarizado, acusando seu alinhamento político à direita, de caráter negacionista e com tonalidades monarquistas. Problematisa, ainda, o uso do passado da abolição como forma de deslegitimação da história ensinada nas escolas – estratégia usual de movimentos políticos conservadores contemporâneos, como o Escola Sem Partido.

O terceiro artigo que trabalha com a perspectiva dos usos do passado é “Fonte da Memória: arte, memória visual e política personalista”, de Fernando Cardoso. Em diálogo com os conceitos de Diretriz e Encargo (Michael Baxandall, 2006), o autor analisa o complexo escultórico *Fonte da Memória* (Ricardo Tod, 1995) como um artefato simbólico de disputas políticas e identitárias. Produto do trabalho realizado pela Comissão dos 300 Anos, instituída em Curitiba em 1993 por ocasião do tricentenário da cidade, a obra nasceu como uma forma de o poder público instrumentalizar a memória para compor uma narrativa oficial que se pretendia hegemônica – no entanto, engendrou resistências de grupos que reivindicavam participação democrática nas decisões culturais. O texto analisa os

processos de “uso político da encomenda artística”, considerando a obra mais do que um objeto de arte, um lugar de memórias em disputa.

As mídias e seus produtos, assim como as formas como têm engendrado novos costumes e formas de vida ao mesmo tempo em que por elas são engendradas, têm sido também uma temática recorrente na história do tempo presente. Em um dos artigos deste dossiê, este é o foco central, não apenas como fontes, mas como objeto de estudos.

Fabíola Lima Silva questiona a construção das temporalidades históricas a partir de uma telenovela no artigo “Estruturas do passado, violências no presente: uma análise do julgamento do personagem Theo na telenovela *Vai na Fé*”. Em diálogo com um conjunto de referentes teóricos importantes para as reflexões sobre raça e racismo, feminismo negro, trauma e memória no mundo contemporâneo, e a partir da metodologia “eventos narrativos” (Rocha, 2016), a autora toma a TV como espaço de disputas no tempo presente. Ao analisar as interações entre as personagens da telenovela num contexto judicial, considera como a ficção permite refletir sobre um dado de realidade importante no tempo presente: as concepções coloniais do passado tensionam as estruturas legais do presente, o que faz com que, para mulheres negras, a busca pela justiça seja também uma “luta contra as estruturas históricas e sociais que insistem em silenciá-las”.

Com uma seleção do que foi apresentado para a comunidade acadêmica como resposta à chamada para este dossiê temático da *Temporalidades*, esta publicação reúne nove artigos com temáticas e objetos de pesquisa bastante distintos entre si. Textos que, a nosso ver, compõem nove caminhos de buscar compreender como as “últimas catástrofes” (re)inauguram a história no tempo presente e (re)criam uma história do tempo presente.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CATROGA, Fernando. O valor epistemológico da história da história. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

JOFFILY, Mariana; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. *Tempo*, Niterói, v. 30, n. 1, e300108, 2024. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2024v300108.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francie (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

Dossiê

Passado-presente: história, criação e disputa no agora

Os avanços da extrema direita, capitalismo de plataforma e o neofascismo no contexto brasileiro

The Rise of the Far-Right, Platform Capitalism and Neo-Fascism
in the Brazilian context

Maria Eduarda de Sousa Lopes

Mestranda em História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
lopesmaria129@gmail.com

João Paulo Charrone

Doutor em História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
charrone@ufpi.edu.br

Recebido: 17/08/2025

Aprovado: 07/01/2026

Resumo: O presente artigo visa analisar a reorganização da extrema-direita frente ao cenário de crises e esgotamento do sistema capitalista, processo de deslegitimação da democracia burguesa e aceleração do tempo em meio às modificações acarretadas pela hipermodernidade. A metodologia empregada baseou-se no estudo de materiais bibliográficos relacionados à pesquisa, assentada nas representações discursivas por pesquisadores como Cesarino, Fuchs, Srnicek, Della Torre, Morozov, entre outros. Dessa maneira, o trabalho concentra-se em como o movimento de extrema-direita se apropria das dinâmicas das plataformas digitais e como esse espaço privilegia a produção e disseminação do projeto político reacionário desse segmento.

Palavras-chave: Mídias Digitais; Extrema Direita; Neofascismo; Capitalismo.

Abstract: This article aims to highlight the reorganization of the far right in the face of crises and the exhaustion of the capitalist system, the process of delegitimizing bourgeois democracy, and the acceleration of time amid the changes brought about by hypermodernity. The methodology employed was based on the study of bibliographic materials related to the research, based on the discursive representations of researchers such as Cesarino, Fuchs, Srnicek, Della Torre, Morozov, among others. Thus, the work focuses on how the far-right movement appropriates the dynamics of digital platforms and how this space privileges the production and dissemination of the reactionary political project of this segment.

Keywords: Digital Media; Far Right; Neofascism; Capitalism.

Introdução

Na célebre narrativa bíblica presente no evangelho de Marcos, Jesus se depara com um homem possuído por vários espíritos impuros. Durante o exorcismo, ao questionar o nome do demônio que o atormentava, obtém como resposta: “legião é o meu nome, porque somos muitos.” Simbolicamente a passagem pode ser lida como uma metáfora para compreendermos a atual configuração da extrema-direita mundial, visto que esse movimento político extremista opera na contemporaneidade assim como a “legião” bíblica, sob a lógica da multiplicidade de vozes, aparências e discursos, sejam eles nacionalistas, ultranacionalistas, conspiracionistas e, sobretudo, nas mídias sociais, onde adotam diferentes estratégias. Dessa maneira, ao lançar o olhar crítico para o cenário digital contemporâneo, percebe-se não haver somente um nome que represente esse segmento, sendo esse segmento facilmente reinventado por uma onda de sentimentalismos como o medo, a desinformação e a nostalgia de uma ordem hierárquica existente no passado que, para algumas pessoas, foi perdida.

Este estudo adota uma metodologia de análise bibliográfica crítica, fundamentada na revisão de produções teóricas e empíricas que discutem as interações entre o sistema capitalista, tecnologia e a política no tempo presente. A investigação apoia-se em um corpus diversificado de autores, permitindo uma abordagem interdisciplinar dos fenômenos discutidos.

A estrutura do trabalho organiza-se em três eixos analíticos interdependentes. Inicialmente, dedica-se à reconstituição histórica do segmento da extrema direita brasileira, com ênfase no período posterior às Jornadas de Junho de 2013, evento basilar para a consumação da ruptura institucional de 2016, processo que promove um enquadramento do Brasil na agenda neoliberal. Em seguida, o artigo avança para a discussão sobre a plataformização do trabalho e a reorganização do capitalismo na era digital, visto que as transformações no âmbito laboral ajudam na compreensão do avanço do radicalismo, visto que novos moldes de trabalho e de vida passam a ser sustentados na votalidade, efemeridade e descartabilidade sem limites (Antunes; Druck, 2015).

Por fim, a análise concentra-se no fenômeno do neofascismo no âmbito digital, examinando como as infraestruturas das *big techs* e a gestão algorítmica favorecem discursos de ódio e a formação de um imaginário coletivo reacionário. O percurso argumentativo procura demonstrar que a convergência entre a crise do sistema capitalista que leva ao cenário de precarização do trabalho, mediado nesse momento pela tecnologia, constitui um terreno fértil para a ascensão de projetos

radicais, que se servem em grande medida das plataformas para minar instituições democráticas e naturalizar retrocessos sociais.

A adoção do termo neofascismo tem como base o estudo de Lucena (2023), apesar de ele caracterizar o fenômeno como novo nazifascismo. O autor aponta que as semelhanças entre os contextos históricos do nazifascismo do século XX e as condições atuais são destacadas em tempos crise, inclusive, cita Steve Bannon como um dos agentes principais para a propagação desse novo nazifascismo:

Para Bannon, toda cultura ocidental está em uma crise sem precedentes manifesta no modo de produção, na fé e na religião, acompanhado pela crise dos princípios judaicos cristãos que fundamentam toda a civilização. Estes princípios se centram nos pressupostos do tradicionalismo, sendo uma das características principais Novo Nazifascismo. O que se busca é uma volta a valores do passado que neguem o iluminismo e o liberalismo do século XIX (Lucena, 2023, p. 141).

O contexto analisado opera intrinsecamente ao fenômeno da aceleração do tempo e ao encurtamento dos horizontes de expectativas, como defende o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006) e Mark Fisher (2009) quando afirma que a constelação ideológica é marcada pelo esgotamento da imaginação política, por um sentimento dominante de resignação fatalista e de maneira geral, por uma espécie de encurtamento do horizonte temporal e rebaixamento das expectativas políticas.

Assim, o presente estudo assume uma postura panorâmica, reconhecendo que os fenômenos analisados são complexos, dotados de particularidades históricas. A abordagem adotada não pretende esgotar as especificidades de cada um dos processos, tampouco oferecer um exame exaustivo de casos singulares. O objetivo primordial é traçar as linhas de convergência estruturais que os articulam. Ao conectar essas esferas, o texto pretende levantar a reflexão sobre o cenário em geral em que a tecnologia passa a operar como um instrumento de um projeto político reacionário.

A legião que define a extrema direita

O tempo presente configura-se como um verdadeiro palco de tensões sociais e políticas. Essencialmente no último decênio, tem-se testemunhado, progressivamente, o avanço de ideários ultraconservadores, ultranacionalistas, segregacionistas e com fortes traços característicos dos preceitos nazifascistas no Brasil e no mundo. Esse refluxo reacionário pode ser lido como um sintoma de diversos fatores que, escancara, principalmente, a operacionalização do sistema neoliberal, o qual

desmonta a democracia ao tirar do debate democrático questões fundamentais da vida social, transvertendo em questões econômicas as quais são ditadas, sobretudo, por elites corporativas

Algumas nomenclaturas surgiram para definir a reorganização do movimento da direita extremada, como é o caso da Alt-Right¹ ou da “Nova Direita”, operam através de estratégias caóticas com elementos que, de acordo com os indivíduos envolvidos por essas ideologias, não faria sentido a confluência entre elas. Esse movimento é marcado pela interconexão entre: o libertarianismo, moralismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão, ultraliberalismo e racismo. Essas particularidades suscitam, como afirma Wendy Brown (2019), uma certa dificuldade para a nomenclatura desse movimento (Brown, 2019, p.10), entretanto, essa contrariedade também pode ser lida como um dos seus objetivos, dado que a mídia, seja ela convencional ou digital, ao atribuir o caráter popular para essa organização, ocasiona em uma legitimação de seus atos, ignorando assim o fator desse movimento político ser massivamente patrocinado pela elite empresarial (Casimiro, 2016).

Assim, compreender o processo de regressão da extrema direita brasileira exige não apenas analisar os eventos recentes, mas também pontuar os mecanismos que facilitam a adesão de parcelas da população assalariada a esses projetos políticos marcados pelo apelo ao autoritarismo, estes que trazem consigo marcas de retrocesso social. Logo, antes de explorar a operacionalização desse segmento político no espaço digital, é fundamental direcionar o olhar para os fatores que tornaram o cenário brasileiro um terreno fértil para o crescimento desenfreado do reacionarismo, sobretudo pela sua capacidade de sedução sobre as classes trabalhadoras, visto que não somente as elites compõem o movimento.

A organização dos setores da direita vem acontecendo desde os anos de 1980, como afirma o historiador Eurelino Coelho (2012) ao descrever que entre os anos de 1979 até 1989 é configurado pelo avanço das lutas das classes subalternas; a segunda fase, que vai de 1990 até 1998, é conhecido pelo refluxo neoliberal (Coelho apud Miranda, 2020, p. 31). Tendo em vista o âmbito ideológico, o estudo de Gabriel Onofre (2021) colabora para a compreensão da trajetória do intelectual liberal Friedrich Hayek e seu papel na formação de uma rede transnacional de *think tanks* neoliberais na

¹ A direita alternativa, tradução do termo, é um movimento político digitalmente nativo, produto da organização da extrema direita global frente o cenário digital. Diferente da direita clássica, esse movimento rejeita o *establishment*, adotando uma estética alternativa ao misturar referências da cultura *geek*, ódio racial, gênero e LGBTQ+fobia para atrair jovens para o âmbito político (Nagle, 2017).

América Latina nos últimos anos do século XX. O historiador aponta através de um relatório que o Instituto Liberal, uma das organizações intelectuais de direita basilares para esse processo de formação da extrema direita, recebeu em 1993 o patrocínio de 225 empresas:

os primeiros dez anos do Instituto Liberal (1983-1993) e considerando que as ações variaram de núcleo para núcleo, podemos identificar algumas atividades desenvolvidas pelos ILs: publicação de periódicos, livros e cartilhas³⁷; tradução de obras clássicas e contemporânea liberais; financiamento de programas de rádio e televisão; criação de concursos de monografia para jovens universitários e de prêmios para jornalistas; produção de cursos de formação, alguns deles voltados exclusivamente para professores; realização de seminários; elaboração de projetos de políticas públicas inspirados nas teorias econômicas liberais (Onofre, 2021, p. 201-202).

Dessa maneira, o significativo apoio financeiro viabilizou que os segmentos da direita pudessem se organizar frente ao âmbito educacional e cultural, tática esta essencial para o sentido da edificação da dominação, de acordo com preceitos gramscianos, visto que a reprodução do capital necessita de atores e intelectuais coletivos que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e, por conseguinte, a hegemonia pressupõe a luta de classes, que é historicamente construída e cotidianamente defendida (Santos, 2021, p. 25).

De acordo com Flávio Casimiro (2016), o fator que caracteriza a Nova Direita e a diferencia das “velhas direitas”, não são os atores, sequer a ideologia, mas sim o *modus operandi*. Este, por sua vez, caracteriza-se pela materialização de uma série de aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 2024)². Como exemplo dessa diferenciação, destaca-se a apropriação, por parte das plataformas digitais, de indivíduos com ideários da direita extremada.

Destarte, esse novo segmento da direita radical brasileira passou por uma expressiva metamorfose entre os anos de 1990 e os anos que procederam após 2013. A direita que assume o poder durante os anos da redemocratização se reorganiza sob a égide do consenso, na tentativa de afastar-se das características da velha direita autoritária do regime civil-militar, o que ajudou a viabilizar políticas de privatizações e desmonte do Estado desenvolvimentista. Porém, após as Jornadas de Junho

² De acordo com Gramsci (2024), “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.” Assim, o autor destaca que tais organismos, relativamente independentes em relação ao Estado, atuam para alcançar o consenso como qualidade imprescindível à dominação.

de 2013³, o Brasil testemunha a capacidade de mobilização desse movimento entre a massa popular, apesar do evidente incômodo que esses segmentos de direita possuíam frente aos pequenos avanços de estabilidade social durante os governos mais voltados a esquerda.

A partir disso a então direita renovada perdeu a vergonha de dizer seu nome, radicalizando seu discurso e estratégias, resultando em discursos que combinavam neoliberalismo com conservadorismo moral. O palco estava montado, tendo os herdeiros do regime ditatorial de volta à cena, trazendo com eles as manifestações de guerra contra a corrupção e os avanços de doses de progressismos.

Logo, o golpe contra Dilma Rousseff demonstra os resultados da reorganização da burguesia brasileira frente à crise de hegemonia fortemente marcada após o desequilíbrio financeiro global de 2008 que trouxe para a superfície todas as contradições do modelo neoliberal e a abertura de espaço para que essa hegemonia neoliberal fosse abertamente contestada (Fraser, 2019).

Segundo Camila Rocha (2018) no livro *O ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*, as novas direitas começaram a se organizar sem maiores recursos entre o final do primeiro governo Lula e o início do segundo. Naquela época, a internet já estava sendo ocupada, a passos lentos pelos adeptos desse segmento através de fóruns de discussão, blogs, sites e comunidades, principalmente na extinta rede social *Orkut* e, posteriormente, no *Facebook*, em que se discutiam temas relacionados ao livre mercado, à defesa de valores cristãos e à conjuntura política nacional e internacional. Todavia, o momento crucial para o boom das novas direitas no Brasil se deu por meio ao ciclo de protestos pró-*impeachment* de Dilma Rousseff que, juntamente ao manuseio nas mídias sociais, esse grupo passa a se materializar fora delas, culminando na criação de fortes identidades coletivas, dinâmicas emocionais que surgem a partir dessas interações e conflitos entre grupos políticos e mudanças as estruturas.

³ Embora inicialmente tenha sido visto como uma “primavera brasileira” que energizou o segmento mais radical da esquerda, as manifestações revelaram uma crise de representação, através da rejeição a partidos e posições ideológicas. O resultado predominante foi um sentimento de rejeição da política em si, além de que o que em seu sentido maior em relação à emancipação deveria ser do domínio da esquerda, quem acabou se beneficiando desse palco foi a direita com seu enfoque moralista, instrumentalizado de maneira ufanista e antiesquerda. Dessa maneira, as Jornadas de Junho de 2023 escancararam uma crise de práxis da esquerda que se refere à incapacidade de conceber uma “vontade coletiva” orientada por um horizonte comum, devido à fragmentação das multidões e sobre a sua própria fragmentação. O molde democrático neoliberal conciliador orientado pelo Partido dos Trabalhadores, gestor da máquina estatal, também contribuiu para esse cenário de crise política e social. In: Fernandes, Sabrina. *Sintomas Mórbitos: A Encruzilhada da Esquerda Brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 51-55.

Dessa maneira, percebe-se que os processos que se deram após esse evento se configuram em um projeto que pode ser interpretado como uma contrarreforma neoliberal autoritária (Santos, 2021). Além disso, a vitória de Jair Bolsonaro ao cargo presidencial, evidencia como esse setor político soube capitalizar o descontentamento popular frente aos governos conciliatórios. Assim, essa direita nova assume o papel de catalisadora de um projeto político reacionário, disposta a utilizar seus aparelhos privados de hegemonia para garantir seus interesses, ainda que estes sejam antidemocráticos.

A plataformização do trabalho

Considerando que para Marx e Engels (2007, p. 87), a reprodução da materialidade da vida humana se dá pelo trabalho, afinal, “o que os indivíduos são, portando, depende das condições materiais de sua produção”, é possível analisar as tecnologias como promotoras de uma robotização do ser humano, culminando no processo que pode ser denominado de “maquinização” de si mesmo. Sob esse prisma, torna-se viável analisar o impacto que o capitalismo de plataforma acarretou para o mundo do trabalho, como essas novas tecnologias moldam e prejudicam o âmbito laboral e, conseqüentemente, as relações sociais, visto que o Estado capitalista, não deixa de ser, nunca, uma forma de dominação política do capital sobre o trabalho (Demier, 2017).

Nick Srnicek, autor do livro *Platform Capitalism* (2017), tornou-se referência no debate acerca das transformações do molde capitalista com as ferramentas oferecidas pela era digital. O autor defende a tese de uma nova fase do capitalismo, na qual a exploração econômica dos dados ocupa o lugar central nos novos empreendimentos privados (Srnicek, 2017, p. 6). Desse modo, percebe-se que os processos de digitalização, ou, como alguns entusiastas dessas modificações denominam de otimizações do processo, causaram um impacto brutal no mundo do trabalho, ocasionando a acentuação da sua precarização.

Observando o contexto brasileiro, é notório o crescente aumento de trabalhadores por meio dessas plataformas digitais.⁴ Tendências essas que são globais, porém, se realizam de acordo com a manutenção das desigualdades, que tecem localmente os mercados de trabalho, assim como suas

⁴ Informações retiradas em: Brasil, C, I. *IBGE: país tem 2,1 milhões de trabalhadores de plataformas digitais*. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 25 out. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/ibge-pais-tem-21-milhoes-de-trabalhadores-de-plataformas-digitais>. Acesso em 02 de jul. de 2025.

organizações nacionais. Para além disso, esses processos se originam também da centralização do capital, a qual é diversa em diferentes localidades.

O fenômeno da “uberização”⁵ se inseriu na realidade brasileira de forma acelerada, principalmente após o cenário catastrófico ocasionado pela pandemia de covid-19, no entanto, esse atual cenário de precarização detém raízes antigas. Além de tudo, a ideologia propagada pelos incentivadores à adesão desse capitalismo de plataforma é de que você pode ser seu próprio chefe, fazer seu próprio horário, que não é qualquer coisa em um país como o Brasil, conversam com os estigmas que permaneceram após a experiência da colonização, como defende Caio Prado Júnior em seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo* (1989), visto que as relações de trabalho do Brasil ainda são muito marcadas pelo mando, pela humilhação e pela exploração do trabalhador.

Outro fator que pode ser associado a essa fragilização do trabalho está no processo de terceirização que começa a ser construído desde a época da ditadura civil-militar brasileira. Regulamentada em 1974 com a Lei 6.019/1974, torna-se reconhecida no período de redemocratização, mas a liberação para as atividades empresariais por meio da Lei 4.302/1998, sendo aprofundada com a Lei do Trabalho Temporário imposta no governo de Michel Temer. Percebe-se assim que o avanço da terceirização foi proporcionado através do projeto de desregulamentação do trabalho, produto da intensificação na aplicação do molde neoliberal, uma vez que esse fenômeno implica em menos arrecadação para o Estado e mais autonomia para o empresariado.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), havia 1,8 milhão de terceirizados formais no Brasil em 1995, número que chegou a 4,1 milhões em 2005 e a 12,5 milhões em 2014. Após a Reforma Trabalhista neoliberal de 2017, esse número se aproxima dos 20 milhões.⁶ Esse modelo de trabalho temporário, ao invés de promover a eficiência vendida na formulação dos seus projetos de lei, na realidade, precariza o trabalho

⁵ Termo refere-se à transição para o modelo de negócio sob demanda caracterizado pela relação informal de trabalho, que funciona por meio de um aplicativo (plataforma de economia colaborativa), criado e gerenciado por uma empresa de tecnologia que conecta os fornecedores de serviços diretamente aos clientes. Entre as plataformas prestadoras de serviços de transporte, de pessoas e mercadorias, a Uber se tornou a mais emblemática, o que acabou por ensejar a generalização da denominação *trabalho uberizado*.

⁶ Informações retiradas em: Bortolon, Eugênio. Como a terceirização e uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores. *Brasil de Fato*, Porto Alegre: RS, 24 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/24/como-a-terceirizacao-e-a-uberizacao-precizam-as-condicoes-de-vida-dos-trabalhadores>. Acesso em 03 de jul. de 2025.

expondo os trabalhadores a diversas vulnerabilidades socioeconômicas, como atrasados salariais prolongados e a erosão de direitos trabalhistas. No fim, essa flexibilização desenfreada das relações de trabalho resultou no fortalecimento dos ciclos de exploração, o que ajudou na consolidação do atual cenário de informalidade estrutural do Brasil.

O sociólogo Ricardo Antunes (2023) possui uma tese onde aponta que as grandes empresas, impulsionadas pelo universo informacional-digital, vêm recuperando e recriando formas pretéritas de trabalho, que tiveram vigência na protoforma do capitalismo, isto é, nos inícios da Revolução Industrial, quando as jornadas de trabalho eram demasiadamente prolongadas e os níveis de exploração eram intensificados, o que os séculos seguintes, dadas as expressivas lutas operárias, se encarregaram em tentar eliminar ou minimizar. Consonante a isso, os autores Ludmila Abílio, Henrique Amorim e Rafael Grohmann apontam como o fenômeno da uberização que já está inserido em um universo de informalidade, aumenta a escala dessa debilitação do âmbito laboral,

O trabalho subordinado por meio de plataformas tem de ser compreendido no contexto da desestabilização das categorias de análise que se constituíram em torno do emprego formal. As dualidades problemáticas que orientam a compreensão do trabalho informal como “espelho da relação salarial” perdem sua força explicativa: por um lado, a própria categoria emprego está se reconfigurando; por outro, a informalidade também se complexifica (o que parece estar em jogo são processos de informalização que envolvem até mesmo os meios de gerenciamento e controle do trabalho. Essa informalização extrapola, portanto, a condição de informalidade dos trabalhadores, atravessando o processo de trabalho como um todo (Abílio et al., 2021, p. 38).

Nesse panorama de subordinação por meio de plataformas digitais, até mesmo o ato de ser contratado muda de forma, não há recrutamento, processo seletivo, porque para se inserir nesse mercado, basta se cadastrar. Essa modificação sinaliza a informalização desde os primeiros passos, visto que o que vem posteriormente torna-se ainda mais incoerente, pois para estar no mercado precisa estar na plataforma, então o trabalhador precisa investir o seu próprio dinheiro para comprar os meios que o sustentará no trabalho ali ofertado, como a compra ou aluguel de automóveis e motocicletas, aparelhos celulares para alimentar o *software*.

Em meio as mudanças cada vez mais acentuadas sobre as atividades humanas para sistemas automatizados de processamentos de dados, surgem assim uma densidade de trabalhos acadêmicos com a intenção de examinar a atual situação da acumulação capitalista. Uma das teses que vem

ganhando destaque se trata do tecnofeudalismo, proposta por autores como Yanis Varoufakis (2024) e Durand (2021). Resumidamente, o conceito descreve que a digitalização do mundo ocasionou uma degradação do capitalismo, um retrocesso socioeconômico que gerou a ressurreição de formas mais brutais de dominação e submissão. As *big techs* não seriam mais empresas, mas feudos digitais que controlam a economia e vida cotidiana.

A analogia, entretanto, não se sustenta a partir do momento que utiliza elementos de um sistema antagonista, o feudalismo, para explicar elementos que se procederam do próprio capitalismo, como afirma Morozov em seu ensaio *Crítica da Razão Tecnofeudal* (2023), onde ele pontua que a principal crítica para essa teoria é que mundo não está experienciando eventos advindos de um pós-capitalismo, visto que formas de desapropriação e expropriação política, são características centrais do capitalismo, e não de desvios dele.

Outro estudo que reforça as teorias que apontam que o capitalismo de plataforma está resgatando moldes de servidão é o *Social Media a critical introduction* (2014) do austríaco Christian Fuchs. O autor destaca como as plataformas digitais coletam, armazenam e comercializam os dados dos usuários, transformando-os em mercadoria. Logo, o uso massivo de algoritmos, anúncios direcionados e a manipulação de comportamentos e preferências evidenciam uma nova fase de mercantilização da vida cotidiana, na qual o subjetivo, emoções e interações se tornam cada vez mais um recurso a ser explorado pelo capitalismo.

Assim, o acúmulo por meio da renda já havia sido descrito por Karl Marx (2013) como uma das modalidades de transferência ou expropriação do valor no capitalismo. A exploração do trabalho ainda é o que produz o maior valor, mas essa extração assume novas formas na contemporaneidade. Portanto, para conseguir atingir uma melhor percepção da crise do tempo presente, torna-se necessário o abandono de conceituações muito ligadas ao viés das fábricas. O cenário atual não se dá por meio da morte do capitalismo, mas de sua reinvenção, ainda mais acentuada dos seus propósitos basilares, e a divisão atual do trabalho é um produto da efetuação da agenda global do neoliberalismo.

Diante do exposto, torna-se possível observar historicamente como as políticas neoliberais se aliam as inovações tecnológicas para priorizar o capital em detrimento da qualidade de vida da classe trabalhadora, visto que na sua memória estrutural (dos dispositivos ou aplicações digitais) são codificadas respostas e soluções estabelecidas pelos organismos que os produzem, ou seja, as empresas capitalistas (Gjergji e Denunzio, 2023, p. 277). Logo, o cenário atual não se dá por meio da morte do

capitalismo, mas de sua reinvenção frente a divisão global do trabalho que é experienciado no tempo presente.

O neofascismo no meio digital

A manipulação das massas por meio dos instrumentos midiáticos sempre desempenhou um papel central nas transições para regimes totalitários. Um dos exemplos mais notáveis é a difusão do projeto político do nazista de Adolf Hitler por meio de produções cinematográficas e transmissões pelo rádio, que disseminavam discursos de medo e violência com o objetivo de consolidar uma base massiva de adeptos. Como observa Alcir Lenharo em *O Triunfo da Vontade* (2003), essas estratégias de propaganda exploravam de forma intensiva o poder simbólico e emocional da comunicação de massa, transformando-a em um instrumento fundamental de controle ideológico.

Consoante o historiador Rodrigo Turin (2019), a aceleração social nas décadas mais recentes foi intensificada pelas novas tecnologias e pela hegemonia do capital financeiro, fatores que acarretam uma sensação de dessincronização estrutural entre as esferas sociais, pulverizando o tempo histórico em uma miríade de ritmos desconexos (Turin, 2019, p. 11). A partir de Turin (2019) e Koselleck (2006), é possível pontuar que a dinâmica neoliberal operacionaliza um aparato de sincronização de tempo que encarcera a sociedade a uma temporalidade disruptiva que não permite tempo para que projetos coletivos apareçam dada a esfera de aceleração, configurando assim uma crise de representação do tempo.

É precisamente nesse contexto de crise temporal que se observa, na era digital, um crescimento exponencial dessas táticas de persuasão, agora potencializadas pela aceleração temporal e pelo sentimento de um amplo presente (Gumbrecht, 2015). Diferentemente dos eventos nazifascistas, nota-se que há uma modificação considerável no equilíbrio político. Essa mudança relaciona-se com a possibilidade de um ordenamento das massas cooptadas, visto que as plataformas digitais suscitam uma fragmentação dessas organizações sociais e políticas (Cesarino, 2021).

No tópico anterior, discutiu-se como o capitalismo de plataforma modifica as dinâmicas laborais, contornando a regulamentação estatal e acentuando a precarização herdada do avanço do neoliberalismo. Essa mesma lógica da plataformização transborda para o campo político, visto que o espalho digital, estruturado por uma arquitetura de mediação algorítmica e de captura de dados, converte-se em um terreno fértil para a reorganização da extrema direita. Desse modo, ao mesmo

tempo que a insegurança socioeconômica gera mal-estar e demanda por simplificações, as plataformas digitais oferecem o meio técnico para a articulação de um projeto neofascista, que se alimenta do cenário de desagregação social para ganhar adesão.

Em *Big Tech: a ascensão dos dados e morte da política* (2018), Evgeny Morozov realiza uma análise crítica de como as grandes empresas de tecnologia se apropriam da coleta massiva de dados para exercer uma nova forma de poder que na atualidade demonstra estar se encaminhando para uma forma que ameaça a experiência democrática. Segundo o autor, a redução da cidadania em consumidor é um dos principais pontos de como a digitalização está alterando a identidade do indivíduo, transformando o sujeito de direitos em um “usuário” ou “consumidor”, o que acarreta em um esvaziamento da capacidade de ação coletiva e imaginação de modelos de gestão alternativos.

Um exemplo indispensável para esse diálogo é o escândalo envolvendo a compra e uso político de dados coletados pelo Facebook para a empresa *Cambridge Analytica*, responsável pela campanha do republicano Donald Trump nas eleições de 2016 nos Estados Unidos, evidenciou-se como o espaço cibernético opera em consonância com a financeirização. A usurpação desses dados permitiu a criação de um sistema capaz de prever e influenciar escolhas eleitorais, expondo a vulnerabilidade da democracia diante da plataformização que atinge o cenário político.⁷ Nesse contexto, não é aleatório que o Steve Bannon, assessor político de Trump e fundador do *Breitbart News*, site de extrema direita conhecido pela disseminação de notícias falsas e conteúdos de cunho racista, tenha tido ligações com Jair Bolsonaro durante o período de campanha política em 2018.⁸

Suas técnicas para viralizar publicações difamatórias tendo como alvos centrais os políticos democratas, além de difundir teorias sobre uma hipotética conspiração global de esquerda contra os “valores tradicionais americanos”, serviram como base para a atuação digital do movimento de direita radical no Brasil, onde foi palpável a organização em forma de exército digital para construir uma rede de sustentação da campanha presidencial por meio da web 2.0.

⁷ Informações retiradas em: BBC News Brasil. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. *BBC News Brasil*. 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>. Acesso em 03 de jul. de 2025.

⁸ Informações retiradas em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em 03 de jul. de 2025.

Outra fonte que sustenta o debate é a reportagem investigativa produzida pela agência de notícias *Intercept Brasil*, lançada no dia 6 de junho de 2025, onde descreve a participação de executivos da *Meta*, conglomerado de tecnologia e mídia social dona do *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*; e do *Google* em um seminário do Partido Liberal, onde o objetivo central do evento foi de ensinar o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) para a comunicação política. Esse evento fornece uma ilustração concreta da afirmativa de Cesarino (2021), que aponta que a infraestrutura cibernética e a plataformização da internet intensificam a convergência formal com o neoliberalismo, pois ambas são marcadas por uma temporalidade de crise permanente.

A reportagem investigativa utilizou “Treinamento de guerra” como o título da matéria e descreve a presença massiva de militantes e influenciadores da nova direita radical. Esse ambiente ressoa com a análise de Cesarino (2021, p. 6) sobre a metafísica da desordem, a qual a autora exemplifica como uma nostalgia por líderes autoritários e “justiceiros” (agindo extrajudicialmente, se preciso for), fruto de uma sociedade entendida como estando “à beira da dissolução”.

Assim, torna-se viável a conclusão que os avanços dos projetos políticos com fortes traços neofascistas não ocorrem de forma orgânica, visto a estrutura digital na sua atual forma configura-se em uma sequência de planejamentos propositais para o benefício dessa disseminação, sendo este um dos principais motivos para o discurso amplamente replicado pela extrema-direita sobre a “liberdade de expressão”, fator que pode ser explicado pela preocupação dessa camada radical com medidas de regulamentação das plataformas digitais, visto que elas podem atrapalhar suas estratégias comunicativas.

Em vista disso, alguns pesquisadores como a antropóloga Bruna Della Torre (2025) argumentam que o avanço da extrema-direita nas plataformas digitais é uma estratégia global. De acordo com a pesquisadora:

As redes sociais possuem hoje uma capilaridade social que nenhuma outra organização jamais sonhou alcançar. As campanhas eleitorais hoje se desenvolvem quase exclusivamente por meio delas. O partido de massas foi substituído por uma nova forma: o partido digital de massas, uma estrutura que combina verticalidade – conectando diretamente o líder aos seus seguidores, da propaganda governamental às milícias digitais – e horizontalidade – articulando grupos marginais que antes estavam isolados e gerando nas pessoas (muitas vezes excluídas da política) uma falsa sensação de participação ativa (Della Torre, 2025).

Dessa maneira, as infraestruturas digitais ajudam a conformar a ressonância entre o neoliberalismo e outras forças como punitivismos, racismos, conservadorismo, religiosidade e messianismo, operando como uma "máquina de ressonância" que se propaga por meio de uma conexão por objetivos semelhantes, fator que gera um antagonismo entre quem são os aliados e quem são os inimigos (Cesarino, 2021), discursos eivados de uma retórica que busca a divisão e o conflito permanentes, o “nós” contra “eles” (Stanley, 2019). Esse tipo de discurso não apenas confere uma falsa sensação de importância, como também preenche as lacunas identitárias com significados artificiais.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a massificação, a aceleração exacerbada da comunicação e suas ferramentas implicam no processo do aumento do fluxo do desejo pelo imediato. Esse fluxo acarreta uma articulação do passado cada vez mais próxima do presente, em um processo de compreensão temporal que redefine os marcos da memória e do debate público.

O obstáculo mais latente frente a esse cenário político reside na assimetria da competitividade pelo engajamento digital pelos setores políticos. Produções vinculadas às agendas progressistas ou pesquisadores comprometidos com o rigor ético enfrentam uma desvantagem estrutural frente a conteúdos de cunho reacionário ou negacionista. Essa desigualdade não ocorre apenas de maior articulação estratégica dos últimos anos no ambiente digital, mas também de um robusto financiamento que sustenta sua disseminação. A ilustrativa dessa dinâmica é a pesquisa realizada em 2024 conduzida pelo projeto *Brief*, organizado pelo laboratório de comunicação Quid, que pontua o domínio de grupos conservadores sobre anúncios pagos na Meta. Segundo o estudo, entre 2020 e 2024, esses grupos alinhados à direita radical investiram 3,3 vezes mais que progressistas nesse mecanismo. Destaca-se também como maior investidor individual empresa Brasil Paralelo, uma *think tank* de extrema direita que produz conteúdo negacionista, apresentada como a “verdadeira história” do Brasil e mundo.

A Brasil Paralelo é uma empresa fundada em 2016, em Porto Alegre, e atualmente com sede na cidade de São Paulo, por três homens: Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Filipe Valerim, antigos discentes da Escola Superior de Propaganda e Marketing. De acordo com o sócio-fundador Viana, a principal referência na criação da empresa foi o Instituto Mises Brasil, organização neoliberal inspirada

nas produções da Escola Austríaca e nos cursos de filosofia do Olavo de Carvalho pela plataforma *Youtube*.⁹

Na seção "sobre nós: o que é a Brasil Paralelo"¹⁰ presente no *website* da empresa¹¹ possui uma frase que indica que o objetivo central deles é guiado por uma *missão*, assim eles prosseguem: "A nossa (missão) é resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros" (Brasil Paralelo, 2016). Diante das suas descrições, percebe-se que o trabalho em produzir materiais audiovisuais e textuais que buscam recontar o passado por um viés conservador pode ser categorizado como um aparelho privado de hegemonia, cujo o objetivo central da empresa é consolidar-se como uma instituição intelectual basilar da extrema direita. Como sintetiza Castro Rocha:

A guerra cultural bolsonarista depende de uma interpretação profundamente equivocada da história política brasileira, equívoco este agravado por uma analogia delirante que, por sua vez, ameaça as instituições culturais e as universidades com uma virulência que não encontra paralelo nem mesmo durante a ditadura civil-militar (Castro Rocha, 2023, p. 48).

A consideração de Umberto Eco (2002) sobre o fascismo fornece uma chave analítica para compreender suas ressignificações na contemporaneidade. Consonante o autor, o fascismo cresce porque oferece repostas fáceis e aparentemente viáveis para crises sociais e econômicas. Eles exploram o medo e a insegurança individual, prometendo um retorno a uma suposta grandeza passada. O fascismo cria inimigos internos e externos para unir a população contra eles, utilizando a propaganda e manipulação das emoções para consolidar o poder. Essa lógica que encontra, nas plataformas digitais, seu meio de expressão e potencialização no tempo presente.

O ambiente digital disponibiliza um espaço favorável para avanço e fortalecimento da extrema direita, bem como para disseminação de narrativas históricas e reorganização cultural sob o viés desse movimento. Esse fenômeno é amplificado pela arquitetura algorítmica das plataformas. O *Youtube*, em particular, tem sido apontado como instrumento poderosos para a formação da radicalização política, visto que seu algoritmo de recomendação conteúdos extremistas e conspiratórios (Fisher, Max; Taub Amanda, 2019). Ao explorar emoções como medo, raiva e incerteza acerca do futuro, esses canais não

⁹ Informações disponíveis em: <https://bri.net.br/quem-sao-fundadores-do-brasil-paralelo/>. Acesso em 13/10/2025.

¹⁰ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em 13/10/2025.

¹¹ Disponível em: www.brasilparalelo.com.br. Acesso em 13/10/2025.

apenas capturam audiência, mas são sistematicamente impulsionados a funcionarem como instrumento para a educação política para muitos dos seus usuários.

Conclusão

Por fim, a análise desenvolvida ao longo desse estudo buscou corroborar que a reorganização do movimento de extrema direita no Brasil atual são fenômenos ligados às transformações do capitalismo na era digital. A plataformização do trabalho e da própria esfera política criou uma estrutura fértil para a disseminação de projetos políticos reacionários, que se apropria operacionalmente das infraestruturas e lógicas das *big techs*.

Nesse contexto, a alegação episódica da socióloga conservadora, Gabriele Kubby, sobre a existência de uma suposta “hegemonia de esquerda” e um “novo totalitarismo” promovido pelos setores de esquerda, mascarado por discursos de liberdade, diversidade e justiça social, revela-se uma inversão retórica característica. Esse discurso, longe de corresponder à realidade estrutural examinada, serve paradoxalmente para ilustrar a própria operação ideológica em cena: a construção de um inimigo interno unificado, que justifica a mobilização antidemocrática. O exame das alianças entre o capital e o mundo plataformizado, unidos aos *think tanks* de direita e segmentos políticos reacionários aponta para uma consolidação de um *ethos* neoliberal autoritário, onde às necessidades de acumulação capitalista em tempos de supercapitalização (Mendel, 1982) combinam com a retirada de direitos sociais e esvaziamento das instituições democráticas.

Em suma, conclui-se que o fenômeno aqui tratado não se reduz a um simples estado passageiro. Ele representa uma convergência que é produto de uma fase de acumulação capitalista, marcada pela financeirização, precarização, vigilância e manipulação política. Assim, o futuro do “Estado Democrático de Direito” dependerá, sobretudo, da capacidade de articulação para compreender a simbiose entre o capitalismo e a plataformização da vida, que ameaça reconfigurar de forma duradoura o espaço social, laboral e os próprios horizontes de imaginação política.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 57, 2021.
- ANTUNES, Ricardo (org.). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.
- BBC NEWS BRASIL. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou o valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. *BBC NEWS*. 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>. Acesso em 03 de jul. de 2025.
- BORTOLON, Eugênio. Como a terceirização e uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores. *Brasil de Fato*, Porto Alegre: RS, 24 de jul. 2023. Disponível em: *Como a terceirização e a uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores. Brasil de Fato*. Acesso em 03 de jul. de 2025.
- BRASIL PARALELO. Sobre Nós: O que é a Brasil Paralelo? *Brasil Paralelo*. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em 13 de out. de 2025.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.
- CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. *Caderno CrH*, Salvador, v. 34, <https://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44377>. 2021.
- DELLA TORRE, Bruna. Redes sociais e o neofascismo de plataforma: crise democrática e indústria cultural digital. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 29 de abr. 2025. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/04/29/redes-sociais-e-neofascismo-de-plataforma-crise-democratica-e-industria-cultural-digital/>. Acesso em 04 de jul. de 2025.
- ECO, Umberto. *O Fascismo eterno*. Tradução: Eliana Aguiar. Editora Record: Rio de Janeiro, 2002.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FERNANDES, Sabrina. *Sintomas Mórbidos: A Encruzilhada da Esquerda Brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FISHER, MAX; TAUB, Amanda. Youtube ayudó al surgimiento de la derecha y la radicalización em Brasil. *The New York Times*, Nova York, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2019/08/14/espanol/america-latina/brasil-bolsonaro-youtube.html>. Acesso em 8 de agosto de 2024.
- FUCHS, Christian. *Social Media a critical introduction*. Los Angeles: SAGE. 2014.

- GJERGJI, Iside; DENUNZIO, Fabrizio. Digitalização e trabalho dos professores: o exemplo da Itália. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2023.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política*. 12 ed; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUBY, Gabriele. *La Revolución Sexual Global. La destrucción de la libertad en nombre de la libertad*. Trad. esp. Pablo Cervera Barranco. Madrid: Didaskalos, 2017.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: "O Triunfo da Vontade"*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- LUCENA, Carlos. *O novo nazifascismo. Relatório final de pesquisa pós doutorado*. Campinas, Unicamp, Faculdade de Educação, 2023.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MENDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- MIRANDA, João. Existe uma Nova Direita no Brasil contemporâneo? In: SANTOS, Mayara; MIRANDA, J. (orgs.). *Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.
- MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018.
- MOROZOV, E. Não, não é tecnofeudalismo. Ainda é capitalismo. Entrevista concedida a Daniel Denvir. *Jacobin Brasil*, 23 de jun. 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/06/nao-nao-e-tecnofeudalismo-ainda-e-capitalismo/>. Acesso em 03 de jul. de 2025.
- NAGLE, Angela. *Kill all normies: Online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the alt-right*. Zero books: Winchester/Washington, 2017.
- ONOFRE, Gabriel. O criador e a criatura: Friedrich Hayek e a rede transnacional de think tanks na América Latina. *História Unisinos* 25(2):191-203, Maio/Agosto 2021.
- RED. Conservadores dominam anúncios pagos na Meta e gastam 3,3 vezes mais que progressistas, diz estudo. *RED: Rede estação democracia*. 20 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://red.org.br/noticias/conservadores-dominam-anuncios-pagos-na-meta-e-gastam-33-vezes-mais-que-progressistas-diz-estudo/>.
- ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. SP: Boitempo, 2018.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SANTOS, Mayara. *Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: Brasil Paralelo e a hegemonia das direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020)*. Dissertação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

SILVA, Tarcízio. “O racismo algorítmico é uma espécie de atualização do racismo estrutural”. In: *CEE Fiocruz*, Rio de Janeiro. 30 de mar. 2023. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Tarcizio-Silva-O-racismo-algoritmico-e-uma-especie-de-atualizacao-do-racismo-estrutural>.

SOUSA, Sérgio de. Treinamento de guerra. Fiz as oficinas do Google e da Meta no seminário do partido do Bolsonaro. Aqui está o que aprendi. *Intercept Brasil*, 4 jun. 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/06/04/oficinas-google-meta-partido-bolsonaro/>. Acesso em 4 de julho de 2025.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal*. Zazie Edições, 2019.

VAROUFAKIS, Yanis. *Technofeudalism: what killed capitalism*. Hoboken, Melville House Publishing, 2024.

História do tempo presente e o resgate da mitologia política: Reagan-Trump e os usos do passado

History of the present and the rescue of political mythology:
Reagan-Trump and the uses of the past

Sabrina Alves Ferreira

Doutoranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

sabrinalvesfe@gmail.com

Recebido: 28/07/2025

Aprovado: 08/12/2025

Resumo: Investigamos, por meio desse artigo, de que maneira o trumpismo instrumentaliza mitologias nacionais e memórias idealizadas da história dos Estados Unidos para construir uma narrativa de restauração simbólica, articulada ao ressentimento da classe média branca, ao moralismo conservador e ao nacionalismo excludente. Tomando o slogan “*Make America Great Again*” como objeto central de análise, discute-se sua função como dispositivo de mitologia política, capaz de operar afetos, mobilizar identidades e reorganizar o pertencimento coletivo no tempo presente. A pesquisa, ancorada no campo da História do Tempo Presente, também explora a circulação de imagens e símbolos no imaginário político contemporâneo estadunidense, destacando a centralidade das representações na disputa por legitimidade histórica.

Palavras-chave: trumpismo; tempo presente; usos do passado.

Abstract: In this article, we investigate how Trumpism instrumentalizes national mythologies and idealized memories of United States history to construct a narrative of symbolic restoration, articulated with white middle-class resentment, conservative moralism, and exclusionary nationalism. Taking the slogan “*Make America Great Again*” as a central object of analysis, we discuss its function as a device of political mythology, capable of manipulating emotions, mobilizing identities, and reorganizing the sense of collective belonging in the present. This research, part of the history of the present, also explores the circulation of images and symbols in the contemporary American political imaginary, highlighting the centrality of representations in the dispute over historical legitimacy.

Keywords: trumpism; history of the presente; uses of the past.

Introdução

É conhecida a história relatada por Woodward (2012), segundo a qual, durante a guerra que devastou a antiga Iugoslávia, o escritor Michael Ignatieff conversava com um soldado sérvio em meio aos confrontos entre milícias croatas e sérvias. Tentando compreender por que antigos vizinhos e amigos buscavam exterminar uns aos outros, Ignatieff pergunta sobre as diferenças entre as duas etnias. O soldado, então, pega um maço de cigarros e diz: “Vê isto? São cigarros sérvios. Do outro lado, eles fumam cigarros croatas.” Ignatieff retruca: “Mas eles são, ambos, cigarros, certo?” Ao que o soldado responde, irritado: “Vocês estrangeiros não entendem nada.” Passados alguns minutos de silêncio, visivelmente perturbado pela pergunta, o soldado abaixa a arma e diz: “Olha, a coisa é assim. Aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Eles pensam que são europeus finos e tudo o mais. Vou lhe dizer uma coisa. Somos todos lixo dos Bálcãs.”

O episódio ilustra como símbolos cotidianos, como a marca de um cigarro, podem ser mobilizados para construir distinções identitárias profundas e justificar afetos de pertencimento, exclusão e violência. A naturalização dessas distinções opera por meio de mitologias políticas, narrativas de ressentimento e da reatualização de passados idealizados. É nessa chave interpretativa que este artigo se propõe a analisar os usos do passado na construção da identidade trumpista nos Estados Unidos contemporâneos, com especial atenção à retórica do “*Make America Great Again*” e às manifestações extremas como a invasão do Capitólio em 2021.

Neste artigo, examinamos as interseções entre a História do Tempo Presente (HTP) e o resgate de mitos nacionais, com o objetivo de compreender de que maneira esses elementos operam na construção da memória coletiva nos Estados Unidos sob o trumpismo. Para desenvolver essa análise, o estudo estrutura-se em três eixos principais: primeiro, um panorama teórico sobre a História do Tempo Presente e seus desafios epistemológicos; segundo, a genealogia e função política do *slogan* “*Make America Great Again*” (MAGA) como dispositivo de mitologia política e; terceiro, analisam-se dois episódios emblemáticos: a marcha de Charlottesville (2017) e a invasão do Capitólio (2021), como expressões concretas dos usos do passado e da restauração simbólica que estruturam a identidade trumpista.

A análise fundamenta-se em referenciais teóricos que destacam o papel das representações sociais e dos mitos na constituição das identidades coletivas e das relações de poder. Florence Delacroix

(1994) contribui com a reflexão sobre a conceituação de História do Tempo Presente, enquanto Bronislaw Baczko (1999) enfatiza a dimensão simbólica e emocional das mitologias políticas.

Metodologia

Este artigo resulta de uma pesquisa qualitativa e interpretativa ancorada nos pressupostos da História do Tempo Presente (HTP), cujo objeto de estudo envolve fenômenos políticos e simbólicos em curso. O *corpus* documental foi composto por discursos oficiais e registros públicos de Donald Trump (2016–2021), comunicados da Casa Branca, ordens executivas n.º 13767 e 13768 e registros audiovisuais de comícios e pronunciamentos, além de discursos de Ronald Reagan durante a campanha de 1980.

A seleção dos casos de análise, a marcha de Charlottesville (2017) e a invasão do Capitólio (2021), baseou-se na relevância de ambos como expressões materiais e simbólicas da mobilização da memória e do mito político na retórica trumpista. O recorte temporal abrange as décadas de 1980 a 2021, buscando estabelecer continuidades e rupturas entre o discurso restaurador de Reagan e o de Trump.

O tratamento das fontes seguiu critérios éticos e metodológicos próprios da HTP, reconhecendo os desafios de analisar eventos recentes e as tensões entre testemunho, narrativa e memória coletiva. Assim, privilegia-se a interpretação contextualizada dos discursos, imagens e políticas públicas como expressões de uma mitologia política contemporânea.

1. História do Tempo Presente: Um conceito difícil

Delacroix (2018) parte da afirmação de Koselleck de que *“Zeitgeschichte ist ein schönes Wort, aber ein schwieriger Begriff”*, ou seja, de que “História contemporânea é uma palavra bonita, mas um conceito difícil”. A partir dessa constatação, a autora questiona se a História do Tempo Presente (HTP) é, de fato, uma história como as outras, considerando que a reivindicação de um estatuto epistemológico próprio para a HTP é, frequentemente, contestada por aqueles que a entendem como uma “história como qualquer outra” ou como uma “história-ciência social” voltada ao presente (Prost, [2002] e Droit, [2014]).

Diante dessas discussões, Delacroix (2018) observa que a tentativa de definir a singularidade da HTP não se limita a uma disputa conceitual, mas é, sobretudo, uma maneira de interrogar a natureza do nosso tempo presente e de retomar, em novos termos, a questão kantiana: *O que somos hoje?* Diante disso, torna-se relevante um breve levantamento sobre o surgimento do que hoje compreendemos como História do Tempo Presente.

A nomenclatura passou a se consolidar no meio historiográfico a partir do século XX, sobretudo na França, com a criação do *Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP)* em 1978, vinculado ao *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)*. Em outros países europeus, instituições voltadas ao estudo do passado recente da Segunda Guerra Mundial foram criadas ainda mais cedo, como nos Países Baixos, em 1944, e na Itália, em 1949. Já na América Latina, a consolidação do campo ocorreu especialmente a partir da década de 1990, sob diferentes designações, como “história do passado recente”, “história atual” ou “história vivida”, variando conforme os contextos locais, mas, tendo em comum, a demanda do caráter cívico de fazer justiça às vítimas das ditaduras.

Segundo Roussio (2007), o surgimento e a expansão da História do Tempo Presente estão vinculados à “mundialização da memória”, marcada por uma multiplicidade de demandas sociais e políticas por reconhecimento de “passados que não querem passar”. A partir da década de 1970, diversas comissões da verdade foram instauradas na América Latina, África e Canadá, com distintos objetivos e graus de institucionalização, ampliando a presença do passado traumático no debate público e reforçando a necessidade de abordagens historiográficas voltadas para o tempo presente. Diante disso, Delacroix aponta que,

Em todos os casos, a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas à passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma dívida a saldar em relação ao passado parece, portanto, comum a essas reivindicações memoriais (Delacroix, 2018, p. 47).

Contudo, como alerta Delacroix (2018), isso não significa que a HTP tenha surgido apenas na década de 1970. A autora destaca que “os historiadores que a produziram antes dessa data – e mesmo desde as origens da história, com os historiadores gregos – são muito numerosos” (p. 45). No entanto, ela também problematiza a lógica anacrônica de considerar tais autores como “precursores” da HTP,

pois a afirmação da área está intrinsecamente relacionada a contextos nacionais pós-Segunda Guerra Mundial, marcados por abalos profundos nas identidades e nas consciências históricas, especialmente em torno da experiência de passados traumáticos no século XX.

A questão é que a definição do que seria o tempo presente permanece problemática. As nuances das diferentes denominações do campo refletem justamente a dificuldade de se estabelecer uma conceituação precisa do “presente” por meio de abordagens periodizantes. Delacroix (2018) observa que, para contornar essa dificuldade, alguns historiadores passaram a definir seu objeto não apenas com base na ideia de “tempo presente”, mas também na existência de testemunhas vivas. Contudo, a autora adverte que questões relacionadas à memória e à identidade não dizem respeito exclusivamente à História do Tempo Presente. Além disso, questiona se a presença de atores sociais e testemunhas vivas não tornaria ainda mais complexa a tarefa do historiador, especialmente no que se refere à *representação* crítica do passado.

Nesse cenário, o campo da História do Tempo Presente se vê atravessado por debates fundamentais sobre a relação entre história e memória (como propõe Pierre Nora [1993]) e sobre a autonomia epistemológica da história em relação à memória. Tais discussões impactam diretamente a concepção do seu estatuto científico, desafiando os limites entre experiência vivida, narrativa histórica e rigor metodológico.

A tese da oposição entre história e memória, que culmina com a distinção/oposição entre dever de história e dever de memória, pretende certamente defender o caráter científico da história. Mas esse caráter científico da história é geralmente considerado em uma acepção estritamente epistemológica ou mesmo metodológica, destacada do seu referente vivido que é o da memória e do testemunho (Delacroix, 2018, p. 62).

A questão central não está em reduzir a relação entre história e memória à simples historicização da memória como novo objeto da história, nem em assegurar o testemunho apenas como fonte documental. Trata-se, antes, de reconhecer que a HTP se constitui como uma prática historiográfica que articula a matriz testemunhal à construção de sentidos sobre o real, considerando os múltiplos usos do passado no presente. O testemunho, nesse contexto, não é apenas uma fonte, mas um lugar de enunciação carregado de afetos, disputas e sentidos sociais, um operador da significação histórica.

Nesse horizonte, emerge uma questão crucial: qual é o papel da demanda social na configuração da HTP? Estaríamos diante de uma pluralidade de memórias igualmente legítimas e sem hierarquias? Ou caberia ao historiador produzir o que Paul Ricoeur chamou de “memória justa”, uma escrita que, longe de ser neutra, busca equilibrar ética e justiça narrativa diante de passados traumáticos? Estaria a HTP comprometida com a reescrita de uma nova “história oficial”, convertendo o historiador em juiz ou terapeuta das patologias históricas das sociedades?

Essas tensões atravessam o campo e colocam em xeque tanto a neutralidade quanto a autoridade do historiador, sobretudo quando a HTP se insere nos usos públicos da história, no terreno da memória coletiva e da disputa por legitimidade simbólica. É nesse ponto que a HTP, concebida como *Zeitgeschichte*, revela seu caráter profundamente político, ético e metodológico. Fato é que a História do Tempo Presente entrelaça memória, testemunho e os usos políticos da história, afirmando-se não apenas como um campo temático, mas como uma prática historiográfica implicada nas urgências do presente.

A escuta do testemunho, a pluralidade das memórias e, conseqüentemente, suas politizações constituem elementos centrais na construção epistemológica da HTP. Esse cenário exige do historiador uma vigilância ética constante, sobretudo diante de narrativas que instrumentalizam o passado para reforçar projetos autoritários e restauracionistas. Nesse sentido, o desafio da HTP não reside apenas nas dificuldades inerentes ao trabalho com memórias e testemunhas vivas, mas na necessidade de compreender como tais discursos históricos produzem identidades, moldam afetos coletivos e orientam ações políticas no tempo presente, em busca, talvez, de responder à inquietante pergunta: “O que somos hoje?”.

É justamente a partir dessa perspectiva que nos propomos a analisar o slogan “*Make America Great Again*” (MAGA), resgatado e instrumentalizado politicamente por Donald Trump nas campanhas presidenciais de 2016 e 2020, não apenas como uma estratégia retórica e populista, mas como um dispositivo político sustentado na idealização seletiva do passado. Ao evocar uma suposta grandeza perdida da América, o trumpismo opera com uma lógica mitológica da história. O passado e a memória, nesse contexto, deixam de ser objetos de reflexão crítica para se tornarem recursos políticos, transformados em ferramentas de coesão identitária.

Trata-se, portanto, de compreender de que maneira essa instrumentalização de um passado idealizado se inscreve nas dinâmicas contemporâneas da memória política e da produção de sentido,

revelando a potência do mito histórico como mecanismo de legitimação ideológica. Essas tensões epistemológicas entre história, memória e identidade configuram o pano de fundo teórico necessário para compreender a genealogia contemporânea do slogan ‘*Make America Great Again*’.

2. *Make America Great Again* (MAGA): a genealogia do slogan

O slogan “*Make America Great Again*”, amplamente associado a Donald Trump, possui origens anteriores que remontam à campanha de Ronald Reagan em 1980, conforme podemos observar na imagem 1. Reagan chega ao poder em um contexto de mal-estar nacional marcado por derrotas simbólicas e materiais: o fracasso no Vietnã, a crise de reféns no Irã, a estagflação e a perda de prestígio global dos Estados Unidos. Seu discurso de campanha reposicionou a Guerra Fria como embate moral absoluto entre o bem (os Estados Unidos) e o mal (a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS), convocando o país a “retomar seu destino” como nação excepcional. Essa retórica carregava uma profunda carga restauradora: a promessa de resgatar uma grandeza perdida, ancorada numa visão idealizada e homogênea da nação. O uso da linguagem religiosa, o maniqueísmo político e o apelo à força militar como garantia de autoridade mundial constituíam os pilares de sua narrativa mítica.

Imagem 1: Campanha presidencial de Reagan de 1980



Fonte: Foto de fotosearch/Getty images. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/2667517>.
Acessado em: 24/06/2025.

Walter LaFeber (1994 *apud* Silva, 2014, p. 7), identifica quatro elementos centrais que estruturaram a política externa dos Estados Unidos durante o governo Reagan: a ampliação dos

poderes presidenciais, o fortalecimento do anticomunismo, a distinção conceitual entre regimes autoritários e totalitários, e o processo de militarização¹ da política e da economia. O primeiro elemento refere-se ao esforço de Reagan em consolidar sua autoridade frente a um Congresso dividido, buscando apoio para suas ações militares, muitas vezes impopulares, por meio de discursos persuasivos que colocavam em xeque o patriotismo de quem se opunha a elas.

O anticomunismo, segundo pilar, embora presente ao longo da Guerra Fria, é intensificado durante sua gestão, sendo reposicionado como um eixo fundamental da chamada Nova Guerra Fria², em contraste com momentos anteriores como o da *détente*³. O terceiro ponto, influenciado pela embaixadora Jeane Kirkpatrick⁴, consiste na diferenciação entre ditaduras autoritárias e totalitárias, permitindo à administração justificar a aliança com regimes autoritários de direita (como os do Brasil, Argentina ou África do Sul) ao alegar que estes, por serem capitalistas, teriam uma inclinação natural rumo à democracia. Já os totalitários, identificados com o socialismo e a oposição ao modelo liberal estadunidense, eram considerados irreduzíveis e alvos prioritários (como a URSS, China e Cuba).

Por fim, o quarto pilar diz respeito à intensificação da militarização promovida pelo governo Reagan, que elevou em cerca de 40% os gastos militares em relação ao período anterior. Esse processo incluiu a atuação em países do Terceiro Mundo, o combate a movimentos de esquerda e o investimento em projetos estratégicos, como a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) e a formulação da Doutrina Reagan. Diferentemente de estratégias anteriores, a Doutrina Reagan visava não apenas impedir a expansão da influência soviética, mas também revertê-la por meio do apoio direto a grupos armados

¹ É importante destacar a distinção conceitual entre militarismo e militarização. O termo “militarismo” refere-se a um conjunto de concepções e práticas que atribuem centralidade e prestígio aos valores, símbolos e estruturas militares, promovendo uma predisposição social ao conflito por meio da naturalização da preparação constante para a guerra (Forner & Pecequillo, 2023). Por sua vez, “militarização” diz respeito ao processo pelo qual esses valores e comportamentos militaristas se inserem nas dinâmicas sociais, estruturando relações, instituições e políticas públicas.

² O termo “Nova Guerra Fria” descreve a intensificação do antagonismo EUA-URSS nos anos 1980, com a retórica maniqueísta do governo Reagan substituindo a política de *détente* (distensão), que caracterizou os anos 1970. A *détente* visava a coexistência pacífica por meio da diplomacia e dos acordos de controle de armas, enquanto a Nova Guerra Fria retomava o confronto ideológico e militar direto. Ver Jentleson (2010) e Bilsland (2015).

³ A política de *détente* (ou *détente*, em francês, que significa “relaxamento” ou “distensão”) foi uma estratégia diplomática adotada principalmente durante a Guerra Fria, nas décadas de 1960 e 1970, por Estados Unidos e União Soviética, com o objetivo de reduzir as tensões e o risco de conflito direto entre as duas superpotências.

⁴ Jeane Kirkpatrick foi uma cientista política estadunidense e embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas durante o governo Ronald Reagan (1981–1985). Teórica do realismo político, ficou conhecida por sua doutrina que distinguia “ditaduras autoritárias” (aceitáveis para os EUA) de “regimes totalitários” (inaceitáveis), justificando, assim, o apoio norte-americano a governos autoritários aliados durante a Guerra Fria. Sua tese é apresentada no influente artigo *Dictatorships and Double Standards*, publicado na revista *Commentary* em 1979.

anticomunistas, os chamados “combatentes da liberdade”. Esse apoio materializou-se em diversas regiões do mundo, como no financiamento aos *mujabidins* no Afeganistão⁵, aos *contras* na Nicarágua e a grupos opositores em Angola e Moçambique.

Reagan também era *performer*, um comunicador hábil que traduzia complexidades geopolíticas em imagens morais simples. Como lembra Bilsland (2015), sua visão da URSS oscilava entre o medo do expansionismo e a certeza de sua ruína iminente. A inconsistência não importava: o que se consolidava era o mito de uma América predestinada a triunfar, ameaçada apenas por sua própria fraqueza moral e por inimigos internos e externos.

Durante seu governo, Reagan buscou definir as principais diretrizes do interesse nacional dos Estados Unidos, estruturando-as em torno de quatro pilares conhecidos como os “4 Ps”, conforme sistematizado por Jentleson (2010): paz, poder, princípios e prosperidade. Essa abordagem combinava objetivos estratégicos de política externa com elementos retóricos e socioeconômicos internos.

O primeiro desses pilares, a paz, fundamentava-se na percepção de que a política de détente, predominante nas décadas anteriores, teria fracassado. Reagan acreditava que a União Soviética continuava a se expandir militar e ideologicamente, o que, em sua visão, tornava obsoletas as estratégias adotadas por líderes como Nixon, Ford, Carter e Kissinger. Para ele, os conflitos ao redor do mundo eram indícios da atuação soviética, sendo necessário adotar uma postura mais assertiva diante do que considerava uma ameaça global (Jentleson, 2010).

Em seguida, destaca-se o poder como elemento essencial. Jentleson (2010) sublinha que, para Reagan, era imperativo restaurar e demonstrar a força estadunidense em diversas frentes. Essa orientação ficou evidente com a formulação da chamada Doutrina Reagan, que ultrapassava a contenção tradicional da Guerra Fria ao propor o “*rollback*”, ou seja, a reversão ativa de regimes socialistas em diversas partes do mundo, como no caso do apoio a resistências mencionadas anteriormente.

Jentleson (2010) aponta que a intensificação do aparato militar também foi um componente central dessa lógica de poder. Reagan impulsionou o aumento substancial dos gastos em defesa,

⁵ Para saber mais, leia o livro *A luta contra o terrorismo: os Estados Unidos e os amigos Talibãs*, publicado por Reginaldo Nasser em 2021, que discute as relações históricas entre os Estados Unidos e o Talibã, destacando a ajuda financeira e militar fornecida durante a Guerra Fria, as estratégias geopolíticas envolvidas, as consequências imprevistas dessas políticas e as mudanças nas alianças pós-11 de setembro de 2001.

reativando projetos abandonados por Carter, como o míssil MX e o submarino Trident, além de lançar a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI). Dois princípios reorientaram a doutrina de dissuasão nuclear: primeiro, a autossuficiência em segurança nacional, demonstrando ceticismo quanto aos acordos de controle de armas; segundo, a rejeição da lógica da Destruição Mútua Assegurada (MAD), vista como insana. Em seu lugar, foi defendida a estratégia NUTS (*Nuclear Utilization Targeting Strategy*), que admitia a possibilidade de sobrevivência e vitória em um eventual conflito nuclear.

O terceiro pilar, os princípios, articula-se com a ideia do excepcionalismo americano. Os Estados Unidos se apresentavam como os guardiões da liberdade, da democracia e do capitalismo, enquanto a URSS era retratada como a encarnação do mal, do totalitarismo e do fracasso iminente. Essa visão maniqueísta justificava, segundo a racionalização da embaixadora Jeane Kirkpatrick, o apoio a regimes autoritários aliados, como os da América Latina, sob o argumento de que, mesmo imperfeitos, esses governos eram preferíveis a uma eventual tomada de poder por forças comunistas, como teria ocorrido no Irã pós-Xá⁶. Essa construção narrativa sedimentou-se no imaginário conservador, tornando-se um repertório simbólico disponível para novas mobilizações, como veremos a seguir. Discursando para o Parlamento Britânico em 1982, Reagan afirmou:

Nós estamos chegando ao final de um século sangrento praguejado por uma invenção política terrível – o totalitarismo. O otimismo vem com mais dificuldade hoje, não porque a democracia está menos vigorosa, mas porque os inimigos da democracia refinaram seus instrumentos de repressão. [...] De um jeito irônico Karl Marx estava certo. Testemunhamos hoje uma grande crise revolucionária, uma crise onde as demandas da ordem econômica estão em conflito com aquelas da ordem política. Mas esta crise não está acontecendo no Ocidente livre, não-marxista, mas na casa do Marxismo-leninismo, a União Soviética (Reagan, s.p., tradução nossa, 1982)⁷.

A retórica de Reagan, ancorada no binarismo entre liberdade e totalitarismo, oferecia ao público estadunidense uma narrativa de reconciliação entre identidade nacional e destino histórico. Ao evocar um passado glorioso e projetar a responsabilidade moral dos Estados Unidos na defesa da liberdade global, o ex-presidente mobilizou um repertório simbólico que ressignificava derrotas

⁶ O termo “Irã pós-xá” refere-se ao período histórico posterior à Revolução Iraniana de 1979, quando o regime monárquico do xá Mohammad Reza Pahlavi foi derrubado e substituído por uma República Islâmica teocrática liderada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini. Esse novo modelo de governo baseia-se na doutrina do *Velayat-e Faqih* (governo do jurista islâmico) e rompeu com o alinhamento ocidental que marcava o Irã durante o regime do xá.

⁷ Reagan, Ronald. *Speech to the British Parliament (Westminster)*, 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gm35tF7tsuc>. Acesso em: 25 jul. 2025.

recentes como desafios a serem superados por uma nação excepcional. Essa lógica restauradora, que transforma a crise em oportunidade para reafirmar os valores fundantes da nação, sedimentou-se como um dos pilares da cultura política conservadora nos Estados Unidos, permanecendo como referência discursiva para futuras lideranças. Foi nesse terreno já cultivado que Donald Trump reencontrou, décadas depois, o slogan “*Make America Great Again*” e lhe conferiu novos contornos no contexto do século XXI conforme podemos observar nas imagens 2 e 3.

Longe de ser uma simples estratégia retórica, trata-se de um mito mobilizador ancorado na idealização de um passado glorioso, que atua como dispositivo político de pertencimento, exclusão e construção identitária. O *slogan* resgata uma memória seletiva da nação estadunidense, em que a grandeza é associada a valores tradicionalistas, nacionalistas e conservadores, operando como elemento de coesão simbólica para determinados grupos sociais. Nesse sentido, “*Make America Great Again*” pode ser compreendido como uma forma contemporânea de mitologia política, que instrumentaliza o passado para moldar afetos e justificar projetos identitários no presente.

Imagem 2: Donald Trump em comício de campanha em 2018, em Nashville, Tennessee



Fonte: Foto de fotosearch/Getty images. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/963631692>.
Acessado em: 24/062025

Imagem 3: Donald Trump em comício de campanha em 2023, em Manchester, New Hampshire



Fonte: Foto de fotosearch/Getty images. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/1485857181>.
Acessado em: 24/06/2025.

Ao comparar Reagan e Trump, observam-se tanto continuidades quanto discontinuidades. Reagan construiu sua retórica no contexto da Guerra Fria, em meio à oposição entre liberdade e totalitarismo, enquanto Trump reconfigura essa lógica em uma era de globalização, internet e fragmentação identitária. Em Reagan, o inimigo estava fora: o comunismo soviético; em Trump, o inimigo é interno: imigrantes, elites liberais e movimentos progressistas.

Essa transposição do medo geopolítico para o medo social é fundamental para compreender a atualização do mito da “grandeza americana”. Ambos mobilizam afetos restauradores, mas em Trump o mito torna-se performático, midiático e cotidiano, sustentado por plataformas digitais e pela estetização da política.

3. O resgate do mito: Trump e o passado glorificado

De acordo com Bronislaw Baczko (1999), as representações sociais, inventadas e elaboradas com materiais simbólicos, possuem uma realidade específica que reside, ao mesmo tempo, em sua existência e em seu impacto variável sobre as mentalidades e os comportamentos coletivos na vida social. Embora os esquemas simplistas de representação frequentemente associem a utopia ao caráter “subversivo” e a memória coletiva ao viés “conservador”, as realidades históricas demonstram ser muito mais complexas.

Segundo o autor, no campo das mentalidades, a mitologia gerada por um acontecimento tende a prevalecer sobre o próprio acontecimento: “Não são as ideias que fazem a História, os homens fazem a si mesmos, mas as representações e sua história verdadeira, real, se encontram mais nas suas crenças, mitos e ilusões” (Baczko, 1999, p. 14). Diante desse cenário, o rigor científico assume um papel “revelador” e “desmitificador”, ao buscar desconstruir essas camadas simbólicas que ocultam as múltiplas dimensões da realidade.

Nesse ínterim, emergem as problemáticas do poder. De acordo com Baczko (1999), a mutação política dos tempos modernos, o advento do Estado-nação, não poderia ocorrer sem condições simbólicas que dessem legitimidade interna à autoridade. Essas representações dissolveram a exterioridade do fundamento do poder, fundando o Estado sobre seu próprio princípio, o que, conforme Gauchet (1931), supõe a autossuficiência da sociedade moderna.

Os movimentos políticos e sociais que acompanham esse novo espaço político necessitam de representação: exigem a visualização de uma identidade coletiva capaz de se projetar tanto no passado quanto no futuro. Nessa perspectiva, exercer o poder simbólico não significa apenas agregar ao ilusório um poder real, mas multiplicar e reforçar uma dominação efetiva por meio da apropriação dos símbolos e da conjugação das relações entre sentido e poder (Baczko, 1999).

Assim, cada sociedade detém a capacidade de estabelecer seus deuses, decidir o que será sacralizado e produzir suas próprias representações sagradas. Trata-se de um exercício simbólico de poder, que funda a legitimidade e consolida a autoridade, ao mesmo tempo em que organiza a memória, a identidade e os horizontes utópicos. O mito, segundo sua própria lógica, reflete uma experiência coletiva marcada por intensas emoções, frequentemente entrelaçada com ilusões e esperanças compartilhadas (Baczko, 1999). Trata-se de uma vivência simbólica que não se limita ao indivíduo, mas se constitui com os outros e contra os outros, ou seja, em oposição e identificação coletiva.

O sujeito, ao se reconhecer nesse imaginário, sente-se sustentado por forças coletivas que o transcendem e lhe conferem pertencimento. A circulação de narrativas, imagens, gravuras, cerimônias comemorativas e outros dispositivos simbólicos tem a função de amplificar e consolidar essa mitologia, transformando-a em memória coletiva e, muitas vezes, em instrumento de coesão ou dominação social.

Nesse contexto, os mitos políticos se constituem como formas de representação coletiva que condensam emoções, esperanças e ilusões compartilhadas. Mais do que narrativas sobre o passado, eles são ferramentas de mobilização simbólica que organizam identidades e orientam ações no presente. Como destaca Baczko (1999), não são apenas os acontecimentos que fazem a história, mas as representações criadas a partir deles: crenças, imagens e mitos que ganham materialidade social e política. Tais representações, amplificadas por rituais, cerimônias e mídias visuais, produzem um senso de pertencimento e reforçam estruturas de dominação simbólica.

Diante dessas considerações, fica evidente que a eleição de Donald Trump em 2016 não se deu no vácuo. Antes de tudo, foi expressão de um ressentimento acumulado na sociedade estadunidense, especialmente entre setores da população branca que se percebem como ameaçados em sua centralidade econômica, cultural e política. Ferreira (2025) aponta que:

Ainda que o GOP⁸ da década de 1990 não seja o mesmo dos anos 2010 ou 2020 – com diferenças significativas em suas lideranças, estratégias e bases eleitorais –, é possível identificar um processo contínuo de radicalização ideológica em seu interior. A ascensão de figuras como Newt Gingrich e o fortalecimento de discursos nativistas e moralistas nas décadas anteriores prepararam o terreno para o surgimento de movimentos como o *Tea Party*, que, a partir de 2008, consolidaram uma guinada mais radical e polarizada na política republicana [...] que se revela fundamental para compreender não apenas as transformações ideológicas do partido, mas sobretudo a eleição de Donald Trump em 2016 como expressão de um processo político mais longo e estruturado de reconfiguração da direita norte-americana (Ferreira, 2025, p. 93).

A ascensão de Donald Trump ao poder, em 2016, inaugurou uma nova cultura política no campo da extrema direita estadunidense (Ferreira, 2025). Se durante a era Reagan o inimigo era a União Soviética e o comunismo, no trumpismo os adversários se materializam nos chamados *Illegal Aliens*, figura pejorativa que representa o imigrante e o estrangeiro. Elementos já presentes em outras conjunturas políticas dos Estados Unidos foram reatualizados, como o apelo a uma liderança forte e carismática, a força das teorias da conspiração e a retórica *anti-establishment*.

Nesse contexto, o movimento de extrema-direita conhecido como *alt-right* (*alternative right*) desempenhou um papel fundamental ao consolidar as bases de um novo *modus operandi* político da direita contemporânea nos Estados Unidos. Lançado em 2010 pelo supremacista branco Richard Spencer, o site *altright.com* difundiu uma intensa campanha nas redes sociais alimentada pelo temor de que a “identidade branca” estaria sob ameaça. Para os seus idealizadores, políticos e mídias tradicionais, independentemente de sua orientação ideológica, seriam cúmplices ou aliados de inimigos internos e externos que atentariam contra os “valores centrais” dos Estados Unidos e da civilização ocidental.

Esses ideais foram alimentados por uma série de livros, revistas e publicações que se tornaram *best-sellers* no país, como o livro *America by Heart: Reflections on Family, Faith, and Flag* (2010), de Sarah Palin. O arcabouço teórico difundido nesses materiais era marcado por um patriotismo nostálgico e radical, sustentado na idealização de um passado heroico e nacionalista, resistente às transformações

⁸ A sigla GOP (*Grand Old Party*) é uma denominação tradicional do Partido Republicano dos Estados Unidos, fundada no século XIX. O termo, popularizado após a Guerra Civil, expressa a continuidade histórica e o prestígio do partido, cuja base ideológica evoluiu do abolicionismo e liberalismo econômico do século XIX para posições conservadoras e nacionalistas no século XX e XXI. Ver: Ferreira, Sabrina Alves. *O Estado de exceção em The Purge: Anarchy* (2014): *militarização social e a radicalização do partido republicano na era Trump* (2017–2021). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, 2025. Dissertação (Mestrado em História Social).

do tempo presente. Como observa Theiss-Morse (2009), essas obras levantam questionamentos acerca de quais grupos estariam, de fato, “aptos” a participar dos direitos e prerrogativas garantidos pelo Estado e pela Constituição dos Estados Unidos.

A grandeza prometida nesses discursos não está em um futuro progressista, mas em um passado idealizado. Trata-se de uma política do ressentimento, marcada por uma nostalgia seletiva e por uma percepção de perda cultural. O MAGA opera, assim, como mito mobilizador que retira o passado de seu lugar e o projeta como horizonte restaurador, apagando conflitos, pluralidades e processos históricos. O que se mobiliza é a memória afetiva voltada a um passado idealizado que antecede os efeitos mais visíveis da globalização, o avanço dos direitos civis das minorias e as transformações socioculturais da segunda metade do século XX. Essa vaga rememoração de um passado idealizado, os anos 1950 e o pós-guerra, constrói uma narrativa na qual os valores conservadores, o domínio econômico e o poder militar dos Estados Unidos seriam restaurados.

Esse passado idealizado mobilizado pelo trumpismo não é estável nem homogêneo. Embora a retórica de Trump por vezes evoque o pós-guerra e os anos 1950 – período de prosperidade industrial e hegemonia branca –, seus discursos também fazem alusões difusas à virada do século XIX para o XX, marcada pela expansão econômica e pelo empreendedorismo liberal. Em comícios e entrevistas, a ideia de “grandeza” remete a uma América pré-globalização, anterior às reformas civis e à diversidade cultural do pós-1960.

Portanto, mais do que um recorte cronológico preciso, o que se mobiliza é um tempo mítico, uma memória emocional de estabilidade, poder e pureza moral. Esse mito apaga conflitos como o movimento pelos direitos civis e os debates raciais, construindo um passado homogêneo e idealizado, cuja restauração serviria de horizonte político.

Mais do que um simples *slogan* de *marketing* político, o MAGA se constituiu como um dispositivo ideológico-político que articula nostalgia, ressentimento e identidade nacional, resignificando elementos da direita tradicional sob uma nova linguagem midiática e performativa. Trump instrumentaliza o mito em seus discursos, enfatizando que o período de grandeza dos EUA remetia ao final da década de 1940 e início de 1950:

Se você olhar para trás, realmente um período em que estávamos nos desenvolvendo na virada do século e que foi uma época muito selvagem para este país e muito selvagem em termos de construção daquela máquina, aquela máquina era realmente

baseada no empreendedorismo. [...] não éramos pressionados, éramos respeitados por todos, tínhamos acabado de ganhar uma guerra, estávamos praticamente fazendo o que tínhamos que fazer (Trump, 2016 *apud* Krieg, 2016).

Dessa forma, o trumpismo não apenas retoma estruturas simbólicas herdadas da direita tradicional, como também as ressignifica por meio de novas mídias e dispositivos afetivos, articulando o mito político da “grandeza americana” com ações concretas de exclusão, violência e radicalização. Ao evocar um passado glorioso e indeterminado, Trump convoca um tempo mítico em que os EUA eram “grandes”, economicamente pujantes, racialmente homogêneos, moralmente disciplinados e militarmente temidos.

Diferente de Reagan, cuja narrativa se ancorava na Guerra Fria, o trumpismo projeta o inimigo dentro das fronteiras: imigrantes, elites liberais, feministas, movimentos antirracistas e a mídia. O *slogan* funciona como um grito de guerra identitário, capaz de oferecer coesão simbólica a uma base ressentida, branca, cristã e conservadora. A seguir, analisamos dois momentos emblemáticos dessa operação simbólica.

O primeiro momento remete à marcha realizada em 13 de agosto de 2017, em Charlottesville, uma pequena cidade do estado da Virgínia, no sul dos Estados Unidos. O evento, convocado pela *Unite the Right*, confrontava a decisão das autoridades locais de remover a estátua do general confederado Robert E. Lee de uma praça pública. O general, símbolo dos Estados Confederados do Sul que, após a eleição de Abraham Lincoln à presidência do país e o abolicionismo, organizou forças militares contra a abolição da escravidão. Para seus defensores, Lee representa a cultura branca, e sua retirada seria um claro ato de opressão aos nacionalistas brancos (Stevens, 2017). Conforme evidenciado por Oliveira:

De um lado, a prefeitura da cidade se posiciona de forma crítica à celebração de um símbolo do passado racista do estado da Virgínia, cujo exército foi um dos mais numerosos entre os Confederados durante a Guerra Civil; de outro, militantes buscando salvaguardar esta mesma memória, a memória do nacionalismo estadunidense branco e personificado no passado por homens como Lee. Entre estes militantes, estavam dezenas de neonazistas cujos discursos afirmavam a “ameaça” representada pela derrubada da estátua: a perda de poder dos estadunidenses brancos frente a uma decadência de sua nação, causada por políticos coniventes com todos os que seriam supostamente responsáveis por isso, desde os imigrantes até os negros (Oliveira, 2019, p. 412).

O evento em Charlottesville foi duplamente simbólico, tendo em vista que: (1) os EUA viviam um momento político delicado desde a chegada de Trump à Casa Branca, eleito sob a ótica de ser contra o “politicamente correto”, promovendo um nacionalismo tributário à genealogia branca e a discursos anti-imigração (Sandoval, 2017); e (2) a *alt-right* é orbitada por diversas figuras públicas defensoras das ideias nacionalistas, racistas e antisemitas, que buscam o que Copsey (2014) chama de “cirurgia cosmética”, ou seja, apresentar-se como “alternativa” desvinculada dos interesses dos partidos tradicionais e evidenciar como os brancos vêm sendo supostamente oprimidos no país pelos liberais, imigrantes e movimentos antidiscriminatórios⁹.

Embora Trump tampouco os ativistas da *alt-right* se declarem abertamente nazistas, seus discursos e práticas reiteram os princípios de um nacionalismo étnico, racializado e excludente. Ao defenderem slogans como “*America First*”, “*America for Americans*” ou o próprio “*Make America Great Again*”, colocam-se contra a diversidade étnica e religiosa que compõe o tecido social estadunidense, promovendo a ideia de que o país deve ser restaurado a uma pretensa pureza cultural, patriarcal e branca. Essa lógica, que já estava presente em Charlottesville, ganha desdobramentos nos anos seguintes, como na intensificação da política de separação de famílias na fronteira em 2018 e na invasão do Capitólio em 2021, reforçando a articulação entre identidade, ressentimento e mitologia nacional.

Na marcha, os militantes entoavam palavras de ordem como “*You will not replace us*” e “*Jews will not replace us*” (Charlottesville, 2017), explicitando a percepção de uma suposta ameaça representada pela presença judaica e por outros grupos considerados “estranhos” à identidade branca estadunidense, conforme imagem 4. Historicamente, no sul dos Estados Unidos, persistem ecos profundos do passado escravista e do genocídio de pessoas negras promovido por grupos como a Ku Klux Klan. Mesmo após a Guerra de Secessão e a abolição formal da escravidão, o racismo herdado dos Estados Confederados continuou a estruturar setores conservadores da política estadunidense, especialmente entre aqueles alinhados a ideias de supremacia branca (Fichou, 1990).

⁹ Ver: Hochschild, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. New York: The New Press, 2016. A autora realiza um estudo etnográfico no estado da Louisiana, buscando compreender por que setores da classe média branca, mesmo sendo prejudicados por políticas neoliberais, se identificam com discursos conservadores. Hochschild aponta que esse grupo construiu uma narrativa emocional segundo a qual estaria sendo “ultrapassado” por minorias étnicas, imigrantes e grupos progressistas, sentimento que contribui para a adesão ao discurso de restauração proposto por Trump.



Fonte: Twitter/X. Disponível em: <https://x.com/YesYoureRacist/status/896411734617075712>. Acessado em: 24/06/2025.

Conforme apontado por Armendares (2018), ao assumir a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump herdou um aparato institucional voltado à repressão migratória, estruturado ao longo dos governos de George W. Bush e Barack Obama, e rapidamente intensificou seu funcionamento. A concepção do imigrante como ameaça à segurança nacional já estava presente no imaginário político mesmo antes do 11 de setembro de 2001, e Trump soube amplificar esse discurso, levando à radicalização das políticas migratórias. Embora Barack Obama tenha sido responsável por avanços retóricos em prol dos direitos dos imigrantes, sua gestão também contribuiu para o fortalecimento do processo de securitização das fronteiras. A principal diferença está na forma como Trump mobilizou essa retórica, mais agressiva e centrada na criminalização dos imigrantes, em especial do mexicano (Hutchison, 2020).

A candidatura de Trump em 2016 estruturou-se em torno da retórica de que a classe trabalhadora branca estaria sendo prejudicada pela presença de imigrantes indocumentados, acusados de degradar os salários, tomar empregos e sobrecarregar os serviços públicos. Esse discurso se sustentou sobre um discurso xenofóbico que identificava os latinos, sobretudo os mexicanos, como criminosos, estupradores e traficantes (Palley, 2017; Vereia, 2018). Partindo da teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague, compreende-se que as questões de segurança não existem de forma objetiva e anterior, mas são construídas socialmente por meio de práticas discursivas.

Os chamados “securitizadores” são os atores que mobilizam discursos com o objetivo de inserir determinados temas na agenda da segurança (Waeber, 1995). Para que essa inserção se efetive,

é necessário que as alegações desses agentes encontrem reconhecimento social e político, de modo que o tema securitizado seja percebido como ameaça legítima (Buzan *et al.*, 1998). Nesse contexto, o *status* legal da imigração, se documentada ou não, torna-se secundário. O que está em jogo é a construção de um sentimento coletivo de ameaça, ainda que essa ameaça não seja factual, mas sim percebida como tal (Choucri, 2002; Weiner, 1992).

Logo nos primeiros dias de governo, Trump assinou duas ordens executivas que exemplificam sua política de endurecimento fronteiriço. A *Executive Order 13767*, de 25 de janeiro de 2017, determinou a construção de um muro ao longo da fronteira com o México e autorizou deportações sumárias de imigrantes indocumentados. Na mesma data, foi emitida a *Executive Order 13768*, intitulada *Enhancing Public Safety in the Interior of the United States*, que ampliou significativamente o rol de estrangeiros considerados prioritários para deportação, com base apenas em acusações criminais, independentemente de condenações. A medida também previa sanções financeiras a cidades-santuário¹⁰, impedindo-as de receber verbas federais, o que foi posteriormente declarado inconstitucional por decisão judicial em novembro de 2017 (Armendares, 2018).

Além disso, Trump reativou o programa *Secure Communities (S-Comm)*, criado no fim do segundo mandato de Bush e suspenso por Obama em 2014, devido às críticas quanto às suas violações de direitos civis. O programa permite que o *Immigration and Customs Enforcement (ICE)* tenha acesso às impressões digitais de qualquer pessoa detida, podendo desencadear deportações de imigrantes em situação irregular, mesmo que legalmente residentes ou sem condenações judiciais. Dados de 2017 mostram que das 43 mil pessoas deportadas neste ano pelo programa, apenas cerca de 10% tinham sido condenadas por crimes graves. Entre 2008 e 2018, mais de 360 mil deportações foram efetuadas, a maioria de cidadãos do México e da América Central (Armendares, 2018).

O segundo momento emblemático da operação simbólica trumpista ocorreu na invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021. Esse episódio revelou a face mais extrema do movimento, quando milhares de apoiadores de Trump, muitos trajando roupas e símbolos MAGA, atacaram as instituições

¹⁰ O termo cidade-santuário (*sanctuary city*) designa jurisdições estadunidenses que adotam políticas locais para restringir a cooperação com autoridades federais de imigração, limitando prisões e deportações de imigrantes indocumentados. Essas medidas buscam proteger direitos civis e reforçar a autonomia municipal frente ao poder federal. Ver: Dansby, Joshua W. Sanctuary Cities and the Trump Administration: The Practical Limits of Federal Power. *The Scholar*, v. 20, n. 3, p. 317-359, 2018.

democráticas dos Estados Unidos, conforme observamos na imagem 5. As ações foram convocadas por Trump e impulsionadas por teorias conspiratórias sobre fraude eleitoral disseminadas nas redes sociais.

Imagem 5: Manifestante pró-Trump no Capitólio dos EUA, 6 de janeiro de 2021



Fonte: Foto de fotosearch/Getty images. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/1230458006>. Acesso em: 24 jul. 2025.

Algumas análises apontam que a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 pode ser compreendida, nos planos simbólico e histórico, como um dos eventos mais significativos da história recente dos Estados Unidos, sendo, inclusive, comparado por alguns ao 11 de Setembro de 2001 (Corrêa, 2021). Embora tal comparação possa soar exagerada do ponto de vista material e geopolítico, ela revela a dimensão afetiva, identitária e institucional do ataque, cuja violência não se deu apenas por meio da força física, mas principalmente pela tentativa de subverter a legitimidade do processo democrático por cidadãos mobilizados por narrativas conspiratórias e mitologias políticas restauradoras. A gravidade do episódio está justamente na ruptura simbólica que promoveu: não se tratava de um ataque estrangeiro, mas de um levante interno, alimentado pela crença de que a “verdadeira América” estaria sob ameaça, uma crença moldada por discursos como o “*Make America Great Again*”.

Bahba (1998, p. 85) aponta que a identidade nunca é um *a priori*, tampouco um produto acabado, é sempre “o processo emblemático de acesso a uma imagem da totalidade”. Na invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, percebemos um comportamento coletivo com base em uma

identidade assumida e produzida em um processo coletivo e discursivo de identificação (Hall, 2000). A invasão do Capitólio foi uma causa construída discursivamente, com milhares de cidadãos trajando símbolos que os integram em torno de uma concepção de nação. Conforme delineado por Oliveira (2021), o ex-presidente foi capaz de mobilizar sua base eleitoral de maneira inédita na história dos Estados Unidos. Centros de apuração de votos foram alvos de protestos, muitos manifestantes estavam armados e tinham ligações com grupos paramilitares (Beaumont, 2020). Conforme apontado por Ferreira (2025):

No dia da certificação da vitória de Joe Biden e Kamala Harris pelo Congresso, Trump realizou o último comício de seu mandato, intitulado *Save America*. Após sua equipe perder 42 ações judiciais que contestaram o resultado eleitoral, o ex-presidente alegou fraude e instigou seus apoiadores a protestarem em frente ao Capitólio: “Nosso país está farto. Não vamos aguentar mais e é disso que se trata. Para usar um termo favorito que vocês inventaram, vamos parar o roubo (Ferreira, 2025, p. 131).

Ao final do seu discurso, Trump convocou seus apoiadores: “E nós lutaremos. Nós lutaremos como o inferno e se você não lutar como o inferno, você não terá mais um país” (Trump, 2021 *apud* Rev, 2021a). Esse discurso desencadeou uma insurreição sem precedentes no Capitólio dos Estados Unidos, episódio que culminou na morte de quatro pessoas e revelou a heterogeneidade da adesão trumpista: assembleias comuns, nacionalistas brancos, membros de milícias, neonazistas e ao menos 16 representantes republicanos estaduais, eleitos e aposentados (Oliveira, 2021).

Como observa Igor Lapsky (2014, p. 95), há nos Estados Unidos uma tendência histórica ao conservadorismo, manifestada principalmente nos momentos de crise econômica e instabilidade social. Nesses contextos, “a população tende a fortalecer movimentos conservadores, seja na questão migratória ou no debate em torno dos impostos”. Essa reação defensiva diante da percepção de ameaça ajuda a compreender como certos discursos de exclusão ganham legitimidade simbólica no presente.

Isso não significa, contudo, afirmar que há nos Estados Unidos uma propensão generalizada à aceitação de ideologias xenofóbicas ou neonazistas. O que se pretende evidenciar é a existência de elementos recorrentes na cultura política conservadora estadunidense, como o nacionalismo racializado, o moralismo religioso e o anti-intelectualismo, que dialogam com ideais segregacionistas de outros períodos históricos. Tais elementos são, no trumpismo, mitologicamente resgatados como constituintes de uma identidade nacional idealizada.

Não se trata, portanto, de afirmar que os EUA ainda compartilham, nos moldes do século XIX, a crença em uma raça superior com destino providencial de evangelização global, como sugerido pelo ideário do *Destino Manifesto*¹¹. No entanto, ao longo do século XX, sobretudo durante a Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a justificar suas imposições políticas, econômicas e militares sobre a América Latina e outras regiões do globo por meio de novas roupagens ideológicas. No trumpismo, o imperialismo foi ressignificado sob o manto da defesa da democracia e dos valores ocidentais, tornando-se culturalmente aceitável e sendo difundido como parte da missão de preservar a “grandeza americana”.

Como indaga Salles (2017), estaríamos diante de uma nova direita ou da velha direita com *Wi-Fi*? A provocação sintetiza os dilemas colocados pela ascensão do trumpismo: embora se valha de novas plataformas e recursos digitais, sua base simbólica opera por meio de estruturas tradicionais da extrema direita, como o nativismo, o racismo, o anticomunismo e o moralismo conservador, já vistos sob outras roupagens no governo Reagan. O que há de novo não é a ideologia em si, mas a capacidade de amplificação e mobilização dessas ideias em escala global, mediada por redes sociais, *fake news* e performances políticas adaptadas à lógica do entretenimento. O trumpismo ressignifica o passado como horizonte político, reconstruindo um tempo mitificado de grandeza nacional a partir de afetos como medo, ressentimento e nostalgia.

Nesse cenário, o papel da História do Tempo Presente se revela central. Lidar com fenômenos políticos e simbólicos em curso exige do historiador a habilidade de tensionar narrativas dominantes, questionar mitologias políticas e desvelar os usos estratégicos da memória coletiva. O MAGA, enquanto mito mobilizador, não apenas reconstrói o passado segundo uma lógica seletiva, mas opera como ferramenta de organização social e política no presente. Ao historicizar esse imaginário, compreendemos que ele não emerge no vácuo, mas se ancora em disputas reais por identidade, poder e pertencimento, reafirmando o papel crítico da História como campo de intervenção no debate público.

¹¹ O conceito de Destino Manifesto surgiu nos Estados Unidos no século XIX e expressa a crença de que o país teria uma missão divina de expandir seus valores – civilização, liberdade e cristianismo – sobre o continente americano e, posteriormente, pelo mundo. Formulado por John L. O’Sullivan em 1845, o termo foi utilizado para legitimar a expansão territorial, o imperialismo e a ideia de superioridade moral estadunidense. Ver: O’Sullivan, John L. Annexation. *The United States Magazine and Democratic Review*, v. 17, n. 1, p. 5–10, 1845.

Considerações finais

A ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, longe de representar uma ruptura absoluta com o passado, revela uma reconfiguração das tradições políticas da direita estadunidense em um novo cenário tecnológico, midiático e social. A retórica de *“Make America Great Again”* não apenas mobiliza um ideal nostálgico de grandeza nacional, como também opera como vetor de exclusão e ressentimento, ativando memórias seletivas de um passado idealizado e hierarquizado. Ao retomar elementos como o nacionalismo, o culto à autoridade, a xenofobia e a hostilidade ao *establishment*, o trumpismo conecta a “nova direita” à “velha direita” estadunidense, mas agora amplificada pelas redes sociais, pela economia da atenção e por campanhas de desinformação cuidadosamente orquestradas.

Nesse sentido, o trumpismo não deve ser visto como uma aberração histórica isolada, mas como sintoma de uma mutação mais profunda nas democracias ocidentais contemporâneas. Os episódios analisados, a marcha em Charlottesville e a invasão do Capitólio, evidenciam como ressentimentos históricos e mitologias nacionais são instrumentalizados na construção de uma cultura política autoritária.

Com isso, a pergunta lançada por Salles (2017) – *“nova direita ou velha direita com wi-fi?”* – permanece como provocação central para compreender o fenômeno em questão. A análise do trumpismo exige um olhar atento às continuidades históricas da direita estadunidense, mas também aos novos dispositivos tecnológicos, midiáticos e culturais que reconfiguram sua atuação no presente.

Desse modo, torna-se evidente a necessidade de abordagens críticas capazes não apenas de identificar os mecanismos simbólicos da extrema direita, mas também de situá-los nos desafios metodológicos e interpretativos próprios da História do Tempo Presente. Essa abordagem exige que o historiador lide com fontes instáveis, narrativas em disputa e memórias superexploradas, como as que emergem em torno do mito da grandeza nacional e da retórica de restauração que marca o trumpismo. Dessa forma, o artigo não apenas ilumina continuidades e inovações no trumpismo, mas também abre novas possibilidades de investigação sobre a dinâmica entre memória, tecnologia e política, oferecendo ferramentas analíticas para compreender a evolução das democracias contemporâneas diante de forças autoritárias emergentes.

Referências

- ARMENDARES, Pedro. *La política migratoria de Trump*. Impactos para los migrantes mexicanos y sus comunidades. Cidade do México, Instituto Belisario Domínguez, 2018.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux. Mémoires et espoirs collectifs*. Payot, Paris, 1999.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BILSLAND, James. *The President, the State and the Cold War: Comparing the foreign policies of Truman and Reagan*. Nova Iorque: Routledge, 2015. 236 p.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole & WILDE, Jaap. *Security*. A new framework for analysis. Colorado, Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CHOUCRI, Nazli. "Migration and Security: Some Key Linkages". *Journal of International Affairs*, 56, 1: 97-122, 2002.
- COPSEY, Nigel. *Contemporary British fascism: the British National Party and the quest for legitimacy*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- DANSBY, Joshua W. Sanctuary Cities and the Trump Administration: The Practical Limits of Federal Power. *The Scholar*, v. 20, n. 3, p. 317-359, 2018.
- DELACROIX, Florence. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.
- DROIT, Emmanuel. Les césures de l'histoire du temps présent. Approche comparée franco allemande, Atala. *Cultures et Sciences Humaines*, n.17, p. 167-181, 2014.
- FERREIRA, Sabrina Alves. *O Estado de exceção em The Purge: Anarchy (2014)* [manuscrito]: militarização social e a radicalização do partido republicano na era Trump (2017-2021). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, 2025.
- FICHO, Jean-Pierre. *A civilização Americana*. Trad. Maria Carolina F. de Castilho Pires.
- FORNER, Clarissa; PECEQUILO, Cristina. God bless our men in uniform: militarização e militarismo nos Estados Unidos da América. *Rev. Bras. Est. Def.* v. 10, n. 2, jul./dez. 2023, p. 245–268 DOI: 10.26792/RBED.v10n2.2023.75374. Campinas: Papirus, 1990.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.
- HUTCHISON, Hugh. "Continuity and Change: Comparing the Securitization of Migration under the Obama and Trump Administrations". *Perceptions: Journal of International Affairs*, 25, 1: 81-98, 2020.
- JENTLESON, Bruce W. *American foreign policy: the dynamics of choice in the 21st century*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2010. 768 p.
- KRIEG, G. Donald Trump Defends Size of His Penis. *CNN Politics*. Disponível em: <http://www.cnn.com/2016/03/03/politics/donald-trump-small-hands-marco-rubio/>. Acesso em: 18 de nov. 2024.

NORA, Pierre. Comment écrire l'histoire de France ? *Les Lieux de mémoire*, t. III, vol. 1, Gallimard, 1993, p. 27.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. Charlottesville e o neonazismo em marcha nos Estados Unidos. *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 30, v. 11, n. 2 (Mai./Ago. 2019). Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/12352>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

OLIVEIRA, Thiago. *O nacionalismo e a política externa dos Estados Unidos: o Partido Republicano no século XXI*. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021.

PALLEY, Thomas. “Trump’s Neocon Neoliberalism Camouflaged with Anti Globalization Circus. *Challenge*, 60, 4:368-374, 2017.

PROST, Antoine. La guerre de 1914 n’est pas perdue. *Mouvement social*, n. 199, fev., 2002.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Editions du Seuil, 2000.

ROUSSO, Henry. Vers une mondialisation de la mémoire, apresentação do dossiê “Mémoires Europe-Asie”, *Vingtième siècle*. n. 94, p. 3-10, 2007.

SALLES, Leonardo Gaspar. *Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?: Uma interpretação das articulações da "direita" na internet brasileira*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

SANDOVAL, Pablo Ximénez de. *Muro de Trump já está funcionando*. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/26/internacional/1493220870_223924.html>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, Rodrigo Candido da. AS GUERRAS DE REAGAN: ascensão do conservadorismo e os desdobramentos da política externa dos EUA na Era Reagan (1981-1989). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 8, n. 15, p.1-27, 2014. Disponível em: [http://ojs.ufgd.edu.br/ojs/index.php?journal=historiaemreflexao&page=article&op=view&path;\[\]=3353](http://ojs.ufgd.edu.br/ojs/index.php?journal=historiaemreflexao&page=article&op=view&path;[]=3353). Acesso em: 13 mar. 2025.

STEVENS, Matt. *White nationalists reappear in Charlottesville in torch-lit protest*. 2017. Disponível em: Acesso em: 28 jul. 2017.

THEISS-MORSE, Elizabeth. *Who Counts as an American? The Boundaries of National Identity*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

VEREA, Mónica. “Anti-Immigrant and Anti-Mexican Attitudes and Policies during the First 18 Months Of the Trump Administration”. *Norteamérica*, 13, 2: 197-226, 2018.

WÆVER, Ole. “Securitization and Desecuritization”. In: LIPSCHUTZ, Ronnie (org.), *On Security*, Nova York, Columbia University Press, 1995.

WEINER, Myron. “Security, Stability, and International Migration”. *International Security*, 17, 3: 91-126, 1992.

Muros e *checkpoints*: territórios palestinos entre a ocupação e a violência

Walls and Checkpoints: Palestinian Territories between Occupation and Violence

George Daniel Rodrigues Fonseca

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

georgerodriguesfonseca@gmail.com

Recebido: 23/07/2025

Aprovado: 02/03/2026

Resumo: Como a relação de poder exercida pelo Estado de Israel sobre os territórios palestinos molda as identidades em disputa? Com este trabalho, buscamos responder a esta pergunta, examinando a dinâmica de dominação nos territórios palestinos e destacando como a narrativa sionista se valeu de mitos nacionais e religiosos para legitimar a criação de Israel e a consequente expulsão dos palestinos de seu território. A análise explora de que maneira as construções culturais e simbólicas sustentam a hierarquia e a exclusão impostas pelo sistema israelense. Por fim, investiga-se, a partir dos relatos de viagem de duas intelectuais brasileiras e do documentário *The Architecture of Violence* (2014), como mecanismos simbólicos e jurídicos perpetuam uma estrutura de exceção permanente, que se manifesta concretamente em instrumentos de controle como muros e *checkpoints*, uma lógica reatualizada em eventos recentes.

Palavras-chave: identidade; conflito israelo-palestino; colonialismo

Abstract: How does the power relationship exercised by the State of Israel over the Palestinian territories shape the contested identities? With this work, we seek to answer this question by examining the dynamic of domination in the Palestinian territories and highlighting how the Zionist narrative drew upon national and religious myths to legitimize the creation of Israel and the consequent expulsion of Palestinians from their territory. The analysis explores how cultural and symbolic constructions sustain the hierarchy and exclusion imposed by the Israeli system. Finally, through the travel accounts of two Brazilian intellectuals and the documentary *The Architecture of Violence* (2014), it investigates how symbolic and legal mechanisms perpetuate a structure of permanent exception, which concretely manifests itself in control instruments such as walls and checkpoints, a logic reasserted in recent events.

Keywords: identity; israeli-palestinian conflict; colonialism

Introdução

“Se olharmos para o Oriente Médio, penso que já é o momento daqueles que apoiam Israel, como a maioria de nós, pararmos de pedir desculpas pelo nosso apoio a Israel. Não há desculpas a pedir! Nenhuma. É o melhor investimento de 3 bilhões de dólares que fizemos. Se não houvesse um Israel, os EUA teriam de inventar um Israel para proteger seus interesses na região. Os EUA teriam de inventar um Israel” (BIDEN, 1986)¹.

O discurso acima foi proferido pelo então senador dos Estados Unidos da América (EUA) pelo estado de Delaware em 1986, Joe Biden², e destaca a profunda aliança entre os Estados Unidos e Israel, bem como o papel estratégico que este último desempenha na política externa americana no Oriente Médio. A fala de Biden reflete uma visão pragmática da política externa dos EUA em relação ao conflito israelo-palestino, cujo ponto de inflexão se deu em 1948 com a fundação de Israel e a expulsão em massa dos palestinos. O senador sugere que, se Israel não existisse, os EUA teriam que criar um para assegurar seus interesses, evidenciando o quanto o Estado israelense é visto como um pilar da estratégia americana na região do Oriente Médio.

Aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da resolução 181³ de 1947, a proposta de divisão do território Palestino estabeleceu a repartição territorial em 55% para os judeus e 45% para os palestinos, com uma zona internacional ao redor de Jerusalém. Essa proposta foi rejeitada pelos árabes-palestinos, que eram maioria no território na ocasião da aprovação da resolução. A criação do Estado de Israel acabou sendo, assim, consequência de uma pressão exercida pelo movimento sionista, que defendia o direito à autodeterminação dos “descendentes dos hebreus”, o povo judeu, à existência de um Estado nacional judaico nas terras palestinas ocupadas (Said, 2012). Neste contexto, este trabalho propõe-se a investigar de forma crítica a arquitetura de dominação territorial e simbólica imposta aos palestinos, com atenção especial aos muros e *checkpoints* como expressões materiais da soberania israelense em estado de exceção.

¹ Tradução nossa. Discurso de Joe Biden em 1986, na ocasião senador dos EUA pelo estado de Delaware. Disponível em: <<https://youtu.be/67KkWeF3r08?si=g69nuisQ4SFp8zG2>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

² Político filiado ao Partido Democrata dos EUA, serviu como o 47º vice-presidente do país de 2009 a 2017 no governo Obama e 46º presidente dos EUA de janeiro de 2021 a janeiro de 2025.

³ Plano da ONU que recomendou a partição da Palestina em um Estado judeu e um Estado árabe. Disponível em: <[https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F181\(II\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F181(II)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

Criado com base nas ideias de Theodor Herzl, um jornalista judeu austro-húngaro que escreveu a obra *O Estado judeu* (*Der Judenstaat*⁴), o sionismo político nasceu na Europa no século XIX e se consolidou no século XX. Entre as ideias defendidas por Herzl estava a de que a Palestina era “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Bruno Alexandre Reis Costa e Manuel Vicente de Sousa Lima Loff (2020) afirmam que o sionismo, como forma de nacionalismo moderno, precisou construir uma alteridade que projetasse a sua normalidade, sendo essa alteridade orientalizada e corporificada pelo palestino. Essa necessidade de construção da identidade sionista por meio da negação do Outro configura-se como um processo ativo de apagamento cultural e físico, o que será evidenciado ao longo deste trabalho.

Esse processo de fundação do território de Israel, para a historiografia oficial israelense, foi considerado a “Guerra da Independência”, enquanto para o povo palestino significou a *Al Nakba* (do árabe Catástrofe⁵) que levou, segundo Edward Said (2012), à expulsão de aproximadamente 780 mil árabes-palestinos e à ocupação de mais de 70% do território palestino pelos judeus sionistas. A divisão subsequente dos territórios palestinos, separados por Israel geograficamente, resultou na fragmentação entre a Cisjordânia, que inclui, em teoria, Jerusalém oriental, controlada pelo grupo político Fatah⁶, que também já atuou como grupo militar; e a Faixa de Gaza, controlada pelo grupo Hamas⁷, organização nacionalista e islamista palestina que atua politicamente e, também, como um grupo armado. Esse contexto de animosidade entre israelenses e o mundo árabe culminou em uma série de conflitos armados, o primeiro deles sendo a Guerra Árabe-Israelense de 1948.

Segundo Silva e Paiva (2012), apesar da oposição de todo o mundo árabe, o Estado de Israel foi criado em 14 de maio de 1948. No mesmo ano, a Liga Árabe, fundada em 1945, iniciou uma ofensiva militar contra o recém-criado Estado, dando início à Guerra Árabe-Israelense, em que Israel saiu vitorioso e passou a controlar 75% do território da Palestina. Como consequência, ocorreu o

⁴ O livro é considerado o ponto de partida do sionismo político. Pregava que o problema do antissemitismo só seria resolvido quando os judeus dispersos pelo mundo pudessem se reunir e se estabelecer num Estado nacional independente.

⁵ Designa os eventos sinistros que se sucederam após a fundação do chamado Estado judeu de Israel, em 1948.

⁶ Grupo político-militar nacionalista e laico, criado em 1959 por integrantes da diáspora palestina e que atua pela libertação do território palestino.

⁷ Fundado em 1987 durante a primeira Intifada palestina, o Hamas (Movimento da Resistência Islâmica) é um grupo armado islâmico de resistência a Israel, considerado por grande parte do Ocidente como terrorista.

êxodo de palestinos para campos de refugiados e países vizinhos, onde os remanescentes árabes passaram a viver em condições extremamente precárias.

Mais de sete décadas após a fundação do Estado de Israel, o ciclo de violência e dominação sob os palestinos permanece em curso, como evidenciado pelos acontecimentos de 7 de outubro de 2023. Nessa data, ataques ao sul de Israel coordenados pelo Hamas resultaram em uma resposta militar sem precedentes por parte do governo israelense, marcada por intensos bombardeios sobre a Faixa de Gaza, bloqueio total da região, destruição de hospitais, escolas, infraestruturas civis e deslocamento massivo de habitantes. A retaliação de Israel reatualizou, com intensidade brutal, os mecanismos de controle e punição impostos à população palestina, revelando o quanto a lógica do estado de exceção se mantém como ferramenta central da soberania israelense.

Said (2012) evidencia que parte expressiva da literatura sobre o Oriente Médio transmite a impressão de que o que acontece no “oriente” é uma série de guerras intermináveis entre um grupo de países árabes e Israel. O autor aponta que há, por parte da mídia ocidental, uma demonização de um inimigo desconhecido, utilizando-se do termo “terrorista” de forma pejorativa em relação aos árabes e muçulmanos de forma geral, com o propósito de manter as pessoas no “ocidente” mobilizadas e enraivecidas em relação ao “Oriente”. Segundo Said (2012), assim como o “Oriente”, do qual faz parte, a Palestina representa no imaginário Ocidental um mundo diferente daquele que é habitual do Ocidente. Nas palavras do autor:

Os árabes e o islamismo representam o mal, o venial, a decadência, a luxúria e a estupidez no discurso popular e erudito. O sionismo, assim como seus mentores ideológicos ocidentais, tirou proveito dessa representação coletiva dos árabes e do islamismo (Said, 2012, p. 30).

Essa visão é reforçada por autores como Guedes et al., (2011, p. 13), que destacam que “a mídia Ocidental, muitas vezes, caracteriza o árabe como ‘o terrorista’. O atentado às Torres Gêmeas formulou uma generalização maciça do fundamentalista islâmico”. Hector Luis Saint-Pierre (2014) acrescenta que, após os atentados de 11 de setembro⁸, a aplicação da palavra “terrorismo” passou a ser

⁸ Série de ataques suicidas contra os Estados Unidos coordenados pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda em 11 de setembro de 2001.

acompanhada de um juízo de valor, frequentemente usado de forma subjetiva para classificar grupos de libertação como grupos terroristas. Para o autor,

Frequentemente se emprega o apelativo “terrorista” para desumanizar ou desacreditar adversários políticos ou qualquer oposição ao regime estabelecido. O apelativo de “terrorista”, por um lado, parece justificar o emprego de todos e quaisquer meios na sua eliminação – inclusive a tortura – e, por outro, procura abrir uma brecha entre o grupo assim considerado e a população em geral evitando a simpatia dessa com a causa daquele e um eventual apoio (Saint-Pierre, 2014, p. 14).

Essa desumanização dos adversários políticos, frequentemente associada ao uso do termo “terrorista”, não é apenas uma estratégia retórica, mas também reflete uma visão mais ampla que permeia a percepção ocidental sobre o Oriente. Said (2012) evidencia, no entanto, que nem sempre o Oriente representou a imagem que se tem sobre os conflitos e seus povos. Segundo o autor, durante muitos séculos o “Oriente” representou um modo de pensar peculiar, como na expressão “a mentalidade oriental”, além de um conjunto de características culturais, políticas e até raciais específicas ligadas ao romantismo que se tinha pela região.

Essa construção de inimigos é parte de um padrão que legitima a violência e a opressão, distanciando o grupo rotulado da simpatia popular. Cabe salientar, aqui, que não estamos tratando de um grupo específico, mas de uma visão mais ampla sobre o pensamento do autor com o objetivo de abordar o processo pelo qual passou e passa a região em análise. O pensamento de Said (2007), no contexto de sua crítica ao Orientalismo, corrobora com essa afirmação ao apontar que o Ocidente criou e mantém uma imagem de superioridade sobre um Oriente considerado homogêneo, violento, exótico, que precisa ser civilizado. Como ele argumenta:

O Orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia européia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material. O investimento continuado criou o Orientalismo como um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou – na verdade, tornou verdadeiramente produtivas – as armações que transitam do Orientalismo para a cultura geral (Said, 2007, p. 28).

Desse modo, o Orientalismo não apenas contribui para a desumanização dos povos, mas também se manifesta por meio de práticas de controle que permitem que os Estados ocidentais justifiquem intervenções políticas, econômicas e militares na região, criando uma divisão hierárquica

entre o Ocidente “civilizado” e o Oriente “primitivo”. Essa lógica de dominação, ao se institucionalizar, pode ser compreendida também por meio do conceito de “Estado de Exceção”, desenvolvido por Giorgio Agamben. Conceito com origem jurídica, o estado de exceção é uma medida de governo emergencial na qual os poderes do Executivo prevalecem sobre os poderes do Legislativo e do Judiciário e aponta para um fenômeno social característico e exclusivo: a suspensão do Estado de Direito através do direito.

Agamben argumenta na obra *Estado de exceção* (2004) que o estado de exceção nos Estados modernos não se configura apenas como uma medida temporária, mas uma técnica de governo que, embora apresentada como temporária, torna-se permanente e institucionalizada. O autor examina como o estado de exceção é usado para justificar práticas autoritárias e violações dos direitos humanos, levantando questões sobre o funcionamento do poder e a relação entre política e soberania dos Estados modernos em que é utilizado. Segundo ele,

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (Agamben, 2004. p. 13).

Nesse sentido, Agamben (2004) afirma que o estado de exceção surge como um ponto de incerteza entre democracia e absolutismo. O autor argumenta que o estado de exceção não está completamente fora nem dentro do sistema legal, institui-se numa área de ambiguidade, onde as fronteiras entre dentro e fora não são precisas. A suspensão da norma, nesse sentido, não implica na sua abolição e a zona irregular que ela cria não está desvinculada da ordem jurídica, pelo menos não intencionalmente.

O autor declara que a tentativa de abordar o estado de exceção no Estado encontra-se em conflito com uma série de desafios ainda mais graves do que o próprio fenômeno que o estado de exceção procura elucidar. Não apenas a necessidade se resume, em última análise, a uma escolha, mas também o objeto dessa escolha é, de fato e de direito, algo intrinsecamente indecível.

Corroborando a ideia de Agamben (2004) sobre a naturalização da exceção como forma de governo, podemos entender, com base nos escritos de Said (2012), como o sionismo opera discursivamente para desumanizar o povo palestino, criando as condições ideológicas que legitimam a

aplicação constante do estado de exceção nos territórios ocupados. Essa articulação entre discurso e prática se manifesta de diversas maneiras: por meio da Arquitetura Militar, das fronteiras móveis, do muro de separação, dos *checkpoints* e dos colonatos. Tais dispositivos demonstram como o Estado de Israel legisla para institucionalizar a segregação entre israelenses e árabes-palestinos em um mesmo território, suspendendo direitos sob a justificativa da segurança, o que exemplifica a exceção transformada em regra. Segundo Agamben,

O estado de exceção, enquanto figura da necessidade, apresenta-se pois - ao lado da revolução e da instauração de fato de um ordenamento constitucional - como uma medida “ilegal”, mas perfeitamente “jurídica e constitucional”, que se concretiza na criação de novas normas (ou de uma nova ordem jurídica) (Agamben, 2004. p. 44).

Agamben coloca o estado de exceção lado a lado com a revolução e a instauração de um novo ordenamento constitucional para delinear como todos esses momentos históricos são marcados por uma suspensão da ordem jurídica vigente e pela criação de novas normas. A diferença é que a revolução busca uma transformação radical da ordem política, enquanto o estado de exceção é uma medida excepcional num sistema político já existente.

Partindo disso, este trabalho busca não apenas desvelar as dinâmicas de poder que moldam as relações entre o Ocidente e o Oriente, mas principalmente refletir sobre as implicações dessas construções discursivas e jurídicas na vida cotidiana dos povos árabes-palestinos no contexto do conflito israelo-palestino. Ao compreender o Orientalismo como uma ferramenta de desumanização e controle, e o estado de exceção como um mecanismo que perpetua a violação de direitos continuamente, podemos nos debruçar sobre as complexas realidades enfrentadas por essas comunidades ao longo de décadas.

Nesse cenário, torna-se fundamental analisar também como tais dinâmicas interferem na construção das identidades coletivas, em especial as identidades israelense e palestina. Ambas são atravessadas por narrativas históricas, simbólicas e políticas que operam por meio da exclusão e da diferença. Para isso, discutiremos a construção da identidade, com base nas ideias de Kathryn Woodward (2000) e outros autores, buscando entender como tais identidades são moldadas por fatores históricos, discursivos e sociais. Em última instância, este trabalho visa contribuir para um diálogo crítico no campo historiográfico que promova uma compreensão mais justa e equitativa das questões contemporâneas no chamado “Oriente Médio”.

Identidade, território e nacionalidade

A discussão sobre identidade, território e nacionalidade permite aprofundar a análise das formas como o poder opera na constituição simbólica e material dos sujeitos e dos espaços. Após estabelecer os marcos históricos e políticos da dominação israelense sobre os territórios palestinos, é preciso compreender como essa dominação se manifesta também no campo das representações e disputas identitárias, consolidando-se como um processo de construção de alteridades excludentes. Essa dimensão simbólica da dominação, que se expressa na constituição das identidades nacionais, prepara o terreno para a compreensão da lógica de exceção que estrutura o controle físico e jurídico sobre os corpos palestinos, como se verá adiante na análise dos *checkpoints*, muros e dispositivos legais que suspendem o direito em nome da segurança.

Segundo Kathryn Woodward (2000), a identidade adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais ela é representada, sendo, ao mesmo tempo, construída pela diferença. Essa diferença, segundo a autora, fundamenta-se pela exclusão. “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças - neste caso entre grupos étnicos - são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares” (Woodward, 2000, p. 11).

Partindo do pressuposto apresentado pela autora, e aplicando o conceito desenvolvido por ela às identidades israelense e palestina, entendemos que uma identidade é interdependente da outra e essa relação de exclusão pode ser exemplificada pela maneira como as narrativas identitárias são construídas. Nesse processo, uma identidade é legitimada às custas da outra. Dessa forma, a compreensão da identidade não se limita apenas à sua construção simbólica, mas também envolve dinâmicas de poder e exclusão que são cruciais para entender as relações entre diferentes grupos.

A noção de “diferença” apresentada pela autora é fundamental, pois as identidades se constroem em oposição a outras. Assim, a exclusão de certos grupos é um mecanismo pelo qual a identidade é afirmada. Woodward (2000) considera que a afirmação das identidades é específica ao seu contexto histórico e uma das formas pelas quais elas estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos, numa construção tanto simbólica quanto social. No caso específico da identidade israelense, segundo Dias (2014, p. 93), “a ideologia sionista a compreende como um movimento que prega a autodeterminação judaica, bem como a existência de um Estado nacional independente, soberano e judaico no território que um dia pertenceu à Terra de Israel (*Eretz Israel*)”.

De acordo com Woodward (2000), o passado e o presente, nesse caso, exercem um importante papel, em que o presente busca justificar novas e futuras identidades nacionais evocando origens, mitologias e fronteiras do passado. Essa relação entre o passado e o presente é vital na construção das identidades, em que a narrativa histórica é frequentemente utilizada como um recurso para legitimar reivindicações territoriais e políticas. O uso do histórico como justificativa não é exclusivo do sionismo, mas se reflete em diversas construções identitárias ao redor do mundo, onde o passado é reinterpretado para atender às necessidades contemporâneas. A própria Woodward, em sua obra, exemplifica o conceito utilizando o conflito entre sérvios e croatas da antiga Iugoslávia como pano de fundo, ao abordar as diferenças apresentadas entre eles.

No caso da identidade israelense, contudo, é necessário considerar um componente adicional e profundamente enraizado: a dimensão religiosa. Nesse sentido, Mauricio Tragtenberg (2019) acrescenta uma importante camada à discussão ao destacar a interconexão entre política e mística religiosa no pensamento sionista, afirmando que “era chegado o momento de criar uma Terceira Comunidade, um Estado Judeu Moderno, um verdadeiro Terceiro Templo. O pensamento político sionista torna-se inseparável de uma mística religiosa” (Tragtenberg, 2019, p. 1). O papel da mística religiosa na política israelense evidencia a complexidade da identidade nacional, que não se baseia apenas em elementos seculares e históricos, mas também em crenças espirituais que moldam o imaginário coletivo e as aspirações do povo judeu.

Além disso, autores como Baruch Kimmerling (2003) argumentam que o militarismo e o aparato de segurança se tornaram elementos centrais na formação da identidade nacional israelense, estruturando uma sociedade voltada para o medo constante e para a produção do inimigo interno e externo. Essa identidade securitária reforça a distinção entre “nós” (os judeus, os civilizados, os seguros) e “eles” (os palestinos, os bárbaros, os perigosos), retroalimentando a legitimidade do uso da força como ferramenta de identidade e sobrevivência nacional.

A partir do conceito de “comunidades imaginadas”, de Benedict Anderson, Woodward (2000) argumenta que a distinção entre identidades nacionais reside nas diferentes maneiras como elas são concebidas e projetadas no imaginário coletivo. Segundo Anderson (1983), as nações não são entidades naturais, mas, sim, construções simbólicas mantidas por narrativas compartilhadas, o que também implica fronteiras, pertencimentos e exclusões.

Edward Said (2012), ao refletir sobre o sionismo, mostra como essas construções identitárias podem mobilizar discursos de poder. Para ele, a campanha sionista pela conquista da Palestina era e continua a ser um apelo específico com justificativas genéricas, que transforma qualquer oposição em algo tão inadmissivelmente geral quanto geralmente inadmissível. Said argumenta que a campanha sionista dos judeus ocidentais foi eficaz ao atrair para si a simpatia da maioria do Ocidente culto e liberal, de modo que criticar o sionismo passou a ser automaticamente associado ao antissemitismo.

Desse modo, tanto Woodward quanto Said sugerem que a formação de identidades nacionais está intrinsecamente ligada à narrativa histórica e ao controle simbólico que essas identidades exercem sobre o passado. A maneira como essas comunidades imaginadas se projetam e excluem outras identidades refletem-se nas tensões étnicas e nacionais, produzindo narrativas que sustentam projetos políticos de exclusão e dominação.

No caso do conflito israelense-palestino, essa exclusão se traduz em práticas concretas, como os *checkpoints* e o muro de separação, que materializam a diferença como segregação física. Said (2012) observa que diversos projetos voltados à “transformação” da Palestina, incluindo o próprio sionismo, justificaram a negação da realidade palestina por meio de argumentos que se baseiam em interesses, causas ou missões consideradas superiores, reafirmando a lógica da exclusão em nome da civilização.

Para mitigar a presença de um grande número de nativos numa terra cobiçada, os sionistas se convenceram de que eles não existiam e, em seguida, admitiram que existiam apenas da maneira mais rarefeita. Primeiro negação, depois obstrução, diminuição, silenciamento, confinamento (Said, 2012, p. 22).

A crítica de Said (2012) à negação sistemática da existência palestina revela-se não apenas no discurso, mas também na transformação concreta do território. É nesse sentido que Costa e Loff (2020) ampliam essa análise, ao mostrar como o sionismo atuou para apagar a presença palestina do espaço físico, por meio de intervenções que reconfiguram a paisagem e a memória coletiva. O objetivo, segundo os autores, foi tornar a Palestina um lugar irreconhecível e sem memória para quem vivia lá antes de 1948, num processo de apropriação dos elementos locais na construção de uma nova memória - a judaica.

Essa lógica de exclusão e apagamento atinge seu ponto extremo na forma como certas vidas passam a ser tratadas como descartáveis. A partir do conceito de *homo sacer*, Giorgio Agamben propõe uma reflexão sobre a produção da vida matável dentro da ordem política moderna, tema explorado

por Costa (2012), que interpreta o palestino como aquele que é reduzido à vida nua, fora da proteção jurídica, e sobre o qual a exceção se exerce cotidianamente.

O autor destaca que, para Agamben, o *homo sacer* representa a figura excluída da vida política da *polis*, da cidade e da própria vida política. O *homo sacer* é, ao mesmo tempo, sagrado e profano. Sua vida é considerada sagrada, mas, paradoxalmente, ele pode ser morto sem que seu assassino seja punido. Essa figura representa um estado de exceção à lei comum, um ser que está fora da ordem jurídica normal. Nesse sentido, a figura do *homo sacer* delimita o limite entre o que é considerado vida e o que é considerado morte, entre o que é sujeito de direito e o que é objeto de poder.

Costa (2012) ressalta, no entanto, que, na vida moderna, essa distinção gradualmente desapareceu do léxico político, apontando para outras formas de exclusão e violência que persistem apesar das aspirações democráticas dos Estados modernos. O autor articula os pensamentos de Michel Foucault (2003) e Giorgio Agamben (2010) para compreender a cidade como um espaço central do exercício do biopoder. A partir do conceito de “metrópole”, ele descreve como o ambiente urbano opera como um dispositivo de governança que segrega e disciplina populações, estabelecendo uma relação colonial entre o poder estatal e os cidadãos, relação que, no contexto israelense-palestino, assume contornos particularmente violentos. Ainda segundo o autor,

O colonialismo não envolveu apenas questões económicas, mas ainda fenómenos políticos e culturais. Nas palavras de Eric Hobsbawn, “A conquista do globo pela sua minoria desenvolvida transformou imagens, ideias e aspirações, através da força e das instituições, do exemplo e das transformações sociais”. [...] A arquitetura e o urbanismo no contexto colonial devem ser vistos como uma das práticas que fazem o discurso colonial (Costa, 2012, p. 9).

O autor destaca que o processo de colonização envolveu uma transformação profunda em diversos níveis da sociedade, incluindo a cultura, a política e, de forma significativa, a forma como as cidades eram construídas e organizadas. Segundo Costa (2012) a arquitetura e o urbanismo, ao moldarem o espaço físico das cidades, desempenharam um papel fundamental neste processo, reforçando a dominação e a hierarquização social.

Costa (2012), seguindo as perspectivas de Foucault e Agamben, entende a metrópole como um espaço onde o poder exerce um controle cada vez maior sobre a vida dos indivíduos. Ao analisar a figura do *homo sacer*, o autor evidencia como as dinâmicas de poder no espaço urbano podem levar à marginalização e à exclusão de determinados grupos sociais. A metrópole, nesse sentido, torna-se o

palco de um biopoder que reproduz mecanismos de segregação e disciplina semelhantes aos aplicados àqueles cuja vida é considerada descartável, tal como a figura do *homo sacer* descrita por Agamben.

Essa lógica de dominação sobre o espaço e os corpos, observada na organização da metrópole, também se expressa na territorialização colonial promovida pelo sionismo. Segundo Dias (2014), uma das estratégias utilizadas pelos sionistas no processo de conquista dos territórios foi o envio de colonos para ocupar as áreas deixadas pelos palestinos após a *Nakba*, criando assentamentos ilegais que consolidaram a presença israelense na região.

Said (2012) argumenta que, ao se identificar com o liberalismo ocidental, o sionismo passou a tratar o árabe, uma vez desalojado e expropriado, como alguém que teria perdido sua identidade nacional. Com isso, o sionista passou a ser construído como a única presença legítima na Palestina, apagando a existência histórica e política do povo palestino. Para o autor,

No sionismo, o Ocidente liberal via o triunfo da razão e do idealismo, e somente isso (porque é isso que o liberalismo deseja ver); no liberalismo, o sionista via a si mesmo como deseja ser. Em ambos os casos, o árabe foi eliminado, exceto como problema, negação, “maus” valores. Esse é, seguramente, um caso único de ideologia sobreposta à simples economia (Said, 2012, p. 43-44).

Para Said (2012), os sionistas encontram no liberalismo ocidental uma validação simbólica de sua identidade e de seu projeto político, projetando sobre ele uma imagem idealizada de si mesmos. O autor observa ainda que, do ponto de vista estritamente econômico, Israel poderia ser considerado um fracasso, mesmo com o volume expressivo de ajuda internacional que recebe. No entanto, trata-se de um “triunfo” simbólico: um projeto pioneiro que continua a atrair apoio financeiro e diplomático, ainda que os argumentos que o sustentam tornem-se, com o tempo, cada vez menos convincentes.

Essa análise pode ser ampliada a partir da perspectiva de Woodward (2000), para quem as identidades em conflito são moldadas e contestadas dentro de transformações sociais, políticas e econômicas. No contexto contemporâneo, especialmente no que a autora denomina como pós-colonial, as identidades construídas culturalmente passam a ser constantemente desafiadas e reconfiguradas. Assim, tanto o projeto sionista quanto a resistência palestina podem ser compreendidos como formas de identidade em disputa simbólica, cujas narrativas buscam legitimação histórica e política diante de um cenário global.

Woodward (2000) afirma que, ao reivindicar identidades no presente, os movimentos nacionalistas frequentemente buscam legitimar seus projetos por meio de uma conexão simbólica com o passado, recorrendo a elementos como território, cultura e ancestralidade. No caso israelense, essa lógica se manifesta na construção da narrativa segundo a qual os judeus teriam um direito histórico à terra da Palestina, como se fossem os únicos povos originários desse território, uma forma de apagamento das presenças e memórias palestinas.

Nessa perspectiva, Tragtenberg (2019) observa que os movimentos nacionais tendem a aspirar um retorno simbólico a uma “idade de ouro”, ou seja, um passado glorificado que serve de fundamento para suas pretensões políticas no presente. Assim, o resgate seletivo da história torna-se um recurso estratégico na consolidação das identidades nacionais. Além disso, Woodward (2000) argumenta que a construção das identidades também se dá por meio da produção de alteridades. No contexto contemporâneo, as representações do Oriente frequentemente giram em torno da figura do “fundamentalismo islâmico”, retratado como uma ameaça aos valores e tradições liberais do Ocidente. Esse “fundamentalismo”, nesse sentido, não é um reflexo direto da realidade, mas, sim, uma construção simbólica moldada para representar o perigo cultural que o Oriente supostamente oferece, reforçando, assim, a lógica de conflito entre “nós” (ocidente civilizado) e “eles” (oriente bárbaro).

O historiador Peter Demant (2005) observa que o chamado “fundamentalismo islâmico” é frequentemente descrito como uma ideologia política antimoderna, antissecularista e antiocidental, cujo objetivo seria transformar o indivíduo em um muçulmano observante, reorganizar a sociedade formalmente muçulmana como uma comunidade devota e, por fim, instaurar o reino de Deus na Terra.

No entanto, o autor alerta que o uso do termo “fundamentalismo muçulmano” constitui um neologismo impróprio, uma vez que o fundamentalismo é um conceito originalmente oriundo do protestantismo norte-americano, e que mais tarde foi transposto para outras religiões, inclusive o Islã, de modo muitas vezes reducionista e ideologicamente enviesado. Ele argumenta que tal expressão constitui um neologismo fundamentalmente impróprio e academicamente questionável. O conceito de “fundamentalismo” tem sua gênese histórica e teológica profundamente enraizada no protestantismo norte-americano, surgindo no final do século XIX e início do século XX como uma reação conservadora a tendências modernistas e liberais dentro da própria fé cristã.

A transposição posterior deste conceito, originário de um contexto religioso, social e cultural específico (o protestantismo evangélico dos EUA), para outras tradições religiosas, notadamente o Islã,

é frequentemente realizada de maneira simplista, reducionista e, crucialmente, ideologicamente enviesada. Ao aplicar o rótulo de “fundamentalismo” a movimentos islâmicos, corre-se o risco de obscurecer as complexas dinâmicas internas, as diversas motivações políticas e sociais, e as variadas interpretações textuais que caracterizam o Islã em suas múltiplas manifestações. Assim, o autor sugere cautela rigorosa, defendendo a necessidade de se buscar terminologias mais precisas e sensíveis ao contexto islâmico para descrever fenômenos de conservadorismo, radicalismo ou militância dentro dessa tradição de fé.

Estado de exceção: a Palestina entre muros e *checkpoints*

A construção discursiva do “fundamentalismo” como ameaça civilizacional serve, portanto, como pano de fundo ideológico para justificar políticas de controle e segregação material, como aquelas observadas nos territórios ocupados da Palestina. Segundo Domenico Losurdo (2007), o sionismo herda da tradição colonial não apenas uma lógica expansionista, mas também práticas sistemáticas de discriminação e opressão. Dentre essas, os *checkpoints* se destacam como mecanismos centrais de controle da mobilidade palestina, configurando formas cotidianas de cerceamento da liberdade.

Segundo dados⁹ da organização israelense de direitos humanos B'Tselem, a tipologia dos *checkpoints* varia significativamente, incluindo “*Closed Road Gate*” (portão de estrada fechado), muitos dos quais foram instalados ou tiveram suas operações alteradas após 7 de outubro de 2023, “*Dirt Mound*” (monte de terra) usados para bloquear estradas e “*Intermittently Staffed*” (ocasionalmente tripulados) com inspeções aleatórias. Além disso, existem os “*Permanently Staffed*” (permanentemente tripulados), que operam 24 horas por dia, e os “*Roadblock (Hebron)*” (bloqueio rodoviário em Hebron), que são barreiras físicas que impedem o acesso a certas áreas dentro de Hebron. Por fim, os “*Last Checkpoint Before Israel*” (último *checkpoint* antes de Israel) e “*Border Crossing*” (passagem de fronteira) são pontos cruciais de separação, com restrições rigorosas para o acesso a Israel e ao Egito, respectivamente.

⁹ B'tselem. *List of military checkpoints in the West Bank and Gaza Strip*. Updated: 05 June 2024. Disponível em: <<https://stackoverflow.com/questions/4532782/do-extension-in-web-pages>>. Acesso em: 14 de jul de 2025.

Os dados indicam que há atualmente mais de 35 *checkpoints* permanentes (somando “*Permanently Staffed*” e “*Permanently staffed/goods*”) e 86 bloqueios ou restrições de via, como portões e montes de terra (somando “*Closed Road Gate* - após 7 de outubro de 2023” e “*Dirt Mound* - após 7 de outubro de 2023”), espalhados na Cisjordânia e Faixa de Gaza, afetando a vida cotidiana de mais de 5 milhões de palestinos, segundo dados do Escritório Central de Estatísticas da Palestina¹⁰. Um ponto crucial é o impacto das mudanças nas operações de *checkpoints* após 7 de outubro de 2023, com muitos deles sendo completamente fechados ou tendo suas operações alteradas para incluir inspeções mais rigorosas.

Além disso, a Barreira de Separação, frequentemente chamada pelos palestinos de “Muro do Apartheid”, representa uma das expressões mais visíveis da política de fragmentação territorial imposta por Israel na Cisjordânia. Embora justificada como medida de segurança, sua rota, com cerca de 85% construída dentro do território da Cisjordânia, evidencia um objetivo de anexação de fato, ao incorporar assentamentos ilegais e grandes extensões de terra palestina. Em muitos trechos, segundo a organização *B'Tselem*, a barreira alcança até nove metros de altura e inclui sistemas de cercas, arame farpado e zonas de exclusão que chegam a 100 metros de largura, isolando comunidades de suas terras agrícolas, escolas e hospitais. Em Jerusalém, seu traçado selou o acesso entre o leste da cidade e o restante da Cisjordânia, aprofundando o isolamento de Jerusalém Oriental¹¹. O impacto acumulado é o de um instrumento de controle territorial e demográfico, que desestrutura o cotidiano palestino e reforça a lógica da segregação sob o discurso da segurança.

Complementando essa análise, Costa e Loff (2020) argumentam que os *checkpoints*, ao regular os fluxos de entrada e saída entre a Cisjordânia e Israel, atuam como dispositivos de poder simultaneamente físicos, imateriais e simbólicos. Fisicamente, impõem barreiras e vigilância sobre os corpos palestinos; imaterialmente, desorganizam temporalidades e rotinas; simbolicamente, reforçam a exclusão e a sujeição ao mostrar que o palestino, mesmo dentro de seu próprio território, não é livre para ir e vir.

¹⁰ Palestinian Central Bureau of Statistics. *Estimated Population in the Palestine Mid-Year by Governorate, 1997-2026*. Disponível em: https://web.archive.org/web/20221207112233/https://www.pcbs.gov.ps/statisticsIndicatorsTables.aspx?lang=en&table_id=676>. Acesso em: 14 jul de 2025.

¹¹ B'tselem. *The Separation Barrier*. Disponível em: <https://www.btselem.org/separation_barrier>. Acesso em: 14 jul. 2025.

A análise de Costa e Loff (2020) mostra que os *checkpoints* israelenses funcionam não apenas como barreiras físicas, mas como dispositivos simbólicos e políticos que submetem os corpos palestinos a um regime contínuo de controle e restrição, revelando uma suspensão prática de direitos fundamentais. Essa realidade pode ser melhor compreendida à luz da teoria de Giorgio Agamben (2004), que analisa como o estado de exceção, antes concebido como uma medida emergencial e temporária, tornou-se um paradigma permanente de governo nas democracias contemporâneas.

Tal como ocorre na Palestina ocupada, onde a mobilidade e a soberania do povo palestino são sistematicamente suspensas, Agamben (2004) demonstra que, após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados passaram a normalizar a suspensão do direito como forma de gestão biopolítica da vida, inclusive por meio da legalização da exceção. A partir desse momento, o estado de exceção deixa de ser uma resposta excepcional a crises e se torna um instrumento biopolítico, através do qual o direito não apenas regula, mas também decide sobre a vida e a morte dos indivíduos.

Como exemplo dessa lógica, o autor menciona a *military order* assinada pelo então presidente George W. Bush em 13 de novembro de 2001, que permitia a detenção por tempo indeterminado e o julgamento por comissões militares de indivíduos não cidadãos, suspeitos de envolvimento em terrorismo. Nessa perspectiva, Agamben (2004) desenvolve a tese de que o estado de exceção se tornou um paradigma de governo nos Estados Modernos, a ponto de se transformar em norma. A lei, em vez de garantir direitos, passa a operar por meio da sua suspensão. Nesse processo, o soberano é aquele que está fora da lei, mas que detém o poder de decidir quando e como ela deve ser aplicada, revelando a face mais radical do poder jurídico sobre a vida. De acordo com o autor,

O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força-de-lei (que deveria, portanto, ser escrita: força-de-lei). Tal “força-de-lei”, em que potência e ato estão separados de modo radical, é certamente algo como um elemento místico, ou melhor, uma fictio por meio da qual o direito busca se atribuir sua própria anomia. Como se pode pensar tal elemento “místico” e de que modo ele age no estado de exceção é o problema que se deve tentar esclarecer (Agamben, 2004, p. 61).

O autor aponta ainda que, no estado de exceção, a aplicação da lei foge das normas tradicionais. Agamben (2004) afirma que, no estado de exceção, o corpo humano se transforma em um objeto de poder e controle por meio da autoridade, denominada por ele de “força-de-lei”, uma expressão utilizada para descrever o poder soberano que se impõe sem se submeter às regras legais convencionais.

Assim, o indivíduo, despido de sua proteção jurídica, torna-se vulnerável ao controle absoluto do Estado, evidenciando a capacidade do poder político de moldar a vida de seus cidadãos sob o pretexto de necessidade ou emergência. Para o autor,

O estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas - e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado - estão desativadas. [...] É essa indefinibilidade e a esse não-lugar que responde a ideia de uma força-de-lei. É como se a suspensão da lei liberasse uma força ou um elemento místico, uma espécie de mana jurídico [...], de que tanto o poder quanto seus adversários, tanto o poder constituído quanto o poder constituinte tentam apropriar-se (Agamben, 2004, p. 78-79).

Na obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, Agamben (2010) argumenta que o estado de exceção consiste, essencialmente, na exclusão da norma por meio da sua suspensão, não de forma absoluta, mas mantendo uma relação com ela. Assim, aquilo que é excluído não está completamente fora da ordem jurídica; ele permanece incluído pela via da exceção, ou seja, submetido a uma legalidade que opera justamente por sua suspensão. O estado de exceção, portanto, não é um vácuo jurídico ou um caos anárquico, mas uma forma de governo que suspende a norma para melhor exercer o controle sobre a vida.

Essa lógica de inclusão pela exclusão pode ser aprofundada por meio do conceito de “violência simbólica” formulado por Pierre Bourdieu (1989). Para o autor, os sistemas simbólicos, como os discursos, os rituais e os dispositivos de controle, são mecanismos estruturados e estruturantes que atuam politicamente ao impor e legitimar formas de dominação. Enquanto a violência física impõe diretamente o controle dos corpos por meio de contenção, vigilância armada e limitação da mobilidade, a violência simbólica atua ao naturalizar essas práticas, transformando a dominação em algo legitimado ou até invisibilizado no imaginário coletivo, inclusive no Ocidente.

No contexto dos territórios palestinos ocupados, os *checkpoints* podem ser compreendidos não apenas como barreiras físicas, mas como dispositivos simbólicos que materializam relações de poder, transformando a dominação em algo percebido como natural ou inevitável. Segundo Bourdieu (1989), essa forma de poder age de maneira invisível e contínua, contribuindo para o que Max Weber chamou de “domesticação dos dominados”, isto é, a aceitação subjetiva da hierarquia imposta.

Costa e Loff (2020) afirmam que os *checkpoints* operam também como filtros biopolíticos, nos quais o colonizador (Israel) estabelece distinções arbitrárias entre corpos considerados “seguros” e

corpos percebidos como “ameaçadores”. Essa separação é central para a construção de uma subjetividade israelense que se define em oposição ao “Outro”, o árabe-palestino, numa lógica que opõe civilização e barbárie.

Os autores observam que a negação da existência palestina não é apenas um subproduto da colonização, mas um elemento constitutivo da identidade israelense moderna. Essa identidade se ergue em relação a um “Outro” racializado, expulso e controlado. Nessa perspectiva, o corpo do Outro (marcado, controlado e regulado) passa a funcionar como superfície onde se depositam angústias, rejeições e processos de alienação. Como observa Lacan em *Escritos* (1949), o corpo alheio é sempre atravessado por uma vulnerabilidade fundamental, exposto a inúmeras formas de ameaça e desestabilização. A alteridade, enquanto construção simbólica, acaba se materializando de modo concreto e frequentemente violento sobre os corpos, sobretudo em cenários de dominação colonial como o vivido na Palestina.

Essa inscrição do sofrimento atinge sua expressão mais visível no cotidiano dos palestinos, como evidencia a socióloga brasileira Berenice Bento (2017). Em seu relato de viagem à Palestina, ela afirma que Gaza se tornou “a maior prisão a céu aberto do mundo”, cercada por um muro de concreto que impede qualquer circulação sem a autorização de Israel. “Ninguém entra ou sai sem permissão. [...] E como fazer para entrar/sair? É necessário passar pelo controle militar, os chamados *checkpoints*” (Bento, 2017, s/p). Para Bento, o drama palestino reatualiza um léxico herdado da Segunda Guerra Mundial: exílio, campos de refugiados, muros, armamentos de destruição em massa, desrespeito às normas internacionais e genocídio, reforçando a dimensão histórica e global da violência colonial.

Nota-se que há dois tipos de *checkpoints* entre os territórios palestinos, dividindo famílias, dificultando o acesso a serviços básicos e restringindo a mobilidade cotidiana. Esses postos se dividem em dois tipos principais: os *checkpoints* volantes, que, segundo Adriana Mabilia (2013, p. 35), “são bloqueios militares itinerantes armados conforme o interesse do exército em impedir a passagem dos palestinos de maneira provisória”, e também os *checkpoints* físicos, que são portões de catracas instalados ao longo do muro de separação entre os territórios palestinos e israelense. Estes últimos possuem braços reduzidos para, caso algum indivíduo carregue algo, ele/ela seja pressionado/a,

conforme é evidenciado no curta-metragem *The Architecture of Violence* (Arquitetura da violência)¹² de Eyal Weizman.

Mabilia (2013), em seu livro *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*, traz uma série de situações para exemplificação sobre a situação na Palestina. Com uma narrativa pessoal e os relatos das pessoas que ela entrevista, a autora aprofunda análises sobre confinamento, trauma, assentamentos e formas de resistência. Os depoimentos coletados por Mabilia mostram que a ocupação afeta a totalidade da vida palestina, transformando o “direito de ir e vir” em um luxo. Ainda segundo a autora:

Não há sequer um cidadão palestino que não tenha impedimentos e transtornos por causa da ocupação. As restrições vão além da falta do direito de ir e vir. Vivemos confinados. Não temos acesso livre a médicos, a educação, a diversão, a alimentação, a água (Mabilia, p. 21).

O trecho descreve a realidade opressiva vivida pela população palestina sob a ocupação. A autora enfatiza que não há um palestino sequer que não seja afetado por impedimentos e transtornos impostos pela ocupação, ressaltando que as restrições extrapolam a mera limitação do direito de ir e vir. A citação sublinha o sentimento de confinamento e a privação de direitos básicos e essenciais, como o livre acesso a serviços de saúde, educação, lazer, alimentação e água, evidenciando o impacto profundo e generalizado da ocupação na vida cotidiana.

De acordo com Mabilia (2013), a presença constante de soldados e armas no ambiente civil e a atitude de humilhação nos *checkpoints* geram um estado de tensão e trauma permanente. Essa atmosfera é intensificada pelas práticas de controle implementadas nos *checkpoints*, que não se limitam à verificação de documentos ou bens. Pelo contrário, esses pontos de passagem tornam-se palcos de interações marcadas pela humilhação sistemática, onde a população civil é submetida a atitudes arbitrárias, vexatórias e desumanas.

Tais dinâmicas de poder e subordinação geram um estado de tensão e trauma permanente na vida cotidiana. A imprevisibilidade dos encontros, o sentimento de vulnerabilidade constante e a exposição repetida a situações de desrespeito e violência psicológica ou física não apenas minam a dignidade individual, mas também contribuem para a desestruturação do tecido social e a criação de

¹² Série de vídeos produzida pela rede jornalística *Al-Jazeera* com o objetivo de evidenciar como a arquitetura é usada no contexto da ocupação israelense sobre a Palestina. Disponível em: <<https://youtu.be/ybwJaCeeA9o?si=SA3MQdPAS93X6zy6>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

cicatrizes psicológicas profundas e duradouras na população afetada. Este trauma, segundo Mabilia (2013), não é um evento isolado, mas, sim, um *continuum* experiencial que permeia todas as esferas da existência.

Essa perpetuação do trauma e da tensão permanente não ocorre em um vácuo geográfico. Ela é sustentada e exacerbada pela própria configuração do espaço físico onde essas vidas transcorrem, como ficou explícito ao longo desse trabalho. A vulnerabilidade e a imprevisibilidade descritas por Mabilia (2013) encontram sua infraestrutura material naquilo que é explorado no documentário *The Architecture of Violence* (Arquitetura da violência). Ao analisar a obra, percebe-se que o ambiente construído não é apenas um cenário passivo para essas dinâmicas de poder, mas, sim, um instrumento ativo de dominação. É através do planejamento urbano, das estradas e das edificações que a violência psicológica ganha forma concreta, criando o aparato físico necessário para manter a população em constante estado de alerta e subordinação.

O vídeo em questão é parte da série documental *Rebel Architecture* (20014), da Al Jazeera. Protagonizado pelo arquiteto e ativista israelense Eyal Weizman, o documentário apresenta uma análise contundente de como a arquitetura e o planejamento urbano não são neutros, mas, sim, utilizados ativamente como ferramentas de guerra, ocupação e controle territorial no conflito israelense-palestino. Weizman desafia a noção tradicional da profissão, demonstrando que o desenho de estradas, casas e muros pode ser tão letal ou estratégico quanto armamentos convencionais.

No desenvolvimento de sua tese, o vídeo explora o conceito de “arquitetura forense”, por meio do qual o ambiente construído é lido como uma cena de crime. A análise foca especificamente nos assentamentos na Cisjordânia, destacando como eles são projetados estrategicamente no topo das colinas para criar um efeito panóptico de vigilância e dominação sobre as vilas palestinas nos vales. O documentário ilustra graficamente como essa disposição espacial, juntamente com uma rede segregada de infraestrutura e zonas de segurança, fragmenta o território palestino, tornando a vida cotidiana inviável e impondo uma “violência lenta” através do concreto e do planejamento.

Por fim, a obra levanta questões éticas profundas sobre a responsabilidade dos arquitetos. Ao mostrar como o design pode violar direitos humanos e leis internacionais, Weizman posiciona o arquiteto não apenas como um construtor, mas como um agente político que pode ser cúmplice da opressão ou, alternativamente, uma força de resistência. O vídeo conclui que entender a lógica espacial

da ocupação é o primeiro passo para desafiá-la, transformando a arquitetura de uma ferramenta de hegemonia em um instrumento de investigação e busca por justiça.

Nessa perspectiva, com base na teoria dos sistemas simbólicos de Pierre Bourdieu (1989), a intervenção militar e a ocupação contínua de Israel contra o povo palestino podem ser interpretadas como um mecanismo complexo e multifacetado de dominação simbólica e material. Bourdieu argumenta que a dominação não se manifesta apenas pela coerção física, mas também pela imposição de uma arbitrariedade cultural (o capital simbólico), que é naturalizada e aceita como legítima.

Neste contexto, o Estado de Israel, representando a classe dominante (entendida em um sentido amplo que inclui elites políticas, militares e econômicas), mobiliza um aparato ideológico e repressivo que visa perpetuar e legitimar os seus interesses hegemônicos. Esse aparato simbólico se expressa através da narrativa histórica, da mídia e da educação, que muitas vezes deslegitimam a identidade e a reivindicação nacional palestina, transformando a ocupação em uma questão de segurança ou um conflito simétrico, e não em uma relação de dominador-dominado. Como argumenta o sociólogo francês,

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (Bourdieu, 1989, p. 10).

Bourdieu argumenta que a cultura dominante legitima a ordem social estabelecida, criando hierarquias que sustentam essa dominação. Nesse sentido, o mecanismo de dominação opera para acentuar e rigidificar as clivagens entre os dois grupos populacionais, israelenses e palestinos. Essas clivagens são forjadas e mantidas através de políticas de segregação, controle territorial e distribuição desigual de recursos, que são, por sua vez, justificadas pela lógica simbólica da superioridade e da necessidade de autodefesa. A violência física é, portanto, o último recurso para manter uma ordem social que foi primeiramente estabelecida e naturalizada no plano simbólico. A dominação, assim, garante a reprodução das desigualdades e a manutenção do status quo, onde o poder de definir a realidade e o direito ao território pertence à facção dominante. No contexto israelense-palestino, isso se manifesta na forma como o sistema dominante mantém seu controle e justifica as desigualdades por meio de distinções sociais, políticas e culturais.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, nos debruçamos sobre uma análise das complexas formas pelas quais o Estado de Israel estabelece e perpetua seu poder sobre os territórios e, conseqüentemente, sobre a população palestina. Argumentamos que essa dominação se consolida por meio de uma estrutura que opera tanto no plano do controle físico-territorial quanto no da sujeição simbólica e discursiva. Para fundamentar essa tese, recorreremos a dois eixos conceituais centrais. Primeiramente, a ideia de identidade em disputa, proposta por Kathryn Woodward (2000), nos permite demonstrar que a construção da identidade nacional israelense não ocorre em um vácuo, mas sim em um processo ativo de oposição e, mais crucialmente, de negação sistemática da existência, história e legitimidade da identidade palestina. Em segundo lugar, o conceito de violência simbólica, conforme elaborado por Pierre Bourdieu (1989), é crucial para desvelar como a dominação se exerce de maneira sutil, às vezes, quase invisível. Este complexo processo de dominação se manifesta na articulação de três vetores principais: a exclusão territorial por meio de políticas de assentamento e demarcação de fronteiras arbitrárias; o apagamento histórico que busca silenciar a memória e a narrativa palestina; e a subjugação cotidiana materializada nas restrições de movimento, na vigilância constante e na violência estrutural.

Ampliando as reflexões de Edward Said (2012), constatamos que a violência, em suas dimensões física e simbólica, constitui um fluxo histórico contínuo, e não uma série de eventos isolados. Essa continuidade remonta ao período do mandato britânico, intensifica-se dramaticamente com a Nakba (o êxodo e desapropriação de 1948) e persiste até os dias atuais, adaptando-se a diferentes contextos geopolíticos. O sionismo, enquanto ideologia fundadora, conseguiu estabelecer e sustentar uma narrativa de autodeterminação que obteve ampla aceitação e legitimação no Ocidente. Essa aceitação serviu como base para a promoção de uma política expansionista que, de forma contínua, transcendeu as fronteiras estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e se dedicou a silenciar, de maneira metódica e violenta, as lutas palestinas por reconhecimento político e pela autodeterminação territorial.

Este silenciamento é estrategicamente reforçado pelo persistente discurso orientalista, conforme analisado por Said, que constrói o árabe (e, por extensão, o palestino) como o “Outro” radical: uma figura homogeneizada, perigosa, intrinsecamente irracional e ameaçadora, buscando a legitimação da ocupação militar e da dominação como uma suposta “missão civilizatória” por parte de Israel, um posto avançado de racionalidade ocidental em um meio considerado bárbaro. Estruturas

físicas de controle, como os muros de separação e os *checkpoints* militares, tornam essa dominação palpável. Conforme argumenta Berenice Bento (2017), essas estruturas têm o efeito de converter os territórios palestinos em uma vasta “prisão a céu aberto”. Nessa perspectiva, o controle restringe brutalmente a circulação de pessoas, fragmenta comunidades inteiras e perpetua um estado de exclusão permanente. Este cenário se encaixa perfeitamente na conceituação de Giorgio Agamben sobre o estado de exceção, uma suspensão temporária da ordem legal, que, no contexto palestino, foi transformada em uma regra cotidiana e estrutural.

Os eventos de 7 de outubro de 2023, e a subsequente resposta militar de Israel, serviram para expor, na atualidade, a lógica radical dessa estrutura de poder soberano. O cerco absoluto e total à Faixa de Gaza, que impôs restrições vitais de água, energia, combustível e suprimentos médicos, levou a destruição em larga escala de infraestruturas civis essenciais (como hospitais, escolas e universidades) e o bombardeio indiscriminado de áreas densamente povoadas evidenciam a máxima radicalização do poder soberano. Portanto, a nossa compreensão é que o conflito israelo-palestino transcende a mera disputa por delimitações territoriais ou por recursos naturais, estando profunda e intrinsecamente ligada à produção e destruição de identidades nacionais, à utilização estratégica do espaço geográfico como arma de dominação e à legitimação da violência extrema como fundamento central e inquestionável da soberania de Israel sobre o território e seu povo subjugado.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, [1942] 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. “*Metropolis*” 2010. In <http://thefunambulist.net/2010/12/17/philosophy-metropolis-by-giorgio-agamben/>.
- BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. EDUFBA, 2017.
- BENTO, Berenice. *Israel sem máscaras, por uma feminista brasileira*. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/israel-sem-mascaras-por-uma-feminista-brasileira/>>. Acesso em: 09 fev. 2024.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

- COSTA, Bruno Alexandre Reis. *Colonialismo como laboratório urbano. Dos espaços de suspensão à sociedade de controle, um território de fronteiras - Palestina*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) FAUP - Faculdade de Arquitetura. Porto, p. 164. 2012.
- COSTA, Bruno Alexandre Reis; LOFF, Manuel Vicente de Sousa Lima. “Da diáspora à nação, de casa à dispersão: a subjetividade queer palestina”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 149-171.
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. 3ª. ed. – São Paulo: Contexto, 2013.
- DIAS, Vanessa Batista. Plano Dalet e a influência da teoria política de maquiável no processo colonial israelense. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25 e 26, p. 87 - 106, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Society Must Be Defended*. Picador, London, 2003.
- KIMMERLING, Baruch. *Politicide: Ariel Sharon's War Against the Palestinians*. London: Verso, 2003.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LOSURDO, Domenico. O Sionismo e a Tragédia do povo palestino. *Crítica Marxista* (2007). Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo248artigo4.pdf> Acesso em: 10 fev. 2024.
- MABILIA, Adriana. *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*. 1ª. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. Tradução de Sonia Midori. – São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- SILVA, Daiana Maria da; PAIVA, Eduardo Geraldo Alves. Crônicas de guerras: a questão palestina no contexto do Século XX. *Revista História em curso*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 51-61, 1º sem. 2012
- TRAGTENBERG, Maurício. Dialética do Sionismo. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 2, n. 22, 21 fev. 2019.
- WEIZMAN, Eyal. *Arquitetura da violência*. Direção de Ana Naomi de Sousa. Reino Unido: Forensic Architecture/Al Jazeera English, 2016. Documentário (25 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ybwJaCeeA9o>>. Acesso em: 22 de jan 2024.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Silva, Tomaz Tadeu da (Org). - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Genealogia como metodologia para a História do Tempo Presente: diálogos com Foucault e Nietzsche

Genealogía como metodología para la Historia del Tiempo Presente: diálogos con Foucault y Nietzsche

Lucas Coelho Baccin

Doutorando em História

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

baccin.lucas@gmail.com

Recebido: 18/08/2025

Aprovado: 21/02/2026

Resumo: O presente texto tem como objetivo propor alguns debates iniciais acerca das possibilidades do uso da pesquisa genealógica, a partir de Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, como uma metodologia possível para trabalhos do campo da História do Tempo Presente. Para isso, além de uma conceituação do termo, serão propostas algumas análises sobre as potencialidades de tal método e alguns de seus usos em obras já publicadas. O texto busca ainda, partindo da pesquisa de doutorado do autor, em andamento, demonstrar algumas possíveis aplicações de tal método, principalmente relacionados ao debate acerca da temporalidade no campo da HTP, associadas a práticas de descontinuidades, acasos, mudanças e rupturas.

Palavras-chave: Genealogia; História do Tempo Presente; Metodologias.

Resumen: Este texto tiene como objetivo proponer algunos debates iniciales acerca de las posibilidades de uso de la investigación genealógica, a partir de Friedrich Nietzsche y Michel Foucault, como una metodología viable para trabajos en el campo de la Historia del Tiempo Presente. Para ello, además de una conceptualización del término, se proponen algunos análisis sobre las potencialidades de dicho método y sus aplicaciones en obras ya publicadas. Asimismo, partiendo de la investigación doctoral en curso del autor, el texto busca demostrar posibles aplicaciones de este enfoque, en especial en lo relativo al debate sobre la temporalidad en el campo de la HTP, asociada a prácticas de discontinuidad, contingencia, cambio y ruptura.

Palabras clave: Genealogía; Historia del Tiempo Presente; Metodología.

1. Introdução: *Andante non troppo – Allegro vivace*¹

Proponho uma imagem inicial: do passado como uma música, repleto de sons, de estruturas, de formas, de ritmos. Ele é formado não só de consonâncias, mas dissonâncias e silêncios. Como em uma música, marcado pelas interpretações, pelas acentuações, pelas escolhas não só de quem o viveu, mas também de quem o analisa e interpreta. Como em um concerto, onde não é possível dar ouvido a um único instrumento, uma única voz, na em uma análise genealógica do passado não se pode buscar enxergar uma origem única, uma essência, um único fragmento de onde tudo surgiu. Como em um concerto, onde o que se sente não está estático mas em constante movimento, na análise genealógica o que é, nem sempre foi assim, é composto de uma multidão de vozes, de passados e presentes esquecidos, de silêncios e lutas, acasos e descontinuidades.

O objetivo do presente texto é realizar uma análise da potencialidade da pesquisa genealógica, baseada em Foucault e Nietzsche, com um instrumento para a produção historiográfica, especialmente em relação à História do Tempo Presente (HTP). O campo de estudos da HTP, desenvolvido a partir do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) na França possui diferentes conceituações e está em permanente debate. No presente trabalho, parte-se de uma visão de tal campo que, em diálogo com Rodrigues, se “preocupa menos com o corte cronológico que separa presente do passado, e mais com a própria interrogação sobre a temporalidade do presente, a forma como os presentes do passado circulam, habitam ou irrompem no presente” (Rodrigues, 2024, p. 8). Assim, na busca de analisar a genealogia como um possível método da HTP, busca-se um questionamento às temporalidades instituídas não apenas por continuidades, mas também repletas de acasos, desvios, rupturas e lutas.

Qual o sentido do parágrafo inicial relacionando-a com a música então? Pode perguntar-se quem estiver a ler. E a resposta pode causar, talvez, certo desapontamento: a ideia é desafiar quem lê a também ouvir. Mas como ouvir um texto escrito? Talvez não no sentido literal, mas a ouvir as consonâncias, dissonâncias e mesmo os silêncios do passado e do presente. Pois, como se buscará demonstrar é a isso que a análise genealógica se propõe: “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona” (Foucault, 2014, p. 55). Concertos, músicas, não são feitos de apenas um tom, não são escutados ou sentidos em sons separados uns dos outros, mas com uma

¹ Antes da leitura do trabalho, é convidado a quem lê, ouvir simultaneamente a música “Concerto for Orchestra - Sz.116” de Béla Bartók, disponível em: <https://youtu.be/9uwpuyc7nS4> Acesso em 17 de ago. de 2025.

junção dos mesmos, regidos por quem lê os fragmentos separados (o regente, ou o historiador), que dá a sua interpretação a partir do que lê, de algo escrito por um outro, ou vários outros. Essa é a analogia que se busca desenvolver aqui: o passado como um concerto musical, formado de diferentes sons, agentes, formas, ritmos, silêncios, andamentos e tempos, inscrito em partituras separadas, cada qual com suas particularidades, e o genealogista como o regente, que lê essa complexa partitura e executa sua interpretação.

Para isso, como no concerto de Béla Bartók², o trabalho é dividido em cinco movimentos, o primeiro refere-se à presente introdução, que anda, mas não muito, apresenta o que será debatido de modo alegre, vivaz. Em seguida, será apresentada uma leve brincadeira entre as principais referências do conceito: Nietzsche e Foucault, buscando um debate em diferentes tempos. No terceiro movimento, volta-se a um ritmo cadenciado, para apresentar as possibilidades de uso do conceito, suas apropriações e atualizações no tempo, bem como de algumas produções que utilizaram do conceito. Na sequência, realizando uma interrupção, alegre contudo, será realizado o exercício de aplicação do conceito para o projeto de doutorado do presente autor, que tem como objetivo investigar os efeitos das leis de drogas no sistema penitenciário e na sociedade brasileira no contexto da ditadura militar junto a seus desdobramentos sociais e históricos, e as possibilidades de diálogo e de ampliação do debate com o campo da História do Tempo Presente. Por fim, uma breve consideração final, não um encerramento, no sentido de esgotamento, mas um chamado a novas composições, interpretações, reavaliações da análise genealógica.

2. A genealogia de Nietzsche a Foucault - *Gioco delle coppie. Allegro scherzando*

Como apresentado brevemente na introdução, o conceito de genealogia aqui estudado parte, principalmente, das obras de Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, em tempos e andamentos diferentes, contudo com muitas consonâncias e inspirações. O termo genealogia, também relacionado à busca das raízes de uma família, será aqui debatido como uma abordagem teórico-metodológica presente nas obras dos autores citados.

² Béla Viktor János Bartók foi um compositor e pianista de origem húngara, baseou grande parte de suas peças musicais a partir de músicas do folclore húngaro a partir de pesquisas realizadas em músicas populares do interior de seu país. Para mais, ver: Bartók, Béla; Dille, Denijs (1949). *The Life of Béla Bartók*. In: *Tempo no. 13*. p. 3-7. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/942679?seq=1>. Acesso em 15 ago. 2025.

Para continuar a analogia com a música, será aqui colocado Nietzsche como *spalla* dessa orquestra, ou o primeiro violino, responsável pela afinação dos demais, o solista principal. Em *Genealogia da Moral*, o autor demonstra seu virtuosismo já no prólogo da obra, relatando que aos treze anos de idade já buscava por uma origem do bem e do mal, elegendo então Deus como o pai do mal (Nietzsche, 2009, p.9). Entretanto, continua demonstrando que logo não mais buscou uma origem do mal por trás do mundo, transformando seu problema em outra questão:

sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor ‘bom’ e ‘mau’? E que valor eles têm? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indício de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade de vida, sua coragem, certeza, futuro? (Nietzsche, 2009, p. 9).

Com essa mudança de questionamento, nota-se uma mudança na tonalidade da análise promovida por Nietzsche, não mais a busca por uma origem pura, mas uma busca pela “necessidade de um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram [os valores morais], sob as quais se desenvolveram e se modificaram” (Nietzsche, 2009, p. 12). É nesse sentido que Nietzsche passa a desenvolver sua genealogia, não uma busca por uma origem pura, algo que critica inclusive em outros genealogistas, como Paul Rée³, mas numa longa busca, numa “quase indecifrável escrita hieroglífica do passado moral humano” (Nietzsche, 2009, p. 13).

Antes de avançar um pouco mais na análise genealógica de Nietzsche, façamos um *ritornelo* à uma importante obra do filósofo, a “Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida”. Nessa obra, além do que proclama no próprio título - tecer considerações sobre a utilidade e desvantagem da história - Nietzsche estabelece algumas discussões que dialogam com a temática do presente trabalho, um diálogo como uma melodia em contraponto talvez, levando em conta as duas vozes (textos) simultaneamente. Já no início de seu escrito, o filósofo proclama que “não saberia que sentido teria a filologia clássica em nossa época senão o de atuar nela de maneira intempestiva, ou seja, contra o tempo e, com isso no tempo e, esperemos, em favor de um tempo vindouro” (Nietzsche, 2003, p. 7). Essa consideração acerca do tempo, é aqui vista já como um

³ Filósofo nascido na Prússia que, durante determinado tempo, foi amigo de Nietzsche, posteriormente criticado por este por conta de seus estudos. Para mais, ver: Fazio, D. M. A ética na escola de Schopenhauer: o caso de Paul Rée. *Ethic@: Revista Internacional de Filosofia da Moral*, v. 11, p. 87-98, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2012v11nesp1p87/22993>. Acesso em: 15 ago. 2025

direcionamento ao pensamento genealógico do autor, uma vez que, atuar contra, com e a favor do tempo, parece demonstrar a concepção de um tempo não apenas linear ou cronológico, mas repleto de muitas camadas, por vezes anacrônico, que retorna “ainda como um fantasma e perturba a tranquilidade de um instante superior” (Nietzsche, 2003, p. 8). Tempos dissonantes em si mesmo, passados e presentes que são repletos de significados.

Ainda em sua consideração intempestiva, Nietzsche apresenta o seguinte: “porque somos o resultado de gerações anteriores, também somos o resultado de suas aberrações, paixões e erros, mesmo de seus crimes, não é possível se libertar totalmente desta cadeia” (Nietzsche, 2003, p. 31). Também neste trecho é possível considerar um apontamento do filósofo para compreensão do presente como formado não apenas como uma sucessão de passados vitoriosos que se sobrepõe cronologicamente, mas também repleto dos fragmentos das derrotas, das aberrações. Algo que será retomado em seu projeto de genealogia, quando o autor chama a atenção para o que considera com o mais importante princípio da ciência histórica:

De que a causa da gênese de uma coisa e sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem totalmente; de que algo existente, que de algum modo chegou a se realizar é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado de maneira nova, transformado e redirecionado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior (Nietzsche, 2009, p. 60-61).

Assim, ao buscar pelo surgimento de algo que existe no presente, é necessário levar em conta todas suas modificações ao longo do tempo, é preciso ter o entendimento de que sua finalidade não está contida já em sua origem - o que seria o sentido teleológico que Nietzsche critica no que chama de “genealogistas ingleses”, como Paul Rée - mas, ao contrário, que uma busca genealógica deve levar em conta as modificações e os embates de força que envolveram tal coisa.

Seguindo esta tocata, são convocados aqui os estudos de Michel Foucault⁴, buscando um aprofundamento na compreensão da abordagem genealógica para a pesquisa histórica. Se Nietzsche foi aqui elencado como o *spalla* da orquestra, talvez caiba a Foucault a função de pianista,

⁴ Ressalta-se aqui que as aproximações entre Foucault e Nietzsche são objetos de diversas discussões por autores já consagrados como Deleuze (2005), Dosse (2013), Dreyfus e Rabinow (2010), Veyne (1995), Machado (1988) e Albuquerque Júnior (2007), para citar alguns. Contudo, no presente texto o intuito dessa aproximação é relaciona-se principalmente às discussões sobre a genealogia e as temporalidades presente em ambos.

demonstrando toda sua versatilidade, mantendo a rítmica, a harmonia (por vezes dissonante) e também realizando seus próprios solos.

Algumas das primeiras notas de Foucault em direção à análise genealógica aparecem na obra “A Ordem do Discurso” - aula inaugural do autor no Collège de France em 1970 - onde apresenta duas formas para analisar o discurso, uma crítica, como um “princípio de inversão” e outra genealógica, pondo em prática três princípios ao analisar a formação dos discursos em relação aos sistemas de coerção: “como se formaram, através, apesar, ou com apoio dos sistemas de coerção séries de discurso; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (Foucault, 2004, p. 60-61). Assim, a partir da análise genealógica, o autor busca estudar a formação do discurso como “ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular” (Foucault, 2004, p. 65). Em compasso com Nietzsche, não em busca de uma origem simples, pura, já contida em seu fim, mas complexa, baixa, cinza.

Cinza, meticulosa, pacientemente documentária, é assim que Foucault descreve a genealogia no texto “Nietzsche, a Genealogia e a História”. Nessa obra, originalmente escrita em 1971, o autor se debruça em uma importante discussão acerca do método genealógico, que marcaria uma importante fase de sua produção intelectual, da genealogia do poder. Foucault defende a genealogia como uma busca de marcar a singularidade dos acontecimentos,

espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história - os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (Foucault, 2014a, p. 55).

A genealogia, portanto, exige demora, minúcia, paciência e se opõe à pesquisa da “origem” (Foucault, 2014a, p. 56). A partir disso, demonstra Foucault, a genealogia permite ao historiador apreender que “atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’, não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (Foucault, 2014a, p. 58). Nesse mesmo sentido, o autor defende que a história “com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas síncope, é o próprio corpo do devir” (Foucault, 2014a, p. 61), e é nestas síncope, nestes descompassos, nestas dissonâncias e silêncios que a genealogia deve demorar-se, nos “acazos dos começos” (Foucault,

2014a, p. 61). Em consonância com Nietzsche novamente, demonstrar que a origem não está já presente no fim, mas que essa finalidade de algo é marcada por lutas, embates, recomeços, acasos, silenciamentos.

Mas qual seria o objeto então de uma genealogia? Em busca de que ela parte? Foucault, novamente afinando seus pensamentos a partir de Nietzsche, marca dois termos como centrais para a análise genealógica: *Herkunft* e *Entstehung*. O primeiro é apresentado como a ideia de *proveniência*, e sua busca se dá no sentido de “descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele [um indivíduo] e formar uma rede difícil de desembaraçar” (Foucault, 2014a, p. 62). Buscar essa proveniência então, estaria não relacionado a encontrar uma categoria de semelhanças, mas “permite ordenar, para colocá-las à parte, todas as marcas diferentes”, levando assim a uma dissociação do Eu e fazendo “pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos” (Foucault, 2014a, p. 62). A busca pela proveniência então está ligada aos acidentes, aos desvios, erros, falhas, demonstrando que na “raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos - não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (Foucault, 2014a, p. 63). A proveniência, para Foucault está ligada ao corpo, pois é este que carrega as marcas, os estigmas, os acontecimentos do passado, é nele onde têm lugar os sentimentos, os desejos, é o corpo a “superfície da inscrição dos acontecimentos” (Foucault, 2014a, p. 65), e a genealogia, assim, é o ponto de contato do corpo com a história, “deve demonstrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (Foucault, 2014a, p. 65).

Além da ideia de proveniência, o outro termo central para uma análise genealógica, segundo Foucault, é o da *Entstehung*, ou a *emergência*, ou ainda, o ponto de surgimento (Foucault, 2014a, p. 65). Nesse caso, o autor destaca a emergência como o momento onde uma força irrompe em determinado presente, onde ocorre uma interrupção, um “salto pelo qual elas [forças] passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e juventude” (Foucault, 2014a, p. 67), seriam assim os locais de enfrentamentos, de lutas pelo poder. Mas não são organizadas, planejadas, não contém necessariamente sua finalidade, fazem parte de um jogo, onde ninguém tem efetivamente o controle, uma relação entre dominadores e dominados e, o “grande jogo da história”, será daqueles que se apoderaram das regras, “de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra quem as tinham imposto” (Foucault, 2014a, p. 69). A emergência assim, é repleta de acasos, não como um sorteio, mas como uma “relação de forças que

se inverte, um poder confiscado, [...] uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz a entrada, mascarada” (Foucault, 2014a, p. 73).

Com este contraponto de duas vozes, Nietzsche e Foucault, o objetivo foi de realizar uma breve conceituação da genealogia. Se Nietzsche aparece aqui como uma primeira voz, não é apenas no sentido cronológico, mas também como a melodia fundamental, a partir de onde Foucault constrói seu campo harmônico, repleto de acordes consonantes, mas também com suas dissonâncias e melodias próprias. A seguir, serão apresentadas algumas apropriações, aplicações e atualizações do conceito no campo historiográfico, demonstrando algumas produções realizadas a partir do conceito, tornando o contraponto em cada vez mais complexo jogo de harmonias.

3. Usos da genealogia e algumas interpretações - *Elegia. Andante non troppo.*

No terceiro movimento do concerto de Bartók, o tema é extraído da primeira seção, numa Elegia, possui uma característica mais lenta, melancólica, até mesmo lamentosa, em um andamento moderado, mas não muito. Nessa analogia, aqui se apresentarão algumas produções historiográficas que se utilizaram da análise genealógica, baseadas em Nietzsche e, sobretudo, Foucault. Genealogias que, como apresentado anteriormente, assim como no terceiro movimento de Bartók, devem ser minuciosas, lentas, demoradas, por vezes carregadas de lamentações de passados difíceis, atravessados pela ação do poder.

Uma das mais importantes obras que utiliza da abordagem genealógica é o livro *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, demonstrando que as reflexões teóricas do autor, apresentadas anteriormente, são utilizadas pelo mesmo para a construção da investigação histórica acerca das formas de punir. Conforme Foucault descreve, o objetivo central de seu livro é:

uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade (Foucault, 2014b, p. 26).

A partir disso, Foucault demonstra que busca estudar as modificações da punição a partir de uma “tecnologia do corpo, onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto” (Foucault, 2014b, p. 27). Assim, a partir da análise genealógica, da penalidade como técnica de poder, “compreender ao mesmo tempo como o homem, a alma, o indivíduo normal ou

anormal, vieram fazer a dublagem do crime como objetos de intervenção penal”, e as formas como uma determinada sujeição deu origem ao humano como “objeto de saber para um discurso com status ‘científico’” (Foucault, 2014b, p. 27-28). Ainda que utilize a palavra origem, Foucault não tem a pretensão de achar uma origem única, pura, essencial, mas a ideia de proveniência e os momentos de emergência de determinadas práticas e discursos. Assim, ao realizar tal tipo de análise, Foucault busca compreender também seu próprio presente, buscando as formas como as sociedades punitivas se constituíram, demonstrando quais foram as lutas pelo poder de onde determinadas práticas e discursos emergiram, revelando as discontinuidades, as táticas e estratégia de poder dos diferentes sujeitos sociais, demonstra que a punição através da prisão, da penalidade, não teve uma origem simples, única, ou ainda óbvia, como resultado de uma soma de passados, mas sim repleta de embates pelo poder.

Seguindo no compasso de Foucault, David Garland inicia sua obra *A Cultura do Controle* com uma provocação: “Nós rapidamente nos acostumamos às coisas como elas são. Hoje, mais do que nunca, é mais fácil viver no imediatismo do presente e perder todo o senso do processo histórico que gerou o atual estado de coisas” (Garland, 2008, p. 41). E, justamente contra tal compreensão do estado das coisas é que o autor se dedica a esmiuçar a compreensão acerca de “como nossas respostas contemporâneas ao crime assumiram a forma que possuem hoje, com seus aspectos novos e contraditórios” (Garland, 2008, p. 42), assim, o autor busca desenvolver o que chama de uma “história do presente”, distante da ideia de uma completude do passado, mas sim na busca de “entender as condições históricas de existência das quais dependem as práticas contemporâneas” (Garland, 2008, p. 42) e, ainda, “não pensar historicamente o passado, mas sim através da história, repensar o presente” (Garland, 2008, p. 43). Para isso, Garland desenvolve o que chama de “crônica genealógica”, buscando compreender não a origem das práticas de controle do crime e da justiça no presente, mas quais foram os processos históricos e sociológicos que deram luz a tais práticas, de quais condições elas emergiram. Assim, Garland é mais um intérprete na orquestra da compreensão genealógica da relação passado-presente, baseando-se nas construções harmônicas propostas por Foucault, o autor desenvolve suas próprias interpretações, cadências, acentuações, apropriando-se do tema mas também o atualizando, criando seus próprios andamentos. É importante ressaltar que o que David Garland chama de “história do presente” está mais relacionado à uma pesquisa de uma história recente, o autor não está teoricamente associado ao mesmo campo de estudo da História do Tempo Presente já apresentado

anteriormente e que será debatido à frente, porém, suas reflexões acerca das temporalidades permitem aproximar sua obra para um desenvolvimento do método genealógico na HTP.

Ainda no sentido de convocar intérpretes que executaram as análises genealógicas em suas peças, destaca-se o estudo realizado por Thiago Rodrigues no livro *Política e Drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico*. Objetivando “captar os instantes em que as práticas proibicionistas circulantes no baixo mundo são percebidas pelos mecanismos de governamentalidade como úteis politicamente para ampliar a capacidade estatal de regulação da conduta dos homens” (Rodrigues, 2017, p. 43). Para isso, Rodrigues desenvolve uma análise baseada na observação genealógica proposta por Foucault, método que o autor demonstra como “parcial, finito e interessado nos detalhes, nas meticulosidades dos conflitos de força” (Rodrigues, 2017, p. 28), assim compreendendo as políticas de drogas não como resultados apenas de um movimento jurídico, ou de um ou outro legislador, mas como frutos de lutas pelo poder, de conflitos que se desenrolam não apenas nas superfícies das sociedades, mas também nos locais mais baixos, mais profundos da vida social. A obra de Thiago Rodrigues, entra como mais uma camada na complexa partitura das análises genealógicas, com seu próprio instrumento de análise, mas baseando-se nas melodias compostas por Foucault, Rodrigues realiza sua composição afastada da busca por origens, mas sim ligada a complexidade das relações e lutas do poder.

Nesse breve movimento, a ideia foi de elencar alguns intérpretes da análise genealógica, para compor tal sinfonia, escolheu-se de início três autores que desenvolvem trabalhos que vão ao encontro das questões pesquisadas pelo presente autor. Com isso, muitas outras obras ficaram de fora, seja por conta da brevidade do presente trabalho, seja pelas identificações temáticas do autor, contudo, destaca-se que como no caso das genealogias - ou dos concertos - as interpretações e novas formulações são sempre inacabadas, sempre um convite para participação de outras vozes.

4. Potencialidades para a história do tempo presente e aplicação do conceito – *Intermezzo interrotto. Allegretto*

Até aqui foram apresentadas algumas considerações acerca do conceito de genealogia, seus autores de referência, suas atualizações e difusões. Mas façamos uma interrupção, um interlúdio, como o quarto movimento de Bártok uma mudança no andamento da obra, para além da contextualização da genealogia, propor algumas formas de sua aplicação e potencialidade para a História do Tempo Presente. Quase como um improviso musical, que não é feito de qualquer maneira, mas que parte de

um jogo harmônico já pré-estabelecido, que se interliga com as bases musicais que fazem o acompanhamento de fundo. Como na improvisação musical, portanto, não se trata de lançar notas soltas esperando que façam sentido com o todo da música, mas sim partir das bases já estabelecidas para exercitar novas ideias, como um improviso, não se trata do desenvolvimento de uma peça final, mas de possibilidades, de sonoridades que possam continuar reverberando, para que, se aprofundadas, possam resultar em novas obras, nunca finais, é claro.

Esse improviso é feito em duas vozes, que se complementam, que simultaneamente constroem suas melodias. Uma delas é a temática de pesquisa do autor, construir uma genealogia acerca das políticas criminais em torno do combate às drogas no Brasil e seus efeitos no presente, outra é o campo historiográfico em que se insere tal pesquisa, a História do Tempo Presente. Vozes que, como dito, caminham juntas, não são pensadas separadamente.

O projeto de pesquisa de doutorado do presente autor, propõe como problemática investigar os efeitos das legislações brasileiras de combate às drogas das décadas de 1960 e 1980 no sistema penitenciário e na sociedade, analisando o contexto de criação e vigência das leis e seus desdobramentos sociais e históricos. Contudo, não trata-se de apenas construir uma explicação histórica sobre a origem das referidas leis, mas de, a partir de questões formuladas no presente e sobre o presente, verificar as diferentes disputas de poder que deram origem ao processo de encarceramento em massa no contexto brasileiro e mundial. Assim, é possível partir de algumas questões: Qual(is) a(s) proveniência(s) das políticas de encarceramento em massa, presentes na atualidade? Qual(is) o(s) ponto(s) de emergência das atuais políticas punitivas em relação ao consumo e tráfico de drogas? O que essas práticas punitivas demonstram sobre o presente? Outras questões podem ainda (e muito provavelmente serão) levantadas durante a pesquisa, contudo para a presente análise, tomemos-as como ponto de partida.

Utilizar da análise genealógica para responder às questões acima colocadas e a problemática da pesquisa tem como objetivo não a busca da origem do encarceramento em massa, mas sim da problematização das formas como as lutas, os discursos e os embates do passado tornaram tal prática como existente na atualidade. Em diálogo com Garland, é a tentativa de “traçar o processo errático e descontínuo pelo qual o passado se tornou o presente” (Garland, 2014, p. 84), demonstrar que tal processo não é formado de maneira natural, linear ou ainda óbvia, mas é repleto de discontinuidades, de dissonâncias e de silêncios, é formado por uma série de temporalidades distintas, inseridas em

diferentes disputas de poder, “fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam” (Foucault, 2014a, p. 83).

O sentido do uso da genealogia aplicada a tal projeto de pesquisa, visa propor uma análise acerca da como a construção de discursos jurídicos e políticos, bem como de suas práticas cotidianas, produzem mecanismos de articulação entre as narrativas históricas e seus usos no presente. Assim, esmiuçar a complexa rede de relações de poder, bem como dos discursos legais, midiáticos, políticos e as formas como foram mobilizados para a elaboração de políticas públicas. Se a repressão às drogas e o encarceramento em massa hoje são vistos com certa normalidade e continuam a ser palco de criações de novas leis repressivas, analisar genealogicamente os cenários de emergências e formação dessas práticas, trata não apenas de um estudo sobre o passado, mas sobre como o presente foi e é formado.

Para isso, a pesquisa que está sendo realizada se utiliza de diferentes fontes históricas como: processos judiciais e prontuários dos sujeitos detidos pelas leis relacionadas às drogas em Santa Catarina; relatórios de autoridades de Estado; Código Penal e leis específicas do recorte proposto; projetos de leis e discussões legislativas sobre o tema no período; Jornais e publicações da imprensa; Relatórios Estatísticos do IBGE entre 1960 e 1990. Com isso, partindo de uma concepção genealógica a ideia é traçar as diagonais, as curvas, as tensões que compõem a trama discursiva em torno da questão do proibicionismo no Brasil durante o período da ditadura militar. Desse modo, trata-se então não de uma análise horizontal ou vertical das fontes, mas de um entrecruzamento das mesmas, buscando compreender as *proveniências* do discurso proibicionista em torno das drogas, ou seja, não uma origem única, mas exercícios de poder, fabricação de saberes, processos de produção de subjetivações que demonstram os embates de forças e os diferentes projetos de sociedade presentes nas documentações. Em diálogo com Deleuze, “em vez de ir de uma exterioridade aparente para um ‘núcleo de interioridade’ que seria essencial, é preciso conjurar a ilusória interioridade para levar a palavra e as coisas para sua exterioridade constitutiva” (Deleuze, 2005, p. 161). Assim, o emprego da genealogia como método visa proporcionar a compreensão das diferentes camadas discursivas presentes no passado que, passando por transformações, mudanças, fragmentações, ajudaram a constituir o presente.

Além disso, partindo da análise genealógica, será também realizada uma aproximação com as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” de Reinhart Koselleck, bastante

mobilizadas em trabalhos do campo da História do Tempo Presente⁵. Com a ideia da experiência relacionada ao espaço e a de expectativa ao tempo, Koselleck defende que “o tempo histórico não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas também uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa” (Koselleck, 2006, p. 309). Partindo deste ponto, ao analisar as fontes de maneira genealógica pretende-se também compreender como as diferentes disputas em torno da questão das drogas são repletas de redes discursivas que comportam tanto os espaços de experiência do passado (passado do passado) como também os horizontes de expectativas do mesmo (futuro do passado), ao analisar as propostas legislativas e os embates na Câmara de Deputados acerca da criação de novos dispositivos legais sobre entorpecentes no período, por exemplo, é possível verificar nas lutas de poder, na criação de saberes, tanto os usos do passado, quanto também os projetos de futuro mobilizados nas narrativas favoráveis ou contrárias a tais leis, compreendendo-as ainda no tempo histórico em que estão inseridas (presente do passado).

Ainda em relação ao campo da História do Tempo Presente, a análise genealógicamente orientada, também permite questionar as temporalidades como marcadas por um sentido único, progressivo e, nesse sentido, contribuir com algumas discussões acerca da definição do próprio campo. Como demonstra Walderez Ramalho (2023), as discussões acerca da HTP foram, durante algum tempo, marcadas por perspectivas que buscavam introduzi-la dentro de uma lógica de periodização, buscando por vezes marcos de início, ou ainda balizas temporais que justificassem o estudo de um determinado objeto dentro dessa ótica. Contudo, tal perspectiva incorre no risco de “reintroduzir subrepticiamente o princípio de representação do tempo histórico que fundamentou grande parte das objeções levantadas contra a própria legitimidade da história do tempo presente” (Ramalho, 2023, p. 2). A partir disso, ainda em diálogo com Ramalho, a ideia de tempo presente aqui elencada, diz respeito a um tempo “policrônico, relacional, abrigando numerosas historicidades” (Ramalho, 2023, p. 17) e, com isso, a própria questão temporal pode ser um objeto de investigação desse campo, “produzindo estudos sobre como os atores sociais estabelecem significados para o seu presente na relação com

⁵ O livro *Fio que se faz trama a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa histórica* (Rodrigues *et al.*, 2022), por exemplo, que traz uma série de trabalhos que discutem as perspectivas em torno da HTP no Brasil, conta em muitos dos seus capítulos com a mobilização das categorias referidas, contendo ainda um levantamento de teses e dissertações defendidas no PPGH/UDESC indicando um uso constante das categorias de Koselleck nos trabalhos.

outros sujeitos e outros tempos (passados e futuros)” (Ramalho, 2023, p. 17). Também nesse sentido, argumentam Lohn e Campos que “o tempo deixa de ser um pano de fundo para tornar-se a própria trama social construída em distintas dimensões e tensões” (Lohn, Campos, 2017, p. 99). Dessa forma, o tempo passa a ser ponto central para a produção do campo e, com isso, “o historiador do tempo presente precisa trabalhar com um conceito de distância mais flexível e menos dogmático [...], ora afastando-nos do passado, ora presentificando-o por meio dos sentidos construídos pelos relatos históricos com vistas à abertura de futuros possíveis” (Pereira, 2022, p. 19).

E é a partir disso que, como em diálogo com Foucault, a análise genealógica permite “fazer da história uma contramemória e de desdobrar consequentemente toda uma outra forma do tempo” (Foucault, 2014a, p. 80), um tempo marcado também por descontinuidades, por saltos temporais, por diferentes andamentos. Pensar nas temporalidades de maneira genealógica, seria ainda, talvez, como o agir de maneira intempestiva proposta por Nietzsche de confrontar o tempo, ir contra o mesmo, mas no tempo e em direção a um tempo por vir, ou seja, trata-se do questionamento a uma determinada concepção cronologicamente orientada do tempo.

Com isso, seguindo a proposta de debates acerca das temporalidades, é possível também aproximar a análise genealógica da metáfora de “estratos do tempo” proposta por Koselleck ao defender a ideia de tempo como camadas geológicas que “remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciam umas das outras em velocidades distintas” (Koselleck, 2014, p. 19), assim, um tempo composto por diferentes planos, velocidades, acontecimentos. Portanto, assim como em uma genealogia, a investigação do desenrolar desse tempo deve levar em conta as transformações, as fissuras, os diferentes andamentos e embates presentes nessas camadas.

Uma outra chave de aproximação da metodologia genealógica com a História do Tempo Presente está na discussão acerca do *acontecimento*, “que esteve no centro da discussão que fez emergir a história como campo disciplinar próprio nos oitocentos” (Rodrigues, 2024, p. 9) e que foi e é palco de constantes debates no campo da HTP⁶. Em diálogo com François Dosse, o sentido de acontecimento aqui adotado é de “não um simples dado que basta coletar e comprovar sua realidade,

⁶ Como exemplos: Dosse (2013), Rouso (2016), Gumbrecht (2010), Hartog (2013); Nora (1995).

é uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz da constituição simbólica do sentido” (Dosse, 2013, p. 12). Em seu livro *Renascimento do Acontecimento*, Dosse elenca as obras de Nietzsche e Foucault para debater os sentidos do acontecimento, demonstrando inserção do “caráter sempre novo da irrupção do acontecimento” (Dosse, 2016, p. 33) já presente em Nietzsche, que introduz também novas questões em relação à temporalidade com a ideia de “eterno retorno” e um tempo “aberto para as evoluções inéditas e diferentes” (Dosse, 2016, p. 35) no sentido de causar rupturas e ineditismos. Sentido esse que, segundo Dosse, é também mobilizado por Foucault que “substitui a busca das origens temporais e a busca das casualidades por um positivismo crítico procurando identificar as descontinuidades graças a um descritivo das potencialidades materiais” (Dosse, 2019, p.158), inserindo ainda “temporalidades diferenciais, uma desordem de temporalidades múltiplas, cada uma detentora de um certo tipo de acontecimentos” (Dosse, 2016, p. 160). Assim, ainda em diálogo com Dosse, o uso das obras de Nietzsche e Foucault permite uma visão acerca do acontecimento que leva em conta tanto seu caráter novo, como repleto de acasos, não como apenas sorte, ou notas jogadas ao vento, mas como jogo de forças, lutas, descontinuidades.

Além dos pontos destacados na obra de Dosse acerca das noções de acontecimento presentes em Nietzsche e Foucault, é interessante também chamar a atenção para a ideia de *emergência* já abordada anteriormente. Pois, ao tratar do acontecimento como algo novo, inédito e, ao mesmo tempo, carregado de sentidos simbólicos e construções sociais, esta noção trabalhada por Foucault pode servir de interessante ferramenta para perceber estes momentos onde novas forças irrompem em um presente específico, repletas de jogos de poder, de expectativas de mudanças, que não contém em si sua finalidade, mas que trazem modificações nem sempre planejadas ou organizadas. Assim, a ideia de emergência pode possibilitar encarar os acontecimentos do passado não como algo dado, inevitável ou final, mas como locais cheios de vidas, compostas por experiências de passados e presentes, repletas de expectativas e projetos de futuros.

Dessa forma, o uso da análise genealógica como metodologia para a História do Tempo Presente permite não apenas uma busca pelas diferentes camadas temporais que constituem o passado, mas também um questionamento do presente, visto que, não se trata apenas de partir de uma pergunta localizada no presente, algo comum já em muitos campos da história, mas de questionar também o presente, de desmascarar o presente como algo dado e acabado. Pois, ao demonstrar que o passado foi formado de múltiplos projetos, de diferenças forças, de variadas lutas pelo poder, o mesmo pode

ser afirmado sobre o presente, gerando assim um horizonte de diferentes futuros possíveis. Escapando ainda à metáfora de “passado que não passa” de Henry Rousso (bastante presente em trabalhos do campo da HTP), a análise genealógica permite destacar também as diferenças, as mudanças ocorridas que, ainda que continuem sendo o mesmo - o proibicionismo em relação às drogas, por exemplo - são diferentes, são resultado de uma somatória de diferenças, que muitas vezes são tornadas iguais pela ordem do discurso historiográfico, ou de uma determinada historiografia.

5. Considerações Finais - Finale. Presto.

Chegamos ao movimento final, algumas breves considerações sobre o trabalho desenvolvido em torno do conceito de genealogia. Como no concerto de Bartók, projeta-se aqui um *perpetuum mobile*, um movimento contínuo, perpétuo, como propõe ser análise genealógica, que hora ou outra tem de encerrar, mas não com um significado final, essencial, fechado, mas sempre aberto a novas interpretações, novas ideias, novos sons. Um movimento marcado por um tempo não apenas cronológico, pois é repleto de temporalidades distintas em seu interior, também não cíclico, pois não se trata de retornar eternamente ao mesmo ponto, mas um tempo complexo, marcado por polirritmias, acelerações, saltos e, por que não, anacronismos.

Pensar a genealogia, principalmente pautada nas obras de Nietzsche e Foucault, possibilita ao campo da história, sobretudo do tempo presente, desafiar o presente, desmascarar suas verdades, demonstrar que seus edifícios mais sólidos possuem uma frágil estrutura, formada não como um resultado final das vitórias, mas também dos projetos derrotados, dos entulhos da história, dos subterrâneos, os locais mais baixos, de onde os fantasmas estão sempre à espreita para emergir no presente.

Para finalizar, vamos voltar à analogia com a música: imaginemos a partitura lida por um regente de orquestra, nela estão contidas, em forma de escrita musical, tudo que deve ser executado pelos músicos - os ritmos, as melodias, os acordes, as pausas, as acentuações, os andamentos, dentre outros - um bom regente é até capaz de escutar a música apenas lendo tal partitura, ainda que para um leigo não passem de símbolos impressos. Se tomarmos tal partitura como os vestígios do passado, cabe então ao historiador, em uma análise genealógica, o papel da regência, de escutar o que não possui som no sentido físico, de compreender as diferentes simbologias do passado, de verificar os descompassos, as dissonâncias, os silêncios, as melodias, os timbres, o campo harmônico enfim formado pelo

resultado das lutas de onde emergiu o presente. Ao soar uma nota, não escutamos apenas seu som puro, mas todo o desdobrar de sua série harmônica, composta pelas ondas que reverberam em uma série de sequências, sons que nem sempre podem ser escutados pelo ouvido humano, mas podem ser sentidos, sons que, quando ligados a outros produzem a sensação de consonância ou dissonância. E assim não é a história? Feita não apenas dos passados visíveis, das vozes que permanecem no presente, mas também dos silêncios, dos esquecimentos, dos invisíveis que, ainda que não possamos ouvir ou ver, perturbam a ordem do presente?

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Baurú: EDUSC, 2007.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2013.
- DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.
- FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da. *Ditos e escritos, volume X: Filosofia, diagnóstico do presente e verdade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- GARLAND, David. *A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro; Revan, 2008.
- GARLAND, David. O Que Significa Escrever Uma “História Do Presente”? A Abordagem Genealógica de Foucault Explicada In: *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 6, n. 10, p. 73-96, jan./jun. 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2010.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo. Estudos sobre a história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC/Rio, 2014

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson Cesar de. Tempo Presente: entre operações e tramas. *História da Historiografia*, v. 2, p. 97-113, 2017. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/1176>. Acesso em: 17 ago. 2025

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A genealogia da moral: uma polêmica*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Redes, 2003.

NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

PEREIRA, Mateus. *Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet*. Autêntica, 2022.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História (SÃO PAULO)*, v. 42, p. e2023036, 2023

RODRIGUES, Rogério Rosa et al. (org.). *Fio que se faz trama: a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa histórica*. Vitória, ES: Milfontes, 2022

RODRIGUES, Rogério Rosa. Presente eterno e história do tempo presente: encontros, controvérsias e possibilidades. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 16, n. 43, p. e0103, 2024. DOI: 10.5965/2175180316432024e0103. Acesso em: 17 ago. 2025.

RODRIGUES, Thiago. *Política e drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico*. São Paulo: Desatino, 2017.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 3. ed. Brasília, DF: UnB, 1995.

Os Artigos de opinião de Michel Zaidan Filho no blog do *Brasil 247*: entre o passado histórico e o passado prático¹

Michel Zaidan Filho's opinion articles in Brasil 247's blog, between historical and practical past

Muriel Custodio dos Passos

Mestre em História

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

muriel.tempodeagora@gmail.com

Recebido: 17/08/2025

Aprovado: 03/01/2026

Resumo: Este trabalho examina cinco artigos de opinião publicados por Michel Zaidan Filho como colunista no blog do portal Brasil 247, com enfoque na atuação do historiador acadêmico na cena pública com a produção de textos que escapam dos modelos prescritos pela historiografia disciplinada. Para tal, utiliza-se a distinção de Hayden White entre *passado prático* e *passado histórico*, evidenciando como Zaidan (in)disciplinou e politizou a historiografia ao enfrentar seus protocolos regulatórios, como a separação entre passado e presente, epistemologia e ética, verdade imparcial e posicionamento político. As publicações de Zaidan selecionadas para esta análise abordam dois temas: o papel do acadêmico das ciências humanas e a questão da democracia brasileira. Dessa forma, demonstra-se que Zaidan articulou passado histórico e passado prático para dar respostas às preocupações ético-políticas que se colocam diante das incertezas e ameaças vividas pela democracia brasileira nos últimos anos. Dado o lugar de produção e circulação dos textos e seu regime historiográfico, há um predomínio do passado prático.

Palavras-chave: Passado Prático; Giro Ético-Político; História (In)Disciplinada.

Abstract: This work examines five opinion articles published by Michel Zaidan Filho as a columnist on Brasil 247's blog, focusing on the academic historian's engagement in the public sphere through the production of texts that deviate from the prescribed models of disciplined historiography. To do so, it employs Hayden White's distinction between practical past and historical past, highlighting how Zaidan (in)disciplined and politicized historiography by challenging its regulatory protocols, such as the separation between past and present, epistemology and ethics, impartial truth and political

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

positioning. Zaidan's selected publications for this analysis address two main themes: the role of the humanities scholar and the issue of Brazilian democracy. Thus, it demonstrates that Zaidan articulated historical past and practical past to respond to the ethical-political concerns posed by the uncertainties and threats experienced by Brazilian democracy in recent years. Considering the place of writing and circulation of these texts as well as their historiographical regime, the practical past tends to predominate.

Keywords: Practical Past; Ethical-Political Turn; (In)Disciplined History.

Giro ético-político, passado prático e a história (in)disciplinada

Em 1992, num cenário de afirmação do diferencial da História do Tempo Presente em relação ao restante da historiografia francesa, em que ainda predominava a *nouvelle histoire*, François Bédarida publicou um texto com enfoque em três questões: a verdade; a totalidade ou globalidade; e a ética.² Nesse sentido, a proposta de uma totalidade ou globalidade significa a defesa da elaboração de um problema de pesquisa, que deve ter um fundo teórico mais amplo e estar colocado de forma evidente no texto. Dever-se-ia pensar a contribuição para o campo da historiografia, então, como um exercício de autorreflexão em que se assume uma posição – sua subjetividade como pesquisador, portanto – e sua responsabilidade enquanto historiador e cidadão.

Mais recentemente, Valdei Lopes de Araujo e Marcelo de Mello Rangel têm atualizado essas reflexões, principalmente no que se refere à postura ético-política do historiador e a enunciação de seu lugar social. Segundo eles, como consequência do giro linguístico, haveria um giro ético-político na historiografia, o que significaria a ausência de enunciados privilegiados sobre os fenômenos históricos e a intervenção da historiografia no próprio mundo. Seriam as dimensões e funções éticas e políticas da historiografia, portanto, que justificariam sua existência no tempo presente (Araujo; Rangel, 2015; Rangel, 2019; 2023).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é examinar cinco artigos de opinião publicados por Michel Zaidan Filho em sua coluna no blog do portal Brasil 247, buscando compreender a atuação de um historiador para além da produção do que se considera uma historiografia acadêmica, disciplinada. Zaidan é um acadêmico marxista, atualmente aposentado pela Universidade Federal de Pernambuco

² A tradução para o português é posterior (Bédarida, 2006).

(UFPE). Ele concluiu sua graduação em Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) em 1974, o mestrado em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1982 e o doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP) em 1986. Durante esses cursos de pós-graduação, ele pesquisou a história do movimento operário brasileiro na Primeira República, mais especificamente o sindicalismo reformista e o Partido Comunista Brasileiro na década de 1920.

Para este ensaio, foram selecionadas duas publicações sobre disciplinas acadêmicas em que ele atuou – mais especificamente, a ciência política e a história³ – e três postagens que abordam dimensões históricas e temporais da democracia brasileira. Esses são apenas dois dentre os vários temas abordados pelo acadêmico, desde 2013,⁴ nos 389 artigos de opinião de sua autoria presentes no blog do Brasil 247, um portal de notícias e de crítica política de esquerda. O portal foi fundado em 2011 pela Editora 247 do jornalista investigativo Leonardo Attuch, sendo o primeiro sítio eletrônico criado especificamente para aplicativos de aparelhos móveis.

Para caracterizar a postura ético-política de Zaidan, utiliza-se a distinção entre *passado histórico* e *passado prático* elaboradas por Hayden White (2018) a partir de Michael Oakeshott.⁵ Evidencia-se, assim, como esses passados são articulados de modo a (in)disciplinar a historiografia e alcançar um público mais amplo. Os textos de Zaidan analisados aqui teriam sua produção e circulação vinculada a um regime historiográfico outro que o da historiografia disciplinada, profissional e acadêmica. A escritura e a leitura desses textos estariam articuladas a outro lugar social e, portanto, outros protocolos regulatórios, estes vinculados ao debate público e político nos meios digitais.

Tomando como ponto de partida uma citação em que Michel de Certeau afirmava a alteridade da ficção frente à história, White (2018) argumentou que a constituição da história como disciplina acadêmica se deu a partir de sua separação, no início do século XIX, em relação à retórica e das *belles lettres*.⁶ Dessa forma, a disciplina passou a exigir um estudo do passado em si, motivado pela busca da verdade factual, “sem qualquer inclinação para tirar lições de seu estudo e importá-las para o presente

³ Além de ter atuado nos Programas de Pós-Graduação em História e Ciência Política, ele trabalhou no Programa de Pós-Graduação em Direito segundo seu memorial acadêmico (Zaidan, 2015b, p. 21-25, 30).

⁴ Outros exemplos são a situação palestina, a política em Recife, em Pernambuco e no Brasil e reflexões filosóficas – principalmente a partir de Nietzsche; Walter Benjamin e outros frankfurtianos; Foucault e outros pós-estruturalistas.

⁵ Publicado originalmente em inglês no ano de 2010. A distinção é elaborada de forma mais aprofundada no livro *The practical past* (2014).

⁶ Ramalho, Ramires e Ferraz (2018), em sua análise da categoria “passado prático” de White, apontam para um distanciamento entre epistemologia e ética correlato àquele fabricado pela história em relação à literatura.

a fim de justificar ações e programas para o futuro” (White, 2018, p. 15). Com isso, a historiografia disciplinou e domesticou a imaginação histórica e o tempo, estabelecendo limites evidentes entre tempo presente e tempos ausentes – passado e futuro (Ávila, 2018, p. 37, 46; 2021; Ramalho; Ramires; Ferraz, 2018, p. 108).⁷

Antes de dar seguimento à distinção de White entre passado histórico e passado prático, cabe fazer algumas ressalvas para nuançar o argumento aqui desenvolvido. Apesar de se verificar uma ênfase na pesquisa em detrimento da retórica nas reflexões de historiadores como Leopold von Ranke,⁸ é preciso reconhecer que a historiografia europeia do século XIX foi marcada por disputas quanto à importância (ou não) da imparcialidade e da objetividade. Grosso modo, enquanto a primeira estaria relacionada à posição do historiador nos conflitos sociais de seu tempo ou em relação aos conflitos históricos pesquisados, a segunda estaria associada à crítica histórica das fontes, ao estudo metódico do passado e à pretensão de cientificidade da historiografia. Nesse sentido, Heinrich von Sybel, Georg Gervinus e Heinrich von Treitschke recusavam a imparcialidade mesmo sendo adeptos da objetividade. Friedrich Nietzsche, por sua vez, criticava o anseio por objetividade histórica, a qual passava a ser prescrita nos seminários de pesquisa que surgiam nas instituições de ensino acadêmico alemãs, os quais foram responsáveis pela disciplinarização dos campos de saber (Daston, 2017, p. 127-135, 140).

A noção de *passado prático* elaborada por Hayden White, par dialético do *passado histórico*, deriva da questão prática ou ética a respeito do que fazer ou de como agir. Segundo White (2018, p. 13), o passado prático seria reprimido e proscrito pela historiografia acadêmica disciplinada, retornando como seu Outro no romance histórico como tentativa de examinar o mundo social do presente como história. Estabelecido em função das demandas sociais do tempo presente, os passados práticos forneceriam lições que justificariam ações nesse tempo vivido. Embora o uso do par conceitual por Hayden White tenha sido feito no contexto de uma defesa pela reaproximação entre história e literatura

⁷ Para uma problematização das políticas do tempo envolvidas na distinção ontológica entre tempo presente e tempos ausentes, recomendo o artigo de Ramalho (2023).

⁸ Jörn Rüsen (1990, p. 193-195, 199, 201-202) argumentou que a estética da historiografia seria o resíduo da retórica deixado pelo giro antirretórico empreendido por Ranke. Desse modo, a estética atuaria como o elemento responsável pela mediação entre ciência e arte em sua historiografia. Esse elemento estético seria uma filosofia da história mantida como contemplação pré-conceitual, a qual possibilitaria a orientação temporal da vida prática do público do historiador, liberando-o do fardo da história que constitui a sua subjetividade.

(Ramalho; Ramires; Ferraz, 2018, p. 106, 111, 114, 116-117, 123, 125-126), considera-se que essas categorias são pertinentes para analisar os artigos de opinião de Michel Zaidan Filho publicados no blog do portal Brasil 247.

O uso do termo *(in)disciplina* para se referir à historiografia apresenta múltiplas acepções no Brasil, estando alguns desses usos fundamentados na distinção de White entre passado histórico e passado prático. Arthur Lima de Ávila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin definem a *(in)disciplina* como uma forma de desnaturalizar, desfetichizar, historicizar, questionar e enfrentar princípios, protocolos e tradições regulatórios e disciplinares da historiografia (Ávila, Nicolazzi, Turin, 2019, p. 12-14; Ávila, 2019, p. 26-27, 35-39, 45). Ávila (2018; 2021) e Turin (2018), especificamente, propõem o uso do passado prático como recurso para a historiografia diante da crise vivida pela sua forma disciplinar. Lidiane Soares Rodrigues, Maria Inés Mudrovcic e Alexandre de Sá Avelar, por sua vez, empregam o termo *(in)disciplina* para lembrar o paradoxo da interdisciplinaridade, ou seja, a tensão entre disciplinarização e interdisciplinaridade. Por um lado, esta última pressupõe a primeira; por outro, há uma tendência a disciplinar a interdisciplinaridade, regulando as trocas e intercâmbios entre os campos sedimentados do conhecimento (Rodrigues, 2019, p. 76-78, 80; Rodrigues, Mudrovcic, Avelar, 2021, p. 26-28). Neste trabalho, emprego o termo *(in)disciplina* para me referir à articulação entre passado histórico e passado prático, bem como ao consequente embaralhamento entre passado e presente, epistemologia e preocupação ética. Uma historiografia *(in)disciplinada* seria aquela em que o passado assume uma qualidade explicitamente ético-política.

O presente trabalho se inspira ainda no artigo de Fernando Nicolazzi (2018), em que ele compara a atuação de Leandro Karnal, um historiador acadêmico brasileiro, em dois lugares sociais distintos: uma aula inaugural no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e uma palestra para consultores da empresa Hinode. Essa comparação foi feita por Nicolazzi (2018) para refletir sobre a circulação e recepção do saber histórico para além de sua produção. Nesse sentido, ele buscou compreender os aspectos éticos e políticos, além dos epistemológicos, envolvidos na relação dos historiadores com seus públicos, cujas demandas e expectativas pesam sobre a disciplina e seus profissionais. Em suas palavras,

é possível considerar a dimensão da ética profissional na historiografia como uma qualidade performativa que articula os historiadores e historiadoras com suas audiências, constituindo seu modo de atuação e intervenção no espaço público e, por

isso mesmo, assumindo uma dimensão eminentemente política (Nicolazzi, 2018, p, 28).

Ele distingue pelo menos três regimes historiográficos em nossa sociedade, “que podem dialogar entre si, mas que não obedecem necessariamente aos mesmos pressupostos teóricos nem aos mesmos protocolos práticos”: “um regime historiográfico acadêmico, um regime historiográfico escolar e um regime historiográfico de circulação ampla que se poderia aqui definir a partir do campo estabelecido pela História Pública”. Segundo ele, em cada um desses regimes a história teria “regras e protocolos distintos” e próprios para sua escrita, narração, difusão e recepção (Nicolazzi, 2019, p. 211-212).

Argumento, portanto, que, nas publicações de seus artigos de opinião no blog do Brasil 247, Michel Zaidan Filho (in)disciplina a história ao enfrentar seus protocolos regulatórios. Esse enfrentamento se dá ao borrar as fronteiras da história com a política, com vistas a alcançar um público mais amplo, examinando o mundo social do presente e nele intervindo. O predomínio do passado prático em seus textos pode ser relacionado ao seu lugar de circulação e ao regime historiográfico ao qual pertencem: o blog do portal Brasil 247 e a história pública, respectivamente.

O papel do cientista político e do historiador das classes oprimidas: crítica e desnaturalização da realidade social

No cenário político das eleições, mais especificamente no dia 8 de outubro, Zaidan (2014) fez uma publicação intitulada “Qual é o papel dos cientistas políticos?”, cuja chamada era a seguinte: “Por que não admitir a fragilidade do sistema partidário brasileiro? Por que não dizer que muitos desses partidos são de aluguel, de quem dá mais, ou de quem tem algo a oferecer?”.⁹ Inicialmente, ele abordou a justificativa dos institutos de estudos eleitorais a respeito da diferença entre os resultados das pesquisas e das urnas. Na sequência, passou a criticar os cientistas políticos que se limitam a atestar o desfecho das eleições como algo inevitável.

O papel da Ciência Social não é defender ou justificar “o status quo”, por mais lucrativo e prestigioso que seja essa atividade de comentarista político-esportivo, dizendo o óbvio, descrevendo a realidade, a título de análise ou estudo. O papel da Ciência é desmistificar a aparência das coisas e atingir a essência da realidade. E só se

⁹ A publicação foi atualizada no dia 26 de março de 2020.

faz isso, sem o compromisso de agradar ou atender acertados interesses predominantes na sociedade. O cientista político não busca respeitabilidade e aceitação social (com tudo o que isso significa). Busca entender as contradições da sociedade e procurar ajudar a solucioná-las com suas teorias e métodos (Zaidan, 2014).

O acadêmico marxista defendia, assim, que as ciências humanas têm um caráter explicativo, para além do descritivo. Nesse sentido, os acadêmicos teriam um dever ético-político de desnaturalizar os sentidos atribuídos ao mundo social com uma postura crítica. Além disso, em sua perspectiva, as ciências humanas não deveriam estar submetidas aos interesses do capital, mas responder às demandas sociais do seu tempo. Essa crítica ao alinhamento “lucrativo e prestigioso” de alguns cientistas ao mercado está relacionada à posição marxista que entende o lucro como mais-valia, ou seja, como exploração de classe do trabalho humano.

Em sua concepção, os acadêmicos das humanidades deveriam atentar-se à história dos oprimidos. É isso que Zaidan (2021) defendeu em um artigo de opinião mais recente, publicado em 9 de novembro com o título “Censores omissos da historiografia dos oprimidos”.¹⁰ A postagem foi escrita como resposta a uma leitora do blog. Segundo Zaidan, ela teria reprovado historiadores cujo enfoque é uma história dos oprimidos escrita numa perspectiva benjaminiana. A leitora teria feito essa crítica por considerar a abordagem demagógica, fruto de uma moda. Na perspectiva dela, esses historiadores nunca teriam convivido com as classes oprimidas. Assim, Zaidan entendeu que essa censura seria, na realidade, direcionada “aos chamados revolucionários de gabinete ou de salão”. Ele interrogava, então, se a leitora já teria frequentado espaços e atividades de movimentos sociais e sindicais como assembleias e panfletagens, ou mesmo se foi presa por fazer greves, ao que responde: “Certamente que não” (Zaidan, 2021).

Essa listagem não é ocasional, já que o acadêmico foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por algum período não especificado entre seu ingresso, em 1980, no mestrado em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o ano de 1984, quando estava na metade de seu doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Anteriormente, ele havia sido expulso da universidade e preso por participar de uma greve na Universidade de Brasília (UnB) em 1977, quando cursava um mestrado em História nessa instituição, o qual não foi concluído (Zaidan,

¹⁰ No dia 23 de maio de 2022, a postagem foi atualizada.

2015b, p. 11). Com a suposição de que a leitora não teria uma trajetória na militância política e social, ele buscava se legitimar enquanto um historiador das classes oprimidas, deixando implícito seu engajamento com essas lutas.

Sua resposta às críticas da leitora é a seguinte:

todo esforço de resgate do passado, de um certo passado, se faz a partir de uma ordem de luta, não de celebração. Isto porque o passado não está morto e clama pela sua salvação através desse resgate do historiador. Se não formos fiéis a essa memória de luta, estamos traindo pela undécima vez as esperanças das gerações silenciadas ao longo da história.

Como dizia o escritor espanhol Jorge Semprún: todo esquecimento é uma forma de reificação. Lembrar, relembrar, escrever ou reescrever é um ato de libertação.

Viva a história dos oprimidos. Daqueles que nunca tiveram direito à história (Zaidan, 2021).

Nesse trecho, o intelectual marxista parafraseia o segundo e o sexto aforismos benjaminianos sobre a História para afirmar o compromisso ético-político dos historiadores com a memória das classes oprimidas no tempo presente. Enquanto a segunda tese aborda o encontro com a geração presente esperado pelas gerações passadas, a sexta trata da capacidade do historiador materialista de despertar no passado a centelha da esperança para salvar os mortos diante do inimigo (Löwy, 2005, p. 48-53; 65-69). Em seguida, menciona e parafraseia Jorge Semprún para afirmar a necessidade da escrita e da memória como atos de libertação.¹¹ Nesses artigos de opinião sobre a ciência política e a historiografia, ele (in)disciplinava esses campos do saber, afirmando seu compromisso ético-político com as questões sociais do tempo presente. No caso da historiografia, fica evidente que sua proposta era uma articulação entre passado histórico e passado prático.

No início dos anos 1990, Zaidan já defendia uma concepção de história semelhante:

Onde não há mais vida, ou uma forma de interpelação qualquer ao presente, não há História, passado histórico. Tudo que interessa aos homens é solidário com o seu destino. Dessa forma, até o passado só tem sentido através da interpelação que lhe faz o presente. A História é vida ou não é História.

[...]

Não existe História e historiador sem paixão. Pelo menos, História humana. Na busca do objeto histórico, quem está em questão é o próprio historiador, seus sentimentos, valores, angústias e expectativas. [...] A História serve, antes de tudo, a

¹¹ A referência a Semprún é significativa, na medida em que ele foi um ex-militante do Partido Comunista da Espanha que teceu, em suas obras autobiográficas, diversas críticas ao estalinismo do partido após sua expulsão em 1965 (Marujo, 2019).

nós mesmos, ao responder às nossas indagações. Só depois, aos outros (Zaidan Filho, 1993, p. 28).

Nesse excerto de *A História como Paixão*, Zaidan apontava uma articulação entre o passado e o tempo presente, caracterizando-o pela sua vivacidade. Nesse sentido, a historiografia seria uma operação autorreflexiva, em que os historiadores confrontar-se-iam com “seus sentimentos, valores, angústias e expectativas”. O sentido do passado seria determinado pelas indagações colocadas pelos sujeitos no tempo presente, fornecendo orientação para sua vida prática.

Em uma coletânea mais recente, *Reflexões sobre a História*, ele voltou a defender a vivacidade do passado e da historiografia:

A história é vida e não um cadáver embalsamado para contemplação de eruditos. A história é o domínio dos possíveis, da virtualidade, daquilo que ainda não é, mas pode vir a ser. É essa a concepção de História que precisamos. Não a história antiquária, ou a da erudição balofa e vazia. Não a história como racionalização da epopeia do vencedor. A história que está viva é a história das nossas utopias, dos nossos sonhos, dos projetos de alteridade social (Zaidan Filho, 2017, p. 53).

Em sua concepção, o compromisso ético-político da historiografia referir-se-ia não somente ao passado e ao presente, mas também ao futuro. Os historiadores teriam como responsabilidade a atualização de futuros-passados que, soterrados pelo processo histórico, não foram realizados soterrados, mas que permanecem como virtualidades: aquilo que Rogério Rosa Rodrigues (2024, p. 11), em diálogo com Gilles Deleuze, definiu como *contraefetuação do presente*. Desse modo, a (in)disciplina de Zaidan no que toca à historiografia não se limitava à articulação entre passado histórico e passado prático, na medida em que esfumava a distinção entre passado, presente e futuro.

Na seção a seguir, analiso essa articulação em três artigos de opinião, publicados por Zaidan na mesma coluna no blog do portal Brasil 247. Nesses textos, Zaidan recorria à história para explicar a situação da democracia brasileira no tempo vivido por ele. Sua explicação estava de acordo com a (in)disciplina que ele prescrevia como papel do cientista político e do historiador.

Um passado prático para a democracia brasileira

No dia 23 de julho de 2015, no ano seguinte ao pleito eleitoral de 2014 e primeiro ano do segundo mandato da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), Zaidan (2015c) publicou um artigo de opinião intitulado “Sobre a crise econômica e política do

governo Dilma”.¹² O texto se baseia em uma análise feita dois dias antes – no dia 21 de julho – por Atenágoras Oliveira Duarte, professor atuante no Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE.¹³ A participação de Duarte no seminário “Governo Dilma – uma avaliação” foi um convite do Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia (NEEPD), o qual era coordenado por Zaidan.¹⁴

A proposta do evento era avaliar a continuidade ou ruptura da política econômica implementada pelo governo Dilma em relação àquela dos mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Zaidan (2015c) atribuía a Atenágoras Duarte a demonstração dessa continuidade “através do tripé: juros altos, superávit primário alto e metas de inflação, além do câmbio flutuante”. Além de uma breve menção a essa suposta continuidade num período de duas décadas (1995-2015), não há qualquer recurso à diacronia, debate historiográfico ou análise de fontes primárias. Desse modo, entendo que Zaidan, ao borrar as fronteiras entre passado e presente e estabelecer uma continuidade entre esses tempos, privilegiou o passado prático de modo a sanar as carências de sentido para sua vida prática no tempo então vivido. Fica evidente que, na coordenação do NEEPD, Zaidan atuou na organização de eventos que (in)disciplinavam a atividade acadêmica, politizando-a ao fraturar suas fronteiras com a intervenção social.

Para dar sentido à situação econômica do país, o acadêmico marxista empregou o conceito de *crise*:

A crise brasileira foi uma crise anunciada. Ela estava prevista para acontecer, quando as virtualidades do “neo-desenvolvimentismo” tivessem se esgotado. Como se esgotaram e deixaram de herança o déficit das contas públicas e a necessidade, para uns, de uma volta ao fundamentalismo fiscal, com perda de direitos, aumento da carga tributária, escassez de crédito, crescimento negativo, desvalorização do real etc. O que complicou a equação econômica do governo Dilma foi a crise política, alimentada pelos processos da operação “lava-a-jato”, que atingiu 10% do Congresso, incluindo seus dois principais dirigentes.

¹² A última atualização do texto foi feita em 4 de julho de 2018.

¹³ Graduou-se em 1997 em Engenharia Elétrica na UFPE e cursou mestrado e doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2001 e 2008 respectivamente. Realiza pesquisas em História Econômica, Economia Política e áreas afins (Duarte, 2024).

¹⁴ Não foi possível identificar se o NEEPD encerrou suas atividades ou segue atuando. As últimas notícias referentes à sua operação encontradas em buscas online são de 2023, tanto no sítio eletrônico da UFPE quanto na página do núcleo no *Facebook*.

Um problema que já era crônico, de obtenção de uma maioria estável no Parlamento, tornou-se uma guerra declarada de alguns partidos (incluindo parte da base aliada) contra o Poder Executivo. E ainda há acusação de politização da Polícia Federal e do Poder Judiciário.

Era só o que faltava, para engrossar o caldo da fervura política: crise econômica e crise de governabilidade. E um ambiente golpista disseminado entre os formadores de opinião (Zaidan, 2015c).

Esse conceito (*crise*) costuma descrever situações que exigem a identificação do momento oportuno ou adequado (*kairós*) para uma ação ou resolução imediata, definitiva e irrevogável entre alternativas extremas como sucesso ou fracasso, vida ou morte, salvação ou perdição (Koselleck, 2020, p. 214-215; Ramalho, 2021a; 2021b; 2022). Nesse contexto, esse conceito se refere ao acúmulo de capital e remete à estrutura iterativa do sistema capitalista (Koselleck, 2020, p. 218, 221-223), o qual se caracteriza por períodos cíclicos e, portanto, repetitivos de recessão econômica.

Além do esgotamento do modelo econômico desenvolvimentista, haveria nessa conjuntura o agravante de uma instabilidade do sistema político, marcada pela operação lava-jato, pelos conflitos declarados de alguns partidos, inclusive da base, contra o governo, pela politização da Polícia Federal e do Poder Judiciário e pelo golpismo das empresas de mídia.

Além disso, esse sentido de *crise* como um fenômeno econômico cíclico inerente ao modo de produção capitalista possibilitaria a produção de prognósticos, fraturando os limites entre presente e futuro. É essa experiência temporal que possibilitou a compreensão de que a situação econômica brasileira “foi uma crise anunciada” e “estava prevista para acontecer” (Zaidan, 2015c). Neste ponto, cabe apontar os laços existentes entre a proposta de Zaidan e a historiografia moderna, já que sua análise pressupunha a existência de um sentido teleológico para a história como transcurso temporal, o que asseguraria a previsibilidade das crises.

Em 24 de setembro, Zaidan (2015a) publicou um texto intitulado “A conjuntura política, hoje, no Brasil”, que teria origem em uma aula inaugural ministrada no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).¹⁵ Zaidan iniciou sua análise de conjuntura da seguinte forma:

Os meus leitores pedem que se faça uma análise de conjuntura no Brasil, hoje. Pois bem: a primeira coisa é definir o que é uma “conjuntura”. Conjuntura é uma

¹⁵ O texto foi atualizado em 2 de julho de 2018.

atualização da estrutura. Ou seja, o momento atual da estrutura, como a estrutura se apresenta num dado momento. A conjuntura não tem autonomia absoluta em relação à estrutura, que continua sendo determinante para se entender a lógica dos acontecimentos políticos e econômicos. A margem de manobra dos atores, na esfera da conjuntura, é relativa. Ou seja, ela é determinada pelas limitações da estrutura. Achar que essa margem é ilimitada e que os atores podem fazer o quiser é incorrer numa espécie de voluntarismo e suas consequências práticas no campo social e político (Zaidan, 2015a).

Ele justificava sua exposição como resposta ao pedido de seus leitores, ou seja, a uma demanda social. Zaidan (2015a) inicia com uma definição de *conjuntura* como “atualização da estrutura [...] num dado momento”. A primeira seria determinada por esta última, não tendo, portanto, “autonomia absoluta” em relação a ela. Nesse sentido, a agência dos atores sociais e políticos seria limitada. A definição de conjuntura adotada aqui é um cruzamento do modelo da longa duração de Braudel (1965) com o conceito benjaminiano de atualização, o qual teria uma inspiração nietzschiana, segundo Zaidan Filho (2016, p. 34). Destaca-se ainda que nessa abordagem ressoam as críticas que Zaidan Filho (1989) já havia feito à *nouvelle histoire*, geração de historiadores que sucederam Braudel à frente dos *Annales*. Em *A Crise da Razão Histórica*, Zaidan Filho (1989, p. 16) denunciava:

A “Pós-modernidade” rejeita decididamente a predileção pelas grandes sínteses, pelo conhecimento das causas primeiras, pela busca do sentido da História. Desse modo, o processo histórico passa a ser o domínio da indeterminação, do sujeito constituinte, da criação absoluta.¹⁶

Como resposta à crise epistemológica e ético-política da historiografia por ele diagnosticada, ele prescreveu uma leitura racionalista de Walter Benjamin, por um lado, e um retorno crítico à obra marxiana, por outro. Em concordância com Marx, Zaidan Filho (1989, p. 82) havia defendido que “os homens se distinguem dos animais por criarem seus meios de vida (e assim fazem história), mas têm de subordinar esta criação a pressupostos empírico-materiais pré-existentes a eles, ainda que seja para modificá-los posteriormente”. Embora defenda uma história das classes oprimidas e o despertar de suas esperanças não realizadas, percebe-se que o historiador marxista deu pouco espaço em suas

¹⁶ Em outro ensaio presente nessa coletânea, Zaidan Filho (1989, p. 23-25) identificou Michel Foucault, Walter Benjamin e a *nouvelle histoire* como matrizes epistemológicas do que chamou de historiografia pós-moderna. Suas ressalvas a essas referências constituíam uma forma de disciplinar a interdisciplinaridade. Para Zaidan, o diálogo da historiografia com a antropologia, a literatura, o cinema e a filosofia eram possíveis, desde que fundamentados em explicações socioeconômicas de escala macro. Ainda assim, Zaidan Filho (1989, p. 77-84) também apresentava ressalvas quanto ao determinismo característico do materialismo dialético marxista.

narrativas à agência desses sujeitos. Suas análises privilegiavam lideranças políticas como sindicalistas, líderes partidários e governantes.

Em sua análise da democracia brasileira, ele aplicou, então, a diferenciação e correlação entre conjuntura e estrutura ao regime presidencialista:

Como atualização da estrutura, a conjuntura apresenta sempre algo novo, diferente. Isto porque a correlação de forças e interesses no tabuleiro político varia. Quando a política de alianças sofre uma mudança, a sociedade experimenta uma sensação de turbulência, de insegurança ou crise. As conjunturas são determinadas, em primeira instância, pelas alianças políticas em jogo. No regime presidencialista a mudança, a variação dessas alianças tem um impacto imediato sobre as instituições políticas, que não gozam de nenhum sistema amortecedor ou para-choques, como no regime parlamentarista (Zaidan, 2015a).

Apesar de a conjuntura e a agência dos sujeitos serem determinadas pela estrutura, o marxista caracteriza a primeira pela presença de algo novo. Isso diferenciá-la-ia das conjunturas anteriores como manifestações passadas da estrutura. Essas diferenças estariam relacionadas à correlação de forças em um dado momento, ou seja, “pelas alianças políticas em jogo” (Zaidan, 2015a). Isso teria consequências peculiares para o regime presidencialista, em que as instituições políticas seriam imediatamente impactadas pela mudança na configuração da política de alianças. Dessa forma, o acadêmico buscou definir teórico-metodologicamente a relação entre os tempos da história e da política.

Na sequência, o marxista descreve o cenário político então vivido a partir da relação entre os partidos brasileiros no presidencialismo de coalizão, articulada à política econômica implementada nos mandatos da então presidenta Dilma Rousseff e esta, encadeada ao cenário econômico internacional. Segundo Zaidan (2015a), haveria “um círculo vicioso entre a crise política e a crise econômica” em que ambas se retroalimentariam. A primeira seria caracterizada pela “desagregação da base de apoio ao governo”, enquanto a segunda estaria associada às dúvidas dos “agentes econômicos sobre a capacidade do governo honrar compromissos e pagar dívidas”.

Nesse cenário, haveria três posições principais: a base do governo reivindicaria a continuidade das políticas anticíclicas de estímulo à economia nacional, enquanto os não apoiadores dividir-se-iam entre aqueles que chantageavam o governo pela realização de seus interesses e os setores golpistas que ansiavam pela renúncia ou afastamento ou impedimento da então presidenta, embora não houvesse unidade no interior deste último grupo. A cena política então vivida seria marcada ainda pela judicialização da política e pela divisão dos movimentos sociais entre grupos “filofascistas” e grupos

apoiadores do governo, embora críticos à política econômica adotada. Na análise de Zaidan, foram esquecidos ou silenciados os setores da esquerda revolucionária que não apoiavam o governo, reivindicando mudanças políticas e econômicas mais profundas. Nesse sentido, as posições assumidas pelas classes oprimidas foram reduzidas à posição de apoio crítico ao governo assumida pelo próprio Zaidan.

A conclusão de seu texto apontava para uma abertura temporal, na medida em que ainda não seria possível vislumbrar uma saída definida para a crise política e econômica vivida no país:

Diferentemente das crises econômicas que são cíclicas: têm começo, meio e fim, a crise política depende do florescimento de um novo grupo, uma nova hegemonia para passar. A sensação que se tem é que há um esgotamento de um ciclo econômico e um ciclo político no Brasil. Mas ainda não apareceram indícios da emergência ou formação de um novo ciclo (Zaidan Filho, 2015a).

Essa interpretação do marxista brasileiro ressoava a célebre frase de Antonio Gramsci (2017, §34 do Caderno 3), segundo o qual a crise consistiria “justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”. Além disso, há um deslocamento do paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) para a produção de prognósticos, embora o acadêmico brasileiro ainda não fosse capaz de identificar os indícios da emergência de um novo grupo hegemônico. Uma vez mais, é possível vislumbrar laços com a historiografia moderna e seu sentido teleológico para a passagem temporal. Embora a possibilidade de reconhecer o futuro em indícios presentes não fosse negada de modo geral, Zaidan não se considerava capaz de identificar esses sinais naquele momento. Embora ele tenha elaborado uma reflexão teórico-metodológica sobre a relação entre os tempos da história e da política (estrutura e conjuntura, respectivamente), a ênfase de sua análise era a conjuntura no tempo por ele vivido, dando quase nenhuma atenção aos elementos estruturais da história brasileira.

Por fim, analisa-se o artigo de opinião “A democracia no Brasil”, publicado sete anos depois, em 7 de setembro de 2022,¹⁷ num momento posterior à declaração do fim da emergência sanitária relativa à covid-19 e de aproximação das eleições das esferas estadual e federal. Na chamada do artigo, Zaidan (2022) afirma que desde “a famosa frase de Sérgio Buarque de Holanda, a questão da

¹⁷ A última atualização da postagem foi feita no dia 3 de maio de 2023.

democracia no Brasil tornou-se uma controvérsia sem fim”, sem, contudo, trazer a citação ou uma paráfrase no texto.

A base de seu argumento é um breve relato histórico da democracia brasileira em uma perspectiva assumidamente gramsciana:

País de capitalismo tardio, hipertardio, para uns, a questão democrática entre nós está atrelada à chamada “via prussiana” e ao costumeiro acordo com as elites na hora das decisivas transições políticas no país. O chamado transformismo ou a revolução sem revolução, de que falava Gramsci referindo-se à Itália. A isso some-se o caráter gelatinoso da sociedade civil brasileira e ao tipo de lumpen-cidadania que aqui se estabeleceu, que para José Murilo, trata-se mais de uma estadia que de uma cidadania. Como se diz, no Brasil, o Estado é tudo, a sociedade civil é nada. O nosso primeiro projeto de cidadania foi trazido pelo regime corporativista de Vargas – a cidadania regulada, colada ao pertencimento ao mundo do trabalho. A relativa democracia que viveu entre 45 e 64, conservou o entulho autoritário de Vargas, no que diz respeito ao mundo do trabalho. A redemocratização pós-64 foi um ensaio para uma sociedade de massas de conteúdo democrático. Parecia que caminhávamos rumo à ocidentalização. Veio a Nova República e os fantasmas da velha política voltaram a dominar a cena, num acordo de parte das esquerdas e direção dos liberais. Terreno preparado para o advento do Messias, Fernando Collor de Mello, embalado no imaginário popular de Anjo vingador. O governo colorido não prosperou, mas sua agenda neoliberal, sim. Plenamente atualizada por Fernando Henrique Cardoso, apoiado no tripé privatização-desregulamentação-abertura da economia brasileira. A chamada reforma gerencial do aparelho de Estado aprofundou a divisão das classes sociais, com o desemprego e a assistencialização das políticas sociais com a ajuda do terceiro setor (Zaidan, 2022).

Esse breve relato da pouca participação popular na cidadania brasileira entre o regime varguista e o fim do governo FHC (1930-2002) articulava o passado histórico e o passado prático. Seu caráter histórico figurava na narrativa por meio da referência (ainda que implícita) à obra historiográfica de José Murilo de Carvalho, enquanto sua dimensão prática se evidencia na medida em que servia de recurso para a compreensão do presente. É possível que o protagonismo das elites nas transições políticas decisivas descrito, o qual pode ser entendido como um aspecto estrutural, remeta implicitamente a eventos anteriores da história brasileira, como a Independência e a Proclamação da República. Uma vez mais, as classes oprimidas têm sua agência reduzida na narrativa construída pelo historiador marxista, ao contrário das lideranças políticas e das elites econômicas.

Diferentemente do que foi colocado na publicação de julho de 2015, examinada anteriormente, os governos petistas seriam uma exceção na história política e econômica do Brasil:

Tivemos então o interregno do governo petista que produziu um verdadeiro alívio no mundo da miséria brasileira, com políticas de transferência de renda e políticas de ação afirmativa. A crise subprime de 2008 corroeu todo efeito distributivista do governo da Dilma, que junto com a crise fiscal ajudou a vinda do golpe parlamentar de 2016. Escancarou-se a porta para o ultraliberalismo, o governo de terra arrasada e a necropolítica. Assistiu-se a um dos maiores retrocessos da história do país. E o espectro do golpe, num país destruído, passou a rondar as instituições. O que fazer quando o individualismo religioso das igrejas neopentecostais se une a militares golpistas e a uma classe média amedrontada com o risco da proletarização? (Zaidan, 2022).

Os problemas decorrentes dos efeitos da crise econômica internacional de 2008 no governo Dilma e do golpe parlamentar foram compreendidos como “retrocessos” históricos, o que pressupunha um sentido teleológico para o transcorrer do tempo. Ao final da análise de conjuntura, Zaidan colocava explicitamente a questão ética: o que fazer diante desse cenário?

Em suas palavras, a democracia estaria em perigo

porque nunca se consolidou totalmente no país. A crise de representação, judicialização da política e um poder executivo refém do fisiologismo do Congresso Nacional. Há uma polarização política e uma constante ameaça às regras do jogo. Aos poucos, a sociedade civil vem se manifestando a favor da democracia. Mas há também uma direita fascista organizada que não hesita em realizar atos de violência e intimidação. Vivemos um momento crucial que urge a defesa destemida da democracia. É hora da virtude cívica dos republicanos se fazer presente para a defesa de um Estado laico e democrático (Zaidan, 2022).

Sua resposta para essa questão ética, portanto, foi a defesa destemida do Estado laico e democrático. É evidente o sentido de urgência temporal diante dos dilemas enfrentados então pela democracia brasileira frente às ameaças da extrema direita. Apesar do recurso ao passado histórico produzido pela obra de José Murilo de Carvalho no início do artigo de opinião Zaidan, há uma ênfase no passado prático. A história de mais de um século de republicanismo no Brasil era evocada como fardo, como subsídio para a inteligibilidade das restrições impostas à ação dos sujeitos no tempo presente. Reciprocamente, o passado assumia seu sentido retrospectivamente, a partir dos problemas enfrentados pelos sujeitos do presente.

Considerações finais

Com este trabalho, demonstra-se a intervenção de Michel Zaidan Filho na cena pública, articulando passado histórico e, principalmente, passado prático de modo a (in)disciplinar a

historiografia, enfrentando seus protocolos regulatórios, mais especificamente a tradição ocidental oitocentista de separação estanque entre passado e presente, epistemologia e ética, verdade imparcial e posicionamento político. O acadêmico marxista defendeu, então, uma postura ético-política de desnaturalização e crítica da realidade social, de comprometimento com a história das classes oprimidas e de intervenção na cena pública como resposta às demandas sociais do tempo presente por ele vivido. Essa atuação está relacionada à própria trajetória intelectual e política de Zaidan, cuja militância política remonta à década de 1970 e as pesquisas sobre a história política e sindical remonta à sua formação a nível de mestrado e doutorado na década de 1980.

O privilégio do passado prático nos artigos de opinião de Zaidan também pode ser relacionado ao regime historiográfico articulado ao lugar de produção e circulação desses textos: o blog de Zaidan no portal Brasil 247 – um sítio eletrônico destinado à crítica política de esquerda. Diversamente do regime da historiografia disciplinada, acadêmica e profissional, nesse lugar ocupado por Zaidan não há exigência de arrolamento e análise de fontes primárias, de evidencição da postura teórico-metodológica assumida na análise ou de demonstração do conhecimento quanto ao debate historiográfico existente. Não se trata de produzir uma monografia para comprovar uma hipótese, mas de assumir uma posição e intervir no debate público.

Nos artigos de opinião examinados aqui, Zaidan utilizou politicamente a história da democracia brasileira em dois momentos distintos: a incerteza do segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff e a expectativa de um fim para o mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Com isso, ele buscou sanar as carências de sentido para a vida prática dos sujeitos, ou seja, dar respostas à questão ética quanto ao que fazer diante do tempo vivido, politizando o passado. Nessas operações, Zaidan identificou a pouca participação popular como um aspecto estrutural da história política brasileira, a qual seria marcada pelo protagonismo das elites. O papel desempenhado pelos governos petistas nessa história variou entre suas postagens. Em 2022, o acadêmico os situou como uma exceção na história de exclusão popular da cidadania brasileira. Em julho de 2015, entretanto, ele havia estabelecido uma continuidade entre a política econômica de FHC e dos presidentes petistas. Embora ele tenha caracterizado ambas as conjunturas por uma crise política ou de representação, a primeira análise apresentava uma indeterminação quanto ao futuro, enquanto a mais recente tinha um tom de urgência diante de evidentes ameaças empreendidas pela extrema direita. Neste último caso, Zaidan prescreveu uma defesa destemida do Estado laico e democrático.

Referências

- ARAÚJO, Valdei Lopes de. RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 8, n. 17, p. 318–332, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i17.917>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- ÁVILA, Arthur Lima de. *A história no labirinto do presente*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. 202p.
- ÁVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*, n. 18, p. 35–49, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/maracanan.2018.31185>. Acesso: 23 fev. 2024.
- ÁVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a história? In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 19-52.
- ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 7-18.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Eds.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 219-229.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Organização: Tiago Santos Almeida. Tradução: Derley Menezes Alves; Francine Iegelski. Coleção Epistemologia Histórica. São Paulo: Editora Liber Ars, 2017. 143p.
- DUARTE, Atenágoras Oliveira. Atenágoras Oliveira Duarte. *SIGAA – Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 19 jul. 2024. Disponível em: <https://sigaa.ufpe.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=2472796>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o estado e a política*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. Algumas questões sobre a história conceitual de “crise”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 213-228.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005. 160p.

- MARUJO, José Carlos. “Intelectual revolucionário”: memória e testemunho de Jorge Semprún em *Autobiografia de Federico Sánchez* (1977). 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199969>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- NICOLAZZI, F. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. *Revista Maracanan*, n. 18, p. 18–34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2018.31121>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa; RAMIRES, Augusto Martins; FERRAZ, Letícia Almeida. *Historiografia e Visada Ética: Hayden White e os passados práticos*. *Revista de Teoria da História [rth]*, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 106–129, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/56509>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- RAMALHO, Walderez. *A Experiência do Momento Histórico: tempo-kairós, escrita de manifestos e estado de crise*. Vitória: Milfontes, 2022. 211p.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. *Outros tempos, outras histórias: kairós, manifesto, crise*. 2021. 178 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021a. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/13364>. Acesso em: 22 out. 2024.
- RAMALHO, Walderez. Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between chronos and kairos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 14, n. 35, p. 115–144, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v14i35.1733>. Acesso em: 22 out. 2024.
- RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História*, São Paulo, v. 42, p. 1–22, 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1980-4369e2023036>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- RANGEL, Marcelo de Mello. O giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. In: RODRIGUES, Rogério Rosa et al. (Eds.). *História: usos do passado, ética e negacionismos*. [s.l.] Pimenta Cultural, 2023. p. 155–164. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98980>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- RANGEL, Marcelo de Melo. A urgência do ético : o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de Lança*, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 27–46, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/12619>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVCIC, Maria Inés; AVELAR, Alexandre de Sá. Rebeldia disciplinada?: Introdução à ‘História como (in)disciplina’. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 14, n. 36, p. 25–44, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1867>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs.). *A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 73–118.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Presente eterno e história do tempo presente: encontros, controvérsias e possibilidades. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 16, n. 43, p. e0103–e0103, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.5965/2175180316432024e0103>. Acesso em: 03 jan. 2025.

RÜSEN, Jörn. Rhetoric and aesthetics of history: Leopold von Ranke. *History and theory*, v. 29, n. 2, p. 190-204, 1990.

WHITE, Hayden. O passado prático. *Artcultura*, v. 20, n. 37, p. 9–19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/artc-v20-n37-2018-47235>. Acesso em: 18 mar. 2024.

White, Hayden. *The practical past*. Northwestern University Press, 2014. 158p.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A Crise da Razão Histórica*. Campinas: Papirus, 1989. 87p.

ZAIDAN, Michel. A conjuntura política, hoje, no Brasil. In: *Brasil 247*. [s. l.]: 24 set. 2015a. Última atualização: 2 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-conjuntura-politica-hoje-no-brasil>. Acesso em: 19 jul. 2024

ZAIDAN, Michel. A democracia no Brasil. In: *Brasil 247*. [s. l.]: 7 set. 2022. Última atualização: 3 maio 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-democracia-no-brasil>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A História como Paixão*. 3ª ed. Recife: Pindorama, 1993a. 88p.

ZAIDAN, Michel. Censores omissos da historiografia dos oprimidos. In: *Brasil 247*. [s. l.]: 9 nov. 2021. Última atualização: 23 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/censores-omissos-da-historiografia-dos-oprimidos>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Leituras em Walter Benjamin*. Recife: NEEPD-UFPE, 2016. 44p.

ZAIDAN, Michel. *Michel Zaidan (depoimento, 2014)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2015b. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/michel_zaidan/TranscricaoMichelZaidan.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

ZAIDAN, Michel. Qual é o papel dos cientistas políticos? In: *Brasil 247*. [s. l.]: 8 out. 2014. Última atualização: 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/qual-e-o-papel-dos-cientistas-politicos>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Reflexões sobre a História*. Recife: NEEPD-UFPE, 2017. 68p.

ZAIDAN, Michel. Sobre a crise econômica e política do governo Dilma. In: **Brasil 247**. [s. l.]: 23 jul. 2015c. Última atualização: 4 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/sobre-a-crise-economica-e-politica-do-governo-dilma>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Usos do passado e usos da natureza: intelectuais brasileiros e a pandemia de covid-19

Uses of the past and uses of the nature: Brazilian intellectuals and the COVID-19 pandemic

Híkaro de Castro Dias Ferreira

Mestrando em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

hikaro.ferreira18@gmail.com

Recebido: 21/08/2025

Aprovado: 08/12/2025

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o movimento de escrita de ensaios que, em diálogo com ou a partir das Ciências Humanas e Sociais e Filosofia, buscaram atribuir sentido à pandemia de covid-19. Busca-se identificar de que maneira experiências do passado e concepções sobre a natureza foram mobilizadas como eixos explicativos para a crise da pandemia, bem como analisar as figurações de futuro nas narrativas da pandemia. Argumentamos que os intelectuais brasileiros buscaram se diferenciar do clima político negacionista, aproximando-se do discurso científico; que buscaram inserir a pandemia como expressões de uma crise mais ampla do tempo presente; que o surgimento da doença foi, por vezes, entendido como uma metáfora moral de vingança da natureza em crise; e que as imagens de futuro tenderam ao pessimismo.

Palavras-chave: intelectuais; história ambiental; covid-19

Resumen/Abstract: This article aims to analyze the essays that, in dialogue with or based on the Humanities and Social Sciences and Philosophy, sought to give meaning to the COVID-19 pandemic. We seek to identify how past experiences and conceptions of nature were mobilized as explanatory axes for the pandemic crisis, as well as to analyze figurations of the future in pandemic narratives. We argue that Brazilian intellectuals sought to differentiate themselves from the denialist political climate by approaching scientific discourse; that they sought to frame the pandemic as an expression of a broader contemporary crisis; that the emergence of the disease was sometimes understood as a moral metaphor for revenge by the nature in crisis; and that images of the future tended toward pessimism.

Keywords: intellectuals; enviromental history; COVID-19

Introdução

A chegada da pandemia de covid-19 no começo de 2020 significou, também, a disseminação de um novo léxico. Distanciamento social, quarentena, isolamento, lockdown, paciente-zero, curva de contágio, média móvel de infecção e mortes, taxa de mortalidade, grupo de risco: estes termos e muitos outros escaparam do espaço científico, chegando aos grandes veículos de comunicação e também ao vocabulário cotidiano. Por vezes, esse novo vocabulário causava confusão e esses termos eram utilizados de modo impreciso. Outro diferencial da pandemia de covid-19 estava, para além de seu léxico, na disseminação de sua iconografia. A imagem do SARS-CoV-2, uma esfera incrustada de espinhos, frequentemente representada nas cores verde ou vermelho, espalhou-se por toda parte, sendo objeto também de apropriações artísticas e satíricas.

Não foram apenas novas palavras e imagens que invadiram o vocabulário e imaginário, mas com a pandemia surgiram novas ideias e discursos. Como é frequente na história das epidemias, a disseminação de uma nova doença foi seguida por elaborações que objetivavam dar algum sentido àquilo que se vivia. Por um lado, a atribuição de sentido é uma forma de tornar a experiência algo inteligível e tolerável e, ao imaginar a doença como uma história, elaborar possíveis atitudes em relação a ela e vislumbrar o seu fim. Por outro, esses sentidos atribuídos às doenças não raro são carregados de ideias morais a respeito da relação entre os humanos e os agentes patógenos e o que o surgimento dos segundos significa para os primeiros. Pensemos na pandemia do HIV/AIDS na década de 1980. A chegada do HIV na França foi primeiro entendida como uma corrupção do corpo político francês cuja origem estava nos homossexuais estadunidenses. Já nos Estados Unidos a doença foi associada aos imigrantes haitianos (Nelkin; Gilman, 1988). Percebe-se, portanto, que antigas ideias preconceituosas foram instrumentalizadas a fim de elaborar uma explicação para uma doença até então desconhecida e construir alteridade entre determinada sociedade e outra. Assim, esse vocabulário estigmatizante para tratar da AIDS era tanto produto quanto produtor de um enorme medo da nova doença, bem como incentivava que esse medo produzisse atitudes preconceituosas direcionadas àqueles considerados culpados pela doença. No caso da pandemia de covid-19, Donald Trump, à frente do governo americano em seu primeiro mandato, se referiu ao SARS-Cov-2 como “vírus chinês” em diversas oportunidades. No Brasil, o gesto foi repetido pelo bolsonarismo, que buscava uma política externa alinhada aos Estados Unidos. Essas manifestações, além de suas implicações geopolíticas, carregavam boa dose de sinofobia.

O sentido das elaborações sobre epidemias e pandemias consiste em um problema histórico interessante. As ideias construídas em torno das doenças interessam não apenas enquanto narrativas, mas porque são significativas de uma percepção coletiva mais ampla daquela experiência em determinada região e intervalo de tempo e, talvez sobretudo, porque informam atitudes reais em relação às epidemias e pandemias. Este problema pode ser investigado à luz das contribuições da história ambiental, pois este campo “lida não apenas com a questão de como o meio-ambiente mudou [...] e quais efeitos essas mudanças tiveram nas sociedades humanas, mas também com ideias sobre o mundo natural e como estas se desenvolveram” (Arnold, 1996, p. 3. Tradução própria). Nesse sentido, podemos partir deste referencial teórico para investigar de que maneira a atividade intelectual humana buscou historiar e historicizar esse desafio posto pela nossa relação com o ambiente. Como colocou David Arnold, “investimos o ambiente e a sua história com mensagens morais severas: uma epidemia ou um terremoto tornam-se uma construção da nossa própria criação, um veículo para a nossa subjetividade” (Arnold, 1996, p. 58. Tradução própria). Mas essas histórias são nossas e não da natureza. A dificuldade de escrever uma narrativa sobre as pandemias reside na tensão entre esse “nós” e a “natureza”, o que é “nossa” agência e o que é a “agência da natureza”.

A escrita das histórias sobre essa relação é especialmente tensa porque, primeiro, não há como se aproximar do mundo biofísico de forma absolutamente objetiva: “O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas” (Pádua, 2010, p. 93). Isso não significa que, na escrita não-ficcional, o homem cria o mundo biofísico como quer, mas que sua percepção do mundo é informada por modelos constituídos previamente. Segundo, porque a cognoscibilidade do passado do mundo, seja do mundo estritamente social ou do mundo biofísico, se dá a partir da narrativa, o que implica necessariamente na atribuição de sentido e na realização de escolhas, recortes e exclusões, bem como em uma dimensão retórica à escrita da história (Cronon, 1992).

Essa tensão é cada vez mais delicada conforme o ser humano passa a se perceber não apenas como agente histórico, mas como agente geológico, ou seja, as ações humanas sobre o planeta têm consequências para além da temporalidade da política, incluindo alterações na temperatura do planeta e no nível dos oceanos, extinções em massa e destruição de biomas (Turin, 2024). Este paradigma também decorre da percepção de que o que se chama de natureza possui uma história, formada por construções, destruições e reconstruções, e, portanto, “distante da visão tradicional de uma realidade

pronta e acabada, que serviria de referencial estável para a agitação do viver humano” (Pádua, 2010, p. 88).

Essas transformações, por sua vez, também reverberam nas vidas humanas e, uma vez que não sabemos o que de fato significará para a humanidade viver de forma plena e sistêmica no Antropoceno, a cognição dessas transformações consiste em um problema complexo, pois obriga a “ter que especular em algum grau sobre os futuros possíveis que se realizam no presente, assumindo a responsabilidade pelos efeitos pragmáticos dessas especulações” (Turin, 2024, p. 707). Nas figurações de futuro está contida muita história do presente que as produz. O ano de 2020 foi marcado por essa tensão, vivenciada não apenas pela pandemia, mas por outras catástrofes ambientais que demonstram a sensibilidade da relação sociedade-natureza: no começo do ano, fortes enchentes e deslizamentos de terra no Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro deixaram mais de 70 mortos e 10 mil pessoas desabrigadas; o Pantanal e o sul da Amazônia viveram a pior temporada de seca em 50 anos; o Pantanal teve 26% de sua área total queimada, área quatro vezes mais do que a perdida em todo o período entre 2001 e 2019; quebrou-se o recorde de incêndios registrados na Amazônia, com 574 mil incêndios ativos em 2020¹. Foi também neste clima que a pandemia foi percebida. Em síntese, o momento do Antropoceno consiste no “momento de entrada da história humana na dinâmica da Terra e da dinâmica da Terra na história humana” (Pádua; Saramago, 2023, p. 659).

No Brasil e em todo o mundo, nos poucos meses que se seguiram à chegada da pandemia de covid-19, proliferou uma miríade de textos que, em diálogo com ou a partir das Ciências Humanas e Sociais e da Filosofia, buscaram expressar algum sentido social para a doença. Muitas casas editoriais, veículos da grande imprensa e periódicos acadêmicos dedicaram espaços a esses textos. Do ponto de vista da história, cresceu o interesse pela história das doenças, bem como a necessidade de historicizar a pandemia que então vivíamos. O passado passou a importar, não porque entendia-se que consistia em um imperativo ou explicação absoluta para o presente, mas porque poderia dar sentido à ruptura experienciada. Mas também porque acreditava-se na possibilidade daquela história, que mal havia começado e já era tão trágica, ser diferente da crise imposta, cujo fim e como seria esse fim ainda era nebuloso. Esses textos se caracterizam pela intenção de intervenção e possuíam sempre o futuro em

¹ Organização Mundial Do Meio Ambiente. El estado del clima en América Latina y el Caribe 2020, 2021.

perspectiva, tentando escapar do presente catastrófico, pois conforme disse François Hartog, “para se preocupar com os males do tempo [...], é preciso acreditar em uma certa abertura do futuro, acreditar na história, portanto, para poder escapar à imposição única do presente” (Hartog, 2017, p. 43). O passado era então invocado na forma de memória das experiências das quais poderíamos tirar alguma lição, positiva ou não. Como colocou David Arnold, refletindo sobre o crescimento do interesse pela história proporcionado pela pandemia,

O passado não apenas informa o presente; ele lhe dá significado. Produz alertas oportunos e lições persistentes; propõe um caminho a seguir. Além disso, transmite críticas à inércia, complacência ou arrogância das autoridades atuais, propondo paralelos com um passado mais distante. A história pode se repetir, mas, se formos sensatos, isso não precisa acontecer. A história transmite segurança no sentido de saber que o presente não precisa ser pior do que o passado e, prevenido pela experiência passada, pode conceivelmente se tornar melhor (Arnold, 2022, p. 220. Tradução própria).

Em uma época de forte sensibilidade historiográfica, aflorou-se a consciência de que a pandemia, tão logo surgiu, já era parte da história. Que história seria essa, escrita no calor do momento, nem sempre por historiadores profissionais e ainda debatendo-se contra o negacionismo? Quais futuros eram vislumbrados e quais passados eram mobilizados? Estaria a natureza se vingando da humanidade ou dando sinais de exaustão? Vimos a pandemia sendo enquadrada como lição, crise, oportunidade ou ainda como exagero; como um capítulo de uma história recente de grandes catástrofes ou como um ponto de ruptura; como um episódio de tempo suspenso ou acelerado; como produtora de uma realidade pior do que a anterior ou uma janela de oportunidade para melhorar o mundo. As balizas espaço-temporais que marcavam o início da crise da pandemia também variaram: enquanto alguns a viam como uma crise excepcional, outros voltaram à Primeira Guerra Mundial, à formação do capitalismo ou à colonização das Américas como princípios dos processos que culminariam na pandemia. Cinco anos depois, cabe alguma reflexão sobre esses movimentos e os significados dessas escolhas.

O objetivo deste artigo é analisar este primeiro ensaísmo surgido em torno da pandemia de covid-19 no Brasil à luz de reflexões sobre como as sociedades humanas enquadram e interagem com fenômenos não-humanos. Nós faremos este percurso analítico pensando como as narrativas sobre a pandemia mobilizaram, se apropriaram e transformaram ideias arquetípicas sobre a natureza e as doenças. A partir de modelos consolidados pela história ambiental, buscaremos entender como

concepções firmadas no pensamento ambiental contemporâneo foram utilizadas e modificadas para explicar a pandemia de covid-19, mobilizando diferentes narrativas sobre o passado histórico. Não se trata de um debate historiográfico exaustivo – tarefa dificilmente realizável em um artigo, em virtude da plurivocidade que marcou as humanidades durante a pandemia. Certamente, muitas contribuições interessantes para o debate acadêmico ficarão de fora deste texto². A escolha das obras debatidas se deu no sentido em que elas são representantes significativas de certas ideias e atitudes em relação à pandemia. Buscaremos contemplar três tendências que, em nossa análise, identificamos como preponderantes: as perspectivas liberal-democrática, marxista e decolonial, no contraste que construíram com os discursos de extrema-direita. Isso não significa que os textos aqui debatidos sejam metonímias das tais figurações de mundo, mas que partem de seus arcabouços. Também não trataremos exclusivamente de textos historiográficos escritos para um público estritamente acadêmico, mas de intervenções que, de alguma forma, façam um uso da história para explicar a pandemia e que busquem um diálogo público.

Subsidiariamente, também pretendemos articular o campo da história ambiental com o da história do tempo presente. Esta última vem, nos últimos tempos, demonstrando alguma atenção, ainda que tímida, para a relação sociedade-natureza, principalmente a partir da abordagem memorialística e da história oral. Muito desse interesse vem a partir do estudo das grandes catástrofes, como o trabalho de Regina Helena Alves da Silva e Andréa Casa Nova Maia (2020) sobre o rompimento da barragem de Mariana em 2015 e desta última junto a Guaracy Mendes Júnior (2024) relacionando crise ambiental e desindustrialização. Ao refletir sobre a historicidade da relação que as sociedades constroem com a natureza, tanto no tocante às ideias quanto no tocante às ações derivadas dessas ideias, a história ambiental pode ajudar a história do tempo presente em sua própria razão de ser, isto é, fornecer “uma profundidade ao passado próximo ou à atualidade” (Rousso, 2016, p. 231). Os usos do passado constituem um problema recorrente deste campo de estudos. É possível expandir

² Com o início da pandemia, a historiografia brasileira produziu, por um lado, preocupações imediatas com a salvaguarda da memória da experiência e o estudo das formas de temporalidade, que continuaram com agenda de pesquisa de vários historiadores no pós-pandemia; e, por outro, reflexões situadas entre o ensaio e o relato sobre as próprias experiências de ensino, pesquisa e extensão durante o isolamento. Sobre a primeira tendência, ver: Rodeghero; Weimer, 2021; Marino; Silveira; Nicodemo, 2020; Turin, 2021; Maciel; Ferreira, 2023; Iegelski, 2024; Bauer; Souza, 2024. Sobre a segunda, ver: Maia; Casa Nova, 2020; Almeida; Sesquim; Rodrigues, 2022.

esse passado para além das práticas políticas, que marca o campo da história do tempo presente, e incorporar, também, as práticas ambientais.

Construindo alteridade

Até meados do século XX, vigorou com alguma força no mundo ocidental a ideia de que o desenvolvimento científico e os avanços da medicina atingiram um patamar tão elevado de sofisticação que as epidemias e pandemias não voltariam a repetir-se no futuro. Essa crença estava ancorada em fatores como o desenvolvimento de antibióticos e das vacinas para influenza e poliomielite, o uso de inseticidas e a distância temporal da pandemia de influenza (“gripe espanhola”) de 1918-1919, que não foi sucedida imediatamente por outra de similar magnitude no ocidente (Arnold, 2022). Os ecólogos dedicados ao estudo das doenças, em diversas oportunidades entre 1930 e 1970, por vezes ofereceram “uma perspectiva mais cética, insistindo na capacidade dos patógenos de adaptarem-se às condições transformadas” (Nash, 2015, p. 796. Tradução própria). No entanto, a confiança da medicina ocidental se sustentou até a década de 1970:

No início da década de 1950, Macfarlane Burnet, australiano ganhador do Prêmio Nobel e pioneiro na pesquisa moderna sobre a influenza, escreveu: “De muitas maneiras, pode-se pensar em meados do século XX como o fim de uma das revoluções sociais mais importantes da história, a virtual eliminação das doenças infecciosas como um fator significativo na vida social”. Em uma edição atualizada de seu livro em 1972, Burnet chegou a concluir que a “previsão mais provável sobre o futuro das doenças infecciosas é que elas serão muito tediosas”. Esse triunfalismo foi compartilhado pelo cirurgião-geral americano William Stewart em 1967, que observou que “chegou a hora de fechar o livro sobre doenças infecciosas. Basicamente, eliminamos as infecções nos Estados Unidos” (Arnold, 2022, p. 181-182. Tradução própria).

Tamanho triunfalismo é ainda mais impressionante quando levamos em conta que, enquanto ele era declarado, epidemias e pandemias de impacto expressivo aconteceram. Para citar apenas alguns casos mais notáveis, houve a pandemia de influenza (subtipo H2N2, conhecida como “gripe asiática”), que matou entre 1 e 4 milhões de pessoas entre 1957 e 1958; a epidemia de febre amarela que matou 30 mil pessoas na Etiópia entre 1960 e 1962; a sétima epidemia de cólera que, iniciada em 1961, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda considera em curso e imagina encerrar apenas em 2030, já matou 30 mil pessoas; e a pandemia de influenza (subtipo H1N1, conhecida como “gripe russa”) que matou 700 mil pessoas entre 1977 e 1979. Porém, embora de grande magnitude, essas epidemias e pandemias se originaram ou concentraram seus casos nos continentes africano e asiático. Assim,

temos uma primeira concepção de natureza: *natureza como o outro*, do qual as sociedades desenvolvidas acreditam não apenas que estão separadas, mas que também são hierarquicamente superiores a ele (Arnold, 1996). Essa concepção traz uma dicotomia entre a urbanidade sanitária e a selvageria da qual as doenças emanariam. O mundo afro-asiático, nesta concepção, não é o mundo civilizado. Se a doença atinge o Primeiro Mundo, é na condição de invasor inimigo, nunca de natural. Por isso, a metáfora militar, forma comum de se elaborar sobre as doenças em um geral, é também tão amplamente utilizada para tratar dessas epidemias e pandemias: o vírus era um *inimigo* que invadiu a *fortaleza* do corpo, sendo preciso *derrotá-lo*. O curioso aqui é que a separação valorativa entre natureza e cultura possui uma fronteira móvel: o ser humano pode ser visto como natureza se sua forma de vida social for diferente do que se entende como ideal de cultura e civilização.

No caso da covid-19, esse discurso foi amplamente utilizado pela extrema-direita, especialmente porque ele é capaz de subsidiar uma retórica negacionista. A metaforização do novo coronavírus como uma arma biológica da China que visava desestabilizar a hegemonia dos Estados Unidos foi mobilizada pelo trumpista Jair Bolsonaro para justificar a inação do Poder Executivo na proteção social durante a crise da pandemia. Bolsonaro sugeriu em público que o SARS-CoV-2 havia sido criado “em laboratório” como parte de uma “guerra epidemiológica” em, ao menos, duas oportunidades³. Seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, para além de uma série de declarações negacionistas, causou uma crise diplomática ao fazer a mesma acusação, comparando a covid-19 com o acidente nuclear de Chernobyl em 1986, como forma de sugerir negligência e responsabilidade da China no surgimento da pandemia, e, depois, compartilhando uma notícia falsa de que o vírus havia sido criado em laboratório⁴. O então Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que “o chinês inventou o vírus” e que a vacina da fabricante chinesa SinoVac, adquirida pelo Instituto Butantã, do estado de São Paulo, seria “menos eficiente” do que a da estadunidense Pfizer e não

³ Murakawa, F. Bolsonaro ataca China e mente sobre pandemia e vacinas em culto em Goiás. Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/06/09/bolsonaro-ataca-china-e-mente-sobre-pandemia-e-vacinas-em-culto-em-gois.ghtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.; Militão, E. Sem provas, Bolsonaro cita vírus de laboratório e lança dúvida sobre China. UOL Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/05/bolsonaro-virus-china.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

⁴ Senado Federal. CPI da pandemia: relatório final. Brasília: Senado Federal, 26 out. 2021, p. 696-701.

transmitiria “segurança suficiente para a população pela sua origem”⁵. A postura anti-China e pró-Estados Unidos de Bolsonaro era conhecida desde o pleito de 2018 e a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, instituída no Senado Federal em 2021, foi de que este era o cerne da sinofobia bolsonarista:

Essa visão de mundo conspirativa e paranoica também preconiza que países que ameaçam a hegemonia dos Estados Unidos no mundo, como China e Rússia, por exemplo, estão comprometidos com ações sub-reptícias de guerra contra o Ocidente e seus valores. Uma dessas ações seria justamente a disseminação do vírus da pandemia. Essa é uma tese difundida nas redes da extrema-direita mundial e com a qual Bolsonaro e Ernesto Araújo [Ministro das Relações Exteriores] demonstraram concordar.

Para os defensores dessa visão, como a suposta disseminação do vírus pela China tem a intenção de fragilizar as economias do Ocidente, a resposta “lógica” ao desafio da pandemia não seria o distanciamento social, as medidas não farmacológicas e a vacina, mas sim a busca da imunidade rebanho, que mantém a economia funcionando e os custos financeiros desse combate em níveis baixos.⁶

Existe uma ligação evidente entre esse argumento e a defesa dos interesses do capital, à qual Bolsonaro sempre se dedicou, que preconizava a manutenção das atividades econômicas em detrimento da proteção da vida humana. Assim, ao associar o vírus à “China comunista”, qualquer ação que levasse ao recrudescimento das atividades econômicas seria uma ação que favoreceria o suposto avanço do comunismo e um atentado ao livre mercado. Por isso, a estratégia do bolsonarismo seria a da imunidade de rebanho, isto é, simplesmente permitir que as pessoas se contaminassem porque supostamente adquiria-se imunidade desta forma. Esta foi uma declaração do Presidente da República proferida no dia 17 de junho de 2020 durante uma de suas muitas transmissões virtuais ao vivo realizadas durante a pandemia:

Eu já me considero – eu não me considero não, eu estou – vacinado, entre aspas. Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou o vírus para valer. Então, quem contraiu o vírus, não se discute, esse está imunizado.⁷

⁵ Martello, A. Guedes diz que chinês inventou vírus da Covid e que vacina do país é “menos efetiva” que a dos EUA. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-chines-inventou-virus-da-covid-e-que-vacina-do-pais-e-menos-efetiva-que-a-dos-eua.ghtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

⁶ Senado Federal. CPI da pandemia: relatório final. Brasília: Senado Federal, 26 out. 2021, p. 564-565.

⁷ Queiroga, L. Bolsonaro contraria autoridades de Saúde e afirma que infecção por Covid-19 é “mais eficaz” do que vacinação. Jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-contraria-autoridades-de-saude-afirma-que-infeccao-por-covid-19-mais-eficaz-do-que-vacinacao-25066354>>.

É claro que esse discurso não se trata de uma lógica racional construída em torno de uma outra perspectiva, mas simplesmente da expressão discursiva dos imperativos de setores da burguesia nacional. A imunidade de rebanho não funcionaria para o novo coronavírus. Primeiro, porque muitas pessoas morreriam no percurso; segundo, porque é possível a reinfeção pelo vírus; terceiro, porque o incentivo à circulação do vírus poderia favorecer o surgimento de novas variantes, mais contagiosas e letais. Nada disso era desconhecido em 2020, mas o bolsonarismo não opera segundo os meios, mas sim a partir dos fins.

Nesse contexto, argumentamos que, de modo geral, os intelectuais brasileiros buscaram se diferenciar de tais construções discursivas, opondo-se, em um primeiro nível, a associações sobre o coronavírus que parecessem anticientíficas. Preconizou-se uma crença na ciência que servia como baliza para julgar o valor de determinada intervenção, pois a cientificidade das declarações servia para criar contraste entre a comunidade intelectual e o governo Bolsonaro. Nesse sentido, enquanto na Europa e nos Estados Unidos alguns intelectuais seriamente questionaram se a imposição do *lockdown* e do controle de circulação de pessoas poderiam se tornar uma ferramenta para o fortalecimento do poder do Estado, ampliação do autoritarismo e aumento da repressão contra imigrantes⁸, no Brasil, onde essas políticas sequer existiram a nível nacional, não havia espaço para qualquer intervenção que pudesse legitimar ressalvas quanto às recomendações científicas. Quando houve esse tipo de questionamento aqui, ele era justamente proferido pela fração negacionista dos próprios cientistas e trabalhadores da saúde, como ficou evidente nos posicionamentos do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Movimento Médicos Pela Vida (Ferrari *et al.*, 2022). Mas isso não significou, necessariamente, que as abordagens alinhadas ao consenso científico consistiam em abordagens neutras, livres de pressupostos morais e usos problemáticos da história.

⁸ Um exemplo de comentários desse gênero foi o posicionamento da filósofa Judith Butler, para quem o fechamento das fronteiras na União Europeia poderia representar um fortalecimento do nacionalismo e da xenofobia, já crescentes na região. Porém, Butler estava longe de defender, então, a não-adoção de medidas de proteção social e sanitária. O ponto fundamental para ela é que a face discriminatória das políticas de saúde adotadas, produziriam, na verdade, mais mortes. Ver: Butler, J. Judith Butler sobre a Covid-19: O capitalismo tem seus limites. Blog da Boitempo. Acesso em 5 ago. 2025. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>>.

Natureza, passado e futuro

Foi com a pandemia do HIV/AIDS na década de 1980 que o mundo ocidental construiu uma ideia racionalizada e secular que relacionava as doenças ao fim do mundo – ou, mais precisamente, ao seu próprio fim. Não se tratava, apenas, de uma fabulação catastrófica, mas de uma projeção. Em 1988, Susan Sontag percebeu, com bastante acuidade, uma nova forma de experienciar o tempo, a partir da relação que se estabelecia entre os mecanismos de projeção e a imaginação do futuro enquanto exponenciação da catástrofe do presente:

A consciência do futuro é o hábito mental – bem como a corrupção intelectual – por excelência desse século, tal como a consciência histórica, conforme observou Nietzsche, transformou o pensamento do século XIX. [...] A capacidade de projetar eventos futuros com certo grau de precisão ampliou a própria definição de poder, por ser ampla fonte de instruções a respeito da maneira de se lidar com o presente. Mas, na verdade, a capacidade de antever o futuro, antes associada à noção de progresso linear, transformou-se – com a aquisição de um volume de conhecimentos maior do que se poderia imaginar – numa visão da catástrofe. Cada processo é uma perspectiva que aponta para uma previsão apoiada em estatísticas. [...] Tudo na história ou na natureza, capaz de ser encarado como um processo de mudança constante, pode ser visto como algo que caminha em direção a uma catástrofe (Sontag, 2007, p. 147).

O tempo da AIDS era outro: naquele momento, as sociedades desenvolvidas rebaixavam seu horizonte de expectativa e a crise – climática, ambiental, política, social, econômica – aparecia com cada vez mais forma nas imagens de futuro⁹. Um futuro previsto e, supostamente, precisamente calculado. Não mais o das utopias, mas o do amanhã, ou, no máximo, daqui a alguns anos. Futuro como, no máximo, extensão do eterno presente em eterna crise. O surgimento da AIDS coincidiu com o estabelecimento do regime de historicidade presentista e muito da maneira que ela foi percebida foi informada por essa nova sensibilidade (Traverso, 2022)¹⁰.

⁹ O horizonte de expectativa seria o espaço de futuro ainda não experimentado que orienta a ação humana em busca de sua realização, sendo construído a partir da experiência passada, isto é, do “espaço de experiência”. Os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa formam, segundo Koselleck (2006), um par dialético que marca a experiência moderna do História. Segundo François Hartog, as sociedades ocidentais viveram uma transformação na forma de experiência do tempo no terço final do século XX, em que o regime moderno de historicidade foi paulatinamente substituído pelo regime de historicidade presentista, no qual o futuro almejado deixa de ser uma referência para o presente, que passa a produzir “diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro”, em uma postura imediatista (Hartog, 2013, p. 148).

¹⁰ Cabe notar, como o faz Enzo Traverso, que a atitude pessimista não foi a única que caracterizou a reação à crise da AIDS. O historiador menciona a atuação de grupos de ativismo como o Act Up, que transformou o luto em trabalho político, construindo redes de solidariedade e estratégias de ação política em defesa da população com AIDS. Porém, isso

Nesse modo de organizar a experiência humana no espaço e no tempo, a natureza era entendida, na definição de William Cronon (1996), também como uma *realidade virtual*. Isto é, uma forma de enxergar a natureza a partir dos problemas que ela enfrenta no momento da observação e da projeção desses problemas no futuro. Não se poderia visualizar esses problemas, mas experienciava-se como se eles já tivessem sido colocados, sobrepondo-se várias temporalidades. Cronon demonstra que, no final do século XX, os modelos computadorizados que baseavam essas projeções eram falhos, mas não obstante carregavam uma força argumentativa:

Os modelos computacionais nos quais baseamos nossas previsões sobre o que acontecerá com o aumento das concentrações de gases de efeito estufa são, na verdade, tão pouco sofisticados que sequer conseguem prever com precisão as mudanças climáticas passadas, muito menos as futuras. Insira neles os dados de 1900, e o clima que eles preverão para o nosso tempo presente terá pouca semelhança com o que estamos vivenciando agora. [...] Mas, como o fenômeno previsto é tão complexo, porque suas consequências podem ser tão catastróficas e porque não temos uma maneira melhor de investigá-lo, não temos escolha a não ser confiar nessas ferramentas falhas (Cronon, 1996, p. 47-48. Tradução própria)

Na contemporaneidade, toda doença é experienciada como, ao mesmo tempo, a realidade de sua disseminação e também a sua projeção. A percepção dessa projeção é mobilizada como justificativa de políticas públicas e sanitárias em relação à doença. A capacidade de projetar o futuro adequadamente é uma questão de poder, pois justifica determinada ação política. Nesse sentido, o tempo presente convive como nunca com as falsas projeções, a negação das projeções e o desmonte das ferramentas de projeção a nível de políticas públicas, precisamente para dissimular políticas predatórias como baseadas em dados. Se os métodos quantitativos ampliaram a relação entre informação e poder, hoje, a partir da manipulação, o falseamento e a negação das informações, a extrema-direita se apropriou de tal gramática para justificar suas práticas políticas. Mas isso não significa que os dados sejam neutros ou que sua leitura implique em uma atitude esclarecida. No caso da covid-19, os países que projetarem a doença como catástrofe possível ou – como fez o nosso – como apenas uma “gripezinha” tiveram atitudes distintas. A polêmica das projeções das mortes por covid-19 no Brasil exemplifica isso. Em depoimento à CPI da Pandemia em 2021, Luiz Henrique Mandetta, que ocupou o cargo de Ministro da Saúde do início da gestão Bolsonaro até abril de 2020, informou à comissão que entregou ao

não significa, então, que os ativistas do Act Up viviam em um regime de historicidade modernista enquanto o restante do mundo vivia o estabelecimento do presentista, mas sim que reagiram ao presentismo.

Presidente previsões de que o Brasil poderia ter até 180 mil mortes por covid-19 em 2020¹¹. Em junho de 2020, dois meses após a demissão de Mandetta, Bolsonaro o acusou de fornecer números “fictícios” à Presidência e de “vender o pavor”¹². Ao final do ano, o Brasil registrou 194 mil mortes por covid-19, considerando que os números são potencialmente subnotificados¹³.

Não se tratava apenas de visualizar diferentes números, mas de considerar dignos de atenção apenas determinados corpos. A ideia de que a doença só levaria à morte de idosos, pessoas já consideradas próximas da morte e que muitas vezes não realizam atividade econômica, levou à minimização de seus impactos por muitas lideranças globais (Silva et al. 2021). Não obstante, outras tantas lideranças que, em que pese conclamaram o potencial mortal do vírus, fizeram da pandemia uma janela de oportunidade para impor políticas hostis a grupos sociais considerados párias, como o fez a Índia com os imigrantes e trabalhadores pobres (Arnold, 2022).

A pandemia foi entendida logo como um processo cuja conclusão estava aberta, podendo levar à catástrofe ou a um futuro diferente. O que a pandemia transformaria em nossa sociedade? Essa questão foi uma preocupação desde muito cedo, pois as possibilidades eram múltiplas. Em uma época fragmentada como esta, a irrupção da pandemia incentivou o surgimento de histórias a partir de um passado também fragmentado. Esse senso de fragmentação foi exacerbado pela rápida percepção de que a pandemia de covid-19 seria de magnitude inédita e, portanto, não se tratava de um problema único do tempo presente, mas de um início de um novo futuro. Assim, novos passados e novas memórias emergiram, na tentativa de propor algum caminho para o futuro. A história da pandemia entrou em disputa porque entendia-se que se tratava de uma disputa pelo futuro. Uma das formas de construir uma história da pandemia foi colocando-a como um ponto de ruptura. Em *Quando acaba o século XX*, a antropóloga e historiadora Lília Schwarcz (2020) propôs que o começo simbólico do século XXI era a pandemia da covid-19, em um exercício em diálogo com o de Eric Hobsbawm de localizar o início do século XX a partir da Primeira Guerra Mundial. O texto foi elaborado a partir de seis

¹¹ TV Senado. CPI da Pandemia ouve Mandetta, ex-ministro da Saúde - 4/5/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIF8_FarAZs>. Acesso em: 5 ago. 2025.

¹² Bolsonaro afirma que Mandetta divulgou números “fictícios” da Covid-19. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-mandetta-divulgou-numeros-ficticios-da-covid-19/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

¹³ Ministério Da Saúde. Covid-19: casos e óbitos. Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em 05 ago. 2025.

entrevistas e colunas de opinião publicadas em veículos da grande imprensa entre abril e junho de 2020. A lógica da autora reside na ideia de que os avanços tecnológicos do século XX aceleraram a experiência do tempo e borraram as fronteiras do espaço, porém o novo coronavírus – entendido aqui como atípico – teria deixado evidente um “lado humano e vulnerável” que apequenou a força da tecnologia à disposição do homem e seu propósito de exercer domínio sobre a natureza (Schwarcz, 2020, p. 7). Em seu percurso argumentativo, a pandemia é um produto, e não produtora, de uma crise mais ampla que se manifesta a partir do choque das sociedades humanas com o vírus, mas cujas raízes estão no próprio percurso que a humanidade já vinha traçando.

Para Schwarcz, era “hora de fazer da crise um propósito”, pois, assim, “Quem sabe construiremos um cotidiano com mais tempo e qualidade?” (Schwarcz, 2020, p. 13). A ruptura, portanto, deixava o devir da história aberto para um novo futuro. Assim, se o fim do século XX, para o marxista Hobsbawm, foi um fim melancólico com a derrota do socialismo, o exercício de Schwarcz é de pensar que o século XXI talvez tenha um começo diferente. A proposta de Schwarcz dialoga com a tese de Henry Rousso (2016) de que as fronteiras do tempo presente são definidas pela última catástrofe em data. As ditas últimas catástrofes, eventos transformados em acontecimentos que pressionam os historiadores por uma reinterpretação do passado recente e, ao provocarem uma ruptura, transformam a percepção a partir do que lhes sucede. Assim colocou Hannah Arendt, citada por Rousso: “Toda vez que há um acontecimento suficientemente significativo para esclarecer o seu próprio passado, a história advém. Será somente quando sobrevier, na história vindoura, um acontecimento novo que esse “fim” se revelará ser um começo aos olhos dos historiadores futuros” (Arendt *apud* Rousso, 2016, p. 25). A força do argumento de Schwarcz – e, talvez, sua própria razão de ser – reside no contraste que a ideia de ruptura criava com um jargão muito utilizado pela imprensa empresarial na época: a ideia de pandemia como um “novo normal”. Frequentemente, essa expressão era utilizada como forma de ver como trivial ou necessário algum elemento que consistia, na verdade, em uma lamentável expressão da crise da pandemia, como o crescimento da quantidade de pessoas no trabalho informal e precarizado ou a imposição de que muitos trabalhadores continuassem a exercer suas atividades em nome da manutenção dos lucros econômicos e em detrimento de sua proteção e saúde. Como em 26 de abril de 2020, pouco mais de um mês depois da chegada do vírus ao Brasil, quando uma unidade em Santa Catarina da multinacional Weg obrigou os 15 mil funcionários a voltarem à linha de produção, mas medindo suas temperaturas na porta e solicitando que mantivessem

“distanciamento” e utilizassem álcool em gel, e o Estadão narrou o episódio da seguinte forma: “Indústrias definem ‘novo normal’ ao retomar atividades”¹⁴. O que há de normal no tempo da fábrica ser mais importante do que o tempo da vida?

O que surpreende na argumentação de Schwarcz é que, em vez de tratar da *última catástrofe em data*, ela tratava da *atual catástrofe em curso*, em uma elaboração exemplar da própria experiência de aceleração que a autora localiza e do modo de observar as doenças como uma realidade virtual. Schwarcz pode ser vista como um tanto imediatista – o que não seria uma raridade no posicionamento de intelectuais públicos de ressonância como a sua –, mas sua intervenção é também um tanto significativa do incômodo que marca o tempo presente e da urgência de sua transformação. Mais expressivo ainda é o fato de que, ainda que tente ver a pandemia como um chamado para a ação, Schwarcz encerra seu texto com o prognóstico pessimista de que a confluência do abuso da tecnologia como forma de exploração do mundo e dos homens no mundo com as catástrofes naturais seriam justamente a marca do vindouro século XXI simbólico. Isto é porque o futuro que Schwarcz propõe não é radicalmente diferente do presente, mas apenas o presente melhorado. A autora entende que é possível estabelecer uma relação diferente com a natureza, mais ecológica, em que não se abuse de seus recursos por via da tecnologia. Em outras palavras, Schwarcz – nos limites talvez impostos pelo pensamento liberal-democrático – acredita em um capitalismo mais racional e responsável.

Em *Crise e pandemia*, o jurista de orientação marxista Alysson Mascaro também enquadra a pandemia como evento que faz parte de um processo mais amplo, mas aqui se trata da crise do capitalismo. Lançado em 2020, o ensaio foi o primeiro volume da série “Pandemia Capital”, da Boitempo Editorial, que publicou diversos textos de intelectuais e ativistas convidados a refletir sobre a crise da covid-19. Em que pese as crises, segundo Mascaro, serem parte estrutural do capitalismo, as origens do processo daquela crise catalisada na pandemia seria a continuação da falência do capital financeiro, iniciada em 2008, a partir da qual observou-se um fortalecimento da direita e a retomada do processo de acumulação. Agora, com a covid-19, para além de uma crise do capital fictício, teríamos também uma crise social.

¹⁴ Scheller, F.; Silva, C. Indústrias definem “novo normal” ao retomar atividades. Estadão. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20240420140320/https://www.estadao.com.br/economia/industrias-definem-novo-normal-ao-retomar-atividades/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

Assim, os problemas colocados pela pandemia e as soluções propostas pela política não seriam suficientes, pois não seriam radicais:

contra a fragilidade do sistema da saúde semipúblico e dependente do capital, não só hospitais de campanha, mas a saúde pública universal; contra o desemprego, não só novos empregos ou bolsas de apoio, mas a tomada dos meios de produção; contra as habitações precárias, não só tendas provisórias, mas o fim da propriedade privada (Mascaro, 2020 p. 7)

É a partir dessa perspectiva radical que o filósofo do direito tenta vislumbrar alternativas para o imbróglio. O ceticismo – senão o pessimismo – do autor é bastante significativo, para quem o futuro não se abre como um horizonte para utopias, mas como, no máximo, talvez uma fresta para o surgimento de vanguardas revolucionárias:

é possível vislumbrar – sem nenhuma certeza de que isso acontecerá – que, com a crise econômica e a pandemia, o atrito na constituição da subjetividade seja materialmente tamanho que tal situação enseje um movimento de crítica estrutural. Então, nesse momento posterior, poderão surgir, no Brasil e pelo mundo, vanguardas e lideranças novas que deem linhas de sentido, bandeiras e horizontes às lutas (Mascaro, 2020, p. 22)

A própria certeza de Mascaro de que as crises do capitalismo tendem a ser neutralizadas pelo próprio capitalismo informam a hipótese, que se coloca com mais força e que o autor considera “quicá mais provável”, de “que a crise do capitalismo se resolva mantendo-se a própria crise como padrão ou, então, salvando-se a acumulação mediante seu recrudescimento neoliberal, reacionário, com modalidades fascistas” (Mascaro, 2020, p. 23). *A posteriori*, este pareceria o prognóstico mais realista, mas o que interessa aqui é como é indicativo da época presentista que nem mesmo os pensadores radicais conseguem crer em perspectivas que imaginem algo diferente das crises do presente.

Um ponto que surpreende na argumentação de Mascaro é necessidade de assumir uma posição radicalmente antropocêntrica logo nas primeiras frases:

Não se pode limitar a pandemia do coronavírus às chaves de explicação biológicas ou da natureza. Trata-se de uma crise eminentemente social e histórica. A reiterada fragilidade da relação humana com a natureza corresponde a uma parcela pequena dos problemas presentes (Mascaro, 2020, p. 6).

É evidente que uma pandemia não é somente um fenômeno biológico. Mas isso significa que a relação sociedade-natureza seja “uma parcela pequena dos problemas presentes”? Mais importante

ainda: a crise é menos “social e histórica” se ela for também ambiental? Mascaro trabalha com uma oposição entre o ambiental e o humano, a partir da qual o capitalismo enquanto processo provocaria uma crise no segundo, mas pouco diria respeito ao primeiro. Para Raymond Williams (2011), consiste em um erro o exercício intelectual que separa, em termos singulares e abstratos, homem e natureza ou a economia e a ecologia. Não é uma novidade dizer que parte da crise do capitalismo decorre justamente da apropriação incessante de recursos com o fim de transformá-los em riqueza, assim como o trabalho dos homens é também apropriado. Ainda segundo Williams, a linguagem que é utilizada para a exploração da natureza é a mesma utilizada para a da exploração dos homens: dominação, submissão, controle e exploração são todas atitudes do capitalismo em direção ao mundo e aos homens no mundo e o projeto de submeter ao mundo biofísico é também análogo ao projeto de submeter o mundo social humano¹⁵.

Dentro do marxismo, o ecossocialismo vem, há alguns anos, buscando maior comunicação entre a crítica marxista e a crítica ecológica. Este é o exercício proposto pelo pensador Michael Löwy, para quem a questão ecológica é o “grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI” (Löwy, 2014, p. 40). O ecossocialismo nasce como crítica ao capitalismo, mas também à ecologia política dominante na Europa, uma vez que esta última tende a acreditar na possibilidade de um capitalismo responsável e ecológico, desconsiderando a tendência produtivista inerente ao capitalismo (Löwy, 2014). No que consiste, então, o ecossocialismo? Para Michael Löwy:

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas a lógica do mercado e do lucro assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do “socialismo real” são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Ainda que critiquem a ideologia das correntes dominantes do movimento operário, eles sabem que os trabalhadores e as suas organizações são uma força essencial para qualquer transformação radical do

¹⁵ Cabe reconhecer que muitos pensadores socialistas e social-democratas na primeira metade do século XX, ao acreditarem no progresso linear da história e ao exacerbarem a importância do desenvolvimento técnico, também produziram imagens de uma natureza controlada pelo homem, distinta da humanidade e inferior a ela. Walter Benjamin foi um dos primeiros que se voltou contra esse entendimento. Em suas Teses sobre o conceito de história, criticou a tecnocracia do marxismo vulgar e da social-democracia, que acreditavam que, conforme se desenvolvesse a técnica, emancipar-se-ia o homem. Para Benjamin, isso produzia uma concepção de trabalho conformista com o capitalismo, na sua dimensão exploratória do trabalho humano e dos recursos naturais: “O trabalho, como agora compreendido, visa uma exploração da natureza, comparada, com ingênua complacência, à exploração do proletariado” (Benjamin *apud* Löwy, 2005, p. 100). Benjamin, assim, imagina, em sua utopia, “um tipo de trabalho que, longe de explorar a natureza, libera as criações que dormem, como virtualidades, em seu ventre” (Benjamin *apud* Löwy, 2005, p. 100).

sistema, e para o estabelecimento de uma nova sociedade, socialista e ecológica (Löwy, 2014, p. 44).

A perspectiva ecossocialista tem sido, para muitos marxistas, uma saída – ainda que, evidentemente, não seja a única – para o rebaixamento do horizonte de expectativas ao propor um programa de ação alinhado às demandas desta época, na qual as utopias revolucionárias são pouco inspiradoras. Michael Löwy rejeita, aliás, o rótulo de utópico: “Os utópicos são aqueles que apresentam uma bela perspectiva de futuro e a imagem de uma outra sociedade, o que é obviamente necessário, mas não é suficiente” (Löwy, 2021, p. 54). O importante seria pensar em um novo paradigma de ação anticapitalista.

Em 2021, Löwy publicou o artigo *Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista*. Em sua perspectiva, a pandemia de covid-19 também seria condicionada pelo capitalismo, porém não apenas em virtude das reações político-econômicas ao seu surgimento, mas seu próprio surgimento seria determinado pela dinâmica do capitalismo, na qual inclui-se a degradação do ambiente e a supressão das distâncias, o que favoreceria o surgimento e a disseminação das doenças. Não obstante, a ocorrência de futuras epidemias também estaria no campo do possível, à medida que o capitalismo avança incessantemente:

Se conseguirmos nos livrar desta, outras epidemias aparecerão, enquanto continuar a destruição do meio ambiente, a transformação de todos os animais em mercadorias e a invasão das florestas pelo agronegócio. E quaisquer que sejam suas origens precisas em um ou outro ponto do planeta, enquanto continuar a globalização neoliberal e a movimentação incessante de mercadorias e de passageiros de um lugar para outro, elas se estenderão inevitavelmente pelo mundo inteiro. A multiplicação irracional do transporte marítimo e aéreo, resultado inevitável das políticas neoliberais de deslocalização da produção, é ao mesmo tempo uma fonte crescente de emissões de CO2 e um vetor de propagação do vírus. A crise sanitária e a crise ecológica estão intimamente associadas, são inseparáveis, e resultam da dinâmica de expansão ilimitada do capitalismo (Löwy, 2021, p. 49).

A consciência ecológica e a reflexão socialista levam Löwy a vislumbrar tanto o aprofundamento da catástrofe ambiental quanto a superação das condições que produzem a catástrofe a partir de um programa de ação. Em primeiro lugar, Löwy entende que as crises climáticas e ambientais deixaram de ser virtuais e possibilidades futuras e consistem agora no próprio presente:

Há alguns anos atrás, quando se falava dos perigos de catástrofes ecológicas, os autores se referiam ao futuro dos nossos netos ou bisnetos [...]. Agora, porém, o processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente e de mudança climática se

acelerou a tal ponto que não estamos mais discutindo um futuro a longo prazo. Estamos falando de processos que já estão em curso – a catástrofe já começou, esta é a realidade (Löwy, 2021, p. 49-50).

Em segundo lugar, é exatamente a partir dessa condição de crise que se tornou possível a construção de “um outro horizonte histórico, mais além do capitalismo”, isto é, o horizonte ecossocialista (Löwy, 2021, p. 51).

A pandemia de covid-19 foi, sem dúvidas, uma crise. Nesta seção, discutimos como alguns autores partiram desta crise para tentar vislumbrar diferentes futuros. Para tanto, em maior ou menor medida, deslocaram sua atenção desta pandemia específica para processos de duração mais ampla dos quais a pandemia faria parte como elemento exponencial ou catalisador. Mas o futuro otimista que tanto se esforçaram para construir – com maior ou menor ceticismo – anda lado a lado com uma outra forma de visualizar o sentido das doenças: enquanto catástrofes merecidas.

Em seu inflamado ensaio *AIDS e suas metáforas*, de 1988, Susan Sontag voltou-se contra a percepção de que o novo vírus do HIV foi enquadrado como o primeiro capítulo de uma nova era apocalíptica, como um eclipse do futuro e um vislumbre do fim do mundo. Este modo de interpretação se relaciona a um momento em que a história da humanidade, inclusive a história de suas atitudes em direção à natureza, deixa de ser fonte de inspiração e passa a ser um fardo a ser carregado (Traverso, 2022). Assim, segundo Sontag, “Se a AIDS ocupa parte tão grande de nossa consciência, é por ter sido interpretada como foi: o modelo exato de todas as catástrofes que as populações privilegiadas julgam que as esperam” (Sontag, 2007, p. 143). Ou seja, a catástrofe não era apenas iminente, mas era justa.

Isso implica em reconhecer que as projeções não são apenas técnicas, mas também impõe juízos morais à percepção e recepção da perspectiva de avanço da doença ao longo do tempo, no qual o ônus da catástrofe era justamente de suas vítimas. O que nos leva, então, a outro modelo proposto por Cronon, que também é útil para pensar as narrativas da covid-19: a de *natureza enquanto o outro demoníaco, enquanto o anjo vingador, enquanto retorno do reprimido*. Neste caso, os seres humanos são vistos como merecedores das catástrofes que os afligem. Os desastres aqui seriam uma resposta da natureza pelo mal que nós a causamos. Esse modo de enxergar o transcurso da natureza tem um forte eco no discurso ambientalista moderno, em suas manifestações moralistas e menos complexas (Cronon, 1996).

Porém, cabe notar que essa forma de enxergar os eventos “naturais” não é uma invenção do tempo presente. Mesmo no caso do nosso interesse específico, as doenças, também é recorrente seu enquadramento como punição: a literatura fornece diversos exemplos, da Bíblia a Édipo Rei. Mas se na tragédia grega o que fez a peste recair sobre Tebas foi uma transgressão em relação às normas sociais – o assassinato de Laio cometido por seu filho, Édipo – agora a natureza puniria transgressões éticas em relação ao mundo – em relação a ela mesma. Não apenas as doenças, mas os furacões, enchentes, terremotos e outras catástrofes também estão suscetíveis a esse tipo de metaforização. A ideia de que os humanos “mereciam” a covid-19 pela forma que estava tratando a Terra teve muita força no início da pandemia. Essas narrativas são mais simples e pouco explicativas, mas são percebidas como respostas fortes a eventos que causam muito sofrimento, mas trazem poucas explicações ou explicações entendidas como sem sentido. Afinal de contas, é possível que se explique que o movimento das placas tectônicas causou um terremoto ou a relação entre pressão atmosférica e temperatura dos oceanos que levou à formação de um ciclone tropical, mas ao sujeito que teve sua vida desfigurada pelo tremor ou pela tempestade não se explica com facilidade que a sua casa precisava ser a demolida, alguém o dirá que algo ele deve ter feito para merecê-lo. Essa ideia traz uma curiosa analogia com o que Raymond Williams (2011) chamou de natureza personificada na forma de *Ministra de Deus*, isto é, um modelo no qual a agência da natureza é guiada segundo leis absolutas e universais. Porém, agora este discurso se apresenta de forma secular:

Há uma clareza maravilhosamente atraente nessa maneira de pensar sobre a natureza, pois ela transforma o mundo não humano em um universo moral cujas parábolas e ensinamentos são notavelmente semelhantes aos de uma religião. Precisamos desses ensinamentos, pois eles dão sentido e valor às nossas vidas. Na medida em que o ambientalismo serve como uma espécie de religião secular para muitas pessoas no mundo moderno, ele é capaz de fazer um grande bem se puder nos ensinar as histórias, como as religiões frequentemente tentam fazer, que nos ajudarão a viver vidas melhores e mais responsáveis (Cronon, 1996, p. 50. Tradução própria).

É bem verdade que há muito tempo os seres humanos se apropriam dos recursos da Terra para a produção de riqueza como se infinitos fossem, de modo que a ideia de uma “vingança” do planeta parece plausível. Mas, quando confrontada com a complexidade do mundo social humano, essa narrativa encontra problemas para se sustentar. Se a covid-19 é uma vingança contra a exaustão dos recursos naturais, por que, para ficarmos apenas no Rio de Janeiro, essa vingança se voltou mais contra quem vivia nas favelas da Maré (20% de letalidade no começo de 2020), Gardênia Azul (31,3%)

e Rocinha (23,1%) do que contra quem vivia em nos bairros nobres de Leblon (5,4%) Ipanema (8,7%) e Botafogo (5,9%)¹⁶? Esse argumento pode ser estendido a outros casos: se as enchentes são uma vingança da natureza contra a destruição dos corpos d'água, por que quem mora próximo à bacia do Rio Acari sofre mais do que quem mora ao redor do Jardim de Alah e Lagoa Rodrigo de Freitas¹⁷? Isso não significa negar a relação entre as mudanças no clima e a ação humana ou entre o desenvolvimento do urbanismo e a disseminação de doenças. Mas não há nada de essencialista no percurso da pandemia, à medida em que ele também é determinado por desigualdades econômicas, de moradia e de acesso à saúde. O principal problema da narrativa da vingança da natureza é que ela eclipsa realidades sociais concretas do mundo humano e, contraditoriamente, exime as responsabilidades por essas realidades. Em última instância, se as sociedades humanas merecem a pandemia, então em alguma medida algumas pessoas merecem morrer, e isso não pode ser uma posição aceitável, pois deixa de preconizar um não-dualismo entre a agência humana e a não-humana para assumir uma posição algo ecocêntrica¹⁸.

Entre 2020 e 2022, o pensador Ailton Krenak, em intervenções distintas, tanto reforçou quanto criticou esta concepção. Em 2020, foi publicado *O amanhã não está à venda*, certamente um dos textos de maior repercussão dentre os que discutimos aqui. Consistia em um *ebook* organizado a partir de entrevistas concedidas em abril daquele ano. Krenak afirmou que os seres humanos são “piores que a Covid-19” e defendeu que a própria humanidade é tanto causadora como merecedora do vírus:

Quando a Covid-19 ataca os pulmões, o doente precisa de um respirador [...]. Quantas máquinas dessas vamos ter de fazer para 7 bilhões de pessoas no planeta? A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio [...], cria esse mundo maravilhoso para compartilhar e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser obra de uma mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante (Krenak, 2020, publicação eletrônica sem paginação).

Existe aqui a personificação de uma natureza que pune justamente porque é boa. A pandemia estaria impondo, assim, uma pedagogia moral à humanidade e revelando sua força. Um ponto fundamental para esta perspectiva é que não há alteridade entre natureza e sociedade no pensamento

¹⁶ Observatório De Favelas. Mapa social do Corona, 2020

¹⁷ O Rio Acari atravessa os bairros de Marechal Hermes, Barros Filho, Coelho Neto, Acari e Jardim América, na zona norte do Rio de Janeiro e, historicamente, suas cheias provocam enchentes devastadoras na região, invadindo casas e, ocasionalmente, provocando mortes.

¹⁸ Expressão tomada de empréstimo de Candace Slater, que define uma narrativa ecocêntrica como aquela “na qual os seres humanos se encontram forçados a interpretar um papel ambíguo e desacostumado de coadjuvante” (Slater, 1996, p. 116, tradução própria).

de Krenak, mas sim uma comunhão. Nesse sentido, a forma que Krenak enxerga a ação da natureza é produto da própria forma que o pensador enxerga o mundo em seu atual estado. Krenak também acredita que a humanidade há muito abusa da natureza e então a pandemia se torna imediatamente uma metáfora para a transmissão de seus argumentos. É interessante perceber que essa retórica só funciona em uma escala global completamente desvinculada de realidades concretas, pois localmente não explicaria o porquê da natureza ter escolhido começar, aparentemente, punindo a China e chegar ao Brasil punindo com mais força os mais pobres.

Este texto inspirou diversas outras intervenções que caminharam neste mesmo sentido. Embora o argumento da vingança da natureza tenha sido, em grande medida, abandonado conforme perdia capacidade de explicar o impacto da ação política na gestão da crise e na desigualdade social que a pandemia aumentou, ele permanece significativo de uma primeira reação ao que se vivia. Um exemplo de outro ensaio nesse sentido é *Construir paraquedas coloridos? Corona e os sonhos para além do apocalipse e da redenção*, do crítico literário Márcio Seligmann-Silva. O título é uma alusão a outro texto de Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*, de 2019, no qual o intelectual conclama que pensemos em construir “paraquedas coloridos” para desembarcar em outro mundo que não o confinado pelo pensamento ocidental, que é a forma de pensamento que leva todo o mundo para o fim. Nesse sentido, o texto vai de encontro com tantos outros aqui discutidos, isto é, busca encontrar saídas da crise em direção a um futuro mais sadio.

Seligmann-Silva argumenta que o surgimento do novo coronavírus é, em si mesmo, “resultado da destruição da biodiversidade” (2020, p. 26). Isso é muito diferente de afirmar, como o fez Michel Löwy, que o Antropoceno favorece o surgimento e, mais ainda, a disseminação de novas doenças, inclusive em termos de biodiversidade. Essa potencialidade ficou evidente no caso da gripe aviária (vírus influenza, subtipo H5N1) em 2006, pois as grandes granjas, que criam galinhas com pouca variabilidade genética, em escala industrial e confinadas, são verdadeiras facilitadoras para a transmissão do vírus entre os animais. É o que informa o material “A Gripe Aviária e as Aves Silvestres: Qual é seu papel verdadeiro em relação a propagação do vírus?”, elaborado na época pela Força-Tarefa Científica para Gripe Aviária, que incluía a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA):

O vírus se espalhou rapidamente por granjas da região aproveitando-se dos modos locais de alimentação, alojamento, abatimento e comércio de patos, frangos e gansos domésticos. A falta de higiene, o alojamento inadequado das aves e o convívio com outros animais domésticos aumentam grandemente o risco de propagação da infecção. A movimentação de pessoas (granjeiros, veterinários e até mesmo jornalistas e turistas) e o comércio tanto legal quanto ilegal de aves enjauladas são outros fatores que facilitam a propagação. Como resultado disso o vírus pode agora ser endêmico nas granjas avícolas do Leste e Sudeste da Ásia. A globalização tem levado a um movimento intensivo e extensivo de pessoas, produtos avícolas e materiais por todo o mundo em uma velocidade sem precedentes, o que possibilita maiores oportunidades de propagação do vírus.

Porém, ainda não está clara a maneira pela qual o SARS-CoV-2 se disseminou entre os humanos – e tampouco estava clara em abril de 2020, quando Seligmann-Silva escreveu esse texto. A hipótese de que o vírus tenha se transferido de morcegos da família *Rhinolophidae* para um hospedeiro intermediário e então aos seres humanos permanece uma hipótese que, apesar de ser a mais aceita, ainda é debatida, pois o caminho exato não pode ser traçado (Hao *et al.*, 2022; Jiang; Wang, 2022; Yoo, 2025). Ecólogos se preocuparam com a forma vulgar que essa hipótese foi disseminada: primeiro, porque tudo foi feito com muita certeza, segundo porque isso levou muitas pessoas a matarem morcegos com medo do vírus ou acreditarem em narrativas exageradas sobre o mercado de frutos do mar de Wuhan (Pereira; Bernard; Aguiar, 2020).

A relação entre controle de doenças e biodiversidade também existe, como, novamente, exemplifica o caso da gripe aviária. Porém, o autor não é capaz de demonstrar que houve alguma diminuição da biodiversidade na região em que o vírus se disseminou primeiro e que essa teria sido a causa do *spillover*, ou seja, da passagem do vírus de animais para humanos. Não é isso que está em debate nas investigações das origens do SARS-CoV-2. Trata-se de um uso impreciso de uma agenda – a defesa da biodiversidade – que adquiriu enorme força no discurso ambientalista, conforme cresceu a demanda por proteção de animais sob risco de extinção, mas muitos não se atentam ao que ela de fato quer dizer. É claro que não há um sentimento anti-China explícito no pensamento de Seligmann-Silva e trata-se de uma intervenção muito bem intencionada, mas também é verdade que ele carece de sentido histórico, ecológico e científico. Porém, sua argumentação é especialmente problemática quando se sugere que o vírus tenha surgido na China e as populações que vivem da criação e comércio de pequenos animais em Wuhan tenham sido globalmente culpabilizadas pelo novo coronavírus (Quinan; Araújo; Afonso, 2021). Assim, quando Seligmann-Silva afirma que a pandemia de covid-19 é “fruto da invasão desses habitats ricos em biodiversidade”, ele pode estar abrindo margem para a

condenação por “invasão” da natureza justamente aqueles cujo modo de vida não é, na verdade, distante das florestas, que deveriam, se seguirmos essa lógica, ser mantidas prismáticas e intocadas.

Este modo de vida que não abre a Caixa de Pandora das doenças é o que Seligmann-Silva acredita que corresponda ao dos indígenas americanos. O autor afirma que a cultura indígena “vive há milênios nas Américas sem nunca ter chegado à situação semelhante” (Seligmann-Silva, 2020, p. 22). Evidente que não, justamente porque as condições de disseminação das doenças não se encontravam como tal. É verdade que existe uma relação histórica entre as doenças vindas da Europa, como a varíola e a influenza, e o genocídio do povo indígena americano (Arnold, 1996). Ademais, a disseminação de doenças entre os indígenas continua fazendo parte dos ataques que essas comunidades sofrem no tempo presente, seja na contaminação dos rios com mercúrio do garimpo ou como nos casos de malária e anemia entre os yanomami neste século (Ramos; Oliveira; Rodrigues, 2020; Grenfell *et al.*, 2008). Porém, dizer que as populações indígenas convivem menos com doenças porque são “as grandes responsáveis pela conservação dos territórios da biodiversidade” é uma visão bastante limitada e romanceada da história indígena (Seligmann-Silva, 2020, p. 26). Não apenas os indígenas americanos conviviam com doenças infecciosas que ainda hoje fazem parte do nosso cotidiano, como a leishmaniose e a sífilis, como também desenvolveram uma medicina complexa para lidar com as doenças presentes em seu cotidiano. Na verdade, é difícil imaginar algum espaço habitado pela humanidade no qual ela não conviva com algum agente patógeno – como vírus, protozoários e bactérias –, quer ela esteja consciente disso ou não. Essa abstração só é possível a nível intelectual. No caso das bactérias, não é possível imaginar sequer a vida humana sem a sua presença (Haumann, 2020).

As ideias do autor se relacionam diretamente com aquilo que Candace Slater chamou de “narrativa edênica”, isto é, narrativas nas quais “uma natureza original e imaculada é perdida através de algum ato humano culpável que resulta em degradação ambiental e risco moral” (Cronon, 1996, p. 36). *A natureza como Éden* é o estágio anterior da ideia de natureza como anjo vingador que discutimos anteriormente. Segundo Slater, essas narrativas “destacam a nostalgia de um passado perfeito ou medos profundos de perdas contínuas. Tais histórias podem implicar esperanças de redescoberta do paraíso (a recuperação, por exemplo, de um estado original de inocência e abundância por meio de um retorno à natureza)” (Slater, 1996, p. 116. Tradução própria.).

A crítica a esta perspectiva está bem colocada em outro texto do próprio Ailton Krenak, *Futuro Ancestral*, publicado em 2022 e organizado a partir de falas do autor proferidas entre 2020 e 2021. Em um capítulo dedicado à pandemia, Krenak coloca:

Em uma oportunidade que tive de tecer comentários sobre essa travessia, alguém me perguntou: “Ailton, a covid nos ensinou alguma coisa?”, e eu respondi: “Por que que você acha que ela deveria nos ensinar algo? A pandemia não vem para ensinar nada, mas para devastar nossas vidas. Se você está achando que alguém que vem para te matar vai te ensinar algo [...]. Os brancos que me perdoem, mas eu não sei de onde vem essa mentalidade de que o sofrimento ensina alguma coisa (Krenak, 2022, p. 47-48).

É bem verdade que essa retórica tem raízes profundas no pensamento ocidental, mas ela não deixou de ecoar primeiro na forma de um discurso ambientalista moralista e depois na forma de uma moral decolonial – como o próprio Krenak fez nos primeiros meses de 2020 e também Seligmann-Silva.

Em que pese essa contradição, *Futuro Ancestral* merece atenção a partir das ideias que traz em si mesmo. O texto consiste em uma intervenção crítica ao modo de vida das cidades ocidentais, que Krenak entende como expressões do capitalismo que destrói o planeta. Se essa é a expressão que ameaça o futuro, a proposta de Krenak é fortalecer outras, não necessariamente novas, mas as que já estavam aqui, as ancestrais, pois elas representariam formas possíveis de existir na Terra em comunhão com tudo que nela habita. Ou seja, o futuro desejável é representado como memória do passado. Krenak coloca-se como crítico ao antropocentrismo, pois este modo de entender a relação homem-natureza é que permitiria a desconsideração pelo planeta e, conseqüentemente, a exploração desenfreada de seus recursos. Para Krenak, é preciso pensar em “narrativas de mundo” para além das quais “só o humano age” e, assim, “silencia todas as outras presenças” (Krenak, 2022, p. 37). O ambiente que silencia as outras presenças é a cidade ocidental capitalista, que se afirma na modernidade como ambiente sanitário e higiênico, em oposição à floresta:

A cultura sanitarista [...] entra com a seguinte lógica: sanear é urbanizar, urbanizar é sanear. [...] Nessa direção, a floresta, os bosques, os ecossistemas vivos, com sua capacidade óbvia de produzir vida e também vírus, vão se constituir em lugares que devem ser cercados para não contaminarem as cidades (Krenak, 2022, p. 60-61).

A floresta em *Futuro Ancestral* é um ambiente complexo, que contém múltiplas potencialidades de existência. Krenak tece, assim, uma crítica pungente à ideia de natureza como outro, conclamando

para a experiência do que chama de vida selvagem, isto é, um modo experienciar a natureza em simbiose com a humanidade, inclusive no espaço urbano. Nesse sentido, o que está colocado não é uma reação completa ao urbano em qualquer forma, mas o seguinte desafio: “Como reconverter o tecido urbano natural em tecido urbano industrial, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro?” (Krenak, 2022, p. 66).

Considerações finais

Se a pandemia pôde ser interpretada como parte de processos tão distintos, é porque a fragmentação, em relação ao passado, deste presente da urgência e da catástrofe é, ainda, de difícil entendimento. Mais difícil do que compreender, plenamente, o que se passa, nesta época marcada pela aceleração, é figurar futuros que não o da catástrofe. Essa foi a tarefa à qual se colocaram muitos intelectuais brasileiros. Os muitos usos do passado que discutimos aqui caminham para diferentes futuros, que aparecem opacos no horizonte de expectativas rebaixado, mas que têm em comum o fato de que este presente consiste cada vez mais em uma experiência intolerável e, talvez sobretudo, inaceitável.

Se a pandemia consistiu em uma novidade do ponto de vista de sua magnitude planetária, as ideias em torno dela não surgiram “do nada” e, por vezes, consistiam em reelaborações de concepções de longínqua raiz histórica, muitas vezes problemáticas. Se for verdade que, conforme se estabelece o Antropoceno, conviveremos cada vez mais com epidemias e pandemias, é importante que os historiadores complexifiquem seus conhecimentos sobre suas propriedades. Isso não significa recorrer às ciências naturais como explicação neutra e objetiva para os processos históricos – também a escrita das ciências médicas e biológicas possuem sua historicidade e suas relações com a sociedade, a cultura e o poder –, mas sim expandir seus horizontes para um diálogo mais criativo com as ciências naturais e menos binária em relação ao conhecimento humano.

Referências

- ALMEIDA, H.; SESQUIM, I.; RODRIGUES, T. (Org.). *Escritas do isolamento: afetos e distâncias na pandemia da Covid-19*. São Paulo: Ape’Ku, 2023.
- ARNOLD, D. *The problem of nature: Environment, culture and European expansion*. Oxford; Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

- ARNOLD, D. *Pandemic India: From Cholera to Covid-19*. Londres: Hurst Publishers, 2022.
- SILVEIRA, C.; SOUZA, L. Memória do capitalismo como ausência: um estudo a partir da pandemia de Covid-19 e do Memorial Inumeráveis. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 17, p. 1–30, 2024.
- BUTLER, J. Judith Butler sobre a Covid-19: O capitalismo tem seus limites. *Blog da Boitempo*. Acesso em 5 ago. 2025. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>>.
- BOLSONARO afirma que Mandetta divulgou números “fictícios” da Covid-19. *CNN Brasil*. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-mandetta-divulgou-numeros-ficticios-da-covid-19/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- CRONON, W. Introduction: in search of nature. In: CRONON, William (org.). *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1996, p. 23-68.
- CRONON, W. A Place for Stories: Nature, History, and Narrative. *The Journal of American History*, v. 78, n. 4, p. 1347–1376, mar. 1992.
- FERRARI, I. W. et al. “Tratamento precoce”, vacinação e negacionismo: quem são os Médicos pela Vida no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 11, p. 4213–4213, 17 out. 2022.
- FORÇA-TAREFA CIENTÍFICA PARA GRIPE AVIÁRIA. *A Gripe Aviária e as Aves Silvestres: Qual é seu papel verdadeiro em relação a propagação do vírus?*, 2006.
- GRENFELL, P. et al. Anaemia and malaria in Yanomami communities with differing access to healthcare. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, v. 102, n. 7, p. 645-652, 2008.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, F. *Crer em história*. Autêntica: Belo Horizonte, 2017.
- HAO, Y. et al. The origins of COVID-19 pandemic: A brief overview. *Transboundary and emerging diseases*, v. 69, n. 6, p. 3181-3197, 2022.
- HAUMANN, S. Viruses, Practices and Perception. *Journal for the History of Environment and Society*, v. 5, p. 151–158, jan. 2020.
- IEGELSKI, F. La historia frente al surgimiento de nuevos presentes. *Ariadna Histórica*, v. 13, 2024, pp. 167–191
- JIANG, X.; WANG, R.. Wildlife trade is likely the source of SARS-CoV-2. *Science*, v. 377, n. 6609, p. 925-926, 2022.

- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LÖWY, M. *O que é o Ecosocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.
- LÖWY, M. Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecosocialista. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 48, 2021.
- MACIEL, A. C.; FERREIRA, J. F.. Tempo e trauma: considerações sobre a urgência do testemunho e as temporalidades da pandemia. In: VARGAS, M.; CALDAS, P.; CORREIA, S. (org.) *Testemunho e escrita da história: da Grande Guerra à pandemia da Covid-19*. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 145-155.
- MAIA, A.C.N.; SILVA, R.H.A.. A sirene que não toca: memórias sobre ruínas e desocupação de uma cidade mineradora. *História Oral*, v. 22, n. 2, p. 58-73, 2020.
- MAIA, A.C.N.; CASA NOVA, V. (org.). *Arquivo pandemia: volume 1 e 2*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- MAIA, A.C.N.; MENDES JUNIOR, G. B. A. Como adiar o fim do mundo? Extrema direita, desindustrialização nociva e crise ambiental. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 45, n. 1, p. 39-52, 2024.
- MARINO, I. K.; SILVEIRA P.; NICODEMO, T. Arquivo, memória e Big Data: Uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, [S. l.], v. 11, n. 01, p. 90–103, 2020.
- MARTELLO, A. Guedes diz que chinês inventou vírus da Covid e que vacina do país é “menos efetiva” que a dos EUA. *Portal G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-chines-inventou-virus-da-covid-e-que-vacina-do-pais-e-menos-efetiva-que-a-dos-eua.ghtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- MASCARO, A. *Crise e pandemia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- MILITÃO, E. Sem provas, Bolsonaro cita vírus de laboratório e lança dúvida sobre China. *UOL Notícias*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/05/bolsonaro-virus-china.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Covid-19: casos e óbitos*. Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em 05 ago. 2025.

MURAKAWA, F. Bolsonaro ataca China e mente sobre pandemia e vacinas em culto em Goiás. *Valor Econômico*. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/06/09/bolsonaro-ataca-china-e-mente-sobre-pandemia-e-vacinas-em-culto-em-gois.ghtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

NASH, L. Writing Histories of Disease and Environment in the Age of the Anthropocene. *Environmental History*, v. 20, n. 4, p. 796-804, 2015.

NELKIN, D.; GILMAN, S. L. Placing blame for devastating disease. *Social research*, p. 361-378, 1988.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *Mapa social do Corona*, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE. *El estado del clima en América Latina y el Caribe 2020*, 2021.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PÁDUA, J. A.; SARAMAGO, V. O Antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 24, n. 54, p. 659–669, 1 set. 2023.

PEREIRA, M. J. R.; BERNARD, E.; AGUIAR, L. M. S. Bats and COVID-19: villains or victims?. *Biota Neotropica*, v. 20, n. 3, p. e20201055, 2020.

QUEIROGA, L. Bolsonaro contraria autoridades de Saúde e afirma que infecção por Covid-19 é “mais eficaz” do que vacinação. *Jornal O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-contraria-autoridades-de-saude-afirma-que-infeccao-por-covid-19-mais-eficaz-do-que-vacinacao-25066354>>.

QUINAN, R.; ARAUJO, M.; DE ALBUQUERQUE, A. Culpa é da China! *Revista ECO-Pós*, v. 24, n. 2, p. 151–174, 30 nov. 2021.

RAMOS, A. R. A.; OLIVEIRA, K.A.; RODRIGUES, F.S.. Mercúrio nos garimpos da terra indígena Yanomami e responsabilidades. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, p. e03262, 2020.

RODEGHERO, C. S.; WEIMER, R.. Pode a história oral ajudar a adiar o fim do mundo? Covid-19: tempo, testemunho e história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p.472-491, set-dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210303>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ROUSSO, H. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SELIGMANN-SILVA, M.. Construir paraquedas coloridos? Corona e os sonhos para além do apocalipse e da redenção. In: MAIA, A.C.N.; CASA NOVA, V. (orgs.). *Arquivo pandemia: diários íntimos*,

recortes poéticos, históricos, geográficos, políticos, antropológicos, artísticos, psicossociais do isolamento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

SENADO FEDERAL. *CPI da pandemia: relatório final.* Brasília: Senado Federal, 26 out. 2021.

SHELLER, F.; SILVA, C. Indústrias definem “novo normal” ao retomar atividades. *Estadão*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240420140320/https://www.estadao.com.br/economia/industria-s-definem-novo-normal-ao-retomar-atividades/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SCHWARCZ, L. M. *Quando acaba o século XX.* São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, M. F. *et al.* Ageismo contra idosos no contexto da pandemia da covid-19: uma revisão integrativa. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 4, 5 abr. 2021.

SLATER, C. Amazonia as edenic narrative. In: CRONON, W. (org.). *Uncommon ground: rethinking the human place in nature.* Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1996, p. 114-131.

SONTAG, S. *Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TURIN, R. Tempos pandêmicos e cronopolíticas. In: PELBART, P.; FERNANDES, R. (Org.). *Pandemia Crítica - Outono.* 1ed.São Paulo: N-1, 2021, v. 1, p. 326-330.

TRAVERSO, E. *Left-wing melancholia: Marxism, history, and memory.* Nova Iorque: Columbia University Press, 2016.

TURIN, R. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 24, n. 54, p. 703-724, 2023.

TV SENADO. *CPI da Pandemia ouve Mandetta, ex-ministro da Saúde - 4/5/2021.* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qIF8_FarAZs. Acesso em: 5 ago. 2025

WILLIAMS, R. Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e materialismo.* São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 89-114.

YOO, J. On the Controversies Surrounding the Lab-Leak Theory of COVID-19. *Journal of Korean Medical Science*, v. 40, n. 16, 2025.

A a-ideologia enquanto ferramenta do Negacionismo histórico: princesa Isabel e a abolição na segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*

A-ideology as a tool of historical denialism: Princess Isabel and abolition in the second season of the Politically incorrect guide to the history of Brazil

Caio Santos Melo

Graduando em História

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

caiosantosmelo013@gmail.com

Recebido: 18/08/2025

Aprovado: 21/02/2026

Resumo: O artigo propõe a análise do episódio a respeito de Isabel e a abolição da escravidão na segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, com o fim compreender a contradição entre o pressuposto posicionamento imparcial e as aparentes ideologias que o pautam. Para isso, nos apoiaremos na reflexão levantada por Alyne Costa (2021), que determina a impossibilidade de uma ciência humana a-ideológica e desinteressada politicamente. Além disso, partiremos da premissa de Keith Kahn-Harris (2018) quanto a possibilidade de extração dos desejos obscuros dentro das argumentações negacionistas. Assim, a retórica dos participantes do episódio será problematizada com o intuito de conferir a permanência de um negacionismo histórico que orienta a narrativa apresentada.

Palavras-chave: História do Brasil; Ideologia; Negacionismo.

Abstract: This article analyzes the episode about Isabel and the abolition of slavery in the second season of the *Politically Incorrect Guide to the History of Brazil*, aiming to understand the contradiction between the assumed impartial stance and its apparent ideologies. To this end, we will sustain on the insight raised by Alyne Costa (2021), who establishes the impossibility of an a-ideological and politically disinterested human science. Furthermore, we will build on Keith Kahn-Harris's (2018) premise regarding the possibility of extracting the dark desires within denialist arguments. Thus, we will

problematize the rhetoric of the episode's participants in order to confirm the permanence of a historical denialism that guides the presented narrative

Keywords: History of Brazil; Ideology; Denialism.

Introdução

O *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* foi uma produção de grande impacto durante seu lançamento e que repercute até hoje. Com um livro¹ lançado em 2009 por Leandro Narloch e uma versão em documentário² de 2017 pelo Canal History Brasil, a obra se utiliza de argumentos e narrativas aparentemente comuns, porém com profundas intenções e negacionismos. Na lista de reprodução do Youtube intitulada *BRASIL COM Z | GULA POLITICAMENTE INCORRETO | EPISÓDIO 1*³, há vídeos carregados com essas narrativas negacionistas. Temos, por exemplo, o vídeo *OS PORTUGUESES SALVARAM O PAU BRASIL? | BRASIL COM Z | GULA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*⁴, em que dizem que os indígenas aprenderam a preservar a natureza com os portugueses, cuja preocupação com o Pau-Brasil foi o que o salvou da extinção pelas mãos dos nativos. Ou, então, ainda sobre os indígenas, no vídeo *OS ÍNDIOS NÃO CUIDAVAM DA NATUREZA | BRASIL COM Z | GULA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*⁵, Leandro Narloch diz ao 01min20s que, “Pra quem vive cercado pelo mato, sem saída, o seu grande sonho é transformar tudo aquilo em um estacionamento de shopping”. Falas como essas, que estão aos montes neste “guia”, buscam uma única coisa: polemizar a História. Assim como bem explica

¹ Para se ter noção do sucesso dessa empreitada dentro da História pública, o livro recebeu nova edição em 2019, em comemoração aos mais de 1 milhão de exemplares vendidos. Narloch, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Disponível em:

<https://leandronarloch.com/guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

² Quanto ao documentário, não temos acesso aos números referentes à sua exibição original, já que se trata de uma obra de um canal de televisão por assinatura, contando com poucos cortes disponíveis no Youtube dos quais não contam com mais de 20.000 visualizações em média por vídeo. Porém, podemos considerá-la também um sucesso de audiência quando levamos em conta a produção, anos depois, de sua segunda temporada, que será o objeto de estudo dessa pesquisa.

³ Disponível em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE>. Acesso em: 04 dez. 2025.

⁴ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=hiOC61obXCI&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=9>. Acesso em: 04 dez. 2025.

⁵ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dbaASBbgErl&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=4>. Acesso em: 04 dez. 2025.

Oliveira (2023, p. 16), o que querem é engajar o público através de afirmações infundadas e tendenciosas em prol do lucro que esses discursos podem gerar, assim como o cumprimento de uma agenda política pautada no desmonte de direitos civis e sociais conquistados a partir da redemocratização do Brasil até nossa contemporaneidade.

Digo que buscam a polemização da História me baseando no próprio documentário. Nessa mesma lista de reprodução do *Youtube*, há na finalização de alguns dos vídeos a seguinte frase: “Quer mais polêmica? Assista outros vídeos de *Guia politicamente incorreto* em nosso YouTube.”, como é no caso do vídeo intitulado *A BANANA NÃO É NOSSA | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*⁶ aos 03min18s. É na polêmica que a obra se sustentou e é nela que ela sucumbiu. Tanto na academia com trabalhos como o de Oliveira (2023) e Meneses (2019) quanto na imprensa com artigos como *Um guia para o ‘Guia Politicamente Incorreto’ da história do Brasil* da revista Carta Capital e, também, *O legado nefasto do “politicamente incorreto”* de Célio Martins na *Gazeta do Povo* consideram o livro de Leandro Narloch e sua adaptação em documentário pelo *Canal History Brasil* como negacionista.

Ganham a atenção dos leitores e telespectadores através da política de choque do politicamente incorreto, assim como bem explica Camila Rocha (2022, p. 57-58) em seu artigo intitulado *Influenciadores digitais e a extrema direita brasileira*. Tal artifício é aplicado para chamar a atenção dentro do debate público através do choque. A política de choque não é exclusiva de nenhum grupo ou ideologia, já que é praticada, sobretudo, pelos grupos marginalizados publicamente que veem o emprego do choque como único ponto de apoio para receberem sua desejada notoriedade.

O politicamente incorreto, no entanto, é percebido como uma tendência dos direitistas para angariarem um público conservador desgostoso dos avanços institucionais acerca dos grupos socialmente fragilizados. Com a “isca” do choque lançada, o negacionismo já está no lucro no momento em que ele é cogitado pelo público. Se ele “fisgar” o sujeito com seu discurso, ótimo, se não, ótimo também. Se antes, sem o emprego do choque, essa narrativa que está sendo vendida nem sequer

⁶ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=nfKIb-X4fyg&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=11>. Acesso em: 04 dez. 2025.

seria apresentada pelas mídias, só de ser aparecer como uma alternativa possível para a versão tradicional já é uma grande vitória.

Em entrevistas para diversos veículos de comunicação, como no caso do site *Guia do Estudante*, no artigo “*Sou contra a visão maniqueísta de história dividida em vilões e heróis*”, diz Leandro Narloch, Narloch fala que “o que é ensinado nas escolas é muito simplista [...] uma luta sempre entre mocinhos e bandidos”. Assim, ele se propõe a escrever uma História que traz uma maior complexidade a esses personagens históricos, baseando-se na chamada Nova História dos anos 1980-90. O problema disso, no entanto, é que o Guia abusa dessa nova historiografia, ou seja, o que fizeram foi trazer argumentos historicamente incoerentes e tendenciosos; falsearam e negaram a História (OLIVEIRA, 2023).

Após todas as críticas direcionadas à produção, o *History* divulgou sua segunda temporada em 2020 com a apresentação de Eduardo Bueno no lugar do *youtuber* Felipe Castanhari. O vídeo intitulado *As diferenças do Politicamente Correto x Incorreto | GULA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*⁷ traz uma reformulação do projeto. Aos 02min10s o apresentador explica que o politicamente correto nasceu e se atrelou à esquerda política, assim como a reação para isto, o nascimento do politicamente incorreto à direita. Aos 03min30s, ele diz que a segunda temporada é pensada a evitar a polarização de ideologias; que o que querem é entender a verticalidade das coisas, “o que está levando o Brasil para cima ou para baixo”.

Nesse viés, é importante abordar a questão da polarização de ideologias, tão presente nos debates atuais, o “algoz” da primeira temporada do guia. A leitura apresentada pelo canal *History* da polarização das ideologias de fato é real. Tanto o politicamente correto quanto o incorreto foram fortemente atrelados às agendas políticas tanto da esquerda quanto da direita respectivamente. Assim, aos 00min50s do mesmo vídeo, Bueno diz que o politicamente correto foi se tornando cada vez mais inquisitorial, uma “patrulha ideológica”. Ao mesmo tempo, como diz Bueno aos 01min45s, o politicamente incorreto começou a se exceder. Assim, no artigo jornalístico *‘Politicamente correto’ versus ‘politicamente incorreto’*, Ladeira (2014) explica que o “politicamente incorreto” é uma forma de expressão que procura externalizar os preconceitos sociais sem receios de nenhuma ordem.”.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VDYKWbNvyLI>. Acesso em: 03 jan. 2025.

Assim, consideramos que essa expressão de ódio do politicamente incorreto é pautada justamente no descompromisso com temas sérios e/ou sensíveis, almejando, com isso, apenas o humor ácido e a polêmica (Rocha, 2022, p. 58). Dessa forma, podemos perceber o emprego do termo “politicamente incorreto” ao título da produção como um descompromisso com a seriedade da discussão. O objetivo do termo para além da “História por outra ótica” é a venda de um produto a um público que se interessa mais pela chacota e polêmica do que o debate ponderado e sóbrio.

Não pretendo, por meio disso, alegar que o ideal seja a produção de uma História politicamente correta. Essas alcunhas são criadas apenas para rotular e limitar a margem de ação dos debates necessários. Quando nos referimos à História, o que devemos fazer é nos despirmos de qualquer preconceito existente, de qualquer linha de pensamento pré-estabelecido em nossas mentes e nos agarrarmos à análise mais crua e sóbria possível. É evidente, porém, que esse nível de objetividade é impossível; toda produção humana possui traços da ideologia de seu criador. Nesse sentido, resalto esse preceito pelo fato de o “Guia”, apesar de se vender justamente como essa “verdade factual e científica”, traz o termo atrelado à direita, assim como críticas contundentes aos “professores esquerdistas”, demonstrando assim seu veio ideológico.

Dessa forma, para além das aparentes disputas ideológicas do politicamente correto e incorreto pautadas pelo vídeo de divulgação da segunda temporada, é necessário um passo adiante na discussão. A alegação de uma segunda temporada despolarizada (ou a-ideológica) e verticalizada soa contraditório, já que o termo associado à direita, o “politicamente incorreto”, continua sendo empregado ao título do documentário. Sendo assim, partiremos para o tópico respectivo ao referencial teórico e metodológico que sustentará nossa problematização e hipótese dentro deste artigo.

Da fundamentação teórica e metodológica

Primordialmente, sobre a intenção do “guia” ser uma obra a-ideológica e verticalizada, baseio-me na análise de Alyne Costa (2021, p. 67) quanto à suposta ciência neutra e desinteressada com a conjuntura política existente. A dicotomia ocidental da ciência versus natureza leva a ciência como o único meio “capaz de acessar a realidade objetiva do mundo, todo o resto ficando sujeito às controvérsias e disputas políticas” (Costa, 2021, p. 67). O problema percebido nessa suposta neutralidade consiste, no entanto, na natureza dos temas da História. Em um contexto cuja análise de ciência e política se confundem constantemente, é impossível uma delimitação clara entre ambas.

Sendo assim, é inconcebível a afirmação de uma prática despolarizada, a-ideológica e verticalizada. Ademais, a questão da verticalidade também é um problema a se atentar, já que Costa (2021, p. 71) percebe que conceitos nesse sentido fazem parte da chamada crise da verdade, questão essa que será discutida posteriormente neste artigo no tópico *O episódio*.

Surge dessas contradições, portanto, uma pergunta: será que essa nova produção é realmente despolarizada e a-ideológica ou ainda há resquícios de uma narrativa voltada à validação de uma direita “politicamente incorreta”, assim como foi o caso do livro original e da primeira temporada? Para perceber tais resquícios, problematizarei algumas questões apresentadas pelo documentário que me soam equivocadas e/ou tendenciosas, assim como historicamente incoerentes. Ao fim destas análises, para além da resposta obtida, o que nos restará a indagar é: será que o documentário continua com seu cunho negacionista presente na obra impressa e na primeira temporada, ou agora sua narrativa realmente se demonstrou a-ideológica como se fazem pretender?

Decorrente de tais indagações, consideramos como objetivo desse artigo a verificação do cumprimento da proposta da obra em ser despolitizada e a-ideológica. A hipótese levantada é a de que é possível perceber traços ideológicos disfarçados de conhecimento histórico factual, o que nos leva a analisar o caráter negacionista de tais falas, ou seja, traços da negação da existência de interesses ideológicos através da suposta verdade científica. Sustentamos essa hipótese, sobretudo, a partir da concepção de Costa (2021, p. 67) acerca da impraticabilidade de um discurso científico totalmente sem ideologia, visto a tarefa aparentemente impossível de desvincular a política da ciência. Nesse sentido, mostra-se importante a discussão das formas de expressão negacionistas através do discurso supostamente sem viés ideológico, o que põe em risco as bases da democracia contemporânea.

Seguindo desse ponto, torna-se importante a elucidação acerca do que é o negacionismo. Partimos da definição apontada por Valim, Avelar e Bevernage (2021, p. 14), que iniciam com a ideia de Rousso que compreende o negacionismo como “uma modalidade discursiva, um modo de representação do passado e de percepção do presente” (Rousso, 2020, p. xiii). Os autores seguem sugerindo que

o negacionismo histórico pode ser pensado como um mosaico de falas, práticas e representações mobilizadas com o objetivo de legitimar certas leituras dos nossos passados sensíveis – sobretudo de suas violências, seus extermínios e dominação dos mais vulneráveis (Valim; Avelar; Bevernage, 2021, p. 15).

Dessa forma, compreendemos que o enfoque do negacionismo está na legitimação de leituras de um passado sensível. Em outras palavras, a preocupação do negacionismo está no controle da discussão relativa aos passados traumáticos que possuem suas continuidades em nossa contemporaneidade, como no caso do Holocausto, escravidão ou colonização.

Assim, a dúvida que surge é: por que o interesse em disputar por um passado sensível? Bem, como explica Kahn-Harris “o negacionismo atua a serviço de muitas causas políticas e sociais” (Kahn-Harris, 2018, p. 74. Tradução minha)⁸. Portanto, compreendemos que a chave de leitura deste passado determina qual será a abordagem do presente. Percebemos um exemplo claro dessa funcionalidade política e social quando Oliveira (2023, p. 10) escreve justamente sobre o livro de Leandro Narloch, o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* e sua primeira temporada no formato de documentário. Nesse, Narloch subverte toda a tese de João José Reis e Eduardo Silva (1989) acerca das negociações e conflitos entre a população negra e branca no Brasil para criar uma realidade em que inexistem violências e conflitos estruturais, buscando eximir a sociedade atual da ideia de dívida histórica e, portanto, das políticas públicas de reparação social. Essa subversão é, por sua vez, algo muito bem-quisto por parcelas conservadoras da sociedade, cujo interesse na História está na narrativa que sustenta sua posição social privilegiada; este é o público que Narloch busca dialogar.

Consideramos, portanto, que esse artigo surge da necessidade de tornar mais palpável o contemporâneo problema do abuso historiográfico e do negacionismo histórico, tema ainda em estágios mais iniciais quando comparado com o restante das áreas da História. Felizmente, autores e trabalhos recentes tomaram frente em relação à dimensão prática e pública da História. A exemplo destes, temos o já citado artigo produzido por Rodrigo Perez Oliveira em 2023, intitulado *Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do Guia politicamente incorreto da história do Brasil*; temos também, *Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade*, escrito por Sônia Meneses; e também, *Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto*, por Eduardo Wright Cardoso. Todas essas obras foram inspirações para esse trabalho, já que demonstram muito bem a problemática do negacionismo histórico que paira sobre a História pública.

⁸ Citação original: “(...) denialism acts in the service of many political and social causes (...)” (Kahn-Harris, 2018, p. 74).

No que tange à metodologia, partirei da prática utilizada por Keith Kahn-Harris em seu livro intitulado *Denial: The Unspeakable Truth*. Neste, o autor busca demonstrar que, ao extrair momentos de “quase reconhecimento das palavras dos negacionistas, é possível (re)construir uma alternativa do negacionista.” (Kahn-Harris, 2018, p. 88. Tradução minha)⁹. Por “alternativa do negacionista”, o autor expõe a capacidade do sujeito de esconder suas reais intenções em suas falas a partir de diversas escolhas linguísticas possíveis. Assim,

Ao libertar esses fragmentos de desejo puro da ofuscação negacionista, demonstro que a alternativa do negacionista está tentadoramente à vista. [...] Quando tomados individualmente, no contexto da obra de um único negacionista, eles poderiam facilmente passar despercebidos. Quando compilados coletivamente, eles se constroem em algo inconfundível (Kahn-Harris, 2018, p. 88. Tradução minha)¹⁰.

No entanto, para que seja possível essa (re)construção da alternativa negacionista, ironicamente estaremos

praticando a arte negacionista da ‘mineração de citações’. [...] No entanto, enquanto a mineração de citações negacionista envolve tirar palavras do contexto para sustentar uma conclusão que aqueles que as escreveram ou falaram jamais apoiariam, a minha própria mineração de citações visa fazer o oposto: no negacionismo, é apenas em momentos isolados que toda a força do desejo deles pode ser articulado (Kahn-Harris, 2018, p. 88. Tradução minha)¹¹.

Partindo então dessa premissa levantada por Kahn-Harris, a análise realizada acerca do episódio sobre Isabel e a abolição da segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* contou justamente com essa prática da mineração de citações. O intuito foi o de reunir falas problemáticas e potencialmente negacionistas e se debruçar em seu desvendamento. Assim, apesar da

⁹ Citação original: “near-acknowledgement from the words of denialists, it is possible to (re-)construct a denier’s alternative.” (Kahn-Harris, 2018, p. 88).

¹⁰ Citação original: “By liberating these fragments of naked desire from denialist obfuscation, I demonstrate that the denier’s alternative is tantalisingly within sight. I have woven these fragments together into a coherent argument. When taken individually, in the context of a single denialist’s oeuvre, they could easily be missed. When compiled collectively, they build into something unmistakable.” (Kahn-Harris, 2018, p. 88).

¹¹ Citação original: “I appear to be engaging in the denialist art of ‘quote-mining’. (...) Yet whereas denialist quote-mining involves taking words out of context in order to support a conclusion that those who wrote or spoke them would never support, my own quote-mining aims to do the opposite: in denialism, it is only in isolated moments that the full force of their desire can be articulated.” (Kahn-Harris, 2018, p. 88).

discussão permear no âmbito historiográfico, o objeto em enfoque neste artigo é a retórica do apresentador e entrevistados. Como eles abordam o passado sensível e para que?

Dessa forma, analisarei o episódio a respeito da participação da Princesa Isabel na abolição da escravidão no Brasil em 1888. Me aterei a esse episódio dentre toda a segunda temporada, pois, devido à proposta desse artigo, a análise de toda a temporada não seria comportada em um pequeno trabalho, apenas. Sendo assim, parto do vídeo disponibilizado no *Youtube* pelo *Canal History Brasil*, intitulado *Guia Politicamente Incorreto | Maratona ao vivo | 4 episódios seguidos*¹². A minutagem do vídeo respectivo ao episódio analisado vai do 00h00min00s até 00h45min05s. Sendo assim, a seção que se segue tratará sobre “O episódio”, trazendo um panorama geral das problemáticas percebidas e que serão levantadas ao decorrer deste trabalho.

O episódio

Primeiramente, antes de tratarmos sobre o episódio em específico, vale nos voltarmos à pesquisa feita por Oliveira (2023) sobre seus antecessores, o livro e a primeira temporada do documentário, a fim de analisarmos as mudanças aparentes entre estes e o episódio sobre a Princesa Isabel e a abolição da escravidão nesta segunda temporada do guia.

Através de suas investigações, Oliveira (2023, p. 4) percebe que, o que torna o guia um perigoso material negacionista não é a rejeição sistemática do conhecimento histórico produzido pelas universidades, mas sim os usos abusivos dessa historiografia profissional em prol da legitimação de determinadas narrativas. A exemplo disso, o autor percebe em entrevistas de Narloch um posicionamento contrário às políticas de cotas, ferramenta vital para a democratização dos espaços públicos de nosso país. Suas falas e argumentos se sustentam, sobretudo, na Nova História dos anos 1980-90, cuja historiografia apresentava uma dinâmica pouco estudada até então, as negociações entre escravizados e indígenas com os luso-brasileiros brancos.

O problema dessa fundamentação de Narloch está justamente na deturpação que ele faz em prol de seus objetivos e vieses políticos; em vez de considerar a escravatura como um processo de múltiplas violências, ele ameniza a crueldade da escravidão com alegações de que inexistia violências

¹² O vídeo em questão conta, no momento da escrita desse artigo, com 553.979 mil visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9Hd-ie0fc8&t=2077s>. Acesso em: 08 dez. 2025.

físicas e conflitos estruturais, levando em conta unicamente o aspecto das negociações entre negros/indígenas com os brancos (Oliveira, 2023, p. 10). Falas nesse sentido trazem o esvaziamento do debate a respeito da necessidade das políticas reparatórias aos grupos historicamente prejudicados/oprimidos.

Partindo então desse contexto de abusos da historiografia, percebo que o episódio a respeito da participação da Princesa Isabel na abolição da escravidão em 1888 possui uma narrativa mais cuidadosa. A polêmica que deu a “cara” da primeira temporada não está mais tão aparente nesta nova edição. Consideramos isso graças à proposta de Kahn-Harris (2018, p. 88) a respeito da “alternativa negacionista”. A linguagem recorrente no episódio é mais sóbria quando comparado à excentricidade do livro e primeira temporada do documentário. Assim, o sentimento que o episódio transmite a quem assiste em um primeiro momento é o de um debate embasado em fontes e estudos confiáveis. No entanto, fica evidente que em certos pontos acontecem alguns esquecimentos e deturpações propositais, assim como abusos de determinadas informações. Nesse ponto, levantamos a hipótese do interesse político direitista conservador ainda se fazer presente na obra. Tal interesse busca atingir diversos setores da vida pública, assim como vemos anteriormente com o caso de Narloch com a questão das políticas afirmativas através da legitimação de certas visões dos passados sensíveis.

A fim de alcançar essa desejada legitimação de ideias, o documentário apresenta as informações de modo a corroborar com sua agenda. Nesse viés, ocorre também o abuso dessas informações, assim como o favorecimento das informações e narrativas que melhor sustentarão o viés defendido pela obra, trazendo assim certo tom à História. De forma mais aprofundada, esse tom da História empregado pelo “guia” advém tanto da narrativa quanto de seu formato audiovisual. Considerando que quem comunica intenta pelo convencimento do outrem, podemos concluir que todos os artifícios empregados pelo documentário partem a este fim. Nesse sentido, quando dizemos sobre a maneira pela qual as informações são apresentadas, nos referimos à construção imagética do documentário, seja por cortes, enquadramentos ou por ênfases em determinadas afirmações a fim da corroboração de certas narrativas expostas pelos entrevistados ou pelo próprio apresentador. Da mesma forma, o abuso das informações acontece pela tentativa de justificar a escolha narrativa delimitada pelo documentário, assim como veremos posteriormente neste artigo no tópico intitulado *O subalterno monarquista*. Ademais, o favorecimento de determinadas narrativas fica evidente no próximo tópico deste artigo, intitulado *O Esquecimento dos responsáveis pela escravidão*, já que, apesar da apresentação de

dois pontos de vista diferentes entre dois entrevistados, apenas um deles é discutido ao decorrer do documentário.

Além disso, percebemos também uma desvalorização do ensino escolar em prol das narrativas divulgadas pelas mídias digitais como possibilidades diferentes à tradicional escolar. Isso acontece, pois, como explicitado no início desse artigo, o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* se vende como uma alternativa para a falha e simples História escolar. A exemplo disso, temos a seguinte fala de Eduardo Bueno aos 02min26s: “Mas aqui, você vai aprender aquilo, atenção! Aquilo que não vai cair no ENEM. Para resumir, claro que a História da abolição é diferente dessa que te contaram.”. Assim, percebemos que o documentário indica aos telespectadores um desprezo pela História comumente ensinada pelas instituições de ensino tradicionais, o que reflete o ideário que concebeu a obra original. Esse posicionamento adotado deslegitima o conhecimento já adquirido pelo sujeito comum que está consumindo o guia, incentivando a deliberada aceitação dos novos fatos que irão “abrir sua mente”.

Nesse sentido, Ramos (2015)¹³ traz em sua pesquisa justamente a recepção de certo grupo de estudantes ao “guia” e seu suposto rompimento com a posição pré-existente das escolas. Para a autora, os alunos do ensino médio que participaram de seu trabalho demonstraram nos debates “a propensão de questionar, duvidar, negar e, por isso mesmo, interessa a tais sujeitos descobrir lapsos, rupturas, erros, “furos” da história que aprenderam no decorrer de sua escolarização” (Ramos, 2015, p. 361). Por conta dessa propensão, quando o “guia” afirma romper com a tradição escolar reproduzida pelos livros didáticos e professores, os alunos tendem a compreender “a argumentação deste livro como também “crítica” e, por isso mesmo, pertinente.” (Ramos, 2015, p. 361). No entanto, como já discutimos através de Oliveira (2023) e agora por Ramos (2015), a narrativa de Narloch utiliza a historiografia para legitimar suas percepções de mundo, suas próprias verdades que merecem o embate público em prol de suas pautas políticas. Dessa forma, quando percebemos que Bueno aborda a História escolar da mesma forma que as obras antecessoras, podemos considerar que não houve

¹³ No contexto de sua pesquisa, não havia o “guia” em outra versão que não o livro, porém, seu trabalho demonstra-se consistente ao passo que o discurso do “rompimento com a História escolar” continuou sendo apresentado através do documentário.

ruptura com a premissa original de Narloch sobre haver uma “verdade oculta” e a decorrente necessidade de um embate público para “atingir a verdade”.

Sobre a “verdade”, Shapin (2020, p. 311) percebe um ponto de disputa e tensão presente em todo o ambiente público. Cidadãos comuns compreendem o termo “crise da verdade”, mas não costumam sair dos campos já estabelecidos pela grande mídia: a questão das vacinas, aquecimento global, terraplanismo, etc. Há, porém, inúmeros temas incontestados, enquanto poucos são disputados pelo debate público. Assim, ele compreende que a verdade só entra em disputa quando há o interesse pela sua posse. Isso se dá pelo jogo de interesses políticos. Quem domina a verdade é o dono da narrativa. Decorrente a isso, seus interesses pessoais são atendidos e ele toma posse dos recursos que essa verdade lhe confere.

Nesse viés, quando percebemos que o documentário prega a posse de uma “verdade não contada”, fica nítido que há algum interesse escondido nesse discurso. Através dessa desconfiança e desprezo com o suposto conhecimento limitado do telespectador, eles agem. Dessa forma, os tópicos que vem a seguir dizem respeito à cada problema percebido e colocado para questionamento dentro da obra analisada. São eles: o deliberado esquecimento dos responsáveis pela escravidão no Brasil; a acusação de ilegitimidade do estado republicano brasileiro; a alegação de negros e indígenas serem partidários da monarquia portuguesa.

O Esquecimento dos responsáveis pela escravidão

O primeiro problema que abordarei é o deliberado esquecimento da responsabilidade tanto do Estado/família real quanto da Igreja Católica para a formação do regime escravocrata na América Portuguesa. Na verdade, mais do que esquecimento, o que acontece é o afastamento da culpa de ambas as instituições com o que veio a ser a escravidão moderna. Nesse sentido, nós nos voltamos para Kahn-Harris que afirma que “técnicas negacionistas abundam na busca criativa para afirmar ou negar a culpa.” (Kahn-Harris, 2018, p. 69. Tradução minha).

Aos 00h03min01s de episódio, Paulo Rezzutti¹⁴ diz que não houve imperadores brasileiros que eram escravocratas. Logo em sequência, a historiadora Valéria Gomes Costa¹⁵ diz que a Família Real não era abolicionista. Nesse momento há um embate de narrativas, dois entrevistados estão se contradizendo. Esse é um exemplo da tentativa de despolarização do documentário, dois pontos distintos sendo apresentados ao telespectador. O interessante nesse caso é observar como Rezzutti, um não especialista no assunto, ganha um destaque dentro da narrativa construída ao decorrer do episódio, ao passo que a participação de Costa, cujo campo de estudo e especialização é propriamente na História, contando também com um vasto currículo e titulação, fica apenas como um contraponto que não recebe o devido aprofundamento. Assim, como veremos ao decorrer desse trabalho, apesar de haver sim uma tentativa de despolarização das narrativas, torna-se nítido a presença de vieses e ideologias no documentário.

Dentro dessa contradição narrativa, a “falta” de ideologia do documentário dá espaço ao negacionismo ser cogitado pelo telespectador. Nesse caso, porém, não apenas cogitado, pois, como dito, o documentário nitidamente predileta pela narrativa de Rezzutti. Sua afirmação falseia a História para ganhar o apelo do público à sua causa, dando mais nitidez e forma a um projeto de subversão dos fatos em prol da conquista política de determinados grupos e setores. A fala do escritor é desonesta com a História brasileira. Como assim, os líderes de uma das maiores colônias/impérios escravocratas não eram escravocratas? Claro que seria possível considerar que havia sim imperadores abolicionistas, porém, assim como veremos no decorrer deste tópico, o suposto abolicionismo da família real não se mostrava além do discurso.

Perceba que acrescento a denominação de colônia para englobar a ação dos imperadores brasileiros. Por quê? Bem, para resgatar a ideia de continuidade histórica que é esquecida durante todo o episódio. Ele desconsidera a origem das questões em debate, fazendo aparentar que os imperadores brasileiros pouco ou nada tiveram a ver com o regime escravocrata. Assim, faz parecer que a escravidão

¹⁴ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e escritor da série de livros “A História não contada”. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/9358868/paulo-marcelo-rezzutti>. Acesso em: 28 dez. 2025. Curioso é a similaridade de Rezzutti com o viés de alternatividade do “guia” em relação à História escolar. Talvez esse seja um motivo para sua participação contundente na construção narrativa no episódio em questão.

¹⁵ Atualmente professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), graduou-se em História pela UFPE, especializou-se em ensino de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), defendeu seu mestrado pela UFPE e doutorou-se pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4364285/valeria-gomes-costa>. Acesso em: 28 dez. 2025.

é um problema que simplesmente existe e que não tem relação com os governantes ou a formação do Brasil. A realidade, porém, é que os antepassados desses imperadores brasileiros apontados por Rezzutti, os antigos imperadores portugueses, aqueles que lhes garantiram seus status de imperadores graças à sua linhagem sanguínea, foram aqueles que promoveram a escravidão no Brasil¹⁶.

A escravidão dos negros africanos foi utilizada pela coroa portuguesa como um meio barato e altamente rentável de mão de obra. Nesse sentido, quando percebemos a usufruição dessa mão de obra ainda nos tempos de D. Pedro I e II, pouco importa se eles eram escravocratas ou não; seu Império, seus súditos, cidadãos, ou quem quer que fosse, gerava lucros para a coroa por meio da escravidão.

Se não bastasse o deliberado e seletivo esquecimento da responsabilidade da coroa para com a escravidão, o que percebemos na fala de Paulo Rezzutti é uma informação distorcida que vem ganhando o grande público, sobretudo através das redes sociais, como o *Facebook* e *Whatsapp* (Videira; Bráulio, 2021). A problemática que se apresenta é: muitas pessoas exaltam a família real por não terem possuído escravizados, sendo assim um exemplo moral aos demais. Nesse sentido, o artigo produzido por Videira e Bráulio (2021) tem por fim verificar a autenticidade dessa afirmação histórica que ganhou a internet.

Através dessa iniciativa de verificação de informações históricas, podemos perceber que a afirmação da família real não possuir escravizados não passa de uma meia verdade mal-intencionada. Para Bráulio e Videira:

De fato, o imperador do Brasil e sua família não possuíam escravos particulares, **mas tinham o usufruto dos chamados “escravos da nação”** – homens e mulheres de origem africana que pertenciam ao Estado brasileiro, eram empregados em estabelecimentos públicos e podiam prestar serviços pessoais aos membros da corte (Videira; Bráulio, 2021. Grifo dos autores).

Ademais, há a presença registrada de mais de 2000 escravizados na Fazenda de Santa Cruz, residência de verão da família real. E ao contrário do que é perpassado pelos apoiadores da família real, muitos desses escravizados (para esses admiradores, alforriados e assalariados) eram bastante

¹⁶ Sobre a relação da coroa portuguesa com a escravidão nas colônias, ver: (Lara, 2000, p. 27-36). Sobre a manutenção da escravidão pós-independência, ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. p. 223-224. Rio de Janeiro, 2000. As tabelas apresentadas demonstram a permanência do tráfico de escravizados durante os anos de presença da família real em terras americanas, e, posteriormente, em território do Império do Brasil.

explorados e viviam em condições degradantes, longe de uma vida digna esperada para uma pessoa livre (Videira; Bráulio, 2021). Percebemos assim que Rezzutti abusa de meias-verdades em prol de suas próprias paixões. Ele falseia e nega a História.

Em adição a esse esquecimento promovido por Rezzutti, há também a questão da responsabilidade da Igreja Católica. Aos 00h16min00s do documentário, quando o debate está nos motivos da Princesa Isabel querer abolir a escravidão, Christyan Lynch¹⁷ diz que: “O que acontece é que ela começa a se tornar sensível ao movimento abolicionista. E ela é sensível ao movimento abolicionista, não porque ela é militante de esquerda. Ela é sensível da dimensão católica.”. Logo em seguida, aos 00h16min13s, o historiador Antônio Dutra¹⁸ diz que essa questão, para Isabel, dizia muito sobre a visão que ela tinha sobre seu próprio catolicismo, do qual seria “muito bem exemplificado por textos posteriores, inclusive na *Rerum Novarum*, que é essa preocupação social da Igreja”. Após isso, quase não há citações à Igreja Católica no documentário. Ou seja, a instituição aparece unicamente como um agente preocupado e contrário à escravidão no Brasil, ao passo que a fé católica foi a força motriz que levou às mudanças. A partir disso, cabe certa problematização quanto ao que realmente a Igreja Católica significou na História da escravidão no Brasil.

Sobre o *Rerum Novarum*, fonte citada por Antônio Dutra, este é um escrito do Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891, três anos depois da abolição da escravatura. Se não bastasse a incoerência cronológica dessa fonte quanto ao tema em debate, a citação a este documento não traz nada além da alegação de uma “preocupação social da Igreja”. Bem, de fato, o *Rerum Novarum* demonstra a

¹⁷ Lynch possui graduação em direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e mestrado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e doutorado em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Disponível em:

<https://www.escavador.com/sobre/4165269/christian-edward-cyril-lynch>. Acesso em: 28 dez. 2025. Por sua pesquisa abarcar a política e o direito em um contexto histórico brasileiro, tornou-se também autoridade no campo da História. Dentro da segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, Lynch não foi apenas um entrevistado, já que ocupa o cargo de consultor histórico. Nesse sentido, quando discutimos a problemática em torno da narrativa histórica apresentada pelo guia, podemos apontar Lynch como uma das mentes por trás dessa construção. Não obstante, ao decorrer deste trabalho, ficará perceptível o viés histórico defendido pelo consultor histórico. Sobre o cargo de consultoria histórica de Lynch, ver: *Com nova proposta, Guia Politicamente Incorreto retorna ao History em segunda temporada*. Disponível em: https://presscomunica.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Release_Guia-Temp-2.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 dez. 2025.

¹⁸ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998), é especialista em Relações Internacionais (Pós-Graduação Lato sensu em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes - 2009), Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio (2013), e Doutorado em Ciência Política (IESP-UERJ) em 2019. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/922108/antonio-marcos-dutra-da-silva>. Acesso em: 28 dez. 2025.

preocupação social da Igreja, porém, o que Dutra não fala é que este se diz destinado a discutir “Sobre as condições dos operários” (Leão XIII, 1891, p. 1). O que está sendo abordado nessa carta encíclica não contempla o Brasil, já que a questão apontada pelo Papa Leão XIII diz respeito à realidade industrial na Europa, o que é algo bem distante da economia ruralista brasileira. Nesse sentido, a montagem narrativa do documentário visa apresentar a Igreja como preocupada com a questão da escravidão, porém, como explicitado, fazem isso apontando um documento posterior ao debate e que diz respeito à realidade do operário Europeu.

Demonstrado o falho uso de fonte presente no documentário, partiremos a uma questão mais profunda, a sensibilidade católica apontada por Christian Lynch aos 00h16min00s de episódio. Seria o catolicismo e seus adeptos sensíveis à escravidão? Seriam os católicos, abolicionistas? Para responder a essas perguntas, devemos novamente nos debruçar à origem da questão, seguidamente da continuidade histórica, e não apenas no momento imediatamente anterior à abolição, assim como trabalha o documentário. Para isso, a dissertação de mestrado de Pereira (2011) traz um bom parâmetro para nossa discussão.

Pereira (2011) traça uma longa pesquisa pela historiografia referente à abolição. O que ela percebe primordialmente é a ausência da Igreja Católica no tema da extinção da escravidão. Sua presença, porém, é facilmente notada no processo de colonização do Brasil, assim como indica através da obra de Azzi (1991), que explica que, durante todo o processo de colonização do Brasil, o ponto de sustento dessa empreitada estava na escravidão. Nesse sentido, a Igreja Católica, subordinada ao Estado através do sistema de padroado, foi utilizada para sustentar moralmente e filosoficamente o escravismo (Pereira, 2011, p. 31- 32).

A autora aponta também os estudos de Carvalho¹⁹ (1999), que percebe uma confusão entre a Igreja e Estado causado pela grande proximidade de ambas as instituições. O que ele verifica é a sobressalência das razões políticas sobre as religiosas para com a escravidão. Ao analisar escritos de padres seculares e religiosos, Carvalho percebe “uma incompatibilidade entre o escravismo e o cristianismo, no entanto, essa contradição é obscurecida pela necessidade do trabalho escravo para o funcionamento da sociedade colonial.” (Pereira, 2011, p. 32). Dessa forma, a única maneira encontrada

¹⁹ Apesar de Carvalho possuir acusações de ser monarquista, seus estudos foram considerados pertinentes à construção deste trabalho. Fica, porém, o alerta a respeito do autor.

pelos religiosos preocupados com a escravidão foi o aconselhamento aos senhores a darem um tratamento “cristão” aos cativos. A preocupação religiosa ficava sempre em segundo plano, já que a escravidão era peça central na economia metropolitana (Pereira, 2011, p. 32-33).

Pereira (2011) apresenta também os estudos de Beozzo (1980), que traz a participação do clero no movimento libertador como, “uma nulidade quase total da ação dos clérigos brasileiros.” (Pereira, 2011, p. 31). Nesse sentido, foram poucos os cativos libertados pelos religiosos até 1887, ano em que diversas cartas pastorais e a própria Igreja pedia pelo fim da escravidão. Percebemos então, que, a mobilização religiosa através da instituição e da fé em prol da abolição foi ínfima durante toda a História do Brasil, havendo certa assertividade por parte do clero apenas no ano anterior da Lei Áurea, período em que já pairava no ar o inevitável fim do regime escravocrata.

Dessa forma, voltemos às questões levantadas. Seria o catolicismo e seus adeptos sensíveis à escravidão? A resposta que encontrei é que, sendo os religiosos parte vital da promoção do regime escravocrata, eles foram sensíveis à medida que lhes era conveniente. Mesmo o cristianismo sendo incompatível com a escravidão, as razões políticas mandavam na religião e demandavam dela justificativas para suas ações, sobrando assim pouco espaço de ação para os poucos religiosos preocupados com o sistema vigente. Sendo assim, seriam os católicos, abolicionistas? A resposta é não.

A ação isolada de poucos religiosos sob o aval da Igreja nos últimos instantes em um contexto de consciência do inevitável fim da escravidão não torna eles abolicionistas, já que, no decorrer de toda a História do Brasil, a Igreja e seus fiéis foram agentes ativos e responsáveis pelo regime escravocrata. Nesse sentido, podemos considerar que o intuito dessa narrativa apresentada por Lynch é a supervalorização deste um ano de luta, minimizando assim a História da escravidão, seus agentes e impactos.

Podemos então garantir que a sensibilidade cristã de Isabel constituiu parte de seus motivos em prol da abolição? Não, não podemos. Deste modo, devemos levar em conta que, assim como a religião foi utilizada para justificar os interesses políticos que circundavam a escravidão, ela também foi utilizada para justificar o fim dela. A fé não definia os rumos da política, porém a legitimava. Lembremos que por toda a História do Brasil, a Igreja estava subordinada aos interesses do Estado, e isso não era muito diferente durante o ano de 1888.

Golpe ou vingança?

Passado a problemática da necessária responsabilização dos agentes que promoveram a escravidão, uma outra questão deve ser analisada. Aos 00h37min22s de episódio, Eduardo Bueno diz que a Proclamação da República em 1889 foi um golpe militar, mas que poderia ter sido também uma vingança contra a Família Real por terem abolido a escravidão. Dessa afirmação, o que percebemos é o que Kahn-Harris (2018, p. 88) aponta como a “alternativa do negacionista”, ou seja, a forma que a informação foi apresentada levanta uma discussão acerca da culpa (ou falta dela) do Golpe Militar de 1889. O problema que surge dessa afirmação, portanto, é a questão da manipulação da informação em prol de um ataque às bases de nossa democracia. Narrativas nesse viés são usados para justificar, por exemplo, o suposto embate entre uma monarquia abolicionista e uma população escravagista, além de sustentar alegações de ilegitimidade do sistema republicano no Brasil, assim como diz Luiz Philippe de Orleans e Bragança, tataraneto de D. Pedro 2º, ao BBC News Brasil no artigo *Proclamação da República: por que historiadores concordam que monarquia sofreu um 'golpe'*: “A proclamação foi um golpe de uma minoria escravocrata aliada aos grandes latifundiários, aos militares, a segmentos da Igreja e da maçonaria. O que é fato notório é que foi um golpe ilegítimo”.

É evidente que o tataraneto do antigo imperador do Brasil consideraria a Proclamação da República como ilegítimo, sobretudo sendo monarquista, fato esse que se comprova em seu site oficial na aba de “perguntas frequentes”²⁰. O preocupante, porém, é sua posição como deputado federal por São Paulo pelo Partido Liberal (PL). Enquanto membro do corpo político brasileiro, sob o estandarte da democracia, ele articula ataques ao próprio regime democrático brasileiro. Ele, por exemplo, aproveita o fato de Jair Bolsonaro ter sido impedido de ir à posse da presidência de Trump que ocorreria em 18 de janeiro de 2025 para acusar via X no dia 17 de janeiro de 2025 em seu perfil pessoal que o atual governo de Lula seria uma Ditadura. Consideramos, portanto, que o que importa para Luiz Philippe não é a legitimidade do governo, mas sim o atendimento de seus interesses pessoais enquanto político e figura pública representante dos ideais monarquistas do Brasil.

Apresentado o perfil ideológico de Orleans e Bragança, voltemos à questão que importa. A alegação feita por Eduardo Bueno no episódio serve imediatamente aos interesses da direita monarquista brasileira, assim como vemos no caso de Orleans e Bragança. A fala do apresentador é

²⁰ Disponível em: <https://lpbraganca.com.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 29 jul. 2025.

historicamente infundada e de teor conspiracionista. Sendo assim, seguimos para uma discussão historicamente fundamentada dessa questão.

Como dito, aos 00h37min22s de episódio, Eduardo Bueno apresenta a Proclamação da República (1889) como uma consequência da abolição da escravidão, o que não é de todo errado. Porém, a complexidade da discussão é empobrecida à medida que outros fatores que compõem os desgastes das bases do Império são esquecidos em detrimento da acusação conspiracionista apresentada pelo “guia”. O “guia” peca profundamente no fato de questionar a participação de Isabel na abolição da escravidão ao mesmo tempo que baseia todo o episódio à sua pessoa, restringindo a discussão dos fatores que vão além da figura da princesa. Tanto o fim da monarquia quanto o da escravidão faziam parte da agenda política de diferentes grupos sociais e políticos ascendentes na segunda metade do século XIX. Seriam esses os militares, principalmente os advindos da caserna, e a chamada geração de 1870, que englobava primordialmente os setores médios das sociedades; esses grupos que tomaram o poder em 1889. O fim da escravidão fazia parte dos planos desses grupos golpistas como uma forma de enfraquecer as elites no poder (Soares, 2020, p. 3) (Alonso, 2000, p. 208). Assim, a abolição não causa o fim da monarquia devido ao sentimento de vingança. Essa análise do “guia” é, portanto, demasiadamente subjetivo e psicológico em relação aos acontecimentos passados, algo que não cabe à História.

Enquanto isso, fatores centrais para o fim do império foram deixados de lado e/ou mencionados de modo tão superficial que nem aparentam ter ligação com o assunto. A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), por exemplo, foi um conflito armado entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai. Esse acontecimento trouxe profundas consequências para o Brasil, de modo que é quase impossível dissociá-lo dos eventos que levaram à abolição. Esse, porém, tem somente duas menções no documentário. Uma aos 00h07min42s, no qual Paulo Rezzutti alega que, com os escravizados sendo utilizados na guerra, não era o momento ideal para acabar com a escravidão. A outra menção à guerra foi de Antônio Dutra aos 00h39min01s, apenas para falar que o Brasil saiu da guerra sem dinheiro.

A realidade, porém, é de consequências mais profundas à amalgama dos acontecimentos. Foi durante e após a guerra que os militares passaram a se sentir desvalorizados frente à coroa. O que esperavam ao retornarem da guerra era o prestígio e melhores condições na carreira militar. O que ocorreu, porém, foi o contrário: uma desvalorização crescente de suas posições, salários baixos e falta

de investimento das pastas militares (Soares, 2020, p, 7-8). Foi então a partir desse momento que os militares passaram a se mobilizar politicamente. Com uma adoção da corrente positivista e parcial republicanista, o exército e a armada passaram a se articular no jogo político (Soares, 2020, p, 4).

Nesse contexto de insatisfação, os militares passaram a planejar internamente medidas que compreenderiam como necessárias para o pleno desenvolvimento do Brasil. À priori, desejavam uma maior valorização de suas posições, assim como um aumento significativo em seus salários. Além disso, ao analisarem as condições sociais da época, viram na escravidão a causa fundamental do despreparo militar do Império. A formação de um exército de conscrição universal em uma realidade escravista gerava uma vulnerabilidade externa do Brasil. “Seria, pois, na contradição entre o sistema escravista e a existência de um Exército profissional de característica nacional que teria emergido o abolicionismo nas Forças Armadas” (Soares, 2020, p. 4). Ademais, viam na força escravizada a mão de obra necessária para a ascensão de um Brasil industrializado.

Foi, portanto, a partir da crescente mobilização política dentro das casernas que perceberam no abolicionismo um meio de alcançarem seus objetivos. Não seria, porém, apenas pela dimensão corporativa e econômica que os militares se tornariam abolicionistas. Primordialmente, certo espírito de solidariedade teria surgido entre militares e libertos para com os cativos em campo de batalha durante a Guerra da Tríplice Aliança. Nesse sentido, Soares atesta que, desde o

Alto ao baixo oficialato – ou entre praças, também –, o abolicionismo era pauta amplamente consensual, embora mais sistematizada no Exército do que na Armada. Fosse na imprensa ou nos clubes e institutos que fundaram ou aos quais se associaram, os militares mostravam-se, especialmente em relação ao cativo, unidos em sua pluralidade. Quanto a isso, eram os militares, e não grupos de militares (Soares, 2020, p. 4).

No entanto, é evidente que não houve mobilização em prol de políticas reparatórias aos escravizados, assim como vemos com o período posterior da Proclamação da República. Sendo assim, concluímos que a preocupação militar com a abolição estava no cumprimento de uma agenda política que perpassa pelo fim da escravidão para sua realização concreta. Seria na abolição um dos fatores centrais para alçar a classe militar ao poder.

O movimento abolicionista ganhava força ano após ano, e não apenas no campo militar. As sucessivas crises ocorridas ao final do século XIX trouxeram novas dinâmicas ao império. O setor econômico sofreu diversas reorientações durante esse período. Assim como disse Dutra aos

00h39min01s de episódio, o Brasil saiu da Guerra sem dinheiro. Com dívidas enormes que demorariam anos para serem pagas, todo o Império sentiu os efeitos desse conflito a partir da economia. Decorrente a isso cresce enormemente a insatisfação para com a coroa. Seria, portanto, através da crise gerada pela guerra, um dos fatores que justificaria a retirada do monarca do poder.

Nesse sentido, Alonso (2000) demonstra em sua tese que a geração de 1870, composta pelos setores médios da sociedade urbana, teve um papel importante no campo político até o momento da Proclamação da República. Em sua obra, ela procura

demonstrar que o movimento intelectual da geração 70 recorreu a elementos do repertório da política científica e à tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e formas de ação política para combater as instituições, valores e modos de agir do status quo imperial (Alonso, 2000, p. 19).

Dessa forma, esses distintos grupos políticos e sociais, que tradicionalmente tiveram pouca representatividade e poder na tomada de decisão dentro da esfera pública, tiveram suas ideologias relativamente homogeneizados em um mesmo ponto. A abolição perpassava por todos como uma forma de garantir seus interesses políticos; um recurso para alcançarem o poder (Soares, 2020, p. 3). Nesse sentido, foi no conceito de República que os interesses desses diversos grupos puderam se apoiar.

Nesse sentido, o que podemos atestar é que a narrativa criada pelo “guia” tem por objetivo levar o telespectador a compreender a República como ilegítima. A alternativa do documentário, portanto, foi de manipular as informações apresentadas com o fim de chegarem à conclusão desejada. A Proclamação da República é mais complexa do que apenas uma “vingança pela abolição”, já que devemos levar em conta todos os demais agentes que constituíam parte do quadro político brasileiro.

O subalterno monarquista

Por fim, temos a última questão historicamente problemática do episódio que abordarei nesse artigo. Aos 00h34min34s, Christian Lynch diz que os negros e indígenas do Brasil sempre foram e se tornaram muito mais monarquistas após a abolição da escravidão. Ele baseia isso a partir da existência da chamada Guarda Negra (1888-1889), um grupo formado por ex-escravizados que estariam gratos a Isabel pela abolição, prontificando-se, sobretudo, à proteção da princesa.

Ao partimos em análise dessa afirmação, percebemos que se trata de uma argumentação completamente desconexa com os consensos historiográficos da História do Brasil. Nesse sentido, percebendo o teor ideológico em sua fala em prol da defesa da monarquia, assim como o falseamento de fatos históricos, podemos considerar sua argumentação como negacionista. Percebemos esse falseamento através da edição do dia nove (9) de maio de 1889 do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, no qual dizia que a guarda negra tinha um contingente de aproximadamente 1500 pessoas, quantidade muito pequena quando comparada com o todo da população negra brasileira daquela época o qual Lynch imputa o veio monárquico. Durante todo o episódio, tentam pregar que a abolição ocorreu por fatores além daqueles tradicionalmente ensinados na escola: a coroa e Isabel. Porém, a narrativa que apresentam contradiz esse argumento. Mesmo no pós-abolição, o que tentam pregar é a agência subalterna dos negros e indígenas para com a monarquia.

Ademais, destrinchando a afirmação de Lynch, partiremos primeiramente para a questão indígena. Lynch justifica sua fala alegando que somente a coroa podia defender os indígenas dos bandeirantes. O que devemos levar em conta, porém, é que essa defesa não se dava de outra forma se não precariamente pela lei. Tomemos como exemplo a “Lei sobre a liberdade dos gentios” de 1570, o qual determinava a criminalidade da escravidão indígena, salvo em casos de “guerra justa”. A guerra justa, por sua vez, diz respeito à prática lusitana de justificar o conflito contra um grupo que não segue seus preceitos ou que esteja sendo inconveniente aos seus interesses. Nesse sentido,

A legislação colonial produziu muitos dispositivos que justificavam a prática da guerra justa, mesmo quando pretendiam proteger os índios de abusos e cativos ilícitos. [...] A guerra justa mostrou-se, pois, como justificativa para escravização dos indígenas, valendo-se dos argumentos da salvação das almas e da condenação da antropofagia que, embora não fossem juridicamente reconhecidos, serviam de reforço à sua ideia principal. No contexto da empresa colonial lusitana, lançou-se mão da guerra justa diante da recusa à conversão à religião católica, das ações hostis contra os portugueses e da quebra de pactos celebrados (Guerra Justa, Glossário de História Luso-Brasileira, 2021)²¹

Sendo assim, consideramos que de forma alguma os indígenas eram monarquistas apenas pela suposta defesa empregada pela coroa.

²¹ Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6329:guerra-justa&catid=2075&Itemid=121. Acesso em: 31 jul. 2025

Sabemos que a imposição de um governo monárquico nas Américas levou aos nativos a necessidade de se posicionarem frente àquele novo corpo político. Alguns foram contrários, enquanto outros se aliaram. Não podemos, porém, considerar que aqueles que se aliaram à monarquia o fizeram por acreditarem em sua benignidade, já que essa alternativa era tomada majoritariamente ao levar em conta as condições da comunidade para com a colônia em expansão e as demais comunidades. Todavia, o que Lynch intenta é a indução do telespectador a acreditar que esses povos eram partidários do exótico regime que lhes eram impostos. A monarquia portuguesa não seria, portanto, um inimigo desses povos. Assim, ele prega uma narrativa da subserviência e passividade dos povos originários para com seus invasores.

Da mesma maneira, Lynch aponta os negros como monarquistas. Essa questão é bem similar com a dos indígenas, apesar de suas peculiaridades. Acontece que, diferentemente dos nativos americanos que viviam no território que viria a ser o Brasil, os negros escravizados vindos da África já conheciam modelos monárquicos em suas próprias terras²². Dessa forma, o regime colonial português não foi um choque tão grande ao africano quanto ao indígena quando dissemos sobre o quesito monarquia.

Nesse sentido, houve sim manifestações da população negra em prol de seus reis. A típica festa da Congada é um exemplo claro disso. Em sua celebração, é recontado e encenado a história de coroação dos reis do Congo. No entanto, a fala de Lynch se mostra totalmente mal-intencionada quando nos damos conta de que ele alega que o negro escravizado era partidário da monarquia portuguesa e, posteriormente, brasileira. A premissa de que toda uma população escravizada era ideologicamente favorável ao seu algoz pelo fato dele poder protegê-los descredibiliza toda a agência ativa dessa classe social, assim como apaga toda a coerção física sofrida ao longo do período da escravidão, tornando-os uma mera massa inanimada na dinâmica da História. Como bem diz Althusser (1980, p. 51) em nota de rodapé, as lutas de classes ultrapassam os aparelhos ideológicos do estado a partir das relações de produção, que são exploratórias e constituem as bases das relações de classes. Ou seja, não é porque a monarquia é o regime dominante naquele cenário que o escravizado vai esquecer que ele é explorado por ela.

²² A exemplo disso, temos o Reino da Angola e o Reino do Congo; dois dos vários reinos que tiveram sua população escravizada e trazida à América Portuguesa.

Sendo assim, o que percebemos na fala de Lynch é a tentativa de falsear e pacificar a agência histórica dos negros e indígenas. A premissa de concordância com o sistema vigente em uma época de escravidão busca um fim aos conflitos raciais brasileiros por meio de algo similar à democracia racial.

Considerações finais

Através de toda essa problematização acerca do episódio, voltemos à questão inicial. Essa nova produção do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* (especificamente, o episódio sobre a Isabel e a abolição), é de fato despolarizada e verticalizada, ou é, na verdade, uma produção ideológica e negacionista da direita brasileira?

Como fica evidente através das problemáticas aqui levantadas, apesar do documentário se dizer a-ideológico e despolarizado, percebemos que ainda é uma produção que se alinha à direita política e é, além de tudo, negacionista. Ademais, existe também um caráter monarquista em jogo. Em primeiro lugar, eles se propõem a trazer uma história da abolição que demonstra uma ótica para além da Isabel como a Redentora. Porém, o que de fato apresentam é uma história em que Isabel ainda é a protagonista, mas, agora, com algumas outras figuras políticas históricas que participaram das ações da Princesa. Nesse sentido, não rompem com a História ensinada pelas escolas como se propõe ao decorrer do episódio.

O que é interessante nesse movimento é a deslegitimação da educação escolar e do ensino de história brasileiro. Alegam que a escola e os professores não ensinam a “verdade” aos seus alunos. Esse é um movimento estratégico para ganhar a atenção do público. Assim como Shapin (2020) apresenta, é de noção geral que vivemos em uma crise da verdade. Ao fazer uma série de entrevistas, porém, o autor percebe que essa perspectiva não é bem compreendida pela população em geral. Estes se atêm, normalmente, a verdades em disputa na grande mídia.

Nesse viés, Shapin atesta que a “verdade” é tema de constante preocupação geral, mas que entra em jogo apenas quando entendem que ela foi deliberadamente escondida. Dessa forma, o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* ganha a atenção do público e o voto de confiança de estarem recebendo a “verdade escondida” que tanto lhes preocupava. Pensando pela perspectiva de disputa pela verdade, a narrativa do guia busca a validação de determinadas visões de mundo que merecem o esforço da disputa.

Não podemos, portanto, conceber o guia como isenta de ideologias políticas, já que eles próprios compram a briga pela verdade. Dessa forma, o apelo do guia pela despolarização vem em prol da “abertura democrática” da discussão em pauta. A ciência, porém, é controlada por uma série de medidas e práticas especializadas que determinam a validade das condutas, assim como o direito de falar e julgar. “Nesse sentido, ela não é democrática” (Shapin, 2020, p. 313). Sendo assim, percebemos que essa “abertura democrática” proposta pelo guia valoriza olhares particulares acerca da História que não condizem com os consensos historiográficos, falseando fatos e evidências para criar narrativas pessoais e enviesadas da História do Brasil em prol de suas próprias visões de mundo. Um exemplo disso é a admiração exacerbada à monarquia que pode ser notada durante toda a obra.

Tendo sido atestado o negacionismo ideológico e histórico presente no *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, é necessário tomarmos medidas para o combate deste e de outros negacionismos em circulação no Brasil. Assim como bem estabelece Oliveira (2023, p. 17), tal ação demanda um ativismo político tanto do historiador como de qualquer indivíduo ciente dessa crise democrática que vivemos atualmente. Devemos sempre levar em conta essa crise como um fator presente em qualquer discussão que empreendamos. Dessa forma, é indispensável a associação das narrativas históricas pesquisadas, discutidas e ensinadas para com a conjuntura política atual. Somente com a compreensão de que a História é um objeto ainda em disputa no campo político que será possível o combate ao negacionismo.

Referências

- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Presença, Rio de Janeiro, 3 ed. 1980.
- AZZI, Riolando. A Igreja e a escravidão. In: *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo. Edições Paulinas, 1991. P. 181-190.
- CARDOSO, Eduardo Wright. Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, p. 89-110, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-06>. Acesso em: 27 dez. 2025.
- CARTACAPITAL. Um guia para o ‘Guia Politicamente Incorreto’ da história do Brasil. *Carta Capital*, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/um-guia-para-o-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. Escravidão e Razão Nacional. In: *Pontos e Bordados: escritos de História e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 1999, p. 35-63.

COSTA, Alyne. Negacionistas são os outros. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 15, p. 64-73, dez. 2021. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/negacionistas-sao-os-outros/>. Acesso em: 27 dez. 2025.

GUERRA JUSTA. In: *Glossário de História Luso-Brasileira. O arquivo nacional e a História Luso-Brasileira*. 2021. Disponível em:

https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6329:guerra-justa&catid=2075&Itemid=121. Acesso em: 31 jul. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

KAHN-HARRIS, Keith. *Denial: The Unspeakable Truth*. Londres: Notting Hill Editions, 2018.

LADEIRA, Francisco Fernandes. ‘Politicamente correto’ versus ‘politicamente incorreto’. *Observatório da Imprensa*, ed. 808, 22 jul. 2014. Disponível em:

https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/_ed808_politicamente_correto_versus_politicamente_incorreto. Acesso em: 27 jul. 2025.

LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*. 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/41888925/Legislacao-sobre-escravos-africanos-na-America-Portuguesa#page=36>. Acesso em: 15 dez. 2025.

MARTINS, CÉLIO. O legado nefasto do “politicamente incorreto”. *Gazeta do Povo*, 08 set. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/certas-palavras/politicamente-incorreto>. Acesso em: 27 jul. 2025.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 66–88, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.522>.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v16i41.2020>. Acesso em: 27 dez. 2025.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O que pensam os alunos do ensino médio sobre o ensino de história apresentado no “guia politicamente incorreto da História do Brasil” de Leandro Narloch. *Diálogos*, Maringá, v. 19, n.1, p. 345-367, jan.-abr./2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33817>. Acesso em: 27 dez. 2025.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Camila. Influenciadores digitais e a extrema-direita brasileira. In: VIANNA, Manoela (org.). *A democracia aceita os termos e condições?: Eleições 2022 e a política com os algoritmos*. *Heinrich Böll Stiftung*, Rio de Janeiro, p. 55-70, ago. 2022. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2022/08/12/democracia-aceita-os-termos-e-condicoes>. Acesso em: 24 dez. 2025.

SHAPIN, Steven. É verdade que estamos vivendo uma Crise da Verdade?. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 308-319, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v13i2.43>. Acesso em: 27 dez. 2025.

SOARES, Rodrigo Goyena. Os militares e os usos políticos do abolicionismo. *Anos 90*, v. 27, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.85495>. Acesso em: 27 dez. 2025.

VALIM, P.; AVELAR, A. de S.; BERBER, B. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 27 dez. 2025.

VIDEIRA, Juliana; BRÁULIO, Pablo. A família imperial não tinha escravos?. *Clio História e Literatura: Projeto Detecta*, 13 out. 2021. Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/10/13/a-familia-imperial-nao-tinha-escravos/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

Fontes

A BANANA NÃO É NOSSA | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil. 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:38 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nfKlb-X4fyg>. Acesso em: 28 jul. 2025.

As diferenças do Politicamente Correto x Incorreto | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil. 2 nov. 2020. 1 vídeo (5:48 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VDYKWbNvyLI>. Acesso em: 03 jan. 2025.

BARBOZA, Ruy. À NAÇÃO E AO SENADO. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1425, p. 1, 09 mai. 1889. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pagfis=5762>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | EPISÓDIO 1. Canal History Brasil. 12 dez. 2017. 17 vídeos (56:19 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE>. Acesso em: 03 jan. 2025.

PORTUGAL. *Lei sobre a liberdade dos gentios*. Évora, 20 mar. 1570. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Lei_de_liberdade_dos_indios_de_1570.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

DEARO, Guilherme. “Sou contra a visão maniqueísta de história dividida em vilões e heróis”, diz Leandro Narloch. *Guia do Estudante*, 16 mai. 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/sou-contr-a-visao-maniqueista-de-historia-dividida-em-viloes-e-herois-diz-leandro-narloch/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

Guia Politicamente Incorreto | Maratona ao vivo | 4 episódios seguidos. Direção: Matheus Ruas e Felipe Frota. Produção: Tiago Schenk e Aurélio Figueiredo. Studio Fly. Canal History Brasil, 23 out. 2021. 1 vídeo (2:45:03 hora). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=H9Hd-ie0fc8&t=408s>. Acesso em: 04 dez. 2024.

LAGE, Ana Cristina P. Padroado 1. *HISTEDBR*. Coleção Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/padroado-1#m1>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LEÃO XIII, PAPA. *Rerum Novarum*. Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/NFC-Carta-Enciclica-rerum-novarum.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz Philippe de. *LPBRAGANCA*. 2024. Perguntas Frequentes. Disponível em: <https://lpbraganca.com.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MENDES, Vinícius. Proclamação da República: por que historiadores concordam que monarquia sofreu um 'golpe'. *BBC News Brasil*, São Paulo, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvg48zpzl7do>. Acesso em: 07 fev. 2025.

O BRASIL EXISTIA ANTES DE 1500! | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil, 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:53 min). Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=TIHtpY_IdTc&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=1. Acesso em: 03 jan. 2025.

ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz Philippe de. *How to turn a developing democracy into a mature dictatorship? One word: Corruption. Judiciary and Congress corruption allowed the Executive to implement their totalitarian agenda without a popular majority*. 17 jan. 2025. Twitter: @lpbragancabr. Disponível em: <https://x.com/lpbragancabr/status/1880409551616504033>. Acesso em: 07 abr. 2025.

OS ÍNDIOS NÃO CUIDAVAM DA NATUREZA | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil, 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:21 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dbaASBbgErI&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=4>. Acesso em: 03 jan. 2025.

OS PORTUGUESES SALVARAM O PAU BRASIL? | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil, 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:10 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=hiOC61obXCI&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=8>. Acesso em: 03 jan. 2025.

Press Services Soluções Integradas em Comunicação. *Com nova proposta, Guia Politicamente Incorreto retorna ao History em segunda temporada*. 2020. Disponível em: https://presscomunica.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Release_Guia-Temp-2.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 dez. 2025.

Fonte da Memória: arte, memória visual e política personalista

Fonte da Memória: art, visual memory and personalist policy

Fernando Cardoso

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

fcardoso10@hotmail.com

Recebido: 16/08/2025

Aprovado: 21/02/2026

Resumo: Em 29 de março de 1993, Curitiba comemorou seu tricentenário. Para organizar as celebrações, a prefeitura criou a Comissão dos 300 Anos, presidida por Rafael Valdomiro Greca de Macedo, então deputado estadual, que, eleito prefeito em 1993, tornou-se o principal articulador de diversas encomendas artísticas voltadas à “ornamentação” da cidade. Instaladas em espaços públicos, essas produções foram concebidas principalmente em grandes painéis de azulejos e esculturas em bronze, ora evocando a história da capital, ora expressando símbolos e referências pessoais que evidenciam a forte presença da figura do prefeito. Neste contexto, o presente artigo analisa a relação entre arte, memória visual e o uso político dessas obras por meio do estudo de caso do complexo escultórico Fonte da Memória (1995) de Ricardo Tod. A pesquisa articula a abordagem de Michael Baxandall (2006), especialmente os conceitos de Diretriz e Encargo, para investigar os condicionamentos da produção artística, enquanto as reflexões sobre memória fundamentam-se em Joël Candau (2019). As fontes foram levantadas em instituições como o Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC/PR), o Museu Oscar Niemeyer (MON) e a Casa da Memória.

Palavras-chave: Curitiba; Memória visual; política.

Abstract: On March 29, 1993, Curitiba celebrated its tricentennial. To organize the commemorations, the city government created the “Commission of the 300 Years”, chaired by Rafael Valdomiro Greca de Macedo, then a state deputy, who, after being elected mayor in 1993, became the main promoter of various artistic commissions aimed at the “ornamentation” of the city. Installed in public spaces, these works consisted mainly of large tile panels and bronze sculptures, at times evoking the capital’s history and, at others, expressing symbols and personal references that highlight the strong presence of the mayor’s figure. In this context, this article examines the relationship between art, visual memory, and the political use of these commissioned works through the case study of the sculptural complex Fonte da Memória (1995) by Ricardo Tod. The research draws on Michael Baxandall’s (2006) theoretical approach, especially the concepts of Brief and Charge, to investigate the constraints of artistic

production, while the reflections on memory are based on Joël Candau (2019). The primary sources were gathered in institutions such as the Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC/PR), the Oscar Niemeyer Museum (MON), and the Casa da Memória.

Keywords: Curitiba; visual memory; policy.

Introdução

Em 29 de março de 1993, a cidade de Curitiba comemorava o aniversário de seu tricentenário. Para celebrar esta data, a prefeitura estabeleceu, já no ano anterior, uma Comissão dos 300 anos que encaminharia as festividades no ano seguinte. Tal comissão foi presidida pelo, naquele momento, deputado estadual Rafael Valdomiro Greca de Macedo, que também era ambicionado como sucessor de Jaime Lerner¹ no executivo municipal. Greca, como também é conhecido, se candidatou à prefeitura municipal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1992 e venceu em primeiro turno com 53% dos votos válidos. Empossado em janeiro de 1993, manteve as características de gestão do grupo que o antecedeu na prefeitura, sobretudo aquelas criadas pelo IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Agora como prefeito, Greca, a par das festividades dos 300 anos, torna-se o agente motivador de inúmeras encomendas de produções artísticas que iriam, segundo ele, ornamentar a capital paranaense. Parte destas obras, como vamos ver, carrega temáticas associadas ao aniversário e à história local, outras tantas, junto disso, apresentam em sua carga imagética símbolos, figuras, homenagens um tanto pessoais. O conjunto destas obras estão distribuídas em logradouros públicos e na maioria no núcleo central da cidade. Apresentam-se em diversas linguagens artísticas, mas, sobretudo, são construídas preferencialmente em grandes painéis de azulejos e esculturas em bronze.

No Centro Histórico de Curitiba, a escultura *Fonte da Memória* (1995), de Ricardo Tod², ergue-se na Praça Garibaldi não apenas como obra de arte, mas como um artefato simbólico de disputas

¹ Jaime Lerner foi prefeito da cidade de Curitiba por 3 vezes. A primeira e a segunda gestões ocorreram durante a ditadura militar. Em 1971, foi indicado pelo então governador Haroldo Leon Peres, do ARENA, e ficou no cargo até 1975. Na segunda vez, foi indicado pelo governador Ney Braga, do PDS, ficando no cargo de 1979 a 1984. Sua terceira passagem na prefeitura ocorreu entre os anos de 1989 e 1992. Foi também governador do Estado do Paraná por duas gestões consecutivas, de 1995 a 2003.

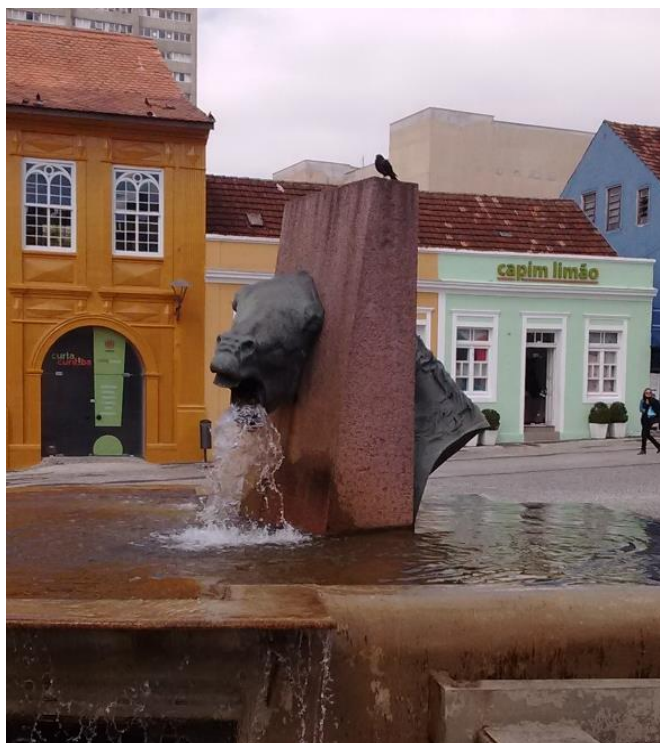
² Ricardo Tod (1963-2005) foi um escultor natural de Curitiba, cujas heranças artísticas provêm de sua família, com seu pai e avô também dedicados à escultura. Em sua cidade natal, conquistou notoriedade com a instalação da obra que ora

políticas e identitárias. Este artigo examina como a memória, longe de ser um mero registro do passado, é instrumentalizada pelo poder público por meio de encomendas artísticas, conformando narrativas oficiais que se pretendem hegemônicas, mas que estão sujeitas a contestação e ressignificação. Apoiando-se nas reflexões de Joel Candau sobre os usos sociais e políticos da memória, a análise desdobra-se em dois eixos: primeiro, investiga a construção da obra como veículo de uma memória oficializada, vinculada ao projeto ideológico da gestão Greca; depois, explora as tensões em sua recepção, onde se revelam os conflitos entre autonomia artística, discurso institucional e participação pública.

Segundo Candau, todo ato de memória é também um ato de identidade. A evocação de figuras, narrativas ou eventos do passado serve, quase sempre, ao propósito de afirmar uma imagem coletiva de pertencimento. A “restituição de nomes próprios” (Candau, 2019, p. 68), afirma o autor, é tanto um ato de resistência ao apagamento quanto um modo de vincular-se a uma tradição, criando significado para si e para a coletividade. Não surpreende, portanto, que obras como a *Fonte da Memória* estejam cercadas de símbolos, narrativas e placas que inscrevem não apenas o nome do artista, mas principalmente o do gestor público, Rafael Greca. Essa nomeação é mais do que um gesto protocolar, é uma forma de prolongar a presença política por meio da permanência simbólica no espaço urbano. Assim, ao examinar criticamente a escultura de Tod e sua trajetória simbólica, lançamos luz sobre os mecanismos de manipulação da memória visual, entendendo-a não como um espelho do passado, mas como uma lente moldada pelas estratégias do presente. Com Candau, compreendemos que a arte pública, especialmente quando institucionalizada, opera como agente ativo na disputa pela legitimação das narrativas históricas que desejamos, ou não, manter vivas.

discutimos. Antes disso, dedicou-se ao estudo do retrato, da anatomia e da escultura em pedra em Paris, onde residiu por dois anos e meio. Em sua produção artística, destaca-se a representação de figuras mitológicas e cavalos (outra paixão familiar), utilizando predominantemente materiais como terracota, bronze e pedra. Tod faleceu aos 42 anos, vítima de um acidente de trânsito.

Imagem 1 – Fonte da Memória



FONTE: O autor (2021). Ricardo Tod, Fonte da Memória, 1995. Escultura em bronze e granito. 3 m de altura, 1,5 m de largura e 2,5 m de profundidade. R. Kellers - São Francisco.

Fonte da Memória

Este artigo, dentre outras coisas, trata do uso político da encomenda artística. E esse uso assume várias facetas e se apropria das diversas camadas da produção artística. As interferências podem ocorrer no momento da encomenda, quando são sugeridas as temáticas; mediante sugestões ou imposições no âmbito da construção plástica; escolha do local de instalação; escolha da data de inauguração; ou, ainda, com a obra pronta, a mudança sistemática de sua narrativa. Aqui, faremos a análise crítica da memória oficializada pelo poder público atrelada ao complexo escultórico *Fonte da Memória* (1995), obra animalista de Ricardo Tod que, junto das fontes documentais da época, viabilizará, também, discussões sobre sua recepção e apropriação.

Para essa escrita, temos como premissa, sempre, que a “memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (Nora, 1993, p. 9) e é vulnerável a todos os usos e

manipulações, sendo refém eterna da mudança. Nesse sentido, tomando de empréstimo o raciocínio de Napolitano (2022, p. 10), as obras encomendadas durante a gestão Greca se prestam às seguintes análises. Por um lado, são celebrações públicas de determinadas memórias elegidas para serem perpetuadas, celebradas e comunicadas aos que virão. Por outro lado, são fontes que devem ser tensionadas a fim de compreender seus usos no passado e suas implicações no presente, incluindo, aí, suas transformações de sentido. “A análise crítica do passado deve ir além do mero julgamento moral, embora inevitavelmente passe por este, sob pena de recair no anacronismo.” (Kaminski; Napolitano, 2022, p. 10).

Na esteira da onda memorial do final do século XX, representada pela produção profusa de informações, imagens e patrimonialização excessiva, a gestão municipal aqui tratada também buscou lugares onde ancorar suas memórias, ao ponto, de encomendar dezenas de obras de arte e espalhá-las pela cidade. Para Candau, assim como as comemorações, “essa febre patrimonial deixa perceber certa incapacidade em viver no tempo presente,” (Candau, 2019, p. 159) por conta disso, recorreremos à memória, aquele passado que nem precisa ser tão distante, mas, que agora no presente, é possível retomá-lo (modelá-lo) de maneira ainda mais grandiosa, edênica, ou, simplesmente a favor de anseios atuais.

Inaugurado no dia 25 de maio de 1995, o “‘Cavalo da Água’, monumento encomendado pela Fundação Cultural de Curitiba ao artista Ricardo Tod e instalado numa fonte concebida pelo arquiteto Rodolfo Bubek [sic.] Filho” (Lopes, 1995, n.p.), está localizado na Praça Garibaldi em meio ao que os curitibanos chamam de Largo da Ordem, ponto turístico e histórico de Curitiba com alta circulação de pessoas, sobretudo aos domingos por conta da feirinha do Largo da Ordem que acontece desde a década de 1970. A espécie de chafariz é constituída por uma escultura animalista central representando de forma naturalista a parte posterior de um cavalo (pescoço e cabeça). A peça foi feita em bronze e granito e tem 3 metros de altura, 1,50 metro de largura e 2,50 metros de profundidade e está inserida em meio a uma fonte d’água em dois níveis. O tratamento dado ao bronze (pátina) mais as intempéries do tempo, possivelmente, destacaram o tom cinza esverdeado da peça. A representação equestre da escultura é bem maior que o tamanho real de um cavalo. As veias saltadas, os olhos arregalados, as narinas dilatadas e a boca bem aberta e contorcida sugerem desespero e angústia. O suporte em granito que sustenta o bronze divide a cabeça do animal em duas partes e dá a impressão de que o cavalo está preso à estrutura. Dependendo do ângulo do observador, o bloco rosa recebe maior destaque na

composição e, de certo modo, assume quase que toda a visualidade do conjunto escultórico. Para Cid Destefani (A Cavalo... 1995, n.p.), “ao contrário da lendária mula-sem-cabeça que botava fogo pelas ventas, a escultura em apreço nos mostra um cavalo sem corpo que vomita água pela boca.” A escolha da vazão d’água ocorrer pela boca da figura do cavalo gerou um apelido a obra: “Cavalo Babão” (Turistória, 2000, n.p.).

Memória oficializada

Embora a narrativa visual transmitida pela obra não permita identificar o tempo histórico narrado, tão pouco distinguir seu tema mitológico, religioso ou literário, há instalada ao seu redor uma placa indicando qual memória a escultura alude.

A cidade, o tempo e o sonho
Houve um tempo em que Curitiba despertava ao som do trote de animais puxando
carroções conduzidos por *semeadores imigrantes*.
Traziam aos mercados da Cidade os frutos da terra ainda cobertos de orvalho.
Vinham por entre pinheirais, nos velhos caminhos envoltos em véus de cerração.
Hoje só cavalos de sonho vencem as barreiras da modernidade para, afinal, matar sua
sede no velho bebedouro do Largo da Ordem.
Para memória da Cidade e do Sonho foi colocada aqui esta escultura do curitibano
Ricardo Tod no mês de maio de 1995 sendo Prefeito Rafael Greca de Macedo.³

Em tom nostálgico, o trecho procura indicar que a memória que se evoca do complexo escultórico seja a dos semeadores imigrantes, sem indicar qual imigrante, o que poderia deixar em aberto essa interpretação. Dessa maneira, a memória ancorada na escultura poderia ser a de qualquer fluxo migratório chegado a Curitiba, sendo este europeu ou não. No entanto, ao analisar fontes de época e fontes posteriores à implementação da obra, vê-se um certo direcionamento da narrativa. A memória é guiada mais pelo discurso do que pela visualidade, é o fechamento da narrativa que alimenta o ato de memorialização. Mas o que ou quem deve ser lembrado, ou não esquecido com a construção do chafariz?

Há, sem dúvida, uma preocupação do prefeito em deixar um rastro, seja do seu nome, de sua gestão ou de memórias afetivas a seus pares. Colabora com essa percepção o momento em que a

³ Transcrição da placa instalada ao pé da *Fonte da memória*, grifo nosso.

narrativa simbólica da *Fonte da Memória* é modificada ou ajustada, sugerindo uma homenagem à “última carroceira” de Curitiba e seu cavalo que:

todas as manhãs, em caminho de névoas, ela vinha – desde a chácara, em Santa Felicidade – para o Largo da Ordem. Vendia verduras, lenha, copos de leite dos banhados. No final, era trazida pelo cavalo, que já sabia o caminho, enquanto cochilava, dedilhando as contas do rosário. Nonna Ermínia, quanta saudade. A última carroceira de Curitiba [...] Quando o cavalo foi atropelado, pedi ao Ricardo Tod que o encantasse em bronze, na Fonte da Memória, que o povo chamou “O cavalo Babão” (Macedo, 2016, p. 198).

Neste momento, podemos ressaltar a ação de ampliação da narrativa simbólica ou, se assim se pode dizer, o aumento da especificidade do que deve ser rememorado. O momento político vivenciado por Greca é outro, sai do papel de Prefeito que não quer ser esquecido em 1995, para, mais uma vez, candidato ao executivo municipal em 2016, a ser lembrado. A memória do “semeador imigrante”, possivelmente, não tenha sido mais suficiente aos seus anseios, “o apelo ao passado é um constante desafio lançado ao futuro, consistindo em ponderar hoje sobre o que foi feito e o que poderia ter sido feito” (Candau, 2019, p. 66). É preciso ajustar a memória fixada a *Fonte*, o imigrante semeador é precisado com as mesmas filiações do prefeito, e se torna descendente italiano e católico, pois retorna a Santa Felicidade dedilhando seu rosário, bairro considerado reduto dos descendentes italianos em Curitiba.

Dona Hermínia Perussi, na época [1985] com 75 anos, vendia verduras para uma freguesia familiar há 50 anos, com seu cavalo e sua carroça.

A italiana Hermínia mantinha-se fiel à tradição de quando a cidade era despertada pelos pregões característicos das colonas italianas e polacas que transitavam pelas ruas centrais, vendendo verduras, ovos, frangos e lenha.

Acordando às 3 e meia da manhã, colhia as verduras, preparava a carroça e saía, por volta das 6 horas, para percorrer 6 quilômetros entre Santa Felicidade, onde morava, e o centro.

Na década de 80, ela era a última verdureira solitária que, com um cavalo e uma carroça (ambos velhos), percorria as ruas. Mas, nas décadas de 30 e 40, a mesma dona Hermínia era uma entre tantas ambulantes que vinham das colônias dos imigrantes europeus para a cidade vender seus produtos da lavoura (Ganz, 1994, n.p.).

Longe de ser ficcionada pelo gestor municipal, a Senhora Hermínia Perussi foi considerada a última verdureira de Curitiba em artigo pela Revista Panorama em 1985 (A Última ..., 1985, p. 4-5), concepção mantida no trabalho acadêmico de Ana Maria Ganz de 1994, celebrada e memorializada pela escultura de Tod de 1995. Resta, no entanto, uma indagação pertinente: teria o artista, no

momento da encomenda, recebido como *diretriz* a evocação da memória de Dona Hermínia Perussi, ou estaríamos diante de uma camada memorial que se atualiza e ressignifica conforme o contexto e as demandas do presente?

Imagem 2 - Dona Hermínia



FONTE: fotografia de Joel Rocha. GALANI, Luan. A nonna que virou cartão postal de Curitiba. *Gazeta do Povo*, Haus. Curitiba, fev. 2017. Em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/nonna-que-virou-cartao-postal-de-curitiba/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

A imagem 2 acima foi registrada por Joel Rocha que, naquele momento, residia no bairro Santa Felicidade, em Curitiba. A reportagem que vem abaixo da foto não indica a data exata da fotografia, mas sim que “alguns anos depois da sessão de fotos, Hermínia se envolveu em um acidente com um ônibus. [...] Ela ficou com sequelas e veio a falecer em 1996.” (Galani, 2023, n.p.) A reportagem escrita por Luan Galani para a *Gazeta do Povo* em nenhum momento aproxima a memória da Senhora verdureira com a visualidade da escultura, o que ocorre é uma associação a uma possível homenagem feita por Poty Lazzarotto na obra instalada na praça de alimentação do Mercado Municipal da cidade.

A “nova” evocação é, em parte, “transformada pelo presente ou, mais exatamente, pela posição que ele próprio [o prefeito] ocupa nesse presente” (Candau, 2019, p. 75). A seleção vocabular na nova narrativa associada à *Fonte da Memória*, como já destacamos, reflete as filiações de Rafael Greca, previamente expostas, mas que agora enfatizamos por meio de suas próprias palavras:

Nasci em Curitiba, em março de 1956, na Maternidade de Nossa Senhora do Rosário, A rua onde nasci levava o nome do meu Bisavô, Comendador José Ribeiro de Macedo, que foi um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná. Ele apoiou Rocha Pombo na criação da primeira universidade do Brasil. Lidava com engenho de erva-mate. Mas também sou de uma família italiana, que é como o povo me Conhece, Rafael Greca. Descendo do meu avô, Greca, que foi um velho pedreiro calabrês que veio para Curitiba em 1877, na época da Construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Meu avô foi responsável pela introdução em Curitiba da pavimentação em paralelepípedo e pelas famosas calçadas de lousinhas em granito. Era coroinha nas missas das igrejas catedral, da ordem e do Rosário. Estudei na escolinha Tia Paula e no colégio Nossa Senhora Medianeira, dos padres jesuítas. Depois me formei em engenharia, economia e quase me formei também em jornalismo, mas desisti de ter tantos diplomas (Macedo, 2005, n.p.).

Ao rememorar sua própria vida, nesse discurso autobiográfico, Greca cria um passado útil, sempre vinculado a anseios do presente. Candau (2019, p. 71) fala da cronologia e coerência dos acontecimentos que o narrador julga significativo para aquele momento: “restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações [...], censuras, resistências, não ditos, [...] reinterpretações constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa”.

Como assinalamos, não fica reservada à *Fonte da Memória* a articulação autobiográfica de Greca e suas filiações com a visualidade da obra. Há uma mobilização durante todo o período da gestão em transmitir a identificação do prefeito com a imigração europeia, especialmente a italiana, assim como sua devoção à Igreja Católica a partir de construções visuais. Na *Capela dos fundadores* (1996), para além da temática religiosa antevista, sua carga iconográfica remete à “memória dos imigrantes saídos da Europa para o Brasil. Os alemães chegaram desde 1829. Os *italianos*, desde 1870. Polacos⁴, desde 1875. Ucrrianos, desde 1890 (Macedo, 1996 *in* Sansone, 2000, p. 27).” Para Candau,

⁴ O termo “polaco” carrega uma conotação controversa e, em diversos contextos, é considerado ofensivo, embora ainda seja utilizado de forma informal. Inicialmente empregado para designar os imigrantes provenientes da Polônia, especialmente no Brasil, o termo passou a ser utilizado de maneira depreciativa, associando os imigrantes poloneses a estereótipos negativos.

Mesmo quando inscrita na construção de uma identidade coletiva (comunitária ou familiar, por exemplo), a transmissão que todo genealogista procura é, antes de tudo, a de si mesmo: salvaguardando a memória de seus ancestrais, ele protege também a sua. Se durante a reconstituição de sua filiação ele encontra a possibilidade de embelezá-la ou enobrecê-la, certamente tirará disso um proveito identitário evidente (Candau, 2019, p. 139-140).

Como já mencionado, essa transmissão repetida várias vezes é útil às estratégias identitárias. Essa exteriorização da memória “que se exprime por uma profusão de imagens” é tratada por Candau como *iconorreia*. “Toda a profusão de traços quanto à *iconorreia* contemporânea produzem a confusão e o esquecimento e são a expressão de um transtorno identitário provocado pela incapacidade de controlar a angústia da perda que acompanha toda a vida humana.” (Candau, 2019, P. 111).

Esta repetição da temática católica e italiana, que muitas vezes se correlacionam na imagem, tem por ideal uma homogeneidade cultural e uma possível construção de um imaginário de unicidade. Tais referências visuais orientam as “memórias individuais em uma mesma direção, focaliza-as em direção a significações particulares que terão, por conseguinte, grandes possibilidades de serem compartilhadas” (Candau, 2019, p.108). Partindo da premissa que a identidade é alimentada pela memória e que esta, no caso curitibano, vem sendo guiada pelas produções imagéticas encomendadas pela gestão municipal da época, podemos inferir uma busca por uma identidade essencial, aquela compartilhada pela maioria, como se os curitibanos fossem uma grande família.

A Recepção

A instalação do *chafariz* no centro histórico de Curitiba gerou ampla repercussão local, impulsionada por diversos fatores, entre os quais se destacam a ausência de consulta na fase de encomenda, a realocação de monumentos e as questões relativas à sua visualidade. Nesse sentido, ao nos voltarmos para uma análise social, abordaremos o contexto de circulação da *Fonte da Memória* e seus valores estéticos-ideológicos, contemplando aspectos como a encomenda, as exposições e a recepção da crítica de arte, tanto no meio artístico quanto entre o público.

O também chamado *Cavalo da Água* foi a primeira obra pública de Tod, que acreditava ter sido contratado, uma vez que a encomenda não passou por concurso público, por indicação de seus “clientes ligados ao meio pecuário, principalmente em São Paulo”, que encomendavam a ele “troféus e portais de haras”. Na entrevista reafirma: “Alguém de São Paulo deve ter me indicado” (O Cavalo...,

1995, n.p.).⁵ O pedido do cavalo para Praça Garibaldi ocorre, de acordo com as fontes de jornais, logo após seu retorno do exterior, onde em 1992 “foi estudar e estagiar numa fundição de arte em Paris” (*Ibidem*). Depois de dois anos, “Ricardo Tod volta a Curitiba em missão especial: criar a escultura que irá fazer parte da paisagem da Praça Garibaldi, por encomenda da Fundação Cultural de Curitiba” (Escultura..., 1995, n.p.). Sobre este período que finda em março de 1994, o “escultor conta que realizou projeto de uma escultura em praça pública em Paris,” (O Cavalo..., 1995, n.p.) o qual não foi aceito.

Em 1992, um editorial local já ressaltava o fascínio de Tod em conceber cavalos por meio da escultura. Naquele momento, aos 28 anos, o artista se dedicava, ao menos, há seis anos a essa prática. “Ora reproduzindo-os em fivelas de bronze/prata, troféus exclusivos para o hipismo, provas funcionais, morfológicas etc. Ora na forma de esculturas, sua maneira preferida de trabalho.” O editorial destaca, ainda, a “busca obsessiva do artista em caracterizar com perfeição as diversas raças de sua grande inspiração.” (Cavalos..., 1992, n.p.).

O ano de 1995 revelou-se particularmente fértil para encomendas e revitalizações, uma vez que, em um curto intervalo de tempo, jornais locais anunciavam inaugurações já antecipando as seguintes. Sob a chamada “obras de arte invadem as ruas de Curitiba” um editorial local trazia em destaque a nova fachada do cemitério municipal, recém-inaugurada, e a escultura em bronze de Marcelo Francalacci, instalada no jardim de entrada. “O trabalho é uma leitura moderna da ‘Pietà’ de Michelângelo, onde Nossa Senhora segura o filho morto, Jesus”. Em sequência, destacava a instalação recente, ainda antes da inauguração oficial, da obra “Cavalo da Água”, de Tod. Para, em seguida, sinalizar que a artista Lys Áurea Buzzi já havia sido contratada para conceber “um memorial às Américas” com inauguração prevista para 12 de outubro. “A representação do continente será composta por três anjos, correspondentes à América do Norte, Central e do sul. A ideia de simbolizar as três fatias do continente pelos anjos partiu do próprio prefeito Rafael Greca.” (Obras..., 1995, n.p.). Há diversas similaridades entre essas três esculturas: todas foram concebidas em bronze, integram projetos de revitalização de praças, foram inauguradas em 1995 e tiveram sua encomenda realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, sob a vigilância atenta do prefeito Greca.

⁵ Ricardo Tod, dizem suas notas biográficas, conheceu o barro e o bronze ainda menino na fundição de metais de seu pai, o também escultor e gravador Dinéias Tod. Ligado profissionalmente a pecuaristas e criadores de cavalo a frente da empresa Tod Metais, de 83 a 90, acabou se especializando em escultura de cavalos, realizando portais de haras, brasões e cabeças de campeões.

O contexto da instalação da *Fonte da Memória* insere-se na revitalização da Praça Garibaldi e seus arredores, que englobava, além do cavalo de Tod e o chafariz de Doubek⁶, a substituição de postes por “lampadários *art-nouveau*,”⁷ (O Novo...,1995, n.p.) a recuperação do piso, a renovação da pintura da Igreja do Rosário, e o restauro do monumento ao Monsenhor Celso Itiberê da Cunha e seu pedestal. “Inauguradas no final de maio, estas obras de recuperação do local fazem parte de um projeto que prevê, conforme a prefeitura, uma melhor exploração dos logradouros da cidade e, também, a adequação entre o moderno e o antigo, sem que haja perda da identidade local.” (Chafariz...1995, n.p.).

Em frente à Igreja do Rosário dos Pretos de São Benedito, localizava-se uma herma em bronze de Monsenhor Celso, cuja manutenção integrava o projeto de revitalização da praça. Com a reestruturação do local, o bronze, que presta homenagem ao vigário geral da Diocese de Curitiba, foi retirado para dar lugar à *Fonte da Memória*, sendo realocado em frente ao Palácio Garibaldi, que também estava sendo restaurado na época. Em entrevista, após falar sobre a instalação da *Fonte* e a pintura da Igreja, o prefeito disse:

E ainda revitalizamos a escultura de Turin, com pedestal talhado à maneira paranista por meu avô Greca, tirando o Monsenhor Celso Itiberê da Cunha detrás da moita onde se escondia, para colocá-lo diante do belíssimo Palácio Garibaldi, que está em oportuno restauro (O Novo...,1995, n.p.).

Outro editorial também abordou o restauro do monumento, dizendo que “A escultura feita por Turin, completou seu 50º aniversário neste ano [1995]. Ela está apoiada sobre um pedestal com desenhos de pinhais e pinhões” (Fonte...,1995, n.p.). Ambos os editoriais atribuem a escultura em bronze a João Turin. No entanto, a herma de Monsenhor Celso, instalada até os dias atuais em frente ao Palácio Garibaldi, sobre um pedestal de estilo paranista, é de autoria do escultor curitibano Oswald Lopes.⁸

⁶ Coube a Rodolfo Doubek Filho, além do projeto da fonte, o da urbanização da praça.

⁷ Segundo Greca, os lampadários são “réplicas dos que havia na Cidade em 1915, ao tempo da boa gestão do prefeito Cândido de Abreu.”

⁸ O molde em gesso da escultura encontra-se registrado na Secretaria de Estado da Cultura do Paraná sob o número de registro MP.3309, sendo protegido legalmente pelo Estado do Paraná. Datada de 1943, a obra teve o molde em gesso incorporado à coleção por meio de doação feita pela viúva do artista, Lucy Lopes, em 1973. Disponível em: <https://www.memoria.pr.gov.br/acervo/33936/>. Acesso em: 24 mar. 2025. Outras fontes confirmam a autoria da escultura em bronze como sendo de Oswald Lopes, entre elas: Hajar, G. I. *Monumentos de Curitiba: inventário do patrimônio material em logradouros públicos*. Curitiba: Guairacá, 2014, p. 105, e Sistema Pergamum de memória Curitiba. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/acervo/388887/referencia>. Acesso em: 24 mar. 2025. Outro molde do busto, em cimento e ferro, de Monsenhor Celso encontra-se sob os cuidados do Museu de Arte Sacra

Esse “xadrez” envolvendo os monumentos, parece não contribuir para a ideia sugerida pela Prefeitura durante as revitalizações, segundo a qual se trataria de uma “adequação entre o moderno e o antigo”, sem prejuízo à “identidade local”. Greca reitera essa concepção ao afirmar que “Tudo foi feito sem descaracterizar este setor histórico.” (Chafariz...,1995, n.p.). No entanto, para alguns,

A instalação do tal cavalo onírico na Praça Garibaldi excede tudo o que Greca já fez. Uma extravagância, uma excrescência, uma obra de gosto muito duvidoso, que está causando grande polêmica entre os meios intelectuais da cidade. Senão pelo mau gosto da peça, por *descaracterizar o local*, já que Greca para instalar seu cavalo que jorra água pela boca, mandou retirar dali o busto do monsenhor Celso. O prefeito achou a escultura bonita, escolheu o local para instalá-la e como tornou-se praxe em sua gestão, decidiu instalá-la. Não ouviu ninguém, a ninguém escutou nem consultou. A cidade protesta porque o prefeito exorbita. O gosto pessoal do prefeito não pode se sobrepor ao interesse público (Um Cavalo...1995, p. 2).

Ao afirmar a descaracterização do local, sustentada pela substituição das esculturas, e ao manifestar sua insatisfação com a gestão de Greca, o então deputado estadual Luiz Cláudio Romanelli alinhou-se ao grupo de políticos, professores universitários e artistas que, em uma mesma edição do jornal O Estado do Paraná, expuseram suas percepções sobre a *Fonte da Memória*, especialmente no que diz respeito à descaracterização do local, à ausência de concurso e à visualidade do monumento. Tal edição, coordenada pela colunista Adélia Maria Lopes, apresenta um conjunto de opiniões que repercutiram após a inauguração do monumento e que, ao final do editorial, foram refutadas pelo prefeito e ignoradas pelo artista.

Neste editorial, o geólogo Rodolfo J. Angulo, então professor da UFPR, defendeu, em comentário diagramado logo abaixo do de Romanelli, a existência de um “zoneamento de espaços públicos que pudesse resguardar, sobretudo aqueles locais que já têm uma identidade, como é o caso do Largo da Ordem e da Praça do Relógio” (A Fonte...,1995, n.p.), região onde se situa a *Fonte* de Tod. Em seguida, o pesquisador Cid Destefani fala do susto que levou ao ver que “para entrada triunfal do cavalo, o busto do monsenhor Celso [...] foi arrancado dali” (A Cavalo...,1995, n.p.). A repercussão foi ampla e alimentou diversos outros jornais com opiniões tanto contrárias quanto favoráveis, como se pode observar em julho de 1995, na Gazeta do Povo: “Uma passante manifestou revolta: não podiam

de Curitiba (MASAC.0540). Datado de 1932, este molde não apresenta registro de autoria. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/acervo/367882>. Acesso em: 24 mar. 2025.

ter tirado o Monsenhor Celso da frente da igreja. Ele era um santo que abençoava os que passavam em direção ao cemitério” (Você...,1995, n.p.). Comentário seguido pela fala de Luís Fernando Sade, à época proprietário da Galeria Acaiaca: “Pois eu garanto que a estátua dele [Monsenhor], agora colocada na frente da Sociedade Garibaldi está em muito melhor posição para abençoar todo mundo vindo de todas as ruas que levam ao cemitério. A visão ficou até melhor” (Você...,1995, n.p.). Para Candau (2019, p.166), “aquele que manipula o passado pessoal, familiar e regional cria-se a si próprio ao mesmo tempo, em que cria adversários.” Tanto o busto de Monsenhor Celso quanto a *Fonte da Memória* evocam memórias, distintas entre elas, mas que fazem parte de um embate político, uma batalha de memórias. Substituir uma estátua por outra faz parte de um jogo de camada memorial que fragmenta, enriquece ou propicia o esquecimento de uma, ou de outra.

Uma outra linha de críticas surge em relação à visualidade do conjunto escultórico, sobretudo no que tange ao bronze animalista de Tod e à sua expressão de angústia. “Hoje, a praça ostenta a cabeça de um cavalo degolado e ainda assim num cabresto. Sua cara de dor, que eu julgava histórica, afugenta os pombos, afugenta os passos de seus habitantes, afugenta os turistas” (A Cidade..., 1995, n.p.), afirma a poeta Alice Ruiz. Em seguida, sob a mesma perspectiva que permeia toda a página da edição, o artista plástico e professor da Universidade Federal do Paraná, Eduardo Nascimento, interpreta a obra como “um desrespeito a inteligência estética e artística da cidade.” (Desrespeito...,1995, n.p.). O limite entre o público e o privado é questionado, à época, pelo escultor Claudio Alvarez, que considera o monumento “o mais recente absurdo exercício da imposição estética de um pequeno grupo, que pratica o mecenato com o dinheiro público decorando a cidade como se fosse o jardim de sua própria casa.” (Adorno...1995, n.p.). Adotando postura semelhante, a artista e, na época, professora universitária Mazé Mendes manifesta sua opinião, afirmando que “Conceitos ou significados não justificam a instalação de obras de arte em locais públicos, sem critérios, correndo sério risco de grande poluição visual na cidade. Além da falta de concurso, a imposição de tendências estéticas ou religiosas, alheios a opinião pública.” (É Preciso...,1995, p.3). A temporalidade estética e os recursos alocados no conjunto são abordados pela então professora de escultura Lígia Borba, que afirma: “pode-se aceitar que a sensibilidade estética de quem anda pelas ruas de sua cidade e as noções de legalidade no uso do dinheiro público sejam assim desconsideradas? Obras públicas devem ser públicas, e arte contemporânea deve ser contemporânea.” Ainda segundo a professora, “os concursos existem para garantir o cumprimento desses aspectos” (E Os Concursos..., 1995, n.p.).

Alinhada à insatisfação estética, como já mencionado, surge a questão da ausência de consulta pública na encomenda da *Fonte da Memória*, especialmente entre os membros do meio artístico e intelectual. A professora de história Elisabeth Gonehr elogia a valorização da arte e dos artistas por parte de Greca. Contudo, para ela, a “escolha de obras públicas, deveria envolver um número maior de pessoas.” Ela complementa sua reflexão, afirmando: “Um pouco de modéstia e um cuidado maior com a colocação das placas, já que muitas vezes se têm a impressão que as obras foram encomendadas para justificarem e ilustrarem as placas que as acompanham.” (Decisão...,1995, n.p.). A artista plástica Eliane Prolik busca uma referência internacional ao citar a cidade de Barcelona que, “num período de crescimento urbano, novas áreas, praças e bairros foram revitalizados e concebidos por arquitetos, urbanistas, intelectuais e artistas para que, juntos, dessem à cidade, sim, um novo e importante patrimônio arquitetônico e cultural.” (Temos..., 1995, n.p.). A artista Neri G. da Rosa, também se inspirando em práticas fora do Brasil, considera que “temos que respeitar o estilo ‘gregoriano’ do prefeito Greca,” mas acredita que “a coisa está um pouco exagerada” citando como exemplo a Rua da Cidadania, junto ao Terminal de Ônibus do Carmo, no Bairro Boqueirão, que, para ela, “parece uma penteadeira de prostíbulo.” Neri finaliza sua opinião referindo-se à cidade de Boston, nos Estados Unidos, como “um exemplo de bom gosto/tradição/modernidade.” (Gongorismo...,1995, n.p.). Já o artista plástico Carlos Eduardo Zimmermann considera Paris “um exemplo inigualável” quando se trata das diversas possibilidades de intervenção na paisagem urbana (Cenário...,1995, n.p.).

Em defesa da participação de escritórios privados de arquitetura na elaboração de projetos para a esfera pública, o arquiteto Marcos Bertoldi sustenta a “retomada de concursos locais ou nacionais,” pois, segundo ele, isso “traria uma arquitetura mais independente e livre, com maior capacidade de adequação social, cultural e histórica.” De acordo com Bertoldi, “a ninguém interessa uma arquitetura política,” e afirma que o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – não deve assumir o papel de um escritório de projetos, devendo ser reescrito como “IPPPUC”, com o terceiro “pê” de Projeto, o que, em sua visão, distorceria a função original de pesquisa e planejamento que lhe cabe (Arquitetura...,1995, n.p.).

A demanda por explicações sobre a escolha do artista e a necessidade de um comitê especializado surgem, na mesma edição, nas palavras da professora de filosofia da UFPR, Maria Izabel Limongi, quando expressa seu interesse em “saber qual foi o processo de escolha de uma escultura de mau-gosto e celebrativa como a do cavalo” (Curiosidade...,1995, n.p.). Este comentário é seguido pelo

do artista Iftar Pelled, que faz um apelo pela “constituição de críticos brasileiros para realização de obras públicas dignas.” (Um Apelo...,1995, n.p.). Em tom irônico, o designer Antônio Guinski afirma: “é uma obra politicamente correta.” (Ironia...,1995, n.p.). O então vereador pelo Partido dos Trabalhadores, Jorge Samek, ao reconhecer “as virtudes” de seus “adversários”, elogia o prefeito Rafael Greca pela sua capacidade de arrecadação de verba internacional e pelos investimentos em saneamento e transporte coletivo para a cidade. Apesar disso, Samek vê a necessidade de Greca “ouvir mais pessoas” e se assessorar com “um conselho artístico” quando da encomenda do “cavalo-chafariz”, e, especialmente, em relação ao gasto de “3 a 4 milhões de dólares” que seriam destinados ao “Memorial dos 300 anos” (Virtudes...,1995, n.p.).

Diante de toda essa carga crítica, o prefeito Rafael Greca “preferiu saborear a polêmica, (A Cavalo...1995, n.p.)” como anunciado na abertura da edição do jornal O Estado do Paraná, e fez suas considerações na página seguinte às opiniões sobre a *Fonte da Memória*. E defendeu sua escolha dizendo o seguinte:

O moderno urbanismo recomenda a permanente revitalização dos sítios históricos. Somente demagogia pré-eleitoral de quinta classe aceita a ideia de que a beleza não é função urbana.

Mesmo os excluídos merecem o pão do espírito.

Arte em praça pública, fontes generosas emoldurando a expressão dos artistas, espaços verdes bem iluminados, são áreas conquistadas para a felicidade do povo, já que ninguém cobra ingresso dos que frequentam a Praça Garibaldi.

Os verbos conservar e criar, antagônicos no dicionário, são sinônimos no bom Urbanismo.

Só a criação do novo – e até a polêmica que o novo provoca – possibilita a preservação da alma das cidades.

Assim, para revitalizar o velho adro da Igreja do Rosário, e dar nova força à ideia do Setor Histórico de Curitiba, criamos a Fonte da Memória.

[...] O escultor Ricardo Tod – ninguém pode dizer que não é curitibano – piá do Bacacheri, criado nas chácaras dos arredores do Parque Inglês, menino da Rua São Francisco, depois de valoroso estágio em Paris, surge entre nós com o Cavalo de Água, prisioneiro do granito, resistente à opressão do progresso.

O cavalo, elemento de tração antiga, personagem dos poemas épicos, capaz de unir a memória de tropeiros, imigrantes, índios e conquistadores, é revelado, no limiar do Século XXI, como sonho do passado que Curitiba não esquece.

Porque as coisas mudam. Porque só cavalos de sonho podem matar sua sede no velho bebedouro do Largo da Ordem. Porque dona Hermínia Perusso, a última nona carroceira de Santa Felicidade, já não vem ao centro entre véus de cerração de cada manhã, atropelada por um ônibus da Viação Mercês, fizemos o monumento e a fonte.

[...] Tudo isso não nos livra da polêmica – deliciosa polêmica que nos revela o interior das pessoas, as verdadeiras dimensões de cada talento.

Polêmica que não nos dispensa - qualquer seja nossa cor partidária, ou nosso estado de espírito – de proclamar que o homem é o que o homem conhece, e que a Cidade só permanece se não perde sua alma.

Viva Curitiba, que agora tem Fonte da Memória, até para ter assunto (O Novo..., 1995, n.p.).

Com esse relato, Greca parece esclarecer o motivo pelo qual a encomenda se refere à imagem de um cavalo, corroborando, assim, a declaração de Tod, proferida antes da inauguração, segundo a qual “o próprio Rafael sugeriu o tema para escultura” (Fonte..., 1995, n.p.). No entanto, não apresenta justificativas acerca da ausência de um concurso público, tampouco refuta as críticas à sua postura personalista em relação à escolha da estética animalista, ao local de instalação e ao artista responsável pela execução da obra. Isso, por sua vez, reforça a noção de uma imprecisa delimitação entre o domínio público e o privado.

Por fim, esta seção do jornal, assinada pela colunista Adélia Maria Lopes, expõe a posição do artista responsável pela execução da obra diante das controvérsias envolvendo seu bronze. Após uma breve descrição das dimensões e da localização da escultura, a voz de Tod surge em uma tentativa de justificar a ausência de concurso público e sua contratação pela Prefeitura. Segundo ele, como já mencionado, “alguém de São Paulo” (O Cavalo..., 1995, n.p.) deve ter o indicado. Tal declaração é significativa, pois, no momento da entrevista – já quase um mês após a inauguração de todo o complexo escultórico –, o artista revela uma notável imprecisão acerca das razões e do processo que originaram sua contratação. Isso parece refletir, ou até mesmo confirmar, a aleatoriedade de todo o trâmite relativo à encomenda.

Satisfeito com o resultado final, Tod afirma ter superado o “desafio a que se propôs.” Segundo ele, “eu acho que transmiti bem a ideia de que o cavalo está sofrendo ao atravessar um monolito de granito,” buscando simbolizar, por meio da combinação da linguagem acadêmica e da geometria, a “opressão do progresso sobre a tradição.” Em seguida, justifica a escolha de esculpir apenas a cabeça do cavalo, explicando que o monumento se trata de “uma fonte” e, por esse motivo, “precisava dar a ela muito movimento através apenas da expressão.” Para Tod, a cabeça parecia ser muito grande em seu ateliê, “mas colocada na praça ficou uma boa concepção.” (O Cavalo..., 1995, n.p.).

Nas palavras da colunista, “um pouco alheio à polêmica,” Tod, naquele momento, encontrava-se dedicado à inauguração de sua galeria-ateliê, que ocorreria nos dias subsequentes na Rua São Francisco. A inauguração contaria com a exposição de suas obras, agrupadas sob o título *Aest Aeternum*

Est (o bronze é eterno). Juntamente com elas, seriam exibidas a maquete original e fotografias ilustrativas do projeto do *Cavalo da Água da Fonte da Memória* (O Cavalo É...,1995, n.p.). Os estudos para o Cavalo da Praça Garibaldi foram, igualmente, fruto de um “convite da Prefeitura de Paris,” e “para desespero de alguns críticos e despeitados locais” (O Artista...,1995, n.p.), expostos na capital francesa em outubro de 1995.

Há aqueles, inquietos com os posicionamentos negativos, que saem a favor do prefeito, do artista e da *Fonte da Memória*. Gente “vacinada contra a inveja” diz Domingos Pellegrini (1995) em entrevista a Margarita Sansone, esposa de Greca, diante dos convidados na abertura da galeria de Tod. “Sem dúvida, a obra de arte mais polêmica da cidade no em curso é o ‘Cavalo D’Água.’” (Você...,1995, n.p.) O editorial conta que durante uma hora buscou ouvir as opiniões de passantes, proprietários e funcionários dos estabelecimentos comerciais aos arredores da Praça Garibaldi, e o resultado foi o seguinte: “oitenta por cento das pessoas ouvidas acha que o cavalo é ‘lindo’, ‘maravilhoso’. Dez por cento acha horrível. Diz que ele agoniza, vomita água. Os demais, quase todos intelectuais, diz que é uma arte ainda não digerida” (Você...,1995, n.p.). O Já citado galerista Fernando Sade (1995), diz, contrariando os que acusam o prefeito de “descobridor de talentos”, que “Tod não é nenhum principiante. Muito menos um amador. Tem atrás de si toda uma tradição de família ligada à fundição de bronze e à criação de cavalos,” e completa: “Ele [Tod] juntou isso tudo a um talento enorme para a arte de esculpir e não apresentaria um trabalho medíocre.”

Souto Neto (1995), que se considera “um dos raríssimos críticos de arte do Paraná com coluna em jornal,” faz três reflexões acerca da nova fonte. A primeira decorre da estranheza de alguns em relação ao fato de o cavalo de bronze derramar água pela boca. Baseando-se em uma visita que fez à Bélgica, o crítico afirma ter visto uma fonte semelhante e, portanto, considera o tema da *Fonte da Memória* como “natural, usual e belo”. A segunda reflexão: “a escultura de Ricardo Tod é criativa, forte e dramática.” Para Souto Neto, a placa inaugural, com os dizeres ali inscritos, torna o tema equino “oportuno e adequado para o local.” Acrescenta, ainda, que “todo conjunto, e a cascata, foram concebidos com bom-gosto e equilíbrio”. Por fim, a terceira reflexão: “em qualquer parte do mundo, as cidades com profusão de fontes são, via de regra, as de passado mais rico e de maior importância cultural.” Para Souto, Curitiba, “a bem da verdade, é paupérrima em fontes, de modo que é muito bom que essa escultura grande de Ricardo Tod tenha sido feita e, mais ainda, colocada no setor histórico da

capital, valorizando-o.” Em sua avaliação, “estética e requinte têm sido uma constante na administração Greca de Macedo.”

A edição da Gazeta do Povo de 25 de junho de 1995 transcreve, na íntegra, a seção “Pé Vermelho” do jornalista Domingos Pellegrini, publicada dias antes (21 de junho) no jornal O Estado do Paraná, na qual o colunista defende a instalação da *Fonte* e critica os intelectuais, afirmando:

A polêmica em torno da escultura de Ricardo Tod, na Praça Garibaldi, é típica da rancinze [sic] e rabugice de intelectuais. Este jornal [O Estado do Paraná] publicou painel sobre pseudo-polêmica, com mais de duas dezenas de depoimentos condenando a escultura. Desfilaram suas críticas ácidas e indignadas um deputado estadual da oposição, um vereador também da oposição, uma ex-assessora cultural do prefeito, só desafetos e, de resto, artistas plásticos, concorrentes do escultor no mercado de trabalho, e professores universitários (Pellegrini, 1995, p. 10).

O termo “pseudo-polêmica”, empregado por Pellegrini, decorre de sua interpretação dos depoimentos, os quais, em sua maioria, são acima antecipados, reunidos em uma edição do jornal O Estado do Paraná, datada de 18 de junho de 1995. Para o colunista, tais depoimentos “valem por revelar uma grave falha jornalística, uma manipulação intencional ou ingênua, que, porém, compromete gravemente a credibilidade.” (Pellegrini, 1995, p. 10). De acordo com o jornalista, a escultura de Tod, por estar instalada em uma praça pública, não se destina ao “deleite dos iluminados numa galeria de arte,” referindo-se ao grupo de professores universitários, políticos e artistas que expressaram suas opiniões na referida publicação. Assim, Pellegrini sugere que a edição deveria ter consultado uma diversidade de pessoas que frequentam a praça. Além disso, em um gesto de renúncia ao posicionamento dos intelectuais, afirma que a escultura de Tod “é tão simples que [eles] não entendem”, e, em sua visão, esse público prefere uma “coisa complicada” para, entre seus pares, poder afirmar que compreendem e apreciam a obra, enquanto desdenham do povo que, efetivamente, “vive a praça.” Em seguida, propõe a criação de um segundo painel de opiniões, sugerindo quem deveria ser ouvido e os responsáveis por essa nova pesquisa. Contudo, conclui que “claro que isso vai ficar por isso mesmo, como acontece com as polêmicas intelectuais.” (Pellegrini, 1995, p. 10).

Dando volume ao seu extenso depoimento, Pellegrini enfatiza que,

Na verdade, o motor dessa pretensa polêmica é a mais pura inveja, isso fica evidente nos depoimentos dos artistas plásticos, e também a política, como sempre, além da graciosa alienação dos professores. Alguns chegam a ser patéticos. Essa gente, quando vê uma coisa simples e que funciona ficam perplexos e desarvorados! [...]

Quanto mais cheia de preconceitos a pessoa, mais cercada de prevenções – e digo de boca cheia que não há gente com mais preconceitos culturais que os intelectuais (Pellegrini, 1995, p. 10).

Para ele, a palavra final sobre o patrimônio público estará, “como sempre, com as crianças e os pobres de espírito.” Citando o “aramaico original de Jesus”, ele afirma que estão “despidos, nus de espírito,” o que, para o jornalista, significa “sem preconceitos, prontos para receber a verdade ou apreciar o mundo com os próprios olhos.” Dando sequência ao raciocínio, menciona ter observado a “curiosidade das pessoas comuns, ali, logo virando afeto e adoção.” Nesse contexto, relata também o exemplo de sua filha, que “olhou e amou de imediato a escultura.” (Pellegrini, 1995, p. 10).

Próximo de concluir seu posicionamento nesta edição, Pellegrini coloca em confronto o prefeito Rafael Greca e os intelectuais “amargurados.” Para ele, a resposta a esse embate viria nas eleições,⁹ momento “quando o povo dá ao prefeito o poder, inclusive de criar e inovar, dirigindo sua criatividade para o gosto comum e não apenas para o gosto dos intelectuais.” Em seguida, posiciona Ricardo Tod fora dos “ninhos da intelectualidade” definindo-o como um artesão em busca de uma nova carreira. Acrescenta ainda que “Greca contou que viu a escultura na forma de miniatura, e pediu a Tod a ampliação para botar na praça,” o que refuta a ideia de uma encomenda com uma temática previamente determinada. Por fim, conclui suas opiniões afirmando que o “prefeito foi eleito, inclusive para criar. E tem gente que não aceita isso, ficam criando também – chifre em cabeça de cavalo.” (Pellegrini, 1995, p. 10).

O embate revela-se profícuo e continua a alimentar as edições subsequentes dos periódicos locais. Em uma dessas ocasiões, Greca, ao apresentar sua defesa, declara: “Se o povo me elegeu com o voto, acho que esse voto me credencia para escolher, em nome do povo, as obras de arte que a prefeitura puder comprar para ornamentar a cidade.” (Greca, 1995, n.p.). Essa declaração confere destaque ao termo *ornamentar*, que pode ser interpretado como apenas *decorar*, assim como se decora uma sala de estar em sua casa ou ornamenta um jardim. Contudo, ainda que as iniciativas de encomenda revelem um viés *personalista* – e, por vezes, até mesmo de cunho privado – as obras são financiadas com recursos públicos, instaladas em espaços públicos e veiculam narrativas que, conforme indicam

⁹ Naquela época, a legislação não permitia a reeleição para o cargo de prefeito. Dessa forma, Greca foi sucedido por Cássio Taniguchi, e, em 1997, assumiu secretarias no governo, sendo posteriormente eleito deputado federal em 1998.

as fontes consultadas, são selecionadas pelo prefeito em exercício. Assim, mesmo quando concebida sob a perspectiva da ornamentação, a obra de arte carrega consigo uma densidade simbólica e uma narrativa que se insere, segundo Paul Ricoeur (2007, p. 98), “a serviço do fechamento identitário da comunidade.” Nesse contexto, as composições imagéticas advindas desse processo estético-político atuam na produção, no resgate, na sustentação e na transmissão de memórias convencionadas. Sobre essa dinâmica, Candau observa que tal transmissão nunca ocorre de forma “pura” ou desinteressada, pois, “para ser útil às estratégias identitárias, ela deve atuar no complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento.” (Candau, 2019, p. 106).

Na esteira de seu depoimento, no qual interpreta o voto popular como uma forma de legitimidade para suas decisões estéticas, Greca afirma que a cidade de Curitiba “terá muitos cavalos.” Pois, segundo ele, “o cavalo talvez seja o animal mais importante da história da civilização. Por que não homenageá-lo? Não vou parar no ‘Cavalo d’água’. Já encomendei outros em várias versões, inclusive alados, como na mitologia grega.” (Até Cavalos..., 1995, n.p.).

Encargo e diretrizes

Do ponto de vista dos procedimentos de análise voltados à compreensão das dimensões socioculturais da encomenda, este escrito apoia-se nos aportes metodológicos de Michael Baxandall (2006), professor emérito de História da Arte e da Tradição, e autor da obra *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. Em consonância com seu pensamento, entendemos que a solução concreta e final de um problema constitui o próprio objeto artístico que nos é apresentado, que no caso em questão é a obra encomendada pelo poder executivo municipal e instalada em Curitiba no ano de 1995. A fim de compreendê-la, tenta-se reconstruir o problema específico que o artista queria resolver e as circunstâncias específicas que o levaram a produzir tal artefato histórico como ele é. Nessa perspectiva, fundamentamo-nos nas noções de *Encargo* e *Diretrizes*, formuladas por Baxandall, com o intuito de interpretar tanto o processo de encomenda quanto a resposta artística oferecida aos propósitos do então prefeito Rafael Greca.

Em *Padrões de intenção*, Baxandall – antes de aplicar as noções de *Encargo* e *Diretrizes* à análise de uma obra de arte – propõe uma reflexão inicial por meio da construção de uma ponte. O exemplo

empregado refere-se à concepção e edificação da ponte sobre o Rio Forth, realizada no século XIX com o intuito de conectar três importantes centros urbanos da costa leste escocesa (Aberdeen, Dundee e Edimburgo) entre si e ao restante da Inglaterra (Baxandall, 2006, p. 49). À época, a Companhia da Ponte do Rio Forth contratou dois engenheiros para a execução do projeto: John Fowler, encarregado dos acessos, e Benjamin Baker, responsável pelo projeto estrutural e pela construção da ponte propriamente dita. Para Baxandall, o *Encargo geral* atribuído a Baker consistia em “fazer uma ponte”, o que implicava, entre outras ações, “atravessar um rio” e “dar acesso”. Esse Encargo foi determinado pela própria Companhia, entidade responsável pela gestão da obra, e, em termos mais amplos, representa uma encomenda, ou seja, um pedido formal proveniente de uma autoridade externa.

No entanto, Baxandall propõe uma ampliação do conceito ao considerar um segundo exemplo, desta vez no campo da pintura: o caso de Pablo Picasso. Diferentemente de Baker, Picasso, ao conceber e realizar o *Retrato de Kahnweiler* (1910), não contava com uma instituição análoga à Companhia da Ponte do Rio Forth que lhe atribuísse um *Encargo* formal. Nesse contexto, segundo o autor, o *Encargo* foi definido pelo próprio artista, uma vez que a criação da obra partiu de sua iniciativa pessoal. Assim, neste segundo caso, a natureza do *Encargo* advém do “conjunto das pinturas anteriores que ele considerava dignas desse nome, mesmo que fossem muito diferentes, em estilo e em intenção, do seu próprio trabalho.” (Baxandall, 2006, p. 86-87). Entre 1906 e 1910, por exemplo, é plausível supor que Picasso visse Cézanne sob múltiplas perspectivas: como uma referência histórica e estética significativa, cujos princípios e desafios passaram a compor o compromisso de sua própria prática pictórica, isto é, seu *Encargo* (Baxandall, 2006, p. 104).

Para Picasso, portanto, os trabalhos de Cézanne funcionavam, em certo sentido, como orientações ou comandos internos, comparáveis, em analogia à engenharia, ao imperativo de “atravessar o rio” enfrentado por Baker. As soluções formais elaboradas por Cézanne forneciam a Picasso recursos pictóricos com os quais ele poderia enfrentar e resolver problemas específicos em sua produção (Baxandall, 2006, p. 104-105). Interpreta-se, então, que no caso de Picasso o *Encargo* “faça uma pintura” não derivava de uma ordem externa (uma encomenda), mas de um gesto voluntário, oriundo de um diálogo criativo com uma tradição artística preexistente (Cézanne). Trata-se de distinguir o *Encargo* interno e deliberado do artista, expressão de sua autonomia intelectual e estética, do *Encargo* externo, imposto por uma encomenda formal, que independe da vontade do criador. Ao aproximarmos esse arcabouço teórico do objeto deste artigo, compreendemos que a obra finalizada e

instalada se constitui como produto de um problema específico, configurando-se, assim, como resposta a um *Encargo*. Nessa analogia, o artista contratado, Ricardo Tod, equipara-se à figura de Baker, assumindo a responsabilidade pela obra em si.

Assim como o conceito de *Encargo*, a noção de *Diretrizes* também não possui uma definição única e restrita. No caso de Baker, suas *Diretrizes* eram múltiplas e envolviam desde a necessidade de enfrentar os fortes ventos laterais, que poderiam comprometer a estabilidade da ponte, até o desafio de lidar com o fundo argiloso do rio, passando ainda pela exigência de permitir a livre circulação de embarcações sob a estrutura (Baxandall, 2006, p. 82). Essas *Diretrizes* derivavam das condições locais e ambientais do local de implantação da obra, constituindo um conjunto de fatores que, por sua vez, contribuíam para delimitar o próprio *Encargo* atribuído a Baker. De modo análogo, no caso do artista analisado neste artigo, as *Diretrizes* ambientais referem-se a aspectos como o local de instalação da obra, as dimensões do espaço disponível, a irregularidade das superfícies, a distinção entre ambientes internos ou externos, entre outras coisas. Todos esses elementos condicionaram as soluções formais encontradas pelo artista na resolução dos problemas propostos, influenciando diretamente o resultado final da obra.

A segunda acepção do conceito de *Diretrizes* está relacionada ao ambiente sociocultural no qual o agente responsável pela criação da obra está inserido. Dentro desse campo de possibilidades, constituído não apenas pelas *Diretrizes* propostas por Greca, mas também pelas exigências do mercado e pelas instituições que o cercavam, o artista dispunha de certo grau de liberdade para elaborar suas próprias *Diretrizes*. Essas instituições, especialmente as vinculadas ao mercado, não impõem orientações unívocas, ou seja, que admitam apenas uma única interpretação ou resposta. O artista, portanto, pode escolher como reagir a tais indicações. Segundo Baxandall, a demanda de mercado oferece uma margem significativa de escolha ao pintor [ou artista], e sua resposta não é apenas determinada por essa cultura, mas também atua sobre ela de forma recíproca, influenciando-a e transformando-a (Baxandall, 2006, p. 119).

Em resumo, a relação entre *Encargo* e *Diretrizes* pode ser compreendida da seguinte maneira: o *Encargo* corresponde à tarefa proposta *a priori* – podendo assumir um caráter involuntário e externo (como a encomenda de uma ponte feita a Baker, ou de uma escultura solicitada a Ricardo Tod), ou voluntário e interno (como no caso de Picasso, ao afirmar “quero fazer uma pintura”). Já as *Diretrizes* referem-se às escolhas - sempre voluntárias e internas - feitas para a concretização dessa tarefa. No

caso de Baker, manifestam-se nas decisões de ordem técnica; em Picasso e no artista aqui estudado, nas decisões estilísticas, as quais frequentemente envolvem um diálogo, crítico ou afirmativo, com a tradição pictórica. Assim, de forma esquemática, pode-se dizer que o *Encargo* representa o problema inicial, o “O QUÊ” que exige ou propõe previamente. As *Diretrizes*, por sua vez, correspondem às respostas possíveis: os caminhos escolhidos, o método aplicado, a formatividade, ou seja, o “COMO” que se materializa na prática artística.

Diante dessa ampla discussão, num primeiro momento, é possível identificar o *Encargo* atribuído a Tod como sendo a criação de uma escultura em bronze de um cavalo, baseada em uma narrativa escolhida pelo prefeito. Dessa forma, a encomenda assume contornos semelhantes aos de outras já realizadas. Greca estabelece o *Encargo* geral e propõe algumas *Diretrizes*, principalmente relacionadas à sua interpretação pessoal da história e da memória local. O artista, nesse caso Ricardo Tod, responde ao *Encargo* e às *Diretrizes* estabelecidas criando suas próprias *diretrizes* particulares, moldadas por seu contexto sociocultural. Isso se evidencia nos trechos anteriormente destacados, que ressaltam o envolvimento de Tod com o universo das competições pecuárias e sua formação familiar, marcada pela figura do pai escultor. Assim, sua trajetória artística revela que a representação do cavalo já integrava sua construção plástica desde antes dessa encomenda.

No entanto, o relato já mencionado de Pellegrini destaca que “Greca contou que viu a escultura na forma de miniatura, e pediu a Tod a ampliação para botar na praça” (Pellegrini, 1995, p. 10). Sendo assim, tudo indica que a obra já existia anteriormente à encomenda, ainda que em escala reduzida. Isso nos leva a considerar que a narrativa foi incorporada à obra *a posteriori*, não tendo, portanto, funcionado como *Diretriz* para sua concepção plástica.

Considerações finais

Como se pode observar, as críticas mais contundentes concentram-se na ausência de consulta pública quanto à escolha da visualidade da obra a ser instalada em um espaço público. No entanto, é importante destacar que a alternativa proposta por agentes do campo artístico e da esfera pública – críticos à atuação de Greca –, na qual a participação social restringe-se à validação prévia da produção artística por parte do público, tampouco configura um modelo ideal de elaboração de arte pública. Ao contrário, revela-se também problemática, na medida em que reduz a participação cidadã à mera autorização da realização, negligenciando outras dimensões do envolvimento coletivo. E quanto às

capacidades de produção? Onde se situam as possibilidades efetivas de a sociedade participar ativamente do processo criativo?

A forma adotada por Greca na encomenda das obras, em especial da *Fonte da Memória*, fundamenta-se em sua interpretação particular da história local, em sua visão de mundo, em suas memórias pessoais e nas de seus pares, bem como na escolha deliberada e interessada do artista. Tal abordagem inviabiliza que as ações culturais sejam conduzidas de maneira articulada entre os poderes públicos, as instituições civis, as entidades privadas e os grupos comunitários no âmbito do desenvolvimento simbólico, desconsiderando, assim, as necessidades culturais da maioria da população.

Essa prática restringe a atuação de outros grupos sociais na definição das visualidades e dos símbolos que orientam a construção da memória coletiva e da identidade local, negando-lhes o acesso a esse imaginário compartilhado. Trata-se de uma concepção de cultura centralizadora, em que as decisões se concentram exclusivamente nas mãos do Estado, ou, como neste caso, na figura de um único indivíduo, revelando uma pretensão de silenciar a expressão cultural da maioria. Tal postura evidencia o temor das elites diante da possibilidade de que o povo possa pensar e agir autonomamente (Coelho, 1986, p. 13).

Nas sociedades contemporâneas, é fundamental considerar a pluralidade de filiações que compõem a identidade de cada indivíduo, o que inviabiliza qualquer pretensão de construção de uma memória ou identidade homogênea, uma fantasia já anteriormente mencionada. A memória, por sua vez, ao mesmo tempo em que exerce um papel formador, também pode ser moldada; enquanto organiza e estrutura o tecido social, pode igualmente contribuir para sua desestabilização.

A *Fonte da Memória* sintetiza, assim, os paradoxos das encomendas do período: de um lado, a tentativa de construir uma memória homogênea, vinculada a uma identidade curitibana idealizada (europeia, católica); de outro, a resistência de grupos que reivindicavam participação democrática nas decisões culturais. A obra, mais do que um objeto artístico, tornou-se um lugar de memória em disputa, onde se confrontam narrativas oficiais, críticas estéticas e demandas por representatividade. Este capítulo reforça a tese central de que as encomendas da gestão Greca serviram menos à preservação histórica e mais à consolidação de uma imagem pública do prefeito como “mecenas” e da cidade como espelho de suas filiações.

Referências

- A CAVALO dado não se olha os dentes. *Almanaque Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- A ÚLTIMA verdureira solitária: Dona Hermínia, sua carrocinha e seu cavalo. *Panorama*. Curitiba, v. 35, n.349, p.4-5, jul. 1985.
- ALVAREZ, C. Adorno imposto. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- ANGULO, R. J. A fonte e o poder. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- ARIOLI, C. K. Incorporação de Acervos: Diretoria de Patrimônio Cultural, *Fundação Cultural de Curitiba*. Documento recebido em: 14 dez. 2023.
- BAXANDALL, M. *Padrões de intenção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BERTOLDI JR., M. Arquitetura política. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- BORBA, L. E os concursos? *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019.
- CAVALOS são o principal tema de Ricardo Tod. *Gazeta do Povo*, Curitiba. 04 jan. 1992.
- COELHO, Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p. 13.
- DESTEFANI, C. A cavalo dado não se olha os dentes. *O Estado do Paraná*, Curitiba. 18 jun. 1995.
- ESCULTURA para a Garibaldi. *Indústria e Comércio*, Curitiba. 18 mai. 1995.
- FONTE da memória completa as obras de revitalização. *Indústria e Comércio*, Curitiba. 24 mai. 1995.
- GALANI, Luan. A nonna que virou cartão postal de Curitiba. *Gazeta do Povo*, Haus. Curitiba, fev. 2017. Em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/nonna-que-virou-cartao-postal-de-curitiba/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1994.
- GONERHR, E. Decisão democrática. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- GRECA, R. Chafariz moderno e iluminação integram plano de renovação na Praça Garibaldi. *Indústria e Comércio*, Curitiba. 25 mai. 1995.
- GRECA, R. O novo e a polêmica possibilitam a preservação da alma da cidade. *O Estado do Paraná*, Curitiba. 18 jun. 1995.

- GRECA, Rafael. Até cavalos alados. *Gazeta do povo*, Curitiba. 22 ago. 1995.
- KAMINSKI, R. NAPOLITANO, M. (org.). *Monumentos, memória e violência*. São Paulo: Letra e Voz, 2022.
- LIMONGI, M. I. Curiosidade. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- LOPES, A. M. A cavalo dado não se olha os dentes. *Almanaque Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- LOPES, A. M. O cavalo é a primeira obra pública de Tod. *Almanaque Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- MACEDO, 1996, in: SANSONE, M.P. **Sérgio Ferro, um artista brasileiro: na Capela dos Fundadores do Memorial de Curitiba**. Curitiba. Ministério do Esporte e Turismo; Prefeitura Municipal de Curitiba, 2000.
- MACEDO, R. G. de. O novo e a polêmica possibilitam a preservação da alma da cidade. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- MACEDO, Rafael Greca de. *Curitiba: Luz dos Pinhais*. Curitiba: Solar do Rosário, 2016.
- MACEDO, Rafael. V. Greca de. *Revista Voi*. Curitiba. 2005. Entrevista.
- MENDES, M. É preciso critério. *O estado do Paraná*, Curitiba. 18 jun. 1995.
- NASCIMENTO, E. Desrespeito. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- NETO, F. S. Ainda o “Cavalo de Sonho” de Ricardo Tod. *Indústria e Comércio*, Curitiba, 19 ago. 1995.
- NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo: Proj. História, 1993.
- O ARTISTA plástico Ricardo Tod segue a Paris no próximo mês. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 set. 1995.
- PELLED, I. Um apelo. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- PELLEGRINI, D. Chifre em cabeça de cavalo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 jun. 1995. Pé Vermelho, p. 10.
- PELLEGRINI, D. Zoom III. *Zoom Margarita Sansone*. Curitiba, jun. 1995.
- REINSTEIN, I. Chafariz moderno e iluminação integram plano de renovação na Praça Garibaldi. *Indústria e Comércio*, Curitiba. 25 mai. 1995.
- RICARDO Tod. *Folha de Londrina*, Curitiba. 22 nov. 1996.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007, p. 98.
- ROCHA, J. Fonte da Memória completa as obras de revitalização. *Indústria e Comércio*, Curitiba, 25 mai. 1995.
- ROMANELLI, L. C. Um cavalo onírico. *O Estado do Paraná*, Curitiba. 18 jun. 1995.
- ROSA, N. G. Gongorismo. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- RUIZ, A. A cidade no cabresto. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- SADE, F. Você decide. *Gazeta do Povo*, Curitiba, jul. 1995.
- SAMEK, J. Virtudes e chafarizes. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- SANSONE, M. P., *Fundação Cultural de Curitiba: no limiar do novo milênio*. Curitiba: Fundação Cultural, 2000, p. 147-148.
- SILVA, R. Obras de arte invadem as ruas de Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba. Abr. 1995.
- TOD, R. O cavalo é a primeira obra pública de Tod. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.
- TOD, Ricardo. *Indústria e Comércio*, Curitiba, 21 nov. 1996.
- TURISTÓRIA. Cavalo Babão, 2020. Disponível em: <http://turistoria.com.br/fonte-da-memoria>. Acesso: 5 dez. 2023.
- VOCÊ decide. *Gazeta do Povo*, Curitiba, jul. 1995.
- ZIMMERMANN, C. E. Cenário de poluição. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 jun. 1995.

Estruturas do passado, violências no presente: uma análise do julgamento do personagem Theo na telenovela *Vai na Fé*

Structures of the Past, Violence in the Present: An Analysis of Theo's Trial in the *Telenovela Vai na Fé*

Fabíola Lima Silva

Mestranda em Comunicação

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

fabiolalima.pesquisa@gmail.com

Recebido: 21/08/2025

Aprovado: 29/01/2025

Resumo: Este artigo, por meio da metodologia “eventos narrativos” (Rocha, 2016), analisa como a telenovela *Vai na Fé* (2023) evidencia a persistência de estruturas históricas de opressão ao naturalizar a violência contra mulheres negras na construção narrativa do julgamento do personagem Theo (Emílio Dantas). A partir da análise das perguntas feitas pela advogada de defesa e seu assistente à vítima, bem como dos depoimentos de duas testemunhas da defesa, investiga-se como as dinâmicas de gênero e raça, herdadas de um passado colonial e patriarcal, operam na descridibilização das vítimas e na absolvição do agressor. O estudo dialoga com autoras como Kimberlé Crenshaw, María Lugones, Grada Kilomba, Gloria Anzaldúa, Sohaila Abdulali, Gayatri Spivak, Rita Segato, entre outras. Assim, compreende-se a narrativa televisiva como espaço de disputa de sentidos no tempo presente, no qual memórias e estruturas do passado tensionam práticas e discursos contemporâneos, ampliando o debate sobre gênero, raça e justiça no Brasil.

Palavras-chave: interseccionalidade; violência de gênero; narrativas televisivas.

Resumen/Abstract: This article, through the methodology of “narrative events” (Rocha, 2016), analyzes how the telenovela *Vai na Fé* (2023) highlights the persistence of historical structures of oppression by naturalizing violence against Black women in the narrative construction of the trial of the character Theo (Emílio Dantas). By examining the questions posed by the defense attorney and her assistant to the victim, as well as the testimonies of two defense witnesses, the study investigates how gender and race dynamics rooted in a colonial and patriarchal past operate in the discrediting of victims and the acquittal of the aggressor. The research engages with authors such as Kimberlé Crenshaw, María Lugones, Grada Kilomba, Gloria Anzaldúa, Sohaila Abdulali, Gayatri Spivak, Rita Segato, among others. Thus, the televisual narrative is understood as a site of contested meanings in

the present, where memories and structures of the past shape contemporary practices and discourses, broadening the debate on gender, race, and justice in Brazil.

Keywords: intersectionality; gender-based violence; television narratives.

Introdução

Podemos pensar nas telenovelas como fenômenos da cultura de mídia que, mais do que simples reflexos da realidade, constituem espaços de observação repletos de narrativas que dramatizam questões do contemporâneo. Nesse sentido, Ribeiro, Martins e Antunes (2017) apontam os discursos de determinadas épocas históricas, especialmente os midiáticos, como “espaços privilegiados, onde se travam as lutas sociais. É o campo por excelência do ideológico, onde várias vozes disputam a hegemonia das representações” (Ribeiro; Martins; Antunes, 2017, p. 3). Assim, observar as telenovelas no tempo presente é compreender que elas ultrapassam a função de entretenimento: apresentam-se como espaços discursivos nos quais se produzem e se disputam sentidos, capazes de moldar imaginários sociais e evidenciar a persistência de estruturas históricas. Dando continuidade à análise das telenovelas como espaços discursivos, as reflexões de Lopes (2010) sobre produtos televisivos também podem ser aplicadas a esse gênero, pois articulam dimensões temporais de presente, passado e futuro. Ela observa que os produtos televisivos provocam um sentido de pertencimento:

Através da comemoração e da construção de uma memória coletiva e através da antecipação e da construção de expectativas que dizem respeito a eventos ou âmbitos específicos (a ciência, a técnica, a política). Este é o nível que provoca, mesmo que de forma elementar, um sentido de pertencimento (Lopes, 2010, p. 12).

Com o mesmo sentido, Prado, Tavares e Tavares (2020) destacam que o contemporâneo, “em sentido epistemológico, possibilita lançar luz sobre dimensões sócio-históricas, ambiências e temporalidades que, muitas vezes, permanecem opacas no fluxo das interações e dos discursos (Prado; Tavares; Tavares, 2020, p. 33). É nesse cenário, marcado pela coexistência de múltiplas temporalidades e pela permanência de passados que insistem em se atualizar, que este artigo analisa o julgamento do personagem Theo (Emílio Dantas), da telenovela *Vai na Fé*, acusado de estupro de vulnerável por três mulheres negras. O evento narrativo é compreendido como um evento discursivo, no qual se evidenciam opressões históricas que constituem um passado-presente e disputam sentidos sobre a violência contra mulheres negras e sua naturalização no Brasil contemporâneo.

Vai na Fé foi uma telenovela produzida pela Rede Globo em 2023. Sua exibição no tradicional horário das sete da televisão aberta brasileira é um elemento significativo para a compreensão de sua proposta narrativa. Historicamente, essa faixa da grade é associada a telenovelas de tom mais leve, com forte presença de humor e conflitos amenizados. Nesse sentido, a abordagem de temáticas densas, como a violência sexual, o racismo estrutural e as desigualdades de gênero e classe, presentes na trama, representam um deslocamento em relação às tramas historicamente atribuídas a esse horário. Podemos assim, refletir que ao inserir tais discussões em uma faixa marcada pela leveza e pela comédia, a novela amplia o alcance social desses debates e tensiona os limites tradicionais da dramaturgia das novelas das sete.

A trama gira em torno de Sol (Sheron Menezes), uma mulher negra, na faixa dos quarenta anos e moradora da periferia do Rio de Janeiro. A partir da centralidade dessa protagonista, já é possível observar como a trama surge tensionando estereótipos historicamente atribuídos às mulheres negras na mídia brasileira, sobretudo porque não é costumeiro, na teledramaturgia nacional, a centralidade de protagonistas negras. Principalmente com a trajetória marcada por experiências socialmente atravessadas por raça, classe, gênero e religião. Sol é uma trabalhadora informal, mãe solo durante parte de sua trajetória, moradora da periferia e cristã, características que historicamente costumam ser associadas a papéis secundários e estigmatizados na televisão brasileira. Nesse sentido, a própria escolha da protagonista e a ampliação da presença de personagens negros na trama de *Vai na Fé*, que contou com um elenco majoritariamente negro (cerca de 70%¹), rompe com padrões recorrentes de representação, uma vez que esses personagens não são majoritariamente associados a papéis estereotipados, como bandidos, motoristas ou empregadas domésticas, sinalizando uma ruptura relevante com padrões tradicionais das telenovelas brasileiras.

Compreender as construções narrativas e as rupturas apresentadas por *Vai na Fé* implica reconhecer que a forma como a trama é construída está profundamente enraizada em um contexto de lutas e disputas por representatividade e protagonismo. Desse modo, ao olhar para uma telenovela, é fundamental situá-la no contexto social e histórico em que foi produzida. Desse modo, a exibição dessa novela em 2023 pode ser compreendida à luz do contexto sociopolítico brasileiro daquela época. Nessa

¹ Informação disponível na matéria publicada pelo Portal *Planeta TV* em 18 de janeiro de 2023. Matéria disponível em: Samuel de Assis sobre “Vai na Fé”: “70% do elenco é preto e não é uma novela de escravos”. Acesso em 12 jan.2026.

perspectiva, o gesto de contextualizar adquire um papel central na análise comunicacional. Como explicam Carvalho, Leal e Jácome (2021), contextualizar não significa simplesmente posicionar os objetos diante de um fundo histórico estável ou em uma cronologia linear, marcada pela sucessão ou simultaneidade de eventos. Ao contrário, trata-se de realizar movimentos analíticos capazes de perceber como os fenômenos comunicacionais atuam no mundo, são atravessados por múltiplas forças e convocam distintas temporalidades.

Dessa forma, a exibição de *Vai na Fé* em 2023 também pode ser compreendida à luz do contexto sociopolítico brasileiro marcado pelos impactos negativos acumulados dos quatro anos do governo Jair Bolsonaro, período no qual mulheres negras foram afetadas por processos de precarização da vida. Esse cenário pode ser exemplificado pela pandemia da COVID-19 que evidenciou de forma contundente essas desigualdades, tendo como marco simbólico o primeiro óbito registrado no Brasil, o da trabalhadora doméstica Cleonice Gonçalves, contaminada por seus empregadores que retornavam da Europa, episódio que explicitou a vulnerabilidade estrutural das mulheres negras no trabalho doméstico e nos regimes de cuidado (Santos, 2025). Para além da dimensão sanitária, os efeitos econômicos e sociais desse período aprofundaram a insegurança alimentar entre a população negra, especialmente entre famílias chefiadas por mulheres negras. Em 2023 os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN) revelaram que 1 a cada 5 famílias lideradas por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas enfrentavam situações de fome, percentual significativamente superior ao observado entre famílias chefiadas por pessoas brancas (Carvalho, 2023). Esse panorama evidencia como raça, gênero e classe operam de forma articulada na produção de vulnerabilidades persistentes. Nesse sentido, o ano de 2023 pode ser compreendido como um momento de inflexão discursiva no debate público nacional, na medida em que sucede a esse período marcado por retrocessos no campo dos direitos sociais e inaugura um novo ciclo político, no qual se reconfiguram expectativas em torno de políticas públicas e de agendas relacionadas à igualdade racial e de gênero. É nesse contexto que *Vai na Fé* dialoga com o tempo histórico ao colocar no centro de sua narrativa uma mulher negra e ao abordar, de forma explícita, temas como a violência sexual, o racismo estrutural e a busca por justiça, ampliando a circulação dessas discussões no espaço da narrativa televisiva.

Sol a protagonista de *Vai na Fé*, tem sua vida atravessada por desigualdades sociais, valores religiosos conservadores e restrições impostas à sua subjetividade desde a juventude. Um dos eventos

centrais da trama da telenovela é o abuso sexual sofrido por Sol em sua juventude, quando tinha cerca de vinte anos, cometido por Theo, um homem branco e rico, cuja personalidade é marcada pelo uso de sua posição social e de relações de poder para obter o que deseja, custe o que custar. A violência sexual ocorre em uma noite em que Sol vai até um baile funk, escondida dos pais, para procurar o namorado da juventude, Ben (Samuel de Assis), melhor amigo de Theo. Ao vê-la no local, Theo se aproxima e afirma que Ben não está presente e que não deseja mais se relacionar com ela. Diante dessa situação, Sol fica emocionalmente abalada, e Theo se aproveita de sua vulnerabilidade, oferecendo-lhe uma bebida adulterada. Após Sol perder a consciência, ele a leva para um local afastado e a estupra. Quando a protagonista acorda, não compreende o ocorrido como uma violência sexual.

Ao longo da narrativa, sempre que se lembra do episódio ou fala sobre o assunto, Sol atribui a si mesma a culpa, por ter desobedecido aos pais, fugido de casa para ir ao baile e aceitado uma bebida, algo que não fazia, pois nunca havia bebido anteriormente. Assim, ela passa a internalizar, por mais de duas décadas, sentimento de culpa e responsabilidade pelo ocorrido, dinâmica recorrente em contextos marcados pela naturalização da violência de gênero, especialmente quando as vítimas são mulheres negras. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz das discussões sobre interseccionalidade e vulnerabilidade social, uma vez que, conforme destacam Aranão et al. (2025), a articulação entre diferentes marcadores sociais influencia diretamente o grau de exposição das mulheres à violência sexual:

Nota-se como a interseccionalidade entre diversos marcadores sociais influencia o grau que cada mulher tem de vulnerabilidade para se tornar vítima de um agressor sexual. Além disso, percebe-se como as mulheres negras ou pardas, refugiadas, de baixa condição econômica e pouca escolaridade são as mais afetadas por esse problema retrógrado de saúde pública que, mesmo nos dias atuais, com todos os avanços sociais, já alcançados, ainda predomina no Brasil e no mundo (Aranão, et al., 2025, p. 57).

Na contemporaneidade da narrativa, o passado de violência retorna ao centro da trama quando a protagonista passa a reconhecer o ocorrido como um abuso sexual e compreende que não teve responsabilidade pela violência sofrida, iniciando uma busca por justiça. Nesse processo, Sol descobre que Theo também abusou de outras duas mulheres negras, Janaína (Tulanih) e Graziela (Lorena Lima). A partir dessas revelações, é instaurado um processo judicial que culmina no julgamento do agressor pelo crime de abuso de vulnerável, tendo Janaína como vítima e Sol como testemunha, uma vez que o crime cometido contra a protagonista havia prescrito. Esse julgamento configura-se como o evento

narrativo central da telenovela, concentrando tensões discursivas, morais e jurídicas que permitem observar como estruturas históricas de poder seguem operando na deslegitimação das vítimas e na naturalização da violência racial e de gênero. Desse modo, as perguntas que norteiam as investigações desse estudo são: (1) é possível observar, na trama narrativa do julgamento de Theo, evidências da permanência de um passado em que a violência contra mulheres negras é naturalizada? (2) De que maneira a narrativa televisiva articula essas permanências históricas com demandas do tempo presente, produzindo disputas de sentido que dialogam com imaginários sociais historicamente constituídos?

É importante ressaltar que a análise proposta neste estudo não toma a telenovela como um reflexo direto da realidade social, mas como uma mediação simbólica atravessada por convenções narrativas, escolhas dramatúrgicas e estratégias próprias do gênero melodramático. Enquanto narrativa ficcional, *Vai na Fé* opera por meio de simplificações, ambivalências e contradições. Nesse sentido, compreende-se a narrativa televisiva, a partir da perspectiva de Lopes (2010), como um repertório simbólico de estímulos, sugestões e objetos que não se limita à reprodução de comportamentos sociais, mas que contribui para a elaboração de imagens sobre si e sobre o mundo, participando ativamente dos processos de construção da identidade e do imaginário social. Assim, o evento narrativo analisado neste estudo: o julgamento de Theo é compreendido como uma construção ficcional que disputa sentidos sobre a violência de gênero e racial, evidenciando tanto possibilidades críticas quanto os limites próprios da ficção televisiva. Metodologicamente, este trabalho adota a proposta de Simone Maria Rocha (2016) para os estudos de narrativas televisivas. A autora propõe o estudo de eventos narrativos da trama ou subtrama, que são entendidos como momentos específicos onde a narrativa concentra tensões, sentidos e conflitos. Desse modo, o julgamento de Theo será analisado como um evento narrativo. Essa escolha metodológica permite observar, de forma focalizada, como os discursos e interações nesse evento produzem significados. O estudo buscará analisar como os aspectos envolvidos durante a audiência e a absolvição de Theo podem ser vistos como uma representação da naturalização da violência de gênero e raça, reforçada por discursos misóginos e racistas.

Narrativas em disputa: Raça, Gênero e Violência.

As telenovelas estão presentes no Brasil desde a década de 1950 e continuam cativando milhões de espectadores até hoje. Hamburger (2011) observa que as novelas, embora frequentemente associadas à cultura de massa e ao entretenimento, desempenham um papel importante na

interpretação e mediação das relações sociais e políticas no Brasil. Essa perspectiva dialoga com Kellner (2001), que destaca que os conteúdos da mídia não devem ser encarados meramente como formas de entretenimento inofensivas, mas sim como veículos carregados de ideologias, intrinsicamente ligados a discursos, disputas e movimentos políticos. Assim, podemos compreender que telenovelas, possuem a capacidade de refletir as dinâmicas de poder enraizadas na sociedade, particularmente no que diz respeito às questões de raça e gênero, além de participar ativamente da construção e reprodução de narrativas que influenciam o imaginário coletivo.

Nesse sentido, ao analisar como as telenovelas podem fortalecer e naturalizar relações de poder, torna-se necessário compreender a raiz histórica dessas hierarquias. É nesse ponto que María Lugones (2014) contribui, ao explicar a violência de gênero em sua articulação com a colonialidade. A autora discute como a colonização não foi somente um processo de dominação física e territorial, mas também de controle profundo sobre a memória, a identidade e as relações sociais e espirituais dos povos colonizados. Lugones (2014) explica que, com a chamada “transformação civilizatória”, os colonizadores impuseram suas próprias noções de realidade, alterando as formas como os indivíduos entendiam a si e o mundo ao seu redor. Ela ainda acrescenta que, no contexto da colonialidade, o gênero não é uma categoria neutra, mas sim um sistema de dominação que naturaliza o controle e a violência contra corpos colonizados. A partir dessa perspectiva, Lugones (2014) desenvolve a perspectiva de “sistema moderno/colonial de gênero” para explicar como a colonização impôs um sistema de classificação tanto nos corpos quanto nas relações sociais, estruturando as hierarquias de dominação colonial.

Podemos assim pensar que a violência de gênero não ocorre isoladamente, mas sempre articulada a outras formas de opressão e exclusão social. Para mulheres negras, essa experiência é ainda mais intensa, ao atravessar o cotidiano em múltiplas camadas de violência. Grada Kilomba, em *Memórias Da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, apresenta o conceito de “racismo cotidiano”, que “refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as pessoas de cor não só como “Outro” [...] mas também como Outridade” (Kilomba, 2019, p. 54). Essa perspectiva evidencia como a violência de gênero e o racismo se entrelaçam, conformando práticas que não somente marcam a vida das mulheres negras, mas também moldam representações sociais e midiáticas do cotidiano dessas mulheres.

No contexto da violência de gênero, os atravessamentos na vivência de mulheres negras são múltiplos: elas são oprimidas por serem mulheres e, simultaneamente, por serem negras. Kimberlé Crenshaw em 1989, definiu um nome para esses atravessamentos: “interseccionalidade”, termo criado para identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, “de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras” (Crenshaw, 2004, p.8). Gloria Anzaldúa (2005) também discute essas opressões. Embora não utilize o termo interseccionalidade, sua obra reflete sobre como as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade não atuam de maneira isolada, mas se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Essa perspectiva de olhar para o cruzamento de opressões evidencia como as desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade são categorias de opressão enraizadas em estruturas históricas que persistem no presente e moldam experiências, imaginários e representações midiáticas e formas específicas de violência sofridas por mulheres negras.

A dominação colonial mencionada por Lugones (2014) se manifesta historicamente no Brasil, onde as mulheres negras foram sistematicamente objetificadas e violentadas durante a escravização. Scarpati, Lins e Chakian (2024) explicam que esse fenômeno remonta ao período escravocrata, quando mulheres negras eram estupradas por seus senhores como forma de dominação e tortura. As autoras acrescentam que, posteriormente, surgiram teorias pseudocientíficas que associava características corporais, como seios fartos e nádegas grandes, à promiscuidade, reforçando a objetificação dessas mulheres. Esse legado racista persiste até hoje, contribuindo para a vulnerabilidade das mulheres negras, que continuam sendo as principais vítimas de violência sexual no Brasil². Conforme afirma o *Atlas da Violência* (2025):

Não é possível debater violência de gênero sem pensar em seus recortes, ainda que este seja um fenômeno, tragicamente, vivenciado por todas as mulheres. Sem a lente da interseccionalidade é impossível compreender os números da violência contra mulheres no Brasil, pois, se o objetivo é entender o fenômeno e enfrentá-lo, faz-se necessário conhecer as vulnerabilidades específicas de cada demografia (Atlas Da Violência, 2025, p. 57)

Desse modo, podemos compreender que o alto índice de violência sexual contra mulheres negras no Brasil é atravessado por desigualdades históricas, sociais e raciais, tornando-as especialmente

² Disponível em: No Brasil, mulheres negras enfrentam um maior risco de serem vítimas de violência física e sexual. Acesso em 10 jan.2025.

vulneráveis. Como destaca o *Atlas da Violência* (2025), é impossível compreender os números da violência de gênero sem considerar as especificidades de cada grupo demográfico. Nesse sentido, Scarpati, Lins e Chakian (2024) enfatizam que, embora a legislação sobre a violência sexual seja relevante, ela não consegue abarcar a complexidade das experiências reais vividas por todas as vítimas:

Fato é que, na realidade, as experiências que vivemos são muito mais complexas, diversas e cheias de nuances do que esses cenários típicos dos slogans “sim é sim” e “não é não”. E é dessas zonas cinzentas entre esses cenários imaginários e essas situações reais, ambíguas e difíceis de compreender que vamos nos encarregar aqui. Temos caminhado, como sociedade, na direção de conversas cada vez mais frequentes, urgentes e, não podemos negar, desconfortáveis em relação às diversas violências cometidas contra meninas e mulheres (Scarpati; Lins; Chakian, 2024, p. 11-12).

Assim, podemos refletir em como essa perspectiva evidencia que a violência sexual contra mulheres negras não pode ser compreendida somente por categorias legais ou normativas. Deve ser analisada à luz das estruturas históricas e sociais que a mantêm.

Diante das reflexões apresentadas, fica evidente que a violência de gênero e o racismo se entrelaçam no cotidiano das mulheres negras, reforçando desigualdades estruturais que se manifestam persistentemente, inclusive em casos de abusos sexuais. As telenovelas, como produtos culturais de amplo alcance, podem refletir essas dinâmicas de opressão, reproduzindo-as ou tensionando-as. Nesse contexto, *Vai na Fé* se configura como um espaço narrativo potente, onde a experiência de três mulheres negras denunciando um abusador expõe camadas sobrepostas de discriminação racial e de gênero, permitindo compreender como as sombras do passado continuam presentes no cotidiano e moldam as relações e representações na contemporaneidade. Assim, a análise do julgamento do personagem Theo possibilita observar como eventos no presente dialogam com estruturas históricas e memórias coletivas, revelando os modos pelos quais a opressão se reproduz sendo naturalizada.

Caminho Metodológico

Pensando que a visão de um conjunto é mais produtiva para a análise de uma telenovela, Rocha (2016) nos instrui a pensar em “eventos narrativos”, que dizem respeito a acontecimentos que “compõem uma trama (ou uma subtrama) e poderiam ser traduzidos pelos acontecimentos, pelas ações que garantem o desenvolvimento da história, como casamentos, romances, negociações empresariais, traições, disputas de poder etc.” (Rocha, 2016, p. 186). A autora explica que esses eventos podem durar ou não vários capítulos e nos permitem visualizar o entrelaçamento das tramas. Portanto, este

estudo abordará o julgamento de Theo como um evento narrativo. Dessa forma, será possível analisar os acontecimentos, seus entrelaçamentos e desdobramentos, jogando luz sobre a questão central desta pesquisa: Como o julgamento de Theo evidencia permanências do passado que seguem naturalizando a violência contra mulheres negras?

Para a análise do julgamento de Theo enquanto evento narrativo, foram selecionados trechos discursivos considerados centrais para a construção dos sentidos mobilizados ao longo desse acontecimento na trama. A escolha das falas analisadas foi orientada por critérios analíticos específicos: priorizaram-se enunciados que incidiam diretamente sobre a credibilidade das vítimas, a moralidade feminina, a sexualidade e os marcadores raciais, bem como falas que operavam estratégias discursivas de culpabilização, deslegitimação e naturalização da violência sexual. Esses fragmentos foram identificados em momentos de maior tensão narrativa do julgamento, quando as testemunhas apresentam seus depoimentos e se explicitam disputas simbólicas entre acusação e defesa. Do ponto de vista interpretativo, as falas foram analisadas em articulação com o contexto da cena, a posição ocupada pelos personagens na narrativa e as convenções do gênero melodramático, compreendendo o julgamento como uma construção ficcional que condensa conflitos sociais mais amplos. Assim, cada excerto é entendido como parte de um conjunto narrativo maior, dialogando com o desenvolvimento global do evento e com a lógica da telenovela como mediação simbólica.

Para a constituição do corpus, utilizou-se a plataforma de streaming Globoplay, na qual a telenovela se encontra disponível na íntegra. Identificou-se que a narrativa do julgamento se desenvolve nos capítulos 140, 141, 144, 146, 148, 149, 150, 152, 153 e 154. As cenas correspondentes a esses capítulos foram assistidas integralmente e os diálogos pertinentes ao julgamento foram transcritos, constituindo o material empírico analisado neste estudo. No contexto narrativo, Ben atua como advogado das vítimas Janaína e Sol. Janaína figura como vítima formal do processo, uma vez que seu caso não havia prescrito, enquanto Sol participa como testemunha, corroborando a acusação ao relatar a violência sofrida. A defesa é inicialmente conduzida por Lumiar, personagem que, naquele momento da trama, mantinha relacionamento amoroso com Theo e, como mulher branca, posiciona-se reiteradamente em favor do réu, deslegitimando as falas das vítimas. A partir do capítulo 146, após tomar conhecimento de um novo abuso cometido por Theo, Lumiar abandona a defesa, que passa a ser conduzida por outro advogado. Neste trabalho, o foco analítico recai sobre as perguntas formuladas por Lumiar e por seu assistente Fabrício (Giuliano Laffayette) à vítima Janaína, bem como sobre os

depoimentos de Dona Neide (Neyde Braga) e de Simas (Marcos Veras), que testemunham a favor de Theo. O julgamento é encerrado no capítulo 154, com a absolvição do réu sob a justificativa de “falta de provas materiais”.

Quando a vítima é a ré: a cultura da impunidade em casos de abuso sexual.

O julgamento iniciou-se com o depoimento de Janaína, que relatou suas lembranças sobre a noite no *Baile do Neinei*. Ela também foi vítima de abuso sexual no mesmo local que a protagonista Sol, sofrendo a mesma forma de violência: Theo ofereceu uma bebida com substância, e, após ela ficar desacordada, cometeu o abuso. Após o testemunho, Fabrício, assistente da advogada de defesa, deu início à fase de questionamentos, cujas perguntas estão descritas abaixo:

“Nesse dia você aceitou bebidas de quantos homens?”

“Porque os homens ofereciam bebidas nesse baile?”

“Se não tinha intenção de ficar com meu cliente, então por que não recusou a bebida?” (Fabrício, *Vai na Fé*, 2023)

Em seguida, a própria advogada Lumiar interrogou a vítima, com suas perguntas:

“A senhora fez algum exame toxicológico na época para provar que foi drogada?”

“Lembra do meu cliente abusando sexualmente da senhora?” (Lumiar, *Vai na Fé*, 2023)

A partir das perguntas dirigidas à vítima, percebe-se que a estratégia da defesa consistia em descredibilizá-la e responsabilizá-la por ter aceitado a bebida oferecida pelo agressor. Embora apresentada em uma narrativa ficcional, essa postura reproduz práticas recorrentes também na realidade, em que vítimas de violência sexual são frequentemente culpabilizadas pelo crime que sofreram. A socióloga indiana Sohaila Abdulali (2019) explica o estupro como o único crime onde a sociedade reage querendo aprisionar as vítimas e afirma que “é o único crime que é tão ruim que se supõe que as vítimas são irreparavelmente destruídas por ele, mas, ao mesmo tempo, não tão ruim que os homens que cometem devam ser tratados como outros criminosos” (Abdulali, 2019, p. 13).

Desse modo, podemos perceber que além de todas as dores e traumas, a vítima de abuso sexual que denuncia seu agressor precisa lidar com o aprisionamento social que a situação impõe. Esse aprisionamento está relacionado a outro problema recorrente em nosso país: o medo de denunciar. “No Brasil, sociedade sexista e violenta, fica mais difícil para as mulheres fazerem esse tipo de confissão pública, devido à falta de tradição e, sobretudo, pelo temor da exposição” (Figueiredo, 2019, p. 143).

O aprisionamento e o medo da exposição pública são desafios enfrentados por todas as mulheres vítimas de violência sexual. No entanto, para mulheres atravessadas pela intersecção de múltiplas opressões, como Sol e Janaína, a experiência é ainda mais complexa e dolorosa, marcada pela desumanização.

Butler (2017) explica que a desumanização consiste em negar a humanidade de certos grupos, tornando-os invisíveis e descartáveis. No caso de mulheres negras, essa desumanização é intensificada pela intersecção de raça, gênero e outros marcadores sociais, o que as coloca em uma situação de vulnerabilidade ainda maior. A negação da sua humanidade impede que sejam reconhecidas como sujeitos de direitos e dificulta a busca por justiça, uma vez que a sociedade não vê valor em suas vidas. Nessa perspectiva, Scarpati, Lins e Chakian (2024) apontam que a subnotificação em casos de agressão sexual é um problema real, influenciado por diversos fatores. As autoras argumentam que a crença de que a violência sexual deve se encaixar em um molde específico, como o denominado “estupro real”, geralmente associado a atos extremamente violentos e explicitamente forçados, faz com que muitas vítimas não reconheçam suas experiências como crimes.

Essa construção social, fortemente arraigada, deslegitima as vivências de mulheres como a Sol e Janaína, que sofreram abuso sexual e culpam-se pela situação. Podemos pensar, então, que a subnotificação, por sua vez, perpetua a cultura do silêncio, dificulta a responsabilização dos agressores e atrapalha a implementação de políticas públicas eficazes para prevenir e combater a violência sexual. Assim, dificultando a responsabilização dos agressores e atrapalha a implementação de políticas públicas eficazes para prevenir e combater a violência sexual. Outro aspecto que podemos destacar após o depoimento de Janaína é como os advogados do abusador questionaram sua credibilidade como vítima. Scarpati, Lins e Chakian (2024) explicam o conceito de vítima perfeita, que sugere que, para ser reconhecida como vítima legítima, a pessoa que sofreu o abuso precisa se encaixar em padrões comportamentais, de aparência, circunstâncias e forma de reagir que correspondam às expectativas da sociedade.

As autoras explicam que a ideia da vítima perfeita parte de uma construção social e cultural que contribui para a perpetuação de estereótipos nos casos de violência sexual. A vítima perfeita é geralmente associada a alguém considerado puro, vulnerável, que demonstra sofrimento de forma evidente e aceitável, que reage incisivamente no momento do abuso, gritando, lutando ou dizendo “não”. Além disso, a vítima deve ter um histórico impecável, e o abuso deve ocorrer em um contexto

em que não possa ser interpretado como ambíguo ou provocado pela própria vítima. A partir desses pressupostos, podemos perceber que mulheres negras nunca serão, nem são, as vítimas perfeitas. Diante disso, a interseccionalidade revela mais uma vez como a raça, o gênero e outros marcadores sociais se entrelaçam para reforçar a invisibilidade, a descredibilização e a desumanização de mulheres negras.

Simas é amigo de Theo desde a juventude, e tem uma amizade próxima com Ben. Quando soube da acusação de Sol e Janaína contra Theo, ele ficou dividido entre a lealdade aos dois amigos, o que o colocou em uma posição difícil com os melhores amigos desde a juventude. Inicialmente, Simas afirmou que não queria se envolver nessa situação, mas, diante da pressão e da complexidade do caso, ele acabou aceitando dar seu depoimento como testemunha de caráter a favor de Theo. A fala de Simas durante o julgamento reflete sua perspectiva sobre Theo e a relação deles:

“A gente ia no baile pra se divertir, cada um tinha a sua onda. Mas, eu nunca vi o Theo, fazer nada fora do normal.” (Simas, *Vai na Fé*, 2023)

Ao minimizar o comportamento de Theo em seu depoimento, Simas não apenas defende seu amigo. Ele também reflete a força do pacto da masculinidade, que opera de maneira implícita entre os homens para proteger uns aos outros, independentemente do comportamento abusivo ou imoral envolvido. Rita Segato (2016; 2018) destaca que o pacto da masculinidade cria um compromisso tácito entre os homens, no qual comportamentos violentos ou abusivos são relativizados, ou ocultados. Ao afirmar que “nunca viu o Theo fazer nada fora do normal”, Simas descredibiliza as vítimas e reafirma a normalização de comportamentos violentos e sexistas nas relações masculinas. Essa minimização, ao desconsiderar o abuso sexual, não só protege Theo, mas também reforça a ideia de que os homens devem se solidarizar e encobrir as falhas dos seus iguais, em nome de uma lealdade masculina que frequentemente nega a realidade do abuso.

Segato (2016; 2018) também destaca que esse pacto da masculinidade funciona como um mecanismo de silenciamento coletivo, onde as mulheres e suas denúncias são ignoradas ou questionadas. Essa estratégia, além de contribuir para o silenciamento das vítimas, também reforça a imunidade masculina em relação a ações abusivas, tornando a violência de gênero uma prática invisível e tolerada. Assim, podemos refletir que a fala de Simas é um reflexo de como o pacto de masculinidade perpetua a impunidade e a cultura de silêncio em torno da violência sexual. A cada repetição dessa narrativa de defesa e normalização, a violência contra as mulheres se torna mais difícil de ser combatida

e exposta. Mesmo inserida em um contexto ficcional, essa fala ressoa como um reflexo da realidade cotidiana, onde as vítimas de abuso sexual são frequentemente descreditadas e suas experiências são minimizadas em nome de um pacto de solidariedade masculina que visa proteger os agressores.

Dona Neide (Neyde Braga) é uma personagem que na trama de *Vai na Fé* representa o estereótipo da vizinha fofocqueira, presente em quase todas as telenovelas. No entanto, ela se diferencia por direcionar suas fofocas, implicâncias e ofensas com mais objetividade somente a Sol e sua família. Durante a trama, ela assume o papel de vigilante, observando constantemente a vida de Sol para julgar suas decisões e, sempre que possível, ofendê-la e deslegitimá-la. No julgamento de Theo, Dona Neide enxerga uma nova oportunidade de atacar Sol e prejudicá-la. Mesmo sem conhecer o réu, aceita testemunhar a favor dele. Seu objetivo, nesse contexto, não é somente defender Theo, mas também questionar a reputação de Sol e, assim, desacreditar seu testemunho no julgamento como uma das vítimas de Theo. Sua fala no julgamento está descrita abaixo:

“Uma verdadeira Jezebel em pele de cordeiro, de dia ta na igreja e de noite vai rebolar! [...] Essa nunca prestou desde menina. [...] Até pouco tempo ela nem sabia quem era o pai da própria filha” (Dona Neide, *Vai na Fé*, 2023)

Conforme o site Respostas Bíblicas³, Jezebel, também conhecida como Jezabel, é mencionada na Bíblia como uma rainha de Israel e esposa do rei Acabe. Ela ficou conhecida por impor a adoração aos deuses pagãos, gerando um grande conflito religioso em Israel. Além disso, mandou matar alguns profetas e tentou erradicar o culto ao Deus de Israel. Sua postura autoritária e cruel a tornou um símbolo de idolatria e corrupção. Contudo, o site esclarece que, apesar de ser amplamente utilizado, a Bíblia não menciona um espírito de Jezabel, e algumas pessoas cometem o erro de associar ações pecaminosas a um demônio específico ou a um espírito determinado. Assim, o termo “Jezebel” é utilizado como um adjetivo para descrever ações consideradas pecaminosas. Esse contexto nos ajuda a compreender como a figura de Jezebel é mobilizada na narrativa para destacar práticas conservadoras e colonialistas que, ao longo do tempo, impõem uma noção de “outridade” às mulheres que desafiam os limites sociais e religiosos.

Dona Neide utiliza o termo frequentemente para ofender Sol, não se limitando apenas a sua fala no depoimento, mas aparecendo também em diversos outros diálogos ao longo da telenovela.

³ Disponível em: <https://www.respostas.com.br/quem-era-jezabel-na-biblia/>. Acesso em 10 jan. 2025.

María Lugones (2020), traz a discussão de Patricia Hill Collins sobre a figura de Jezebel, em seu trabalho, pois esse é um dos estereótipos impostos às mulheres negras, especialmente moldado durante o período da escravidão. Lugones, após fazer leitura do trabalho de Collins, explica como esse arquétipo foi utilizado para justificar a violência sexual e a exploração das mulheres negras escravizadas. A figura de Jezebel representava a mulher negra como excessivamente sexualizada e disponível para o prazer dos homens brancos, desumanizando-a e negando-lhe qualquer controle sobre sua própria sexualidade. Esse estereótipo, portanto, permite legitimar a violência sexual sistemática, perpetuada por homens brancos contra mulheres negras, e a exploração dessas mulheres em diversos aspectos de suas vidas.

Desse modo, Lugones retoma essa discussão de Collins para analisar como esse estereótipo de Jezebel foi construído para atender aos interesses coloniais e escravocratas, reforçando a exploração sexual das mulheres negras. Assim, podemos pensar nessa fala de Dona Neide, em um julgamento de abuso sexual, onde duas mulheres negras estão acusando um homem branco, como uma exemplificação dessa dinâmica. As ofensas proferidas por Dona Neide refletem, portanto, construções sociais profundamente enraizadas em estereótipos colonialistas e racistas, além de se apoiarem em preceitos religiosos que associam a liberdade e a autonomia das mulheres negras à desonra e à imoralidade. Que associam a liberdade e a autonomia das mulheres negras à desonra e à imoralidade. O testemunho dela reflete essa dinâmica de exclusão e marginalização, onde mulheres negras que desafiam os papéis de gênero e as normas estabelecidas são vistas como transgressoras e merecedoras de julgamento moral.

Considerações finais

Com base na análise apresentada, podemos concluir que as estratégias discursivas mobilizadas no julgamento, expressas nas perguntas da advogada de defesa e de seu assistente, bem como nos depoimentos de Simas e Dona Neide evidenciam estruturas de poder que naturalizam e legitimam a violência contra mulheres negras. Especialmente nos casos de violência sexual, essas mulheres além de enfrentarem o trauma da agressão sofrida, também são aprisionadas em um lugar de culpa e descrédito, tendo sua dor desconsiderada e sua reputação questionada. Nesse contexto, podemos pensar na reflexão de Gayatri Spivak (2010), que aponta que, “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais

profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 85). Essa invisibilização se reflete no julgamento de Theo, onde Sol e Janaína, duas mulheres negras, não são reconhecidas plenamente como sujeitos de direito para denunciar a violência sofrida, mas sim como figuras a serem questionadas e desacreditadas.

Assim, o julgamento de Theo, tal como representado em *Vai na Fé*, oferece um espaço ficcional que reflete e permite examinar um fato da realidade. Evidenciando que, para mulheres negras, a busca por justiça não envolve somente o processo jurídico, mas também uma luta contra as estruturas históricas e sociais que insistem em silenciá-las. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que tais estruturas não são recentes, mas consequência de uma colonialidade persistente, que organiza até hoje normas na sociedade e determina quem pode ser ouvido, acreditado e reconhecido como sujeito de direito. O passado colonial no Brasil, marcado pela escravização e pelo controle dos corpos negros, principalmente dos femininos, permanece vivo no presente sob novas roupagens, naturalizando violências e sustentando a impunidade. A própria absolvição de Theo por “falta de provas materiais” se torna, nesse sentido, um símbolo categórico de como a justiça ainda se estrutura de modo a favorecer os agressores e deslegitimar as vítimas, reiterando a lógica da impunidade. Retomar essa dimensão colonial, portanto, é essencial para compreender que a telenovela, ao dramatizar esse julgamento, representa a ficção, mas expõe as continuidades de um passado persistente que insiste em negar às mulheres negras o direito pleno à justiça e à humanidade.

Referências

ABDULALI, Sohaila. *Do que estamos falando quando falamos de estupro*. Tradução: LuisReyes Gil. São Paulo: Vestígio, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, dez 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fL7SmwjzjDJQ5WQZbvYzczb/>. Acesso em 10 jan. 2025.

ARANÃO, Giulia et al. *Interseccionalidade e violência sexual contra mulher: revisão narrativa. Interseccionalidade e equidade em saúde: gênero, raça e deficiências no trabalho no SUS*, v. 1, p. 48-62, 2025. DOI: 10.37885/241017819. ISBN 978-65-5360-872-6.

BUTLER, Judith. Vulnerabilidad corporal, coalición y la política de la calle. *Nómadas*, Bogotá, n. 46, p. 13-29, jun. 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto; LEAL, Bruno Souza; JÁCOME, Phellipy Pereira. Contextualização e complexidades temporais: um exercício a partir da narrativa jornalística. Intercom: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 44, p. 51-67, 2021

CARVALHO, Luiz. Com Bolsonaro 1 a cada 5 famílias lideradas por mulheres negras passou fome. *CUT*, 27 jun. 2023. Disponível em: fonte: <https://www.cut.org.br/noticias/com-bolsonaro-1-a-cada-5-familias-lideradas-por-mulheres-negras-passou-fome-bff2>. Acesso em: 10.jan.2026

CONSTANTINO, Micael. Samuel de Assis sobre “Vai na Fé”: “70% do elenco é preto e não é uma novela de escravos. *O Planeta TV*, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://oplanetatv.clickgratis.com.br/noticias/bastidores/samuel-de-assis-sobre-vai-na-fe-70-do-elenco-e-preto-e-nao-e-uma-novela-de-escravos.html>. Acesso em: 31 dez. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

FEBRASGO. *No Brasil, mulheres negras enfrentam um maior risco de serem vítimas de violência física e sexual*. Julho de 2023. Disponível em: <https://www.febargo.org.br/pt/noticias/item/1702-no-brasil-mulheres-negras-enfrentam-um-maior-risco-de-serem-vitimas-de-violencia-fisica-e-sexual>. Acesso em 18 fev. 2025.

FIGUEIREDO, Eurídice. Violência e sexualidade em romances de autoriafeminina. *Revista Interdisciplinar*, São Cristóvão, UFS, v. 32, p. 137-149, jul.-dez. 2019

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2025*. São Paulo: FBSP; Ipea, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2025.

HAMBURGER, Esther. *Telenovelas e interpretações do Brasil*. São Paulo: Lua Nova, 2011.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2019

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Ficção televisiva e identidade cultural da nação*. Alceu, v. 10, n. 20, p. 5-15, 2010.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

PRADO, Denise FB; TAVARES, Frederico MB; TAVARES, Michele S. *A contemporaneidade como gesto epistemológico: modos de ver e agir pela pesquisa em Comunicação*. Mídia, tempo e interações sociais: conceitos em circulação. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFGM, v. 1, p. 31-53, 2020.

REDAÇÃO. Quem foi Jezabel na Bíblia. *Bíblia On Respostas Bíblicas*. Disponível em:

<<https://www.respostas.com.br/quem-era-jezabel-na-biblia/>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; MARTINS, Bruno Guimarães; ANTUNES, Elton. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. *Revista Famecos*, v. 24, n. 3, p. ID27047-ID27047, 2017.

ROCHA, Simone Maria. Os visual studies e uma proposta de análise para as (tele)visualidades. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, vol. 43, n. 46, dez. 2016, pp. 179-200.

SANTOS, Isadora. Cleonice Gonçalves, primeira vítima da Covid-19 no Brasil, simboliza impacto desproporcional da pandemia sobre a população negra. *Mundo Negro*, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/cleonice-goncalves-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-simboliza-impacto-desproporcional-da-pandemia-sobre-a-populacao-negra/>. Acesso em: 10 de jan.2026.

SCARPATI, Arielle Sagrillo; CHAKIAN, Silvia; LINS, Beatriz Accioly. *Precisamos falar de consentimento: uma conversa descomplicada sobre violência sexual além do sim e do não*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: SroSeteo Libros, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de sueños, 2016.

SOUSA, R. F. de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.